

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DOUTORADO

ANA FLÁVIA BRAUN VIEIRA

JORNALISMO E A DURAÇÃO DOS PROCESSOS CIVILIZADORES: ANÁLISE DA  
ADEQUAÇÃO COMPORTAMENTAL E DA FORMAÇÃO DE UMA SEGUNDA  
NATUREZA EM MONTE ALEGRE – PR (1942-1964)

PONTA GROSSA

2020

ANA FLÁVIA BRAUN VIEIRA

JORNALISMO E A DURAÇÃO DOS PROCESSOS CIVILIZADORES: ANÁLISE DA  
ADEQUAÇÃO COMPORTAMENTAL E DA FORMAÇÃO DE UMA SEGUNDA  
NATUREZA EM MONTE ALEGRE – PR (1942-1964)

Tese apresentada para obtenção do título de  
Doutora em Ciências Sociais Aplicadas na  
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de  
Concentração: Cidadania e Políticas Públicas.  
Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Archanjo de Freitas  
Junior

PONTA GROSSA  
2020

V658           Vieira, Ana Flávia Braun  
                  Jornalismo e a duração dos processos civilizadores: análise da adequação  
                  comportamental e da formação de uma segunda natureza em Monte Alegre - PR  
                  (1942-1964) / Ana Flávia Braun Vieira. Ponta Grossa, 2020.  
                  217 f.

                  Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração:  
                  Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

                  Orientador: Prof. Dr. Miguel Archanjo de Freitas Junior.

                  1. Processo Civilizador. 2. Norbert Elias. 3. Jornalismo. 4. Aceleração social.  
                  5. Telêmaco borba. I. Freitas Junior, Miguel Archanjo de. II. Universidade  
                  Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

                  CDD: 079.81



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

***ANA FLÁVIA BRAUN VIEIRA***

**Jornalismo e a duração dos processos civilizadores: análise da adequação comportamental e da formação de uma segunda natureza em Monte Alegre – Pr (1942-1964).**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 14 de agosto de 2020.

Assinatura pelos Membros da Banca:

---

Dr. Miguel Archanjo de Freitas Junior - (UEPG) - Presidente

---

Dr. Fernando Renato Cavichioli – (UFPR) - Membro Externo

---

Dr. Tony Honorato - (UEL) - Membro Externo

---

Dr. José Augusto Leandro – (UEPG) - Membro Interno

---

Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo - (UEPG) - Membro Interno

---

Dr. Luiz Carlos Ribeiro - (UFPR) - Suplente Externo

---

Dr. Bruno Pedroso – (UEPG) - Suplente Interno

Aos meus conterrâneos.

## AGRADECIMENTOS

Às políticas afirmativas que contribuíram para que a filha de um operário sonhasse um dia ser doutora.

À minha família, pelo amor e paciência.

Ao professor Miguel Archanjo de Freitas Junior, pela boa orientação.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, pelas possibilidades abertas.

À Fundação Araucária, pela bolsa concedida.

A todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a construção deste trabalho.

Quero que minha vida e minha trajetória deem coragem suficiente às gerações por vir, a consciência da continuidade e a força para a imaginação; a disciplina para pensar por si mesmos, e para saltar por cima das gerações.

(Norbert Elias)

VIEIRA, A. F. B. **Jornalismo e a duração dos processos civilizadores: análise da adequação comportamental e da formação de uma segunda natureza em Monte Alegre – PR (1942-1964)**. Orientador: Miguel Archanjo de Freitas Junior. Ponta Grossa, 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

## RESUMO

A teoria dos processos civilizadores foi desenvolvida por Norbert Elias, sociólogo que publicou suas formulações iniciais em 1939. Em uma abordagem de longa duração (aproximadamente 700 anos), o autor estudou as mudanças e processos sociais que colaboraram para a transformação dos costumes europeus, da Idade Média ao Renascimento, o que lhe permitiu observar que, de maneira interdependente, os padrões de conduta socialmente aceitáveis se transformam ao longo do tempo em conformidade com as modificações das estruturas sociais. No período analisado por Elias, o processo de aprendizagem e síntese – mediado pelo conhecimento e recursos disponíveis – era menos veloz em comparação aos dias atuais. O autor, no livro *Escritos & Ensaios I*, afirmou que esses processos se desenvolviam mais lentamente, visto que os humanos pouco sabiam sobre o mundo ao redor, mas acelerou-se à medida que foi sendo conhecida a natureza inanimada. Nessa perspectiva, a tese discute a aceleração social e a potencial redução da escala temporal para a observação de processos civilizadores posteriores à Revolução Industrial, bem como a adoção da curta e da média durações para o estudo de processos de adequação comportamental e de formação de uma segunda natureza, respectivamente. Buscando averiguar tais hipóteses, a cidade-empresa de Monte Alegre (atual município de Telêmaco Borba – PR) foi tomada como paradigma empírico. Os estudos realizados a partir de fontes jornalísticas demonstraram, além de aspectos do desenvolvimento sócio e psicogenético da figuração investigada, que os jornais são um elemento potencialmente acelerador dos processos de civilização, dada sua influência na construção de um fundo social de conhecimentos e a pressão normativa que exercem pelas narrativas de caráter pedagógico para a constituição de seres humanos “civilizados”. Os artigos apresentados na tese, que possui formato *multipaper*, constituem um esforço de apropriação dos conceitos elaborados por Elias, buscando avançar em relação aos postulados originais. O resultado das pesquisas indica o jornalismo como um elemento acelerador de processos civilizadores, por meio da publicação periódica de sucessivas sínteses que permitem que a aprendizagem dos comportamentos socialmente aceitáveis ocorra com maior agilidade. Ao mesmo tempo, atesta a exequibilidade e a pertinência de estudos sobre processos civilizadores em temporalidades diferentes das empregadas originalmente por Elias.

**Palavras-chave:** Processo Civilizador. Norbert Elias. Jornalismo. Aceleração Social. Telêmaco Borba.

VIEIRA, A. F. B. **Journalism and the civilizing process temporal perspective: analysis of behavioral adequacy and the formation of a second nature in Monte Alegre – PR (1942-1964)**. Supervisor: Miguel Archanjo de Freitas Junior. Ponta Grossa, 2020. Thesis (Doctorate in Applied Social Sciences) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

## ABSTRACT

The civilizing processes theory was developed by Norbert Elias, a sociologist who published his initial formulations in 1939. From a long-term perspective (approximately 700 years), the author studied the changes and social processes that contributed to the European customs transformations, from Middle Age to the Renaissance, which allowed him to observe that, in an interdependent way, the socially acceptable standards of conduct change over time in accordance to the changes in social structures. In the period analyzed by Elias, the process of learning and synthesis – mediated by the knowledge and available resources – was less accelerated than the present day. The author, in the book *Escritos e Ensaio I*, stated that these processes developed more slowly, once humans knew very little about the world around them, but it accelerated as inanimate nature became known. In this perspective, the thesis discusses the social acceleration and the potential reduction of the temporal scale for the civilizing processes observation after the Industrial Revolution, as well as the adoption of short and medium duration for the study of behavioral adequacy processes and the second nature formation, respectively. Seeking to attest to such hypotheses, the *company town* of Monte Alegre (current municipality of Telêmaco Borba – PR) was taken as an empirical paradigm. The studies performed based on journalistic sources have demonstrated, besides socio-psychogenetic aspects of the figuration investigated, that the newspapers are a potential element acceleration of the civilizing processes, given their influence on the social fund of knowledge construction and the normative pressure exerted by the narratives of pedagogical character for the constitution of “civilized” human beings. The papers presented in the thesis, which has a multipaper format, constitute an effort to appropriate the concepts developed by Elias, seeking to advance in relation to the original postulates. The research results indicate journalism as an element that accelerates civilizing processes, through the periodic publication of successive syntheses that allow learning of socially acceptable behaviors to occur with greater agility. At the same time, it attests to the feasibility and pertinence of studies on civilizing processes at different durations than those originally used by Elias.

**Keywords:** Civilizing process. Norbert Elias. Journalism. Social Acceleration. Telêmaco Borba.

## SUMÁRIO

1	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
2	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
2.1	<b>APRESENTAÇÃO DO TRABALHO E OBJETIVOS DA PESQUISA</b> .....	13
2.2	<b>PROPOSIÇÕES TEÓRICAS</b> .....	23
2.3	<b>PROPOSIÇÕES EMPÍRICAS</b> .....	38
3	<b>ARTIGO I – A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES COMO POSSIBILIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</b> .....	52
4	<b>ARTIGO II – A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES APLICADA AO CONTEXTO BRASILEIRO: ANÁLISE DO ESTADO DO CONHECIMENTO</b> .....	67
5	<b>ARTIGO III – A ACELERAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR E A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO RECORTE TEMPORAL DE ANÁLISE</b> .....	83
6	<b>ARTIGO IV – A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES EM CURTA DURAÇÃO: ANÁLISE DE MICROPROCESSOS COERCITIVOS EM MONTE ALEGRE – PR (1942-1946)</b> .....	92
7	<b>ARTIGO V – ALTERNATIVA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DOS PROCESSOS CIVILIZADORES: ANÁLISE PSICOGENÉTICA A PARTIR DAS PRÁTICAS DE LAZER EM MONTE ALEGRE – PR</b> .....	113
8	<b>ARTIGO VI – AS NARRATIVAS DE CARÁTER PEDAGÓGICO SOB A PERSPECTIVA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES: SUGESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE ANÁLISE</b> .....	134
9	<b>ARTIGO VII – NARRATIVAS DE CARÁTER PEDAGÓGICO E ACELERAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR: ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE HELLÊ VELLOZO FERNANDES EM O TIBAGI (1948-1964)</b> .....	149
10	<b>ARTIGO VIII – A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE UM FUNDO SOCIAL DE CONHECIMENTO E NO RITMO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	178
11	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	203
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	212
	<b>ANEXO A – MONTE ALEGRE NO MAPA DO PARANÁ</b> .....	217

## 1. APRESENTAÇÃO

Em 1977, no livro *Como se faz uma tese*, Umberto Eco assim a definiu: “Uma tese consiste num trabalho datilografado, com extensão média variando entre cem e quatrocentas laudas, no qual o estudante aborda um problema relacionado com o ramo dos estudos em que pretende formar-se” (ECO, 2016, p. 01). No período em que essa afirmação foi escrita, em comparação aos dias atuais, o acesso e a circulação de informações eram limitadas, os livros eram bastante caros, sendo, então, necessário apresentar no material para a obtenção do título de doutor/a discussões mais detalhadas sobre o objeto, já que outros pesquisadores, por vezes, só realizariam tais leituras por intermédio das teses, disponíveis para fotocópia nas bibliotecas das universidades. Todavia, com mudanças nas formas de produzir e divulgar conhecimento, bem como por índices que estimulam a celeridade na produção dos resultados de pesquisa, as teses foram, paulatinamente, tendo seu número de páginas reduzido.

Atualmente, no Brasil, dois são os possíveis formatos adotados na escrita das teses: *monográfico* ou *tradicional* e *multipaper* ou *formato alternativo* (MUTTI; KLÜBER, 2018), ambos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O primeiro formato ainda é predominante e caracteriza-se por ser um texto extenso, dividido em capítulos – análogo aos livros (COSTA, 2014). Normalmente, possui um objetivo geral, que para ser alcançado é subdividido em etapas (ou objetivos específicos), costumeiramente apresentadas em cada capítulo. Via de regra, é constituído pela introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados e discussões e considerações finais.

No caso da tese apresentada em formato de artigos ou *multipaper*, esta pode conter os mesmos elementos estruturantes do formato *tradicional*. A principal diferença encontra-se no item *resultados e discussões*, onde são anexados artigos publicados, no prelo, em avaliação ou que ainda serão submetidos. Cada produção corresponde a uma investigação própria e – à exceção de trabalhos que adotam o mesmo método em contextos diferentes – corresponde aos objetivos específicos que sustentam a tese (FRANK; YUKIHARA, 2013, p. 01 *apud* COSTA, 2014, p. 05).

A tese *multipaper*, dada sua origem, por vezes é criticada e desmerecida. Isso porque, quando surgiu, na década de 1960, no Reino Unido, veio para agilizar o processo de obtenção do título de doutor para professores que já trabalhavam e publicavam nas instituições de ensino superior e, portanto, haviam demonstrado as competências necessárias para tal (DUKE; BECK, 1999 *apud* MUTTI; KLÜBER, 2018). Logo depois, esta estrutura organizacional das teses

passou também a ser empregada entre os estudantes, inicialmente nas Ciências Exatas e posteriormente nas Ciências Humanas e Sociais.

Entre prós e contras, optou-se pela estrutura considerada mais adequada à proposta desta tese. Por este trabalho também versar sobre formas mais eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses, entende-se que o modelo *multipaper* responde melhor aos anseios do estudo. Isto porque teses com elevado número de páginas, nas quais são descritas de maneira pormenorizada todos os detalhes da pesquisa, não costumam ser lidas na íntegra<sup>1</sup>, sendo consultadas pelos estudantes em pontos específicos, de acordo com os interesses do leitor.

Comparativamente, artigos são mais lidos e mais citados do que as teses, que, via de regra, permanecem apenas nas prateleiras das bibliotecas (NASSI-CALÒ, 2016). Nesse sentido, os capítulos de uma tese estruturados em formato de artigo podem acelerar a circulação da produção, elevando, em potencial, o número de leitores e sua eficácia no ensino, já que apresenta os resultados de maneira mais concisa.

Ainda não existe um modelo unificado para as dissertações e teses *multipapers* no Brasil; cada instituição estabelece critérios próprios. Como a Universidade Estadual de Ponta Grossa ainda não publicou nenhuma normativa a esse respeito, o padrão adotado para a escrita se pautou na pesquisa de Mutti e Klüber (2018), que analisaram os documentos de orientação para a defesa deste tipo de tese em 33 Instituições de Ensino Superior brasileiras<sup>2</sup>, apresentando os elementos mais frequentes. Nessa perspectiva, a tese que ora se apresenta buscou contemplar os seguintes quesitos:

- Mínimo de 2 artigos prontos para submissão e/ou publicação em periódicos avaliados com qualis igual ou superior a B2. É necessário que uma das produções seja de autoria exclusiva do docente com seu orientador, podendo as demais possuir coautores. No caso dos artigos publicados, estes deverão ser acompanhados de informações que os caracterizem (nome da revista e qualis) e poderão ser apresentados nas normas propostas pelos periódicos;

- Os elementos que compõem a tese *multipaper* variam conforme a área do conhecimento. Há casos onde são entregues apenas os artigos, sem escritos pré ou pós textuais. Nas Ciências Humanas e Sociais, que demandam explicações comparativamente mais longas, em relação a outras áreas do conhecimento, é comum a estruturação do material atendendo aos seguintes tópicos:

---

<sup>1</sup> Segundo informações apresentadas no site *SCIELO em Perspectiva* (2016), o número médio de leitores de uma tese do início ao fim é de aproximadamente 1,6 pessoas, incluindo o autor.

<sup>2</sup> Entre essas instituições é possível citar como exemplo: UDESC, UERJ, UFRGS, UFSC, UNICAMP, USP e UEL.

1º) Prefácio ou Introdução teórico-metodológica geral para todo o texto, contendo: contexto da pesquisa e referencial teórico (se for o caso), revisão de literatura, problema/hipótese/objetivos da pesquisa (se for o caso) ou interrogação de pesquisa e materiais e métodos; 2º) Artigo 1, artigo 2...; 3º) Resultados e discussões, articulando o que é dito nos artigos (geral para todo o texto); 4º) Considerações finais (geral para todo o texto); 5º) Referências (geral para todo o texto ou apenas com as referências que não forem apresentadas nos artigos). (MUTTI; KLÜBER, 2018, pp. 08-09).

A necessidade de uma explicação ou resumo dos artigos da tese varia conforme a área, sendo mais comum naquelas que necessitam historicizar os objetos, evidenciando a conexão entre as produções apresentadas, dando sustentação à tese. Nesses casos, se os autores julgarem necessário, além do resumo, introdução e revisão da literatura, conclusões e referências, é possível acrescentar ainda uma seção explicativa dos artigos (que poderá vir na sequência ou em anexo).

Por fim, resta ainda abordar a questão da avaliação. O fato de parte dos artigos que compõem a tese *multipaper* já ter sido publicada em revistas e/ou eventos acadêmicos antes da banca de doutorado não altera o processo de apreciação da banca – já que, essencialmente, o que muda é apenas o formato de apresentação dos resultados da pesquisa.

A partir dessas considerações, a tese aqui apresentada – submetida como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais Aplicadas no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – contém uma introdução, oito artigos<sup>3</sup> e uma conclusão, além de elementos pré e pós-textuais.

**Artigo I** (Publicado nos anais do 6º Congresso Acadêmico Faculdade Sagrada Família)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (2019). A teoria dos processos civilizadores como possibilidade teórico-metodológica nas Ciências Humanas e Sociais.

**Artigo II** (Em avaliação na *Revista Stricto Sensu*)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (2018). A teoria dos processos civilizadores aplicada ao contexto brasileiro: análise do estado do conhecimento.

**Artigo III** (Publicado nos anais do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores)

VIEIRA, A. F. B. (2018). *A aceleração do processo civilizador e a possibilidade de redução do recorte temporal de análise.*

---

<sup>3</sup> Os artigos foram formatados de acordo com as normas da UEPG. As sessões que os compõem, no entanto, são variadas, uma vez que seguem o padrão das revistas para as quais foram destinados.

**Artigo IV** (Aceito para publicação no livro *Cultura, Identidades e Gênero – IFPR-TB*)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (2019). A teoria dos processos civilizadores em curta duração: análise de microprocessos coercitivos em Monte Alegre – PR (1942-1946).

**Artigo V** (Publicado na *Recorde: Revista de História do Esporte*)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (2019). Alternativa metodológica para o estudo de processos civilizadores: análise psicogenética a partir das práticas de lazer em Monte Alegre – PR.

**Artigo VI** (Em avaliação para publicação no livro *Pedagogias Culturais*)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (2019). As narrativas de caráter pedagógico sob a perspectiva dos processos civilizadores: sugestões teórico-metodológicas de análise.

**Artigo VII** (A ser submetido)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (2019). Narrativas de caráter pedagógico e aceleração do processo civilizador: análise das crônicas de Hellê Vellozo Fernandes em *O Tibagi* (1948-1964).

**Artigo VIII** (A ser submetido)

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. (2020). A influência do jornalismo na construção e disseminação de um fundo social de conhecimento e na aceleração dos processos de desenvolvimento.

## 2. INTRODUÇÃO

### 2.1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO E OBJETIVOS DA PESQUISA

“O homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’” (ELIAS, 2011, p. 13). Sendo assim, como e por que ocorreu tal transformação comportamental? Partindo da premissa que não existe nenhuma atitude humana natural, antes uma aprendizagem social das formas de agir em cada situação, o sociólogo Norbert Elias<sup>4</sup> elaborou um conjunto de noções para estudar as mudanças que levaram os indivíduos e as sociedades a desenvolver um padrão determinado para as relações sociais e emocionais, diante de outras alternativas possíveis. Ao desenvolver a teoria dos processos civilizadores, Elias (2011) apresentou sua pesquisa como um modelo, indicando um percurso teórico-metodológico para esforços de investigação análogos. Na concepção no autor, para compreender os processos de educação das condutas faz-se necessário: 1) estudar os significados e entendimento dado ao conceito de civilização na figuração investigada; 2) elucidar como o comportamento e a vida das pessoas naquela sociedade mudaram; 3) esclarecer como e por que ocorreram tais transformações sócio e psicogenéticas.

De acordo com Elias, a investigação dos aspectos supracitados só seria possível mediante a realização de estudos empíricos em longa duração<sup>5</sup>. Assim, seu paradigma para o desenvolvimento da teoria foi a sociedade de corte na França. Em *O processo civilizador*, Elias (2011) estudou a transformação do *habitus* guerreiro em cortesão por um período de aproximadamente 700 anos, situados entre a Idade Média e o Renascimento. Pautado em documentos históricos, com destaque para os manuais de etiqueta, o autor problematizou a transformação dos costumes a partir de “certo número de séries de exemplos” (ELIAS, 2011, p. 15). Todavia, ele não encerrou seus estudos neste estágio: demonstrou também os

---

<sup>4</sup> Norbert Elias (1897-1990), filho único de um casal da burguesia judaica, nasceu em 1897, na cidade alemã de Breslau. Após ter lutado para a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, cursou parcialmente medicina e formou-se em filosofia. Voltando-se em seguida para a sociologia, em Heidelberg frequentou os círculos weberianos e em Frankfurt foi assistente de Karl Mannheim. Em 1933, o nazismo em ascensão lhe forçou o exílio, inicialmente na Suíça e na França e definitivamente na Inglaterra (GARRIGOU; LACROIX, 2010). Em 1939, publicou *O processo civilizador*, obra que, na década de 1970, consagrou-o nos campos da sociologia e da história. Entre suas ambições intelectuais, o autor destacou o árduo trabalho para criar “as condições nas quais minha obra possa efetivamente se tornar parte integrante da tradição sociológica” (ELIAS, 2001, p. 81). Seus anseios foram atendidos, uma vez que é reconhecido como um “renovador da ciência social” (PONTES, 2001, p. 17). Morreu em Amsterdam, em 1990.

<sup>5</sup> Elias (2006) não determinou temporalmente o que considerava longa duração, apenas indicou a necessidade de tomar ao menos três gerações para a observação de mudanças estruturais.

mecanismos que contribuíram para tal alteração – a exemplo da formação do Estado<sup>6</sup>. Na opinião do sociólogo, as pesquisas de processos civilizadores, ou seja, aquelas que se debruçam sobre as relações interdependentes entre as estruturas sociais (sociogênese) e de personalidade (psicogênese), permitem “relevar a *ordem* subjacente às *mudanças* históricas, sua mecânica e mecanismos concretos” (ELIAS, 2011, p. 16, grifo do autor).

Seus estudos empíricos de longa duração sobre a transformação dos costumes em cortes europeias serviram de base para pesquisadores de diversas nacionalidades, dentro e fora da Europa ocidental. O Brasil, por exemplo, possui 12 estudiosos reconhecidos pela *Norbert Elias Foundation*<sup>7</sup>, entre outros professores e alunos de graduação e pós-graduação, que se dedicam a estudar diferentes fenômenos dos processos civilizadores brasileiros. No entanto, apesar da ampla gama de cientistas humanos e sociais interessados em perspectivar seus objetos a partir da sociologia elisiana (GEBARA, 2014), a transposição da teoria para o contexto nacional abre margem para discussões acerca dos recortes espacial e temporal de investigação:

À primeira vista, aqueles que não estão familiarizados com a sociologia elisiana podem questionar a coerência de estudos de processos civilizadores em figurações fora do contexto europeu original. No entanto, o próprio Elias abordou a colonização como uma forma de difusão do processo civilizador para além dos limites do Velho Mundo<sup>8</sup>. Nessa perspectiva, sua teoria apresenta-se como “uma potencial ferramenta para analisar a realidade social de regiões que sofreram colonialismo europeu, como a América Latina e o Brasil” (GONÇALVES, 2013, p. 202). Ao utilizá-la para estudar processos de civilização em formações sociais de passado ocidental relativamente recente, onde a cultura europeia se expandiu de maneira heterogênea no decorrer da colonização, parece haver uma contradição entre a gênese da teoria, especialmente em relação aos recortes de longa duração, e a baliza temporal que vem sendo

---

<sup>6</sup> Na interpretação de Elias (2011, p. 17), “grande número de estudos contemporâneos sugere convincentemente que a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados”.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://norbert-elias.com/about-elias-foundation/elias-community-worldwide/>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

<sup>8</sup> “O que acontece ante nossos olhos, o que costumamos chamar de ‘difusão da civilização’ no sentido mais estreito, isto é, a disseminação de nossas instituições e padrões de conduta além do Ocidente, constitui a última onda, até agora, de um movimento que ocorre há vários séculos no Ocidente e cujas tendências e padrões característicos, incluindo a ciência, a tecnologia e outras manifestações de um tipo específico de autolimitação, estabeleceram-se aqui muito antes de existir o conceito de ‘civilização’. A partir da sociedade ocidental – como se ela fosse uma espécie de classe alta – padrões de conduta ocidentais ‘civilizados’ hoje estão se disseminando por vastas áreas fora do Ocidente, seja através do assentamento de ocidentais ou através da assimilação pelos estratos mais altos de outras nações, da mesma forma que modelos de conduta que antes se espalharam no interior do próprio Ocidente a partir deste ou daquele estrato mais alto de certos centros cortesãos ou comerciais” (ELIAS, 1993, p.211-212).

adotada por pesquisadores brasileiros (média de 50 anos). Dessa constatação, surgiu o desejo de estudar a questão das temporalidades na teoria dos processos civilizadores<sup>9</sup>.

Se, conforme postulou o Elias (1993), os processos civilizadores não possuem um marco zero e seguem em desenvolvimento, os mecanismos apontados pelo sociólogo como estimuladores de transformações sociais<sup>10</sup>, de igual maneira, continuaram seu curso e devem ser estudados em suas especificidades. Assim, sendo a aceleração social uma das características das sociedades urbano-industriais modernas (ROSA, 2017), esta tese discute a aceleração dos processos civilizadores e a potencial redução da escala temporal de análise, bem como a adoção da curta e da média durações para o estudo de processos de adequação comportamental e de formação de uma segunda natureza. Buscando verificar tais hipóteses, a figuração de Monte Alegre (atual município de Telêmaco Borba – PR) foi tomada como paradigma empírico de investigação. Entre os diferentes aspectos passíveis de estudo, optou-se pelos processos civilizadores ali empreendidos entre os anos de 1942 e 1964, período correspondente ao processo de desenvolvimento e incremento urbano-industrial de Telêmaco Borba.

Ao adotar fontes bibliográficas e, principalmente, jornalísticas para estudar os sentidos de “civilização” em Monte Alegre, elucidar as mudanças ocorridas na vida das pessoas e esclarecer as razões para tais transformações, o jornalismo acabou emergindo como um dos mecanismos que interferem no ritmo dessas alterações. Isso significa dizer que as narrativas publicadas nos jornais são potencialmente aceleradoras dos processos de civilização, uma vez que exercem contínua pressão sobre a apresentação comportamental das pessoas e interferem nos conteúdos pertencentes ao fundo social de conhecimento nas figurações de sua abrangência.

Sendo múltiplos os processos de aprendizagem, faz-se necessário desenvolver métodos apropriados para pesquisar processos civilizadores de diferentes épocas, bem como identificar os elementos que estimularam o desenvolvimento social nestes períodos. Nesse sentido, os artigos que compõem esta tese constituem um esforço de apropriação da teoria elisiana, objetivando avançar em relação aos postulados originais<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> A ideia inicial da tese era pesquisar os usos do esporte e do lazer em Monte Alegre na civilização da conduta dos trabalhadores e seus familiares, no entanto, ao longo da construção da tese, em decorrência de demandas surgidas do aprofundamento teórico e da leitura das fontes, novas questões foram surgindo. Assim, o que era para ter sido um estudo empírico de uma cidade-empresa adotando a teoria dos processos civilizadores como referente para a análise transformou-se em um paradigma para pensar a própria teoria.

<sup>10</sup> Em referência à ampliação das unidades de subsistência, o aumento da divisão funcional e da interdependência, a estabilização dos órgãos centrais da sociedade e a monopolização da violência física e da tributação.

<sup>11</sup> Os artigos que compõem a tese representam estágios de desenvolvimento teórico e metodológico distintos da pesquisa, por essa razão devem ser considerados como reflexões datadas no contexto de uma pesquisa que seguiu se desenvolvendo. Tomar esse pressuposto em consideração é importante porque as próprias leituras e discussões realizadas em eventos e na banca de qualificação redirecionaram a problemática da tese. Sobre a estrutura dos mesmos, elementos centrais sobre a metodologia, a aceleração e a realização de pesquisas empíricas em curta e

O Artigo I, intitulado *A teoria dos processos civilizadores como possibilidade teórico-metodológica nas Ciências Humanas e Sociais*, foi escrito visando **apresentar as noções sociológicas fundamentais da teoria dos processos civilizadores** – tais como civilização, figuração e processos sociais (ELIAS, 2006) –, visando demonstrar aos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais a pertinência da teoria como referencial teórico-metodológico. Para tanto, foram utilizadas como fontes bibliográficas as obras de Norbert Elias publicadas em português, assim como comentários de outros pesquisadores brasileiros que adotaram a abordagem em suas investigações. Com base nessas leituras foi possível compreender que a teoria dos processos civilizadores permite a investigação de diferentes aspectos sociais no tempo e no espaço. Seu caráter inovador advém da perspectiva interdependente entre sociogênese e psicogênese e sua adoção estimula um novo olhar para a interpretação de fenômenos sociais, possibilitando uma renovação temática.

Como “o trabalho do Elias tem tantas áreas de discussão diferentes, [...] [sendo] praticamente impossível encontrar uma comunidade em que todos estes aspectos variados possam realmente ser apreciados” (GOUDSBLOM *apud* GEBARA, 2005, p. 133), as noções concernentes à teoria dos processos civilizadores não precisam, necessariamente, ser utilizadas em sua totalidade; sendo possível a adoção dos conceitos que respondem melhor às demandas do objeto e objetivos da pesquisa. Entende-se que o mesmo princípio se aplica para os procedimentos metodológicos sugeridos pelo autor: tanto o recorte temporal das fontes quanto o recurso à comparação devem responder às especificidades do fenômeno pesquisado.

Após compreender os conceitos elementares da teoria dos processos civilizadores, surgiu a necessidade de estudar como os pesquisadores brasileiros estavam utilizando o modelo elisiano em suas pesquisas. Assim, o Artigo II, denominado *A teoria dos processos civilizadores aplicada ao contexto brasileiro: análise do estado do conhecimento*, buscou **identificar o estágio de apropriação da teoria elisiana no Brasil**. Para tanto, foi realizado o mapeamento e a análise das produções brasileiras, das Ciências Humanas e Sociais, que adotaram a teoria dos processos civilizadores em estudos empíricos. Com a adoção dos pressupostos metodológicos das pesquisas sobre o estado do conhecimento, aliados a técnicas da análise de conteúdo, foi possível observar que as instituições de ensino superior da região Sudeste são as que mais possuem pesquisadores interessados na investigação de diferentes fenômenos sociais

---

média durações perpassam quase todas as produções. No entanto, diante do vasto repertório elisiano, para evitar repetições, as pesquisas se valeram de bibliografias e problematizações distintas, demonstrando, ao mesmo tempo, o grande potencial da teoria dos processos civilizadores – que ainda tem muito a ensinar!

à luz da teoria dos processos civilizadores; e que as publicações nesta temática – em sua maioria em revistas de maior qualificação – cresceram a partir de 2012.

Sobre as características elementares das produções analisadas, buscou-se identificar, principalmente, a forma como a metodologia (recorte temporal e formas de comparação) e os aspectos teóricos foram manejados em estudos empíricos. As análises permitem afirmar que a forma como os estudiosos dos processos civilizadores vêm adotando a teoria apresentou avanços – em comparação a estudo análogo realizado por Souza (2009) –, no sentido de uma emancipação metodológica acerca do recorte temporal. Constatou-se que as referências elisianas à longa duração são colocadas em segundo plano em relação aos objetos e objetivos das pesquisas, abrangendo uma média de 50 anos. Em relação às possibilidades de comparação, estas têm sido realizadas de maneira interna à figuração investigada, observando seus avanços e/ou retrocessos ao longo do tempo. Acerca da adequação da teoria aos objetos de estudo, foi possível afirmar que a apropriação da sociologia elisiana encontra-se numa posição intermediária, oscilando entre a citação literal e a criação de novos saberes a partir das indicações de Elias. Por fim, a análise permitiu observar a tendência entre os pesquisadores de recorrer à teoria dos processos civilizadores como uma lente para a produção de novos conhecimentos, deixando de concebê-la como um passo a passo a ser rigorosamente seguido.

A autonomia dos pesquisadores brasileiros, principalmente em relação ao recorte temporal, chamou a atenção. Se Elias recorrentemente enfatizava a necessidade da longa duração, o que os levou a estudar empiricamente processos civilizadores sob uma perspectiva temporal de média duração? Buscando responder a esta pergunta, foram realizadas leituras visando compreender aspectos da continuidade dos processos civilizadores modernos, que têm implicado na redução dos recortes por parte dos pesquisadores. Assim, o Artigo III consiste em um ensaio teórico que **hipotetiza A aceleração do processo civilizador e a possibilidade de redução do recorte temporal de análise**, a partir da problematização de *elementos aceleradores*.

O artigo parte da premissa que a internalização de uma conduta “civilizada” tem-se tornado mais veloz no decorrer do próprio processo civilizador, uma vez que, a partir do século XIX em diante, a tecnologia passou a mediar de maneira mais intensa as transformações históricas, alterando seu ritmo. Mudanças sociais, como o surgimento de complexos industriais, cidades e meios de transporte e comunicação, requisitam novas formas de apresentação psicológica – adequadas à velocidade das alterações estruturais. Nesse sentido, foram problematizados os *elementos aceleradores* que potencializam o desenvolvimento dos

processos civilizadores<sup>12</sup>. São eles: o crescimento do repertório de saber; a legislação decorrente da centralização do poder (em âmbito nacional, estadual e municipal); o incremento da divisão de funções, aumentando cada vez mais a interdependência entre os indivíduos e, por extensão, a individualização de um tempo ainda mais sincronizado; a ampliação da capacidade de prospecção; e o avanço tecnológico, com destaque para o desenvolvimento de formas eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses.

Quanto mais esses elementos se desenvolvem, maior sua capacidade de influência no espaço e sua eficácia – no sentido da internalização comportamental – em menor intervalo de tempo. A forma como esses elementos se apresentam nas sociedades modernas contribui para a realização de inúmeras tarefas em menor intervalo de tempo, o que concorre para que novos saberes e novas sínteses sejam produzidos com maior celeridade, aumentando o potencial de transformação sócio e psicogenética. Nesse sentido, especialmente após o século XX, quando tais elementos são cada vez mais contundentes nas sociedades de cultura ocidental, é possível pensar em recortes temporais para a análise de processos civilizadores inferiores às três gerações indicadas por Elias como período mínimo de análise de mudanças no *habitus* (ELIAS, 2006).

Ao longo do desenvolvimento das pesquisas empíricas, as hipóteses levantadas no Artigo III foram lapidadas. Optou-se, então, por verificar a pertinência da teoria em análises de curta e média durações acerca de diferentes fenômenos dos processos civilizadores na cidade-empresa de Monte Alegre. Outra reorientação também fez-se necessária: diante da impossibilidade de trabalhar qualitativamente todos os *elementos aceleradores* abordados na referida produção, esta tese dedicou-se à investigação do jornalismo na civilização das condutas – concebendo-o como um elemento decorrente do avanço tecnológico que tem a capacidade de acelerar processos civilizadores, ao indicar e cobrar em suas publicações os comportamentos desejáveis na figuração de sua circulação. A adoção de fontes jornalísticas (e bibliográficas, no caso do Artigo IV) permitiu conhecer aspectos sócio e psicogenéticos locais, bem como processos de adequação, de formação de uma segunda natureza e de resistência<sup>13</sup>.

Partindo do esquema interpretativo elaborado por Elias para o estudo de processos civilizadores, entende-se que as pesquisas empíricas precisam, antes de mais nada, realizar um

---

<sup>12</sup> Todos esses elementos interdependentes, em maior ou menor medida, foram abordados por Elias em seus estudos.

<sup>13</sup> Acredita-se que as práticas de resistência em Monte Alegre existiram, mas que se concentraram em áreas limites. Dados os diferentes monopólios da empresa sobre o lugar e as pessoas, eram permitidas contestações desde que não alterassem o equilíbrio de poder local. Caso os dominantes se sentissem efetivamente ameaçados, a intenção civilizadora era deixada de lado em favor de atitudes mais enérgicas para a reestruturação da relativa ordem social – a exemplo das suspensões e demissões (CUNHA, 1982).

esforço para compreender os sentidos de “civilização” na figuração investigada e as características sociais e emocionais locais. Nesse sentido, além de suas problemáticas específicas, os Artigos IV e V foram construídos para auxiliar nesse processo de reconhecimento dos aspectos elementares da formação social pesquisada.

O Artigo IV adotou *A teoria dos processos civilizadores em curta duração: análise de microprocessos coercitivos em Monte Alegre – PR (1942-1946)*. Nesse sentido, diferentemente das investigações de Norbert Elias que estiveram centradas na transformação de *habitus* em longa duração, neste trabalho foram **analisados os microprocessos coercitivos (compulsões desarmadas) que estimularam adaptações comportamentais** – e que gradualmente contribuíram para a formação de uma segunda natureza. O recorte temporal de quatro anos corresponde à fase de construção da cidade-empresa de Monte Alegre (atual município de Telêmaco Borba – PR). Trata-se de um processo de menor duração perspectivado em relação a processos mais amplos, como o de industrialização e urbanização daquela região do Paraná e de consolidação do capitalismo no Brasil.

Com o recurso a pesquisas de caráter bibliográfico, foi possível historicizar as normativas desta primeira fase do desenvolvimento de Monte Alegre e identificar um conjunto de monopólios exercidos pela indústria responsável (econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação), que pressionou a população no sentido dos comportamentos desejados pelo grupo dominante. Em uma perspectiva de longo prazo, é possível afirmar que as pressões exercidas na cidade-empresa contribuíram para a transformação dos trabalhadores advindos de regiões rurais em trabalhadores urbano-industriais. Todavia, ao observar os microprocessos, foi possível visualizar práticas desviantes aos esforços civilizatórios locais – que, no entanto, não tiveram poder suficiente para reorientar o processo em curso.

Considerando a teoria dos processos civilizadores um referencial teórico-metodológico bastante amplo, que permite analisar diferentes aspectos do desenvolvimento humano, e os esforços aqui empreitados para pensar as noções da sociologia elisiana em curta duração, buscou-se uma *Alternativa metodológica para o estudo dos processos civilizadores: análise psicogenética a partir das práticas de lazer em Monte Alegre – PR*. Sendo os aspectos psicogenéticos mais fugidios nas fontes – em comparação aos sociogenéticos, o Artigo V **propõe um percurso metodológico para o estudo da psicogênese a partir da análise de microprocessos de coerção** (compulsões desarmadas). Para tanto, foram analisadas as atividades de lazer desenvolvidas na cidade-empresa de Monte Alegre e noticiadas entre 1948 e 1949 no jornal *O Tibagi*. Se, conforme postulou Elias e Dunning (1985), as práticas de lazer

respondem às necessidades de cada figuração, a análise de sua tipologia permite considerar aspectos do desenvolvimento psicogenético – ao problematizar tais práticas em relação à sociogênese local e ao inscrever esse processo menor em processos de desenvolvimento mais abrangentes.

A análise de conteúdo das fontes permitiu observar que, por se tratar de um ambiente construído por pessoas com níveis de autocorção distintos, a empresa responsável se utilizou do lazer na tentativa de homogeneização das condutas, visando a produtividade industrial. Em relação aos aspectos psicogenéticos, foi possível observar que as sensibilidades, tal qual nos achados de Elias, eram hierarquizadas: as classes mais altas optavam por práticas de lazer mais contidas, como o xadrez; já os operários eram mais afeitos ao futebol – uma vez que esta prática permite maior manifestação emocional e corporal. Essa separação, marcada pela existência de clubes diferentes para operários e funcionários graduados da indústria, era suavizada em eventos sociais abertos, nos quais ocorria a aproximação comportamental entre as diferentes classes. A observação de pressões formativas cotidianas permitiu também observar as práticas de resistência à ação civilizadora em curso: certas atividades, consideradas como saudáveis pela indústria, tiveram baixa adesão popular – a exemplo da Corrida de São João.

Após esses estudos de curta duração, que tiveram um caráter mais exploratório, sentiu-se a necessidade de um delineamento metodológico para as análises empíricas de média duração que ainda seriam realizadas. Nesse sentido, sob o ponto de vista da teoria dos processos civilizadores, o Artigo VI procurou **delimitar um percurso teórico metodológico para o trabalho com narrativas de teor educativo publicadas em jornais**. Tal qual os manuais estudados por Elias, os jornais difundem modelos de civilidade. Por este tipo de fonte envolver um processo de produção e de apropriação diferente de outras formas de leitura, para atender as suas especificidades no processo de modulação das condutas, em *As narrativas de caráter pedagógico sob a perspectiva dos processos civilizadores: sugestões teórico-metodológicas de análise* foram trabalhados: o papel social dos jornais, pelo viés da pedagogia cultural; a concepção do conteúdo do jornal como narrativa, valendo-se dos pressupostos teóricos da análise crítica da narrativa; e o processo de recepção, inferido a partir de indícios presentes nas próprias publicações.

A concepção dos jornais como um espaço pedagógico, que ensina e estimula condutas por meio da publicação de sínteses dos comportamentos desejáveis – contribuindo para a transformação de subjetividades e acelerando, em potencial, os processos de desenvolvimento –, permite sua adoção como fonte empírica para a análise de processos civilizadores. Perspectivando as publicações sob o ponto de vista das narrativas, entende-se que existe uma

intencionalidade no ato de narrar, que pode ser investigada. Por mais que, em última instância, a interpretação final seja do leitor, na narrativa estão presentes diretrizes para a interpretação – que são reificadas pelas relações de poder do contexto partilhado entre jornalistas e seus interlocutores. Por essa razão, a contextualização da conjuntura civilizatória da figuração é fundamental, uma vez que auxilia na compreensão de elementos extraverbais da produção de sentidos. De igual maneira, faz-se necessária a contextualização do jornal, visando conhecer as funções atribuídas pelo periódico a si próprio em relação ao seu espaço de influência.

Após tais encaminhamentos, o artigo tratou ainda da categorização de narrativas dispersas ao longo do periódico – possível por meio da análise de conteúdo –, uma vez que permite observar questões que de outra forma talvez não fossem contempladas, como a periodicidade, intensidade, esferas da vida reguladas, entre outras. Como última sugestão, o artigo incentivou os pesquisadores a conceber seus recortes de pesquisa como parte de um processo em desenvolvimento, posto que as próprias narrativas de caráter pedagógico, ao serem internalizadas, criam novos padrões a serem socializados, dando continuidade aos processos civilizadores.

Na esteira das proposições elisianas, a partir deste percurso metodológico, os Artigos VII e VIII foram desenvolvidos com o intuito de demonstrar as mudanças comportamentais ocorridas em Monte Alegre, os mecanismos e as razões de tais transformações. Individualmente, com abordagens teóricas distintas, buscaram verificar a aplicabilidade da teoria dos processos civilizadores em recortes médios e a influência do jornalismo na constituição de uma conduta “civilizada”.

No Artigo VII, intitulado *Narrativas de caráter pedagógico e aceleração do processo civilizador: análise das crônicas de Hellê Vellozo Fernandes em O Tibagi (1948-1964)*, buscou-se, então, **demonstrar a aplicabilidade da teoria dos processos civilizadores em recortes temporais de média duração e o potencial acelerador de desenvolvimento que as narrativas jornalísticas de caráter pedagógico possuem**. Para tanto, foi realizada a análise de conteúdo nas crônicas de *Hél*<sup>14</sup>, publicadas no jornal *O Tibagi* entre 1948 e 1964, objetivando identificar as sensibilidades em Monte Alegre e as esferas da vida sobre as quais as publicações incidiam, bem como os processos de adequação comportamental e de resistência. Assim, após apresentar as características elementares da cidade-empresa, discutir o papel destacado da cronista naquela figuração e estabelecer a compreensão teórico-metodológica para o trabalho com as fontes, foi realizada a análise de conteúdo, que permitiu compreender que as narrativas

---

<sup>14</sup> Alcinha utilizada pela escritora, jornalista e redatora social de *O Tibagi*, Hellê Vellozo Fernandes, na assinatura de suas crônicas.

possuíam efeitos distintos conforme o receptor, variando o sentido de acordo com as diferentes classes da cidade-empresa – sendo a mais afetada a camada de duas frentes (ELIAS, 2001b, p. 262), pressionadas pelo desejo de prestígio e o medo de perder a posição social já conquistada.

A análise empírica abarcando 16 anos de publicações – recorte que faz parte de um processo de desenvolvimento maior – permitiu entender que as pressões comportamentais exercidas sobre os residentes de Monte Alegre ocorreram por intermédio de um conjunto de monopólios exercidos pela empresa responsável pela cidade, reforçados pelas narrativas de caráter pedagógico publicadas no jornal local, com destaque para as crônicas de Hellê Vellozo Fernandes. Tal processo não se deu sem manifestações de resistência. No entanto, as céleres mudanças de conduta apresentadas nas crônicas demonstram a eficácia desse conjunto de coerções normativas na reorientação comportamental – afirmando o potencial acelerador de processos que o jornalismo tem. Em relação às proposições teóricas, se civilização se refere à internalização das pressões externas (ELIAS, 2011), é possível afirmar a exequibilidade de pesquisas de processos de desenvolvimento em média duração, visto que transformações comportamentais – correspondentes à formação de uma segunda natureza – foram visualizadas empiricamente neste recorte. Além disso, períodos médios permitem a análise de fontes por toda a extensão temporal da pesquisa, possibilitando a observação de cada microcoerção exercida, como também as práticas de resistência e possíveis reorientações do processo civilizador.

Por fim, no Artigo VIII foi pesquisada *A influência do jornalismo na construção e disseminação de um fundo social de conhecimento e na aceleração dos processos de desenvolvimento*, visando **averiguar a hipótese de que o caráter pedagógico do jornalismo – manifesto na publicação de sínteses de comportamentos socialmente desejáveis – contribui para a célere individualização de normativas comportamentais, estimulando o ritmo de desenvolvimento dos processos sociais**. Para tanto, foi realizada a análise de conteúdo das *Crônicas da Cidade*, escritas por Marenfis<sup>15</sup> e publicadas no jornal *O Tibagi* entre 1948 e 1964, buscando conhecer aspectos dos saberes socialmente partilhados em Monte Alegre e da transformação comportamental local – impulsionadas por narrativas que mobilizaram o medo e a vergonha.

Segundo Elias (1998a), todas as sociedades possuem um fundo de saberes partilhado socialmente, construído ao longo de muitas gerações, que os indivíduos podem manter, ampliar ou reduzir. Esse conjunto de conhecimentos direciona as experiências possíveis. Portanto,

---

<sup>15</sup> Heterônimo adotado pelo jornalista João Marenfis, que em *O Tibagi* exerceu cargos importantes como o de redator-chefe e de gerente do jornal.

aqueles que têm o poder de orientar seus conteúdos podem direcionar os processos mais conforme seus interesses e até mesmo alterar seu ritmo ou curso de desenvolvimento. No caso da figuração de Monte Alegre, localidade isolada geograficamente, o jornal *O Tibagi* assumiu importante papel na educação das condutas locais, ao enunciar um padrão específico de informações para a alimentação desse fundo. Nesse sentido, as cobranças comportamentais realizadas por Marenfis logo foram interiorizadas, abrindo margem para que novas condutas fossem objetos de pressão. Essa célere transformação comportamental foi estimulada pelo medo e pela vergonha de perder prestígio social. Assim, com base nos conhecimentos adquiridos pelo jornal, os montealegrenses orientavam suas manifestações emocionais visando manter ou elevar sua posição nas redes de interdependência locais – confirmando a hipótese da influência do jornalismo na constituição de um fundo social de conhecimento e no ritmo dos processos de desenvolvimento.

Como a apresentação elementar dos artigos permite compreender, este trabalho tem implicações teóricas e empíricas. Em relação ao seu caráter teórico, esta tese discute a aceleração dos processos civilizadores e a potencial redução da escala temporal de análise, bem como a adoção da curta e da média durações para o estudo de processos de adequação comportamental e de formação de uma segunda natureza. Em relação à pesquisa empírica, além de permitir conhecer aspectos sócio e psicogenéticos de um período específico do processo de civilização no município de Telêmaco Borba, as análises demonstram o papel dos jornais como elemento acelerador de processos sociais, tanto pela pressão normativa que exercem para a constituição de indivíduos “civilizados”, quanto por sua capacidade de influenciar na construção de um fundo social de conhecimento, balizando as experiências possíveis em sua figuração de abrangência.

## 2.2 PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

A teoria dos processos civilizadores foi elaborada pelo sociólogo Norbert Elias para estudar as “mudanças específicas na maneira como as pessoas se prendem umas às outras [e que] lhes modelam a personalidade de uma maneira ‘civilizadora’” (ELIAS, 1993, p. 195). Para tanto, desenvolveu alguns conceitos sociológicos fundamentais, como civilização, figuração e processos sociais (ELIAS, 2006), além de um repertório metodológico específico para o estudo dos processos de desenvolvimento<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Os elementos fundamentais da sociologia elisiana serão abordados no Artigo I.

A gênese da teoria encontra-se já no primeiro trabalho de Elias, intitulado *A sociedade de corte*, mas foi na obra *O processo civilizador*, publicada pela primeira vez em 1939, que o autor esboçou efetivamente as diretrizes de sua proposição teórica. Seu reconhecimento, no entanto, foi tardio: somente a partir da década de 1970 os historiadores das mentalidades passaram a ter maior interesse na “psicologia histórica” proposta pelo autor, “dando muito valor a suas contribuições empíricas, à sua análise da evolução dos costumes, em detrimento de sua teoria das configurações sociais, do equilíbrio das tensões ou da monopolização da violência física” (GARRIGOU; LACROIX, 2010, p. XXVI).

O estudo da transformação das maneiras nas cortes europeias foi o paradigma empírico a partir do qual Elias elaborou “modelos de transformação suscetíveis de receber outras ilustrações, ou mesmo de fornecer os elementos de uma teoria do desenvolvimento em geral” (COLLIOT-THÉLÈNE, 2010, p. 35). Assim, estudou tanto o processo de transformação dos guerreiros medievais em cortesãos (curialização), quanto a transição da estrutura descentralizada do feudalismo para a altamente centralizada do Estado monárquico francês – já que considerava as transformações emocionais (psicogênese) e alterações sociais (sociogênese) fenômenos interdependentes. A investigação dos mecanismos que conduziram a tais mudanças inspirou “teses gerais sobre a constituição dos monopólios, que podem ser aplicadas tanto a esses processos quanto a outros [...] [e] permite lançar as linhas gerais da teoria da civilização cujo campo de validade se estende à história de toda a humanidade” (COLLIOT-THÉLÈNE, 2010, p. 35-36).

A apreciação parcial de Elias, considerando apenas seus achados empíricos sobre a história dos costumes, tem relação com a abordagem adotada pelo autor – que se considerava um *outsider* em relação à corrente dominante na Sociologia<sup>17</sup>. No entanto, foi justamente o desenvolvimento de um conjunto teórico-metodológico próprio que o permitiu elaborar um modelo empiricamente verificável dos processos civilizadores. Utilizando uma abordagem de longa duração<sup>18</sup> para a análise empírica de um microcosmo específico<sup>19</sup>, evidenciou a existência

---

<sup>17</sup> Sobre isso Kilminster (1994, p. 08, tradução nossa) escreveu: “Elias se manteve durante a maior parte de sua longa carreira, por razões que com frequência escaparam ao seu controle, na periferia da ordem estabelecida na sociologia e, portanto, distante dela”. No original: “Elias se mantuvo durante la mayor parte de su larga carrera, por razones que escapaban con frecuencia a su control, en la periferia del orden establecido de la sociología y alejado, por tanto, de él” (KILMINISTER, 1994, p. 08).

<sup>18</sup> A opção pela longa duração – em detrimento das tendências sociológicas vigentes – foi motivada, entre outros fatores, pela forma como historiadores e sociólogos “tinham-se deixado fascinar durante muito tempo pelo único, o acidental (o indivíduo, o evento o caso singular)” (REVEL, 2010, p. 346) – daí os embates de Elias a favor de pesquisas de longa duração.

<sup>19</sup> Para Elias, “o estudo de caso permite atingir o essencial, ou seja, evidenciar as condições que tornam possível a emergência e perpetuam a existência de tal forma social”. Daí decorre a dupla estratégia de investigação adotada

de uma “história das estruturas” (CHARTIER, 1988, p. 92), já que existem elementos comuns em todos os processos de civilização, a saber: a ampliação das unidades de subsistência, o incremento da divisão de funções e da interdependência entre os indivíduos, a estabilização dos órgãos sociais centrais e a monopolização da violência física e da tributação (ELIAS, 2003). Em uma relação de dependência mútua, essas mudanças nas estruturas sociais requisitaram a constituição de uma nova personalidade. Ao analisá-las, Elias identificou alguns *universais sociais*, a saber: a transformação da “coação social à *autocoção* e a apreensão de uma autorregulação individual” (ELIAS, 2006, p. 22, grifo do autor).

A abordagem de Elias extrapolou os círculos da corte e vem sendo utilizada na interpretação de fenômenos sociais em tempos e espaços diversos. Isso porque o estudo de microcosmos serve como um modelo, que “nos oferece uma oportunidade de pôr à prova alguns conceitos que hoje em dia ainda nos parecem estranhos, como ‘figuração’, ‘interdependência’, ‘equilíbrio das tensões’, ‘desenvolvimento da sociedade’ ou ‘desenvolvimento da figuração’, esclarecendo assim seu significado” (ELIAS, 2001, p. 215).

Segundo a *Norbert Elias Foundation*<sup>20</sup>, existem pesquisadores de 29 nacionalidades, espalhados pelo mundo todo, que adotam a sociologia figuracional em suas pesquisas. No caso brasileiro, tal referencial começou a ser utilizado de maneira mais significativa a partir dos anos 1990, “período que a divulgação das obras de Elias começa a se tornar marcante no Brasil” (GEBARA, 2014, p. 25). Sua popularização iniciou entre os historiadores do esporte/lazer e atualmente a teoria é utilizada não apenas por sociólogos e historiadores, mas também por cientistas políticos, antropólogos e outros. Em relação a essa apropriação, são necessárias algumas colocações:

O conceito de civilização se refere a “uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas, aos costumes”. Pode também se referir “ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’” (ELIAS, 2011, p. 23). A noção de civilização, que pode ser entendida como a expressão da consciência que o Ocidente tem de si mesmo, foi um dos eixos centrais nas pesquisas Elias. A função geral do conceito de civilização é resumir

---

pelo autor: “Por um lado, trata-se de considerar uma situação história específica e, conseqüentemente, de pôr à prova dados empíricos factuais, um corpo de hipóteses e de conceitos” (CHARTIER, 1988, p. 93).

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://norbert-elias.com/about-elias-foundation/elias-community-worldwide/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

“tudo que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’” (ELIAS, 2011, p. 23).

Para o autor, civilização descreve a autoimagem que determinada sociedade possui, por isso seu conteúdo pode diferir mesmo entre as nações ocidentais. Isso significa dizer que não existe nada que não possa ser feito de maneira “civilizada” ou “incivilizada”, uma vez que o conceito implica um julgamento de valor (GONÇALVES, 2013, p. 206). Segundo o sociólogo, com a palavra civilização “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha” (ELIAS, 2011, p. 23), como seu nível tecnológico, suas maneiras, sua cultura científica, enfim, sua visão de mundo.

Esta definição está pautada principalmente no caso francês, onde os membros das cortes utilizavam tal expressão para exaltar as qualidades de seus próprios comportamentos, comparando “o refinamento de suas maneiras sociais, seu ‘padrão’, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores” (ELIAS, 2011, p. 52). O termo passou, então, a caracterizar um tipo específico de comportamento, a partir do qual outras formas de conduta eram julgadas – constituindo “um contra conceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie” (ELIAS, 2011, p. 59). Civilização, portanto, refere-se à autoimagem de um grupo (dominante nas relações de poder) e a utilização deste padrão para a estigmatização de outros, com expressões sociais e emocionais distintas das suas.

Nas cortes francesas, a constituição de um padrão civilizado incluiu: “As convenções de estilo, as formas de intercâmbio social, o controle das emoções, a estima pela cortesia, a importância da boa fala e da conversa, a eloquência da linguagem e muito mais” (ELIAS, 2011, p. 50). A etiqueta, inicialmente desenvolvida no espaço restrito das cortes, com o tempo tomou caráter nacional. Essas novas formas de relacionamento e expressão, que incluíram a suavização das maneiras e a polidez, contribuíram para o refinamento das condutas. Assim, entende-se que civilizar-se é interiorizar os comportamentos socialmente requisitados nas redes de interdependência da qual se faz parte. Na tendência apontada por Elias (1998b) em seus estudos, o processo de civilização inclui a pacificação e a resolução de conflitos sem o emprego da violência.

O fato de Elias ter desenvolvido as noções que compõem a teoria a partir de formações sociais europeias não impede a análise de aspectos sociais e emocionais de outros processos de desenvolvimento – especialmente no caso de países como o Brasil, que possuem passado colonial, onde existiu uma forte relação entre os padrões civilizatórios desenvolvidos na Europa e os implantados durante a conquista do “Novo Mundo” (GONÇALVES, 2013). Ao ser adotado em outros contextos, a característica elementar do conceito de civilização se mantém: trata-se

de um tipo específico de comportamento através do qual a classe dominante se sente superior aos demais. Como os padrões comportamentais transformam-se continuamente, a teoria dos processos civilizadores investiga os processos sociais e psicológicos que levaram esse desenvolvimento em uma direção e não em outra – independentemente da figuração de análise.

Na ausência de conceitos sociológicos que explicassem apropriadamente a relação interdependente entre indivíduo e sociedade, para estudar os processos civilizadores Elias (2001a) desenvolveu o conceito de figuração: “uma formação social cujo tamanho pode ser muito variável [...] em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões” (CHARTIER, 1988, p. 100). Uma família, alunos em uma escola, trabalhadores em uma vila operária, membros de uma religião ou uma nação... Todas são figurações singulares e sempre codeterminadas “pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto um meio do ingresso singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos” (ELIAS, 2006, p. 25).

Cada figuração possui um conjunto de saberes próprio, adquirido por seus membros desde o momento do nascimento. Esse fundo social de conhecimento baliza as existências possíveis, ao mesmo tempo em que os indivíduos podem ampliá-lo ou limitá-lo (ELIAS, 1994). Sua extensão ultrapassa as gerações e as formas de expressão comportamental decorrentes deste constituem um *habitus* – propriedade comum dos indivíduos que

[...] formam entre si uma determinada unidade de subsistência, por exemplo uma tribo ou Estado. Eles são herdeiros não só de uma linguagem específica, mas também de um modelo específico de civilização e, portanto, de formas específicas de auto-regulação, que eles absorvem mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter comum do *habitus* social, da sensibilidade e do comportamento dos membros de uma tribo ou Estado nacional (ELIAS, 2006, p. 23).

Para Elias, os dados que compõem o *habitus* de determinado grupo ou nação são reimplantados [sic] em cada novo membro, norteando sensibilidades e comportamentos. Esse padrão comportamental coletivo – que sofre rupturas e permanências ao longo das gerações<sup>21</sup> – é interiorizado, desde a primeira infância, a partir de um conjunto de pressões externas. Assim, ao longo da vida, um indivíduo é coagido pelas diversas redes de interdependência das quais faz parte a adequar suas manifestações emocionais às demandas de tais círculos sociais<sup>22</sup>. Esse

<sup>21</sup> Norbert Elias percebe o *habitus* como “resultado de processos históricos específicos e sempre sujeitos a reformulação. Não são estruturas estáticas, como também não são elementos determinantes na ação dos indivíduos” (ANDRADE, 2019, p. 108).

<sup>22</sup> É importante lembrar que todo processo civilizador implica uma relação de poder entre os que estabelecem os padrões e determinam o que é “sucesso social” e aqueles que, a despeito de processos de resistência, buscam igualar-se à classe dominante.

exercício desenvolve a capacidade de antecipação, que permite refrear impulsos momentâneos visando ganhos futuros. Nesse sentido, a manifestação de um comportamento diferenciado exige uma espécie de atuação, uma “dissimulação relativamente permanente e eficaz dos impulsos emocionais momentâneos, como meio de sobrevivência e êxito social”. Quando adulto, o indivíduo descobre que “aquelas feições desenvolvidas por ele a princípio como uma dissimulação consciente tornam-se parte integrante de seu próprio rosto” (ELIAS, 2001, p. 242), conformando uma segunda natureza. Isso posto, é possível afirmar que existem três níveis de apresentação comportamental: a adequação, a segunda natureza e o *habitus* – sendo os dois primeiros produtos e produtores do último.

A adequação comportamental refere-se ao rápido controle comportamental mediante uma pressão externa inescapável. Como exemplo ilustrativo, é possível citar um desempregado que acabou de iniciar em um novo trabalho: de um dia para o outro terá que organizar seus horários, sua apresentação pessoal e seu vocabulário conforme as demandas de seu novo empregador. Inicialmente, talvez cometa equívocos; no entanto, ao longo da partilha social dos saberes concernentes àquela figuração, as diferenças serão suavizadas à medida que os constrangimentos externos forem internalizados e automatizados. A transformação das coações externas em autocoação produz alterações na personalidade individual durante toda a vida, configurando o que Elias chamou de segunda natureza. Os itens dessas pressões sociais são decorrentes do fundo de conhecimento comum e dos *habitus* da figuração em questão. A formação de uma segunda natureza ilustra, portanto, “a maneira como o processo civilizador contribui para formar os *habitus* sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade” (ELIAS, 1998b, p. 14).

Diante dessas três possibilidades de transformação comportamental, Elias estudou, em especial, os processos históricos que levaram à constituição do *habitus* em dada figuração. Para citar um exemplo, em *Os Alemães* “A questão central de Elias consiste em entender como a história de uma nação, ao longo dos séculos, sedimentou-se no *habitus* de seus membros considerados individualmente” (BARROS, 1998, p. 145). Para tentar entender o nazismo, o autor adotou uma perspectiva de longa duração, uma vez que o *habitus* – com manutenções, segregações e/ou inovações em seu conteúdo – é transmitido de geração em geração<sup>23</sup>. Segundo

---

<sup>23</sup> Isso significa dizer que aspectos pretéritos da autoimagem alemã contribuíram para a ascensão do nacional-socialismo, ao lado de outros mecanismos de pressão pontuais, como “técnicas intensivas de educação e propaganda, [...] [que] serviram apenas para reforçar as características de uma estrutura de personalidade que criou no indivíduo uma disposição a se submeter lealmente às exigências do chefe do Estado” (BARROS, 1998, p. 149).

os postulados elisianos, para investigar esse tipo de processo social<sup>24</sup>, ou seja, “transformações amplas, contínuas [...] de *figurações* formadas por seres humanos [...] em uma de duas direções opostas”<sup>25</sup>, é necessária a adoção de um recorte temporal de longa duração, “em geral não aquém de três gerações” (ELIAS, 2006, p. 27-28, grifo do autor).

Em *O processo civilizador*, Elias empreitou uma análise de aproximadamente 700 anos, entre a Idade Média e o Renascimento, buscando compreender o processo de curialização. O sociólogo partiu da premissa que a noção do que é ser “civilizado” havia mudado ao longo da história ocidental e procurou investigar “Como ocorreu realmente essa mudança, esse processo ‘civilizador’ do Ocidente? Em que consistiu? E quais foram suas causas ou forças motivadoras?” (ELIAS, 2011, p. 13).

Sendo interdependentes os processos sociais e emocionais, a redução de manifestações violentas por parte dos guerreiros ao tornarem-se cortesãos indica transformações nas estruturas da sociedade. No decorrer do recorte temporal adotado por Elias, a divisão funcional e a interdependência cresceram, ao mesmo tempo em que ocorreu maior centralização de poder decorrente da monopolização da violência. Todavia, dadas as determinações do período, a passagem de um nível de integração feudal para o cortês foi bastante lenta – perceptível somente com uma perspectiva de longa duração<sup>26</sup>.

No entanto, a partir da interpretação elisiana que se propõe nesta tese, entende-se que são possíveis estudos de processos civilizadores em curta e em média durações para investigar os processos de adequação comportamental e de formação de uma segunda natureza, respectivamente. Tais premissas estão pautadas no próprio processo de formação do *habitus*, já que processos mais amplos são produtos e produtores de durações relativamente mais curtas, e na continuidade do próprio processo civilizador, que na atual tendência tem contribuído para a

---

<sup>24</sup> Elias também propôs instrumentos conceituais para o estudo de processos sociais, tais como: integração e desintegração, engajamento e distanciamento, civilização e descivilização, ascensão e declínio. Esses pares conceituais não são simples oposições, “Muito menos etapas diferenciadas de um processo linear. São situações intrínsecas a um mesmo processo que necessitam ser observadas de cortes verticais definidos” (RIBEIRO, 2005, p. 101) – a exemplo do primeiro surto de industrialização, que implicou no declínio da produção artesanal (ELIAS, 2006).

<sup>25</sup> “Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. Em ambos os casos, os critérios são puramente objetivos. Eles independem do fato de o respectivo observador os considerar bons ou ruins.” (ELIAS, 2006, p.28).

<sup>26</sup> No caso de investigações históricas e sociológicas de aspectos civilizadores brasileiros, se a proposição temporal de análise em Elias fosse tomada de maneira estrita, seria impraticável apenas transpor seu modelo. Sendo o Brasil um país com história ocidental com pouco mais de 500 anos, o recorte temporal para análise de figurações nacionais deve responder às questões impostas pelo problema de pesquisa e às características da figuração investigada. Nesse ponto, é importante ressaltar que os processos históricos do país se desenvolveram mais rapidamente em comparação aos europeus, por serem balizados por sínteses de experiências do “Velho Mundo” adaptadas às demandas nacionais. Acredita-se que esta aceleração seja uma das razões que justificam a tendência dos pesquisadores brasileiros em utilizar recortes temporais reduzidos em comparação com Norbert Elias.

aceleração dos processos. Assim, o que distingue recortes temporais mais ou menos duradouros tem relação com o aspecto civilizador que se pretende investigar, os objetivos propostos para tal e as fontes utilizadas.

Independentemente da figuração pesquisada, existem expectativas dirigidas pelos indivíduos a si próprios e/ou pelos outros – que se tornam obrigações, as quais as pessoas sentem que devem cumprir. Tais expectativas adquirem as características políticas, econômicas e culturais das sociedades nas quais são ambicionadas. É nesse ponto, portanto, que existe uma diferença fundamental entre as análises situadas até o século XVIII, como o estudo da sociedade de corte empreitado por Elias, e aquelas que se ocupam de objetos situados do final do século XIX em diante: a configuração da temporalidade. Segundo Elias e Dunning (1985a, p. 44),

a regulamentação do tempo, exigida pela vida numa comunidade relativamente indiferenciada de caçadores ou de agricultores, compreendendo duzentas pessoas no máximo, é diferente da que existe numa comunidade industrial que compreende muitos milhares, ou mesmo milhões de pessoas.

Nesse sentido, as investigações com recortes situados temporalmente após a Revolução Industrial<sup>27</sup>, “que estabeleceu a capacidade ilimitada do sistema produtivo, criado pelo capitalismo, em promover crescimento econômico e penetração mundial” (HOBSBAWN, 2017, p. 24), devem levar em consideração em suas análises as grandes transformações sociais e psicológicas decorrentes desta e de processos subsequentes. Afinal, com o “triunfo e a transformação do capitalismo na forma historicamente específica de sociedade burguesa em sua versão liberal” (HOBSBAWN, 2017, p. 24), a aceleração tornou-se o traço mais notório da configuração atual da temporalidade (MAIA, 2017).

Elias, como um desdobramento de seus estudos, também escreveu *Sobre o tempo*, adotando uma “visão holística e processual do fenômeno temporal” (CARVALHO, 2018, p. 205). O esforço teórico do autor neste campo foi para demonstrar que o tempo “faz parte dos símbolos que os homens são capazes de aprender e com os quais, em certa etapa da evolução da sociedade, são obrigados a se familiarizar, como meios de orientação” (ELIAS, 1998b, p. 20). Em sua concepção, o tempo está relacionado às propriedades simbólicas de um grupo humano determinado em determinado tempo e espaço, o significa dizer que os seres humanos “se inserem num mundo de símbolos que eles mesmos criaram e dos quais são dependentes” (CARVALHO, 2018, p. 206).

---

<sup>27</sup> De acordo com Palermo (2017, p. 309), a Revolução Industrial é um marco do processo de aceleração, uma vez que contribuiu para que as cidades funcionassem em um ritmo que favoreceu a intensificação da vida, “o que promoveu transformações sociais de grande vulto na passagem do século XVIII para o XIX, produzindo nas pessoas uma mudança cognitiva em relação ao cotidiano”.

Para o autor “a palavra ‘tempo’ [...] designa simbolicamente a relação que um grupo humano [...] dotado de capacidade biológica de memória e síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida” (ELIAS, 1998b, p. 39-40). Portanto, o tempo é uma representação simbólica de uma extensa rede de relações. Sua definição em cada sociedade é tributária da capacidade de síntese de seus membros, ou seja, da pré-disposição humana para o estabelecimento de relações entre os acontecimentos. Tais conexões são resultantes da aprendizagem de um repertório de saber passado de geração em geração em uma longuíssima cadeia. No caso da noção de tempo, o conhecimento que paulatinamente foi sendo construído pelos antepassados acerca dos fenômenos naturais permitiu às gerações atuais a aprendizagem de uma síntese que contribuiu para a criação de formas mais padronizadas de mensuração.

Em estágios anteriores do processo civilizador, as relações de dependência eram pequenas e, por este motivo, não demandavam tanta sincronicidade de ações. Assim, a cronologia dos acontecimentos sociais ocorria por meio da observação da natureza, a partir de repetidos eventos físicos externos aos indivíduos: presença ou ausência de luz, as formas da Lua no céu, a existência de períodos mais quentes ou frios e secos ou chuvosos – para citar alguns exemplos. Esta forma de mensurar a passagem do tempo foi sendo modificada a partir da ampliação das relações de interdependência (urbanização, comercialização e mecanização). Este incremento das ligações sociais entre as pessoas demandou dispositivos artificiais para medir o tempo e regular as atividades – a exemplo do uso dos sinos nas igrejas.

No caso das sociedades mais industrializadas e urbanizadas, onde as pessoas dependem diretamente umas das outras, faz-se necessário sincronizar um número cada vez maior de atividades humanas, foi fundamental o desenvolvimento de uma rede de referências temporais. Para tanto, houve um grande esforço para chegar à configuração atual do tempo – uma síntese “que engloba a longa série das sínteses de nossos ancestrais” (ELIAS, 1998b, p.78)<sup>28</sup>. Quanto maior o repertório de saber desenvolvido sobre determinado tema, quanto mais experiências são acumuladas, mais fáceis são as condições de aprimoramento. É neste sentido que, em convivência com incremento civilizatório, a cultura ocidental, à medida que diferenciava suas

---

<sup>28</sup> Como exemplo da capacidade humana de síntese é possível citar o processo de organização do calendário, resultante de séculos de aprimoramento – e que segue em curso, uma vez que a continuidade do processo civilizador e suas inerentes modificações estruturais contribuem para novas formas de mensurar o tempo e, por conseguinte, novos usos desta ferramenta como instrumento de regulação. Nele está contido todo um saber que articulou movimentos celestes às necessidades sociais de sincronismo. Esse conhecimento só foi possível por meio da aprendizagem de uma longa tradição de saberes e acumulação de experiências. No entanto, a síntese desses saberes – o calendário – é utilizada cotidianamente, sem que seus usuários tenham ciência de todos os processos sociais e intelectuais que contribuíram para o seu desenvolvimento (ELIAS, 1998b).

funções e ampliava as redes de interdependência, foi aprimorando suas formas de padronizar o tempo: horas, minutos e segundos. Assim, os relógios tornaram-se um mecanismo representante da instituição “tempo”, uma forma de regular os acontecimentos sociais.

É nesse sentido que os instrumentos socialmente padronizados de medição são uma das “fontes do poder coercitivo que o ‘tempo’ exerce sobre o indivíduo: este é sempre obrigado a pautar seu próprio comportamento no tempo instituído pelo grupo a que pertence” (ELIAS, 1998b, p.97). Desde que nascem, os membros de uma determinada sociedade internalizam as condutas requisitadas para o desempenho de uma ou outra atividade. Esta forma regulada de viver é naturalizada por meio das interações sociais, em um contínuo de aprendizagens, e tem como função a coordenação e a sincronização das ações humanas. Na visão de Elias (1998b), quanto mais alongadas e diferenciadas as redes de interdependência funcional que relacionam os indivíduos entre si, maior a pressão exercida pelos instrumentos de coerção do tempo<sup>29</sup>. Isso posto, entende-se que a concepção de tempo é mutável, uma vez que carrega as características sócio e psicogenética das figurações onde se desenvolve – que são igualmente mutáveis.

Segundo Elias (1998b, p. 113), “uma vez adquirida, essa consciência onipresente do tempo é tão coercitiva, que se afigura uma predisposição natural àqueles a quem concerne” (ELIAS, 1998b, p. 113). Essa percepção que os indivíduos têm do tempo e da forma como ele regula as ações humanas se altera ao longo das gerações, de acordo com as especificidades da sociedade na qual é concebida. É nesse sentido que esta tese discute a tendência de aceleração dos processos de desenvolvimento. Como a percepção temporal nas sociedades urbanas industrializadas vem sendo alterada pela exigência da realização de um número maior de atividades em menor tempo, em potencial, as mudanças que a civilização nestes contextos implica são igualmente mais velozes – uma vez que “cada nova tecnologia incorpora potenciais cumulativos, dando lugar a um novo paradigma em intervalos de tempo cada vez menores” (SEVCENKO, 2001, p. 39).

Apesar de ter deixado indícios dessa tendência dos processos de desenvolvimento<sup>30</sup>, Elias não abordou diretamente a aceleração. Assim, para discutir a noção de aceleração dos

---

<sup>29</sup> Sobre isso Elias (1998b, p. 98) escreveu: “Nas grandes sociedades urbanizadas em que existe o Estado, sobretudo naquelas em que as funções sociais são muito especializadas, em que as cadeias de interdependência que ligam os portadores dessa funções são longas e altamente diferenciadas, e nas quais grande parte das tarefas vitais cotidianas é executada por energias e máquinas descobertas pelo homem, a necessidade social de medir o tempo e, para esse fim, dispor de instrumentos adequados, constituídos por sinais mecânicos, torna-se irreprimível; o mesmo acontece com a consciência do tempo nos homens que vivem nessas sociedades”.

<sup>30</sup> A noção de aceleração dos processos está presente na perspectiva sociológica elisiana – a exemplo excerto a seguir sobre tecnização: “Inicialmente, desenvolveu-se num ritmo mais lento, uma vez que os seres humanos pouco sabiam do mundo ao seu redor. Contudo, acelerou-se, à medida que se foi conhecendo a natureza inanimada” (ELIAS, 2006, p. 36).

processos civilizadores a partir de uma nova concepção de tempo, foram adotadas as considerações de Hartmut Rosa sobre aceleração social<sup>31</sup>. De maneira análoga a Elias, Rosa enfatiza que “as mudanças na consciência subjetiva do tempo, na experiência e na percepção estão dialeticamente relacionadas a transformações socioculturais mais amplas” (VOSTAL, 2014, p. 236, tradução nossa)<sup>32</sup>. Outro ponto comum diz respeito à ciência da reversibilidade dos processos. Rosa entende que a aceleração de âmbitos singulares do campo social não é um processo universal e único – uma vez que existem processos que desaceleram ou que resistem à aceleração (MAIA, 2017).

Na concepção de Rosa, a principal característica que evidencia a aceleração social como uma tendência é a estabilização dinâmica, ou seja, a sociedade moderna “só pode estabilizar sua estrutura através de algum tipo de aumento – regularmente, através do crescimento (econômico), da aceleração (tecnológica) e/ou taxas mais elevadas de inovação (cultural)” (ROSA, 2017, p. 439, tradução nossa)<sup>33</sup>. Na tentativa de consolidar o sistema de mercado competitivo, reproduzir as hierarquias de classe e manter a lógica de acumulação de capital, muitas instituições políticas, econômicas ou educacionais vêm mudando de composição ao longo do tempo, sem, no entanto, mudar os imperativos requisitos de crescimento (ROSA, 2017).

Nesse ponto, Rosa (2017) foi categórico ao apontar o capitalismo como motor central da exigência de produtividade constante, compreendendo que a estabilização dinâmica se estende muito além da esfera econômica – uma vez que se trata de periódicas mudanças ocorridas em todas as principais esferas da vida social. Para o autor, em uma economia capitalista, praticamente todas as atividades são dependentes da expectativa de aumento de lucro, independentemente de sua natureza. A lógica da competição instaura o medo da perda de prestígio. Nesse movimento<sup>34</sup>, os sujeitos modernos se mostram sempre “descendo”, sendo

---

<sup>31</sup> Segundo Schiermer (2018, p. 01, tradução nossa), “Seu trabalho sobre uma sociologia abrangente da aceleração e sobre a moderna cultura temporal o estabeleceu como uma figura contemporânea de peso na tradição crítica”. No original: “His work on a comprehensive sociology of acceleration and on modern temporal culture altogether has established him as a weighty contemporary figure in the critical tradition” (SCHIERMER, 2018, p. 01).

<sup>32</sup> No original: “the shifts in subjective time consciousness, experience and perception are dialectically related to the larger sociocultural transformation” (VOSTAL, 2014, p. 236).

<sup>33</sup> No original: “it can only reproduce its structure through an *increase* of some sort – quite regularly, through (economic) growth, (technological) acceleration, and/or higher rates of (culture) innovation” (ROSA, 2017, p.439, grifo do autor).

<sup>34</sup> Na concepção do sociólogo, “O círculo de aceleração entre a aceleração tecnológica, a aceleração da mudança social e a correspondente aceleração do ritmo da vida resultante da estabilização dinâmica tornou-se um mecanismo de autopropulsão na modernidade” (ROSA, 2017, p. 411, tradução nossa). No original: “The circle of acceleration between technological acceleration, the acceleration of social change and the corresponding acceleration of the pace of life the results from dynamic stabilization has become a self-propelling mechanism in modernity” (ROSA, 2017, p. 441).

necessária uma busca contínua de formas de melhorar suas posições. “Assim, nunca simplesmente ‘temos’ os recursos que precisamos; se não aumentamos, otimizamos e melhoramos, eles estão prestes a corroer, decair e diminuir” (ROSA, 2017, p. 444, tradução nossa)<sup>35</sup>. Isso posto, entende-se que o que leva um sujeito moderno a aumentar “sistematicamente o número de atos ou ações praticadas por unidade de tempo, assim como a tendência a fazer mais coisas ao mesmo tempo e reduzir as pausas e intervalos entre as tarefas realizadas” (MAIA, 2017, p. 124) é o medo de perder a posição social. Para evitar que isso ocorra, tal qual nas sociedades de corte, os indivíduos precisam se adequar às demandas de suas redes de interdependência – no caso das sociedades modernas ocidentais, adquirir uma subjetividade ancorada na lógica de aumento incessante.

Segundo a interpretação de Rosa, sendo a aceleração uma necessidade para a manutenção de uma lógica industrial de produção, esta tendência seguirá, ao menos, pelos próximos anos – já que a desaceleração pressupõe um modo diferente de estar e se relacionar com o mundo (ROSA *apud* SCHIERMER, 2018). Nesse sentido, se é verdade que as mudanças nas estruturas sociais e emocionais têm ocorrido de forma cada vez mais veloz, faz-se necessário analisar, em cada contexto, os elementos que contribuem para essa aceleração. Isso posto, a tese aqui proposta visa averiguar a aplicabilidade da teoria dos processos civilizadores em recortes de curta e média durações, considerando a tendência moderna de aceleração dos processos de adequação comportamental e de formação de uma segunda natureza.

A proposição de temporalidades diversas para o estudo de diferentes aspectos dos processos civilizadores não está pautada apenas na aceleração da percepção temporal – e, em potencial, dos processos –, mas também diz respeito ao próprio fenômeno a ser investigado, que pode apresentar resultados diferentes conforme concebido<sup>36</sup>. Para citar um caso ilustrativo, em uma análise de longa duração da violência, é possível afirmar as que sociedades ocidentais são menos violentas (ELIAS, 2003 e 2011), posto que os problemas sociais são resolvidos de maneira menos apaixonada do que na Idade Média ou durante a colonização da América. Ao mesmo tempo, considerando recortes de tempo inferiores, os dados atuais demonstram o aumento da violência no Brasil. Conforme informações disponíveis no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>37</sup>, se os homicídios forem tomados como parâmetro, de

---

<sup>35</sup> No original: “Thus, we never simply ‘have’ the resources we need; if we do not increase, optimize and improve them, they are about to corrode, decay and dwindle” (ROSA, 2017, p. 444).

<sup>36</sup> Na concepção de Šubr (2014), o tempo é um problema transversal em todas as teorias e pesquisas, principalmente porque o resultado dos estudos sociológicos é determinado pela noção ou conceito de tempo com que o pesquisador trabalha.

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

fato, a violência no país tem aumentado: em 1980 eram 11,69 mortes para cada 100 mil habitantes; em 2017 foram 31,59. Ambos os exemplos são verdadeiros e evidenciam que as diferentes durações não são excludentes entre si, apenas demonstram que os processos de desenvolvimento são complexos e que a forma como são dimensionados pode apresentar dados sócio e psicogenéticos diferentes<sup>38</sup>.

Sobre isso, é importante destacar que algumas críticas dirigidas à Elias versaram sobre as temporalidades de análise: “a ênfase na natureza cega, não planejada, dos processos civilizadores, não obscurece a intervenção humana? Estamos falando de processos ou de momentos civilizadores?” (GEBARA, 2019, p. 342). Esses questionamentos são válidos e só podem, efetivamente, ser respondidos por meio de pesquisas empíricas (GOUDSBLOM, 1994)<sup>39</sup>. Se, conforme apontam os críticos, a longa duração dificulta o conhecimento das ações humanas intencionais, que sejam, então, desenvolvidas pesquisas em outras durações<sup>40</sup>.

Para justificar diferentes recortes de investigação, faz-se necessário lembrar que os processos são concomitantes: uns duram mais, outros menos; avançam e retrocedem; permanecem por séculos ou mudam em meses – a depender da esfera da vida e das características da figuração nas quais ocorrem<sup>41</sup>. Por essa razão, são os objetos de análise, os objetivos propostos para o estudo e as fontes utilizadas que determinam a temporalidade a ser empregada. Como exemplo é possível citar a comunicação. Ela pode ser apreciada desde suas primeiras formas, a partir do surgimento dos jornais ou das comunicações virtuais pelas redes. Todos são modos válidos de conceber a comunicação, no entanto, trata-se de processos que têm temporalidades distintas – o que não os torna desconexos de outros, dos quais, por vezes, são sínteses em nível mais elevado (ELIAS, 1998b).

Tomando a industrialização como um caso ilustrativo, esta vem ocorrendo no Brasil desde o final do século XIX – todavia, de maneira distinta pelo território brasileiro. Como em cada figuração o desenvolvimento industrial reserva um tempo e características próprias, é preciso que os estudos se concentrem em tais especificidades, adequando-se a elas. Sendo múltiplos os processos no tempo e no espaço, o recorte espaço-temporal de investigação

---

<sup>38</sup> Todavia, escolher estudar um processo de desenvolvimento particular, por correspondência, é colocar em suspenso outras análises possíveis (REVEL, 2010).

<sup>39</sup> Elias entendia que mesmo modelos teóricos empiricamente verificáveis poderiam ser “emendáveis ou refutáveis”, caso necessário (ELIAS, 2001a, p. 147).

<sup>40</sup> Na concepção de Mennel (*apud* GEBARA, 2005, p. 58), “Nós não extraímos deduções do Norbert. Ele auxilia enxergar conexões possíveis, mas você não apenas deduz e diz que elas existem, você tem que buscar evidências...”. Sobre isso, a partir de uma apreciação particular, Mennel acrescentou que os estudos de matriz elisiana são “não só uma extensão, mas também um teste da Teoria do Processo Civilizador, avaliando se há ou não nela a necessidade de alguma modificação”.

<sup>41</sup> Sobre a interdependência dos tempos, “não existe tempo social correndo de uma maneira única e simples, e sim um tempo social com mil velocidades, mil lentidões” (BRAUDEL *apud* REVEL, 2010, p. 346).

permitirá o conhecimento de diferentes aspectos do surgimento das indústrias no país. Daí a importância da realização de pesquisas em média duração, desde que não sejam desconsiderados processos mais amplos – no caso do exemplo supracitado, perspectivar o objeto de investigação em relação à industrialização brasileira como um todo. O mesmo princípio serve para os recortes de curta duração<sup>42</sup>: a análise empírica deve estar pautada em informações historiográficas que extrapolam o recorte temporal das fontes, de forma que seja possível concebê-la como uma etapa de um processo de desenvolvimento maior. Isso posto, entende-se que um meio de compreender os processos em sua complexidade é perspectivando-os em diferentes durações.

No caso da “história das estruturas” realizada por Elias (CHARTIER, 1988, p. 92), esta frequentemente foi identificada como teleológica por aqueles que erroneamente interpretam a teoria dos processos civilizadores como uma teoria do progresso (GOUDSBLOM, 1994). Sobre essa questão, Goudsblom (1994, p. 07, tradução nossa) escreveu: “O que Elias fez não foi permitir que ‘eventos posteriores explicassem eventos anteriores’, mas precisamente o contrário. Presumindo que certos eventos (ou processos) posteriores não poderiam ter ocorrido sem certos eventos anteriores, ele decidiu explorar a conexão”<sup>43</sup>. Elias estava ciente de que o ponto de vista do presente lhe dava uma visão privilegiada do passado, posto que sabia de acontecimentos que as pessoas da época não poderiam ter previsto. Assim, em uma visão em retrospectiva, decidiu estudar o conjunto de fatores responsáveis pelo surgimento de uma figuração com determinadas características, em detrimento de outras alternativas possíveis (ELIAS, 1978 *apud* GOUDSBLOM, 1994)<sup>44</sup>.

Isso posto, acredita-se que este tipo de crítica pode estar relacionado à forma como a pesquisa empírica é realizada em longa duração. Sendo impossível analisar um conjunto de fontes que cubra sistematicamente todo o recorte, os pesquisadores, então, realizam investigações por amostragens e comparações, que permitem conhecer as principais rupturas e permanências ocorridas em relação ao tema investigado. No entanto, as pequenas transformações cotidianas, as diferentes formas de resistência e as ações deliberadas que buscam orientar os processos, entre outros, nem sempre podem ser visualizadas neste tipo de

---

<sup>42</sup> Elias (2006, p. 55) relacionou a curta duração a recortes temporais de um ou dois anos.

<sup>43</sup> No original: “What Elias did was not letting ‘later events explain earlier events’, but precisely the opposite. Presuming that certain later events (or processes) could not have occurred without certain earlier events, he set out to explore the connection” (GOUDSBLOM, 1994, p. 07).

<sup>44</sup> “Trabalhar com o conhecimento da retrospectiva, no entanto, claramente não é o mesmo que cometer a falácia da teleologia” (GOUDSBLOM, 1994, p. 07, tradução nossa). No original: “Working with the knowledge of hindsight, however, is clearly not tantamount to committing the fallacy of teleology” (GOUDSBLOM, 1994, p. 07).

pesquisa. Já os estudos que adotam recortes temporais reduzidos possibilitam a análise de conjuntos documentais perpassando toda a extensão da pesquisa, evidenciando resistências e possíveis redirecionamentos dos processos em desenvolvimento.

Ainda sobre as durações, é importante frisar que a própria concepção de Elias em relação ao recorte correspondente à longa duração não era definida *a priori*. Em *O processo civilizador*, publicado pela primeira vez em 1939, o autor estudou as mudanças ocorridas na Europa Ocidental do século XI ou XII até o XVII e XVIII, decorrentes de transformações nas relações entre comportamento e poder. No final de sua trajetória intelectual, em 1986, o autor reafirmou a necessidade da longa duração, abarcando ao menos três gerações, e adotou um recorte temporal de 27 anos para analisar a relação entre mortes nas estradas e a efetividade de padrões sociais de autorregulação (ELIAS, 2006). Observando os diferentes problemas investigados e recortes empregados por Elias em sua trajetória intelectual, é possível afirmar que o sociólogo estava atento às especificidades de seus objetos de análise – admitindo, inclusive, a adoção de pequenos recortes no “estudo de processos de duração relativamente curta” (ELIAS, 1998a, p. 45).

Sobre utilizar as gerações como baliza para pensar o que é longa duração, é importante frisar que o próprio conceito de geração tem-se alterado ao longo do tempo, passando a ocupar intervalos cada vez menores – resultado da tendência moderna de aceleração. À época de Comte, o tempo médio de duração de uma geração era de aproximadamente 30 anos, posto que a visão positivista adotava critérios de caráter biológico para tal classificação. Em contrapartida, Mannheim<sup>45</sup>, do qual Elias foi assistente e colega em Frankfurt nas décadas de 1920 e 1930, entendia que tal mensuração deveria ser qualitativa, levando em consideração o fenômeno da contemporaneidade:

Indivíduos que crescem como contemporâneos experimentam nos anos de maior disposição à receptividade, mas também posteriormente, as mesmas influências condutoras tanto da cultura intelectual que os impressiona como da situação político-social. Eles constituem uma geração, uma contemporaneidade, porque essas influências são homogêneas. [...] a contemporaneidade não significa uma data cronológica na história da humanidade mas uma similaridade de influências existentes (MANNHEIM *apud* WELLER, 2010, p. 205).

A proposição de Mannheim permite entender que diferentes grupos etários – mesmo que em constante interação – vivenciam tempos interiores igualmente diferentes dentro de um mesmo período cronológico. Por essa razão, as fronteiras que separam as gerações não são claramente definidas. No entanto, é possível tomar como critério a seguinte colocação: “jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos, pode-se dizer, fazem parte da

---

<sup>45</sup> Mannheim é considerado o fundador da abordagem moderna às gerações (FEIXA; LECCARDI, 2010).

mesma geração” (MANNHEIM, 2018 *apud* FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 185). Assim, a partir de Mannheim – e outros pesquisadores, como Abrams, Ortega e Gasset, Marías e Arangueren –, entende-se que as gerações devem ser concebidas dentro de um modelo de referência histórico-social (FEIXA; LECCARDI, 2010).

Dada a aceleração social nas sociedades modernas, entende-se que um conjunto de experiências partilhadas entre os indivíduos altera-se de forma cada vez mais veloz e, por extensão, reduz o período necessário para a observação de mudanças geracionais. Nesse sentido, o recorte temporal recomendado por Elias no estudo dos processos civilizadores não é fixado por antecipação (mínimo de 90 anos, considerando os postulados positivistas sobre gerações). São as especificidades sócio e psicogenéticas em determinado tempo e espaço que conformam as diferentes gerações<sup>46</sup>. Foi possivelmente por esta razão que, no final da década de 1980, Elias passou a empregar 27 anos para estudar as mortes na estrada.

A adoção de recortes médios, e até mesmo de curta duração, além de possibilitar a compreensão de processos de rápido desenvolvimento, permite conhecer aspectos sócio e psicogenéticos ainda não estudados – para posteriormente empreender esforços de maior duração. Por mais que “as relações sociais correntes [...] [sejam] apenas um momento em um processo de longa duração, que leva do passado, passando pelo presente, ao futuro” (ELIAS, 2006, p. 199), entende-se fundamental a investigação de processos intermediários, que contribuíram para o direcionamento de desenvolvimentos mais amplos.

### 2.3 PROPOSIÇÕES EMPÍRICAS

Para averiguar as proposições teóricas apresentadas acerca da aceleração social e potencial redução da escala para a observação de processos de civilização, bem como a adoção da curta e média durações para o estudo dos processos de adequação comportamental e formação de uma segunda natureza, respectivamente, foram realizadas pesquisas empíricas, afinal, como afirmou Elias (2001, p. 47), “teorias sociológicas que não se confirmam no trabalho sociológico empírico são inúteis”. Diante da impossibilidade de estudar todos os elementos que têm contribuído para alterações no ritmo de desenvolvimento social, este

---

<sup>46</sup> Na concepção de Leão (2011, p. 105), Elias entendia que, para compreender os processos sociais, a temporalidade dos objetos de pesquisa não pode ser limitada a “cronologias específicas, com recorte temporais fechados [...] Sem o foco das conexões e ramificações de objetos em uma dinâmica temporal mais ampla, o conhecimento seria impressionista [...] com pouco ou praticamente nenhum poder explicativo”. No original: “cronologías específicas, con recortes temporales cerrados [...] Sin el enfoque de las conexiones y ramificaciones de objetos en dinámicas temporales más amplias, el conocimiento resultaría impresionista [...] con poco o prácticamente ningún poder explicativo” (LEÃO, 2011, p. 105).

trabalho se ateve ao papel do jornalismo nesse processo – entendendo-o como resultado do avanço tecnológico que tem permitido o desenvolvimento de formas mais eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses comportamentais. Entre distintas possibilidades de investigação, neste trabalho foi analisada empiricamente a influência do jornalismo na educação das condutas. Para tanto, o paradigma empírico para estudar as hipóteses levantadas foi a figuração de Monte Alegre, uma cidade-empresa<sup>47</sup> desenvolvida no interior do Paraná, a partir da década de 1940. No entanto, antes de serem apresentadas as características estruturais e historicizados os processos a partir dos quais a civilização nesta figuração foi orientada, com o auxílio do jornalismo, são necessárias algumas discussões preliminares.

Elias (2001a, p. 132), ao abordar “o motor dos processos sociais”, afirmou que estes são oriundos de diferentes esferas e destacou os progressos nos meios de informação como um dos impulsos que operam na “evolução social não-planejada”<sup>48</sup>. Para ele, existe uma estreita relação entre a “evolução dos meios de produção, de poder, de autocontrole e de informação” (ELIAS, 2001a, p. 133), por isso, todas as estruturas sociais devem ser consideradas em análises de processos civilizadores. Em relação aos meios de informação, Elias (2001a) escreveu sobre sua interferência na distribuição dos poderes no interior de uma figuração, uma vez que interpretam todos os acontecimentos da e para a sociedade. Por representar um instrumento de poder, sua concentração nas mãos de um pequeno grupo pode – a partir de ações intencionais tencionadas em sua recepção pelo tecido social – reorientar processos de desenvolvimento social.

A influência dos meios de informação no direcionamento dos processos foi estudada por Elias. Buscando verificar a hipótese de que o processo civilizador das condutas segue em uma direção não-planejada a longo prazo, que acompanha transformações na organização social e emocional, o autor realizou pesquisas empíricas a partir de materiais impressos da Europa ocidental – principalmente manuais de etiqueta. A esse respeito, Tozzi (2013, p. 130) escreveu:

Elias marcou um proceder metodológico e analítico atento à renovação e à problematização das fontes, inscrito nos princípios de uma sociologia dos processos – ou, de uma história de longa duração. Como a obra [*O processo civilizador*] atesta, o autor idealizou todo este programa de pesquisa a partir de um específico arsenal de materiais que lhe instigou curiosidade e teorização: os manuais de conduta e tratados

---

<sup>47</sup> De acordo com Correia (1997, s/p), as cidades construídas por grandes indústrias consistem em “equipamento de arregimentação, fixação e controle do trabalhador, em cuja organização, a segurança da propriedade e a produtividade do trabalho são questões centrais”. Para a autora, “Trata-se de formas urbanas cuja ordem espacial funciona como base para a instauração de um cotidiano coerente com a formação de trabalhadores obedientes e produtivos”. Na organização deste mundo voltado para o trabalho, as principais esferas da vida são atravessadas pelas ações promovidas pela empresa, de acordo com seus interesses.

<sup>48</sup> Na concepção de Elias (2001a, p. 133), o saber tem sido um grande estimulador do desenvolvimento social: “A necessidade de informação, a necessidade de saber, é com efeito tão elementar quanto a necessidade de pão ou de algo que pudesse saciar a fome, e a primeira não pode ser satisfeita sem que ao mesmo tempo se satisfaça a segunda: a necessidade de saber – entre outras coisas o saber que permite saciar a fome – não pode ser satisfeito sem que se sacie a fome, e a possibilidade de saciá-la, por seu turno, não existe sem o saber”.

de etiqueta do século XVII. Uma original suposição teórica, nascida de observações dispersas a respeito de mudanças de longo prazo nas emoções e nos padrões comportamentais dos sujeitos, motivou-o a buscar explicações científicas para o desenvolvimento das sociedades ocidentais capitalistas.

Para afirmar suas suposições, Elias se valeu de exemplos diversos e desnaturalizou rotinas tidas comuns nos dias de hoje, como alimentar-se com o auxílio do garfo – prática inventada na passagem da Idade Média para o Renascimento. Segundo o autor, a “educação das boas maneiras” nas cortes abrangeu todos os aspectos elementares da vida e incluiu o banimento para os bastidores da vida social tudo aquilo que causasse vergonha, repugnância ou embaraço (ELIAS, 2001c). Da mesma maneira que um comportamento considerado indevido pelos dominantes nas relações de poder era ocultado das vistas, os praticantes de condutas questionáveis eram igualmente empurrados para o isolamento. Por essa razão, por medo da perda de prestígio social, os indivíduos buscavam adequar suas maneiras. Na concepção de Tozzi (2013, p. 133), “Tais práticas e ameaças se tornaram o material da civilização, quer dizer, da civilização dos costumes, da educação”.

A concepção do processo civilizador como uma prática educativa perpassa toda a obra de Elias, afinal, não existe indivíduo civilizado sem uma sociedade que desempenhe sobre ele um papel educativo-civilizador. No estudo dos processos educativos que a civilização implicou nos círculos da corte, Elias buscou fontes impressas produzidas na época, como tratados de civilidade. As respostas encontradas nesses livros “sinalizam *materializações* de específicas relações e comportamentos da vida social e mental dos homens e mulheres, de um nível de sensibilidade, constrangimento e funcionamento psicológico sempre em contínuo desenvolvimento” (TOZZI, 2013, p. 135, grifo da autora). Ao se valer da cultura impressa como material de pesquisa, concebendo-a como uma “herança escrita do passado” (ELIAS, 2011, p. 90) que possibilitou o estudo de mudanças nos padrões comportamentais que a sociedade de uma época estimulou nos indivíduos, Elias abriu margem para a adoção de outras fontes dessa natureza para a investigação de fenômenos análogos – a exemplo dos jornais.

De acordo com Anderson (2008, p. 66), “o livro foi a primeira mercadoria industrial com produção em série no estilo moderno”, com papel estratégico na propagação de ideias que contribuíram para o desenvolvimento da Europa moderna. Os jornais, por sua vez, são considerados uma “forma extrema” dos livros. O formato pequeno, de rápida impressão e circulação, permite ao público notícias inéditas que, de outra forma, talvez demorassem mais tempo para se propagar. Já no início de sua circulação, os jornais atingiram escalas de venda maiores em comparação aos livros – uma vez que a obsolescência de suas informações estimula o consumo. Sua popularização a partir dos séculos XVII e XVIII e consolidação como uma

prática social institucionalizada a partir do século XIX dizem de sua função em relação às transformações nas estruturas sociais: a adequação das sensibilidades ao ritmo das máquinas.

De acordo com Franciscato (2014, p. 97), ao estudar e “compreender a emergência do jornalismo nas sociedades ocidentais”, é possível “perceber que o fator temporal foi um componente decisivo para a constatação de que uma nova prática social, ligada à produção de relatos sobre fatos cotidianos, era socialmente necessária”. Em uma sociedade onde o culto “à novidade, à inovação e ao futuro” se transformava na tônica do desenvolvimento social, os jornais, ao lado de outros impressos, auxiliaram a “criar, ampliar e estender a ‘cultura do agora’” (FRANCISCATO, 2014, p. 100). Produto e produtor de uma rede de interdependência em expansão, a aceleração em outras esferas alteraram o fazer jornalístico. Por um lado, o desenvolvimento dos meios de transporte e de informações possibilitou aos periódicos enviar e receber notícias em ritmo cada vez mais rápido, bem como alcançar públicos cada vez mais distantes. Por outro, o avanço da tecnologia de transmissão de informações intensificou a produção de notícias – que, ainda assim, ficavam rapidamente desatualizadas diante das constantes transformações ocorridas durante e após a Revolução Industrial<sup>49</sup>. Na opinião de Franciscato (2014), a aceleração do ritmo de vida em figurações urbanas é decorrente da convergência entre industrialização, mercado, comunicações e imigração. Nesse contexto,

[...] o jornalismo produz um sentido temporal no momento de sua circulação social, ao contribuir para que as discussões, formulações ou execuções de ações sociais ocorram de uma forma específica no tempo presente. O conteúdo jornalístico e suas formas expressivas fornecem um conjunto de informações que subsidiam a construção de ações sociais, seja na formação de agendas, estímulo a debates ou formulação e condução de decisões públicas (FRANCISCATO, 2014, p. 103).

Isso posto, entende-se que, desde seu surgimento como prática social institucionalizada, é impossível compreender aspectos sócio e psicogenéticos de uma figuração sem levar em conta o papel dos impressos – especialmente os jornais, que informam e opinam (geralmente em colunas assinadas) sobre os mais variados assuntos, ao mesmo tempo em que exercem pequenas pressões no sentido de familiarizar os leitores às práticas sugestionadas em suas páginas (CAMPOS, 2014). Nesse sentido, tomando, então, as fontes impressas como pressuposto, é possível afirmar que o processo de civilização inclui a leitura (LEÃO, 2007)<sup>50</sup>. O ato de ler possibilita incorporações, e os conteúdos acessados por meio do contato com os impressos

<sup>49</sup> Atualmente, com as agências de notícia *on-line*, o processo de divulgação de informações se torna ainda mais veloz. A percepção de aceleração social é também decorrente desse processo quase instantâneo de comunicação. Se, segundo Elias (1998b), o tempo vivido por pessoas é um quadro de referência coletivo que serve para contrastar outros acontecimentos, a redução no tempo gasto para a troca de mensagens altera a velocidade de referência e, portanto, a consciência temporal.

<sup>50</sup> “Isso não significa que os iletrados não lessem. Mas o que eles liam não eram as palavras, e sim o mundo visível” (ANDERSON, 2008, p. 42).

demarcam as experiências de vida possíveis. Assim, de maneira análoga aos manuais, os jornais difundem saberes e, por extensão, orientam as relações sociais e emocionais nas figurações de sua abrangência.

A adoção de jornais como fonte de pesquisa empírica de processos civilizadores possibilita entender tanto aspectos da sociedade de circulação do impresso, quando as relações sociais e emocionais que envolvem o objeto estudado por meio das publicações. Relações de poder e sensibilidades podem ser contempladas na mesma documentação, permitindo conhecer as interdependências do desenvolvimento social estudado. Os conteúdos publicados nos jornais, as opiniões e os padrões publicizados em suas páginas correspondem aos conhecimentos elaborados no interior da sociedade da qual e para qual enunciam. A forma como os jornais representam o mundo pode alterar esse “patrimônio de saber”<sup>51</sup> (ELIAS, 1998b, p. 10), contribuindo para manter, ampliar ou reduzir esse fundo social de conhecimento (ELIAS, 1994). Para Elias, o processo de civilização só é possível mediante a transmissão do conhecimento e a aprendizagem social. Segundo o autor, “os seres humanos estão, por natureza, organizados de um modo que implica a aquisição, através da aprendizagem, de um fundo social global de conhecimento como condição para poderem orientar-se no seu mundo e manter sua existência entre as outras existências” (ELIAS, 1994, p. 76).

Os processos de aprendizagem referidos pelo autor inicialmente se desenvolveram em um ritmo mais lento. A socialização oral dos saberes e as interações e constrangimentos sociais eram responsáveis pela individualização das normas. No entanto, à medida que o processo de civilização foi seguindo seu curso, a mecanização e a tecnização – e mais recentemente a tecnologia – permitiram a criação de instrumentos que aceleraram as aprendizagens e, portanto, os processos de civilização. Os jornais, conforme esta tese pretende demonstrar, são um deles. Em essência, são um espaço educativo, no qual ocorre a publicação de sínteses comportamentais<sup>52</sup>. No entanto, existem dentro dos jornais espaços privilegiados para tal: as narrativas de caráter pedagógico orientam o proceder, no lugar de aguardar que as próprias

---

<sup>51</sup> As mudanças que a civilização implica possuem uma dimensão história, o que significa dizer que “as opiniões e os padrões de comportamento não aparecem no grupo ‘do nada’; eles vêm de experiências anteriores nas quais o grupo desenvolveu padrões morais formando o que eles são atualmente” (GOUDSBLOM *apud* GEBARA, 2005, p. 85).

<sup>52</sup> Ao trabalhar a perspectiva de tempo em Elias, assim Aquino (2011, p. 188) definiu o conceito de síntese: “ideias e símbolos, apesar de serem utilizados com frequência e sem tanta necessidade de explicação para o seu uso no nosso cotidiano, representam uma imensa capacidade de síntese de conhecimentos acumulados”. No caso da expressão “sínteses comportamentais” (e suas variações), esta se remete à publicação de narrativas de caráter educativo que apresentam, de maneira concisa, os saberes socialmente exigidos pelos dominantes nas relações de poder.

relações sociais requisitem novos saberes e comportamentos, acelerando a transmissão de conhecimentos – inclusive sobre a melhor forma de se apresentar em uma ou outra situação.

Nesse sentido, os estudos empíricos desenvolvidos para esta tese visaram averiguar a hipótese de que a internalização de uma conduta “civilizada” tem acelerado no decorrer do próprio processo civilizador, por meio da publicação periódica de sucessivas sínteses que permitem que a aprendizagem dos comportamentos socialmente aceitáveis ocorra com maior agilidade. Ao mesmo tempo, os estudos empíricos utilizando fontes jornalísticas visaram demonstrar a exequibilidade e pertinência de pesquisas utilizando a teoria dos processos civilizadores na curta e na média durações, investigando aspectos da adequação comportamental e da formação de uma segunda natureza, respectivamente.

Partindo do que Elias (2001c, p. 24) apontou como “questão principal” da análise dos processos civilizadores – isto é, “como e por que [uma figuração] era assim, e por que se tornou diferente” –, as análises empíricas se ocuparam do estudo das transformações sócio e psicogenéticas na cidade-empresa de Monte Alegre noticiadas no jornal local. A formação de um núcleo urbano no interior do Paraná (Anexo I), da década de 1930 em diante, foi uma ação conjunta de industriais paulistas e dos governos federal e do estado do Paraná.

Monte Alegre foi uma localidade sobre a qual existem registros escritos desde os primórdios da colonização do Brasil. No entanto, o “início”<sup>53</sup> do desenvolvimento da *região do Alegre* é ainda mais remoto. Vestígios arqueológicos encontrados nos arredores da localidade são datados de 9.000 a 2.000 anos (NOVAK; MOTA, 2013, p. 79). No entanto, dadas as relações de poder, esse e outros passados – como o dos jesuítas, dos tropeiros, dos sesmeiros, dos africanos e afrodescendentes e de toda sorte de gente que andou por aquelas terras e contribuiu para o seu desenvolvimento – foram desvalorizados (VIEIRA, 2015) diante do novo referente civilizatório imposto à região por meio da construção de uma fábrica de papel e celulose pela família Klabin naquelas paragens<sup>54</sup>. A opção por um investimento daquele porte no interior do Paraná apresentava suas vantagens:

A construção de habitação para seus operários por indústrias esteve relacionada com a necessidade de construção de fábricas em localidades rurais, junto às fontes de energia e de matéria-prima e esteve inserida em estratégia de disciplina da mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene. No afastamento do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos e no controle amplo das

---

<sup>53</sup> Expressão grafada entre aspas porque não existe um ponto zero nos processos de civilização. Para Elias (2006, p. 31), “nenhum ser humano é um começo. Assim como o falar individual provém de uma língua já dada e específica de uma sociedade, assim também todas as outras ações individuais brotam de processos sociais já em andamento”.

<sup>54</sup> A escritura de promessa de compra e venda da Fazenda Monte Alegre foi assinada em 1934. A escritura definitiva foi lavrada em 1941. O início da produção industrial data de 1945.

circunstâncias que envolvem o cotidiano operário nos assentamentos que criaram, os industriais localizavam a possibilidade de obter um grupo de trabalhadores produtivos e submissos. A organização do trabalho fabril e a vida nestes núcleos envolveu um violento processo de adaptação do trabalhador: assimilar novos hábitos domésticos, de lazer, aceitar uma distribuição de atividades diárias regida pelo tempo linear do relógio, submeter-se à disciplina da fábrica e da escola, do padre, do vigia e do médico (CORREIA, 1997, s/p).

Segundo Couto (2017, p. 199), “A história de Monte Alegre e região divide-se em antes e depois da chegada da Klabin”. Na concepção do autor, além de riqueza, progresso e modernidade, a construção de toda a infraestrutura urbana que tornou a produção industrial possível trouxe consigo a civilização. A oferta de casas, mercados, escolas, divertimentos e outros serviços em uma localidade que há pouco tempo era habitada por “selvagens” (FERNANDES, 1974, p. 16) só foi possível devido ao apoio direto de Vargas – que dependia do sucesso da implantação daquele investimento de base, já que a propaganda populista do autoritário Presidente estava condicionada à produção de papel nacional. Por representar “um casamento dos interesses público e privado”, o investimento ganhou conotação de ação exemplar, por isso “era prioridade quase obsessiva de Getúlio” (COUTO, 2017, p. 228)<sup>55</sup>.

Sendo um modelo para a industrialização nacional<sup>56</sup>, seu desenvolvimento deveria estar alinhado aos preceitos políticos-pedagógicos do governo – que incluiu a formação do *novo trabalhador*<sup>57</sup>. Por essa razão, Luiz Augusto da Silva Vieira foi designado pessoalmente pelo Presidente para coordenar a fase de construção da cidade e da empresa. Na concepção de Couto (2017, p. 234), “Sua presença constante e dedicação exclusiva refletem a preocupação de Vargas em acompanhar e assegurar o dinamismo e excelência à infraestrutura necessária ao complexo industrial”. Por se tratar de um investimento dentro de uma propriedade privada, na qual o monopólio econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação eram exercidos pela Klabin e seus representantes, desde os primeiros dias em Monte Alegre,

---

<sup>55</sup> As duas visitas realizadas pelo Presidente a Monte Alegre atestam o interesse de Vargas no empreendimento. A primeira foi em 1944 e a segunda em 1953.

<sup>56</sup> O incentivo à industrialização do país representa uma mudança da percepção temporal. Esse processo passa a ocorrer de maneira mais contundente no Brasil a partir da década de 1930 e as ações de Vargas para a consolidação do capitalismo no país (GOMES, 1982). Na esteira da formação de um *novo trabalhador* e consumidor, na crescente interdependência nacional com mercados internacionais, o processo civilizador se direcionou na tendência de aceleração. Em relação à temporalidade em Monte Alegre, é importante destacar que a orientação econômica da Klabin era schumpeteriana (COUTO, 2017, p. 149), de perfil “empreendedor, inovador, com boa visão de futuro e disposição para correr riscos. Atento e afeito a novas oportunidades e tecnologias”.

<sup>57</sup> Segundo Correia (1997), a formação de trabalhadores alinhados à lógica de produção urbano-industrial era essencial para uma trajetória pacífica do país no rumo ao desejado progresso. Entre as ações realizadas neste intuito estava a positivação do ato de trabalhar, ancorada em discursos religiosos. Na concepção de Lenharo (1986, p. 87), “A ação pedagógica do trabalho é a garantia da perfeição moral do ser humano; por seu concurso desenvolvem-se regras de convívio e relações de fraternidade dos homens entre si”.

em 1942, Vieira exerceu um conjunto de pressões para disciplinar os trabalhadores<sup>58</sup> – principalmente os oriundos de figurações rurais – às demandas da produção. Assim, até mesmo detalhes da vida privada foram alvos de controle (WILLER, 1997)<sup>59</sup>.

Viver em Monte Alegre – apesar das dificuldades econômicas que incentivaram muitas famílias a migrar do campo para lá – era, em última instância, uma escolha. Ninguém era obrigado a trabalhar naquela localidade geograficamente isolada nem a obedecer a um rigoroso conjunto de regras. No entanto, havia contrapartidas atraentes<sup>60</sup>: a “IKPC [Indústrias Klabin de Papel e Celulose] vai lhes permitir novo e muito melhor padrão de vida. Salários regularmente pagos, moradia com água encanada e luz elétrica, lenha de graça para o fogão, escola para os filhos, assistência médica e hospitalar” (COUTO, 2017, p. 243). Desse modo, de maneira análoga às cortes estudadas por Elias (2001b), para tomar parte dos benefícios oferecidos na figuração de Monte Alegre, era necessário pagar um preço: adequar-se ao ritmo e aos padrões estabelecidos para o local.

Essa primeira etapa do processo de industrialização e urbanização da *região do Alegre* teve um caráter mais autoritário – em correspondência aos níveis de sensibilidades estimulados pelas políticas ditatoriais do Estado Novo<sup>61</sup>. Partindo do princípio de que as aprendizagens se estendem por toda a vida (ELIAS, 1993), os saberes assimilados nesse período contribuíram para novas demandas, inclusive em relação à forma de representação política na Presidência da República. Assim, após a renúncia de Vargas, Eurico Gaspar Dutra foi eleito em 1946. O retorno da democracia representou uma mudança estrutural que impactou diretamente as relações sociais e emocionais em Monte Alegre. A interferência do governo Dutra nos negócios da família Klabin foi bem menos expressiva que a de Vargas – que era amigo pessoal de membros da família. Na biografia Klabin-Lafer (COUTO, 2017), a menção às ações de Dutra ocorrem em pouco mais de duas páginas. O maior impacto desse período talvez tenha sido a redução da intervenção estatal na economia, que, entre outras consequências, culminou no

---

<sup>58</sup> Segundo Fernandes (1974, p. 122), “Monte Alegre possui mais de trinta nacionalidades em serviço. Parece colecionar temperamentos especiais”. Na opinião de Cunha (1982, p. 185), esses técnicos estrangeiros, pela posição de poder alcançado, exerceram fortes marcas na estratificação social da comunidade que se formava.

<sup>59</sup> Em 1944, existia “aproximadamente 8.000 trabalhadores da Companhia Klabin do Paraná” (CUNHA, 1982, p. 82).

<sup>60</sup> Na concepção de Cunha (1982, p. 183), “Pela pressão da necessidade de emprego e a relativa segurança que a condição de trabalhador da Klabin do Paraná lhes oferece, advém a aceitação pacífica das condições de trabalho e das exigências patronais, que funcionam, em última instância, como prêmio para uma carreira de estabilidade e possível promoção”.

<sup>61</sup> Tanto no plano local como no nacional, práticas desportivas e de lazer foram incentivadas como um meio de atenuar as tensões geradas pelas pressões externas inerentes à formação de trabalhadores urbano-industriais (LENHARO, 1986).

regresso de Vieira aos trabalhos junto ao governo federal. Para ocupar a sucessão na administração local, em 1947, Horácio Klabin chegou a Monte Alegre<sup>62</sup>.

Segundo Fernandes (1974, p. 122), “A década de 1940 foi a mais movimentada, com gente entrando, gente saindo, gente aventurando, gente se fixando para a vida toda. Depois, aos poucos sedimentou-se a massa operária num trabalho mais estável, mais ordenado, dentro de novo organograma”. De acordo com dados do jornal *Dário Carioca*, em 1947, ano em que a produção de papel para jornal foi iniciada, a população de Monte Alegre já ultrapassava 14 mil pessoas (*apud* COUTO, 2017). Diante do aumento populacional, não era mais possível exercer controle à forma de Vieira. Ainda assim, a Klabin seguia sendo “uma escola ativa. Uma escola de trabalho” (FERNANDES, 1974, p. 125). Nesse sentido, a gestão de Horácio Klabin deu continuidade ao processo de civilização das condutas, se utilizando da promoção de atividades de caráter cultural para tanto. Entre as iniciativas do chefe<sup>63</sup>, que tinha como principal interesse “o aspecto humano da grande empresa” (FERNANDES, 1974, p. 123), a criação de um jornal repercutiu sobremaneira na orientação social e comportamental local.

A nova sensibilidade expressa nas ações de Horácio Klabin na administração da cidade-empresa pode também ser visualizada por meio do conteúdo de seu jornal. A exclusão do sensacionalismo dá indícios sobre o nível de violência socialmente aceitável na localidade era baixo – ao menos nas páginas de *O Tibagi*:

O Tibagi, modesto hebdomadário, editado em papel verde de araucária, faz um jornalismo sério e útil. Sua orientação, dada pelo diretor Horácio Klabin, exclui o sensacionalismo. Não tem página policial. Nele anunciam os mais importantes fornecedores de Klabin do Paraná e, como os redatores trabalham de graça, a renda se destina à Assistência Social (FERNANDES, 1974, p. 127).

Além das microcoerções exercidas sobre os indivíduos da cidade-empresa em decorrência dos monopólios da Klabin e das punições por mal comportamento (CUNHA, 1982), a adequação comportamental e o desenvolvimento de uma segunda natureza na direção das expectativas dos donos do poder foram estimulados pelas narrativas de caráter-pedagógico publicadas em *O Tibagi*.

A escolha de um jornal em detrimento de outras mídias, como o rádio – que teve importante papel formativo na época, tem relação com as particularidades da figuração investigada: Monte Alegre tinha baixa taxa de analfabetismo, apenas 30% (WILLER, 1997), o jornal era distribuído gratuitamente para os funcionários da empresa (VIEIRA, 2015) e, mesmo entre os não letrados, as narrativas dos jornais promoviam sentidos, já que havia a socialização

---

<sup>62</sup>Simultaneamente, Samuel Klabin ocupou o cargo de diretor-técnico da Klabin.

<sup>63</sup> Entre suas principais ações em Monte Alegre é possível citar a fundação da Rádio Monte Alegre e do jornal *O Tibagi*, a construção de um estádio de futebol e a criação de um novo cinema (FERNANDES, 1974).

tanto dos códigos comportamentais quando das próprias notícias (LEÃO, 2007). Assim, dadas as características da cidade-empresa – e a ausência de outras fontes, o jornal *O Tibagi* foi escolhido para o estudo dos processos educativo-civilizadores em Monte Alegre.

A concepção do jornal enquanto um espaço pedagógico advém das Pedagogias Culturais (ANDRADE; COSTA, 2015). O termo “narrativas de caráter pedagógico”, no entanto, foi criado diante da ausência de conceitos anteriormente formulados que dessem conta de expressar o papel civilizador de condutas que as narrativas que incidem diretamente sobre o comportamento têm. O teor educativo é presente no jornal como um todo – incluindo o processo de seleção do conteúdo, de organização dos elementos na página etc. – e já foi trabalhado por autores como Campos (2014).

As narrativas de caráter-pedagógico publicadas em *O Tibagi* foram analisadas desde a primeira publicação do periódico, em 23 de novembro de 1948, até março de 1964. O término do recorte se justifica em razão de dois eventos que geraram impactos nas estruturas locais e nacionais: a instalação oficial do município de Telêmaco Borba<sup>64</sup> e o início da ditadura militar. Nesses 16 anos de governos democráticos, para a manutenção da estabilidade dinâmica (ROSA, 2017), foram eleitos diferentes Presidentes da República. Diante da necessidade de compreender os processos aqui estudados como integrantes de desenvolvimentos maiores, foram investigadas as relações dos Klabin com esses poderosos governantes, a partir da biografia da família.

Em *A saga da família Klabin-Lafer*, apenas três Presidentes da República foram abordados sistematicamente, no entanto, com intensidades diferentes. Além de Dutra (supracitado), Juscelino Kubitschek também foi mencionado, visto que seu governo coincidiu com o período de “expansão e plena consolidação de Monte Alegre” (COUTO, 2017, p. 344). Todavia, o destaque principal, mensurado pela quantidade de páginas dedicadas para a exposição de sua relação com os Klabin, foi Getúlio Vargas. Acredita-se que dois foram os principais fatores que concorreram para tal representatividade: a extensão de seu governo e a relação do político com membros da família Klabin<sup>65</sup>, que garantiu a concretização do empreendimento em Monte Alegre<sup>66</sup>. Ademais, é importante considerar que toda a gênese e desenvolvimento do projeto se deram sob o contexto político e ideológico varguista/populista. Assim, mesmo diante da sucessão governamental e das inovações constantes na indústria, a

---

<sup>64</sup> Até esse momento, Monte Alegre pertencia à Comarca de Tibagi.

<sup>65</sup> Como exemplo dessa relação é possível citar a atuação de Horácio Lafer como Ministro da Fazenda do Governo Vargas e o papel de Wolff Klabin como conselheiro do Presidente (COUTO, 2017).

<sup>66</sup> Para informações detalhadas, consultar Margalho (2008, 2013).

cidade-empresa carregou, por um bom tempo, parcela dessas características iniciais – expressas, inclusive, na arquitetura local (WILLER, 1997).

Isso posto, sobre a influência dos processos de desenvolvimento mais amplos em Monte Alegre cabe ainda outra ressalva: por maior que fosse a interdependência entre os interesses do governo federal e os negócios da família Klabin ao longo do recorte temporal aqui estudado, a forma como a localidade era administrada contribuía para que seu desenvolvimento fosse muito mais orientado por desejos específicos dos industriais (que, sim, por vezes, coincidiram com questões políticas, econômicas e culturais mais amplas), do que um processo civilizador orientado pelo Estado. Segundo Willer (1997, p. 176), durante a década de 1940, a relação amistosa dos Klabin com o poder “se reproduz em uma indefinição dos papéis do Estado e empresa” nos domínios de Monte Alegre. Ao tratar desta questão na década de 1950, Correia (1997, s/p) escreveu: “O Estado colocava-se essencialmente como um auxiliar da Empresa, a qual se dava ao direito de ‘fazer leis’ locais”. Entende-se, dessa maneira, que a Klabin era o principal centro de poder, sendo a responsável pela organização social e emocional na cidade-empresa de maneira mais ou menos independente ao “mundo exterior”.

O aumento da divisão funcional e das redes de dependência mútua com o processo de urbanização e industrialização da *região do Alegre*, bem como a centralização do poder e o controle da violência pela Klabin, alteraram as pessoas e a paisagem naquelas paragens. A título de comparação, faz-se oportuna a referência ao estágio de desenvolvimento local no final da década de 1930, imediatamente antes da chegada dos industriais na região:

Pelas picadas transitavam, de preferência a cavalo, os moradores da fazenda, que não passavam na época de 200 pessoas. A casa sede abrigava os visitantes, que eram recebidos por Alcebíades Marques, administrador, e sua família. Menciona-se também um lugar denominado Lagoa, com algumas humildes casas habitadas por Pedro Prestes e familiares; este cidadão era conhecido também como Pedro Lagoa, daí a origem do nome Lagoa. Fora estes pontos mencionados havia mais algumas habitações espalhadas em pontos estratégicos, em defesa do latifúndio, e os poucos habitantes raramente se encontravam. O isolamento era quebrado nas raras ocasiões de cerimônias religiosas como casamentos, batizados e mortes. Tinham esses moradores direito a uma parte da terra: ‘ficavam com dois alqueires de roça criavam porco e galinha em pontos diferentes da fazenda para cuidar dos incêndios. [...] se quisessem permanecer na Fazenda de novo proprietário, teriam que assinar papel em cartório em Tibagi e o número de agregados que fizeram esta assinatura foram 65 pessoas’ (CUNHA, 1982, p. 40-41).

Já na década de 1950, era visível o êxito da ação coordenada da empresa sobre a paisagem, as pessoas e seus comportamentos. A figuração de Monte Alegre havia se tornado uma comunidade exemplar para a produção industrial nacional (WILLER, 1997). Sua pujança causava admiração em todos os visitantes – a exemplo de John dos Passos, um importante escritor estadunidense que visitou a localidade a convite de Horácio Klabin. Em seus relatos, que datam de 1958, fez comparações da cidade-empresa com formações norte-americanas:

“com seus guardas e portões, ruas arborizadas e casas de pedra padronizadas em torno de gramados verdes, parece uma antiga *company town* da Nova Inglaterra ou leste do Canadá. É a sede das Indústrias Klabin” (PASSOS, 2013, p. 139-140).

Diante da grande transformação relatada é possível afirmar que houve um processo civilizador no local, que englobou “três controles fundamentais das pessoas em sociedade – o controle dos seres humanos em relação aos eventos naturais extra-humanos, o controle das pessoas sobre as outras, e o controle de cada um sobre si mesmo” (ELIAS, 2006b, p. 238 *apud* WOUTERS, 2014, p. 36). Assim, como as pesquisas empíricas buscaram detalhar, a civilização dos “sertões do Tibagi” (FERNANDES, 1974) perpassou, portanto, o domínio da natureza (fase de exploração dos terrenos, terraplanagens e construções), o controle externo sobre as pessoas (praticado desde a gestão Luiz Vieira por um conjunto de monopólios exercidos pela indústria) e o desenvolvimento de uma autossupervisão (estimulada pelas narrativas de caráter pedagógico publicadas no jornal *O Tibagi*). É sobre este último aspecto que esta tese se detém: as ações intencionais dos dominantes nas relações de poder, atuando para transformar as condutas das pessoas atingidas pelas narrativas do “jornal da empresa” (CORREIA, 1997, s/p) – afinal, “a constituição de uma ‘sociedade de indivíduos’, a partir da educação de seus grupos – em diferentes períodos da vida humana – pode ser uma chave para entendermos o processo civilizatório” (SARAT, 2014, p. 158). Assim sendo, resta investigar como o jornal contribuiu para a instrução comportamental em Monte Alegre.

Do ponto de vista metodológico, as orientações de Elias foram adaptadas às especificidades das proposições aqui estudadas. Como explanado nas considerações teóricas, esta tese adotou como referente para as análises recortes temporais variados, em curta e média durações – visando observar aspectos diferentes de um mesmo processo civilizador. No entanto, essas temporalidades foram consideradas como períodos pertencentes a um processo histórico que segue em curso, entendendo que, intencionais ou não, as ações presentes guardam relações com ações pretéritas (PALERMO, 2017). A análise das fontes em recortes de curto e médio prazos permitiu observar as compulsões desarmadas (ELIAS, 1993) – ou, como foram nomeados nesta tese, microprocessos coercitivos: pressões ausentes de violência física continuamente exercidas sobre as pessoas, que produzem mudanças em suas personalidades no sentido de uma apresentação comportamental cada vez mais diferenciada, uniforme e estável.

Em relação à escala espacial de análise, a escolha de Monte Alegre como paradigma empírico acompanha as considerações de Elias (2001b), buscando compreender processos históricos maiores a partir das tensões que conformam esse micromundo social (ELIAS, 2006). Sobre a escala de análise, Elias e Scotson (2000, p. 16), em *Os estabelecidos e os outsiders*,

escreveram: “nós mesmos nos surpreendemos ao ver com que frequência as figurações e regularidades que desvendávamos no microcosmo de Winston Parva sugeriam hipóteses que poderiam servir de guia até mesmo para levantamentos macrosociológicos”.

Sobre a utilização do método comparativo, por se tratar da investigação dos processos de civilização que a industrialização e a urbanização implicaram em Monte Alegre, as comparações realizadas, em sua maioria, foram feitas de maneira interna à formação social analisada, confrontando “estádios anteriores ou posteriores” (ELIAS, 2001b), observando possíveis mudanças e continuidades no ritmo e no direcionamento dos processos ao longo do tempo. Essa opção também se justificou em razão da ausência de pesquisas anteriores que tenham tematizado aspectos histórico-civilizatórios da região. Nesse sentido, é fundamental elucidar questões históricas concernentes a Telêmaco Borba em diferentes temporalidades, criando elementos que embasem pesquisas posteriores sobre processos de desenvolvimento mais amplos.

Restam algumas considerações de ordem metodológica sobre o trabalho empírico com os jornais, mais especificamente sobre a concepção de seu papel em Monte Alegre<sup>67</sup>. Se as cidades empresas eram criadas próximas à matéria-prima e apresentavam como uma de suas vantagens o controle dos trabalhadores (PIQUET, 1998), acredita-se que o lançamento de um periódico na “cidade da Klabin” (CORAIOLA, 2003) não feriu a intenção formativa inerente àquela figuração; pelo contrário, a reiterou.

Lido no espaço doméstico ou socializado em uma conversa no CAMA (Clube de operários criado por iniciativa Klabin), as narrativas publicadas em *O Tibagi* foram para grande parte dos residentes locais a primeira possibilidade de leitura desde que saíram da escola (FERNANDES, 1974). Sobre as práticas de leitura, uma professora-leitora relatou:

As pessoas liam pra valer o jornal, filha, porque o jornal *O Tibagi*, pra nós, foi uma novidade muito grande. E ficamos sabendo quanta coisa pelo jornal *O Tibagi*, né? As professoras, principalmente. Ia para nós um monte lá, cada uma pegava um e na hora do recreio todo mundo com o jornal *O Tibagi* na mão. Aí comentava... Quanta coisa nós aproveitamos assim, por exemplo, reportagem, pra passar para as crianças, né? Através d'*O Tibagi*. Eu lia ele inteiro. Gostava de tudo, porque tudo que estava ali para nós era novidade, né? (MARTINS, 2014).

Conforme o excerto demonstra, a leitura de *O Tibagi* representou oportunidade de novos conhecimentos – até mesmo para quem tinha alguma formação, como no caso das professoras. A aquisição de informações por intermédio do jornal possibilitou a atualização dos saberes, tanto para leitores oriundos de diferentes localidades da Europa quanto para os nativos do

---

<sup>67</sup> As características elementares do jornal *O Tibagi*, bem como a análise da auto e da heterorreferência do jornal, foram apresentadas em pesquisa anterior. Para maiores informações, consultar Vieira (2015).

interior do Paraná. No entanto, esse mundo lido era o mundo intermediado pela interpretação da Klabin e pelas demais relações de poder daquela formação social. Logo, no correr das publicações, saberes que, um dia, foram valorizados na figuração de origem do trabalhadores foram relegados a segundo plano a favor de conhecimentos mais condizentes ao contexto urbano-industrial.

### **3. ARTIGO I – A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES COMO POSSIBILIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Ana Flávia Braun Vieira

Miguel Archanjo de Freitas Junior

#### **RESUMO**

Norbert Elias estudou os processos de desenvolvimento de diferentes sociedades ocidentais. Adotando pesquisas empíricas comparativas de longa duração, o autor construiu um repertório conceitual que deu bases à teoria dos processos civilizadores. Seus achados demonstraram que existe uma relação de dependência mútua entre o desenvolvimento social (sociogênese) e as mudanças na consciência e autocontrole individuais (psicogênese), presentes em fenômenos diversos da socialização humana. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é apresentar os conceitos fundamentais da teoria dos processos civilizadores, desenvolvidos por Norbert Elias, visando demonstrar seu potencial como referencial teórico-metodológico em pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais.

**Palavras-chave:** Norbert Elias. Teoria dos processos civilizadores. Referencial teórico-metodológico.

#### **THE CIVILIZING PROCESSES THEORY AS A THEORETICAL-METHODOLOGICAL POSSIBILITY IN THE HUMAN AND SOCIAL SCIENCES**

#### **ABSTRACT**

Norbert Elias studied the development processes of different occidental societies. Adopting long-term comparative empirical research, the author built a conceptual repertoire that gave bases to the civilizing processes theory. His findings demonstrated that there is a mutual dependence relationship between social development (sociogenesis) and changes in individual consciousness and self-control (psychogenesis), present in different phenomena of human socialization. In this sense, this essay aims to present the civilizing processes theory fundamental concepts, developed by Norbert Elias, trying to demonstrate its potential as a theoretical-methodological reference in the Human and Social Sciences researches.

**Keywords:** Norbert Elias. Civilizing processes theory. Theoretical-methodological reference.

## INTRODUÇÃO

Em uma visita ao museu, ao entrar em contato com o passado através dos objetos ali expostos, é possível perceber que as formas de pensar e se comportar se modificaram ao longo do tempo. Ao observar a história do telefone, por exemplo, cuja invenção é tributada a Graham Bell, notam-se as características de seu tempo, desde os materiais utilizados para a fabricação até a forma de contatar as pessoas, por intermédio de uma central. O ato de telefonar demandava muito mais tempo em comparação aos dias de hoje. Entre o invento, datado de 1876, e a popularização dos telefones celulares, o saber acumulado ao longo das gerações acerca de comunicação a longa distância foi sendo sintetizado até chegar a um patamar de desenvolvimento que permitiu o contato entre as pessoas via ondas de rádio. Em pouco mais de cem anos, os hábitos relacionados ao ato de telefonar foram modificados: da necessidade de estar em um local específico da casa para atender o aparelho até realizar uma chamada de vídeo, via *internet*, enquanto caminha no parque do outro lado do mundo.

Esse avanço tem relação com a tecnologia disponível e está associado às estruturas sociais e psicológicas de seu tempo. As novas formas de ser e de pensar decorrentes de mudanças nas estruturas sociais, possibilitadas por inventos que colaboram para o estreitamento das relações entre os indivíduos, como o telefone, contribuem para alterações nessas mesmas estruturas, que, ao se modificarem, demandam outros padrões à constituição psicológica dos indivíduos em dada formação social. Esse contínuo de transformações configura o processo civilizador, que na tendência atual tem caminhado para a regulação constante e altamente diferenciada do comportamento (ELIAS, 1993, 2011).

A noção de processo civilizador foi desenvolvida por Norbert Elias, sociólogo que publicou suas formulações iniciais em 1939. Em uma abordagem de longa duração (aproximadamente 700 anos), o autor estudou, de maneira comparada, as mudanças e processos sociais que colaboraram para a transformação dos costumes europeus da Idade Média ao Renascimento, o que lhe permitiu observar que, de maneira interdependente, os padrões de conduta socialmente aceitáveis se transformam ao longo do tempo em conformidade com as modificações das estruturas sociais. Tais transformações se direcionam ao estabelecimento de uma conduta “mais diferenciada, uniforme e estável” (ELIAS, 1993, p. 196), possível por meio da monopolização da força física e da tributação, da crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade, da progressiva divisão de funções e do incremento das cadeias de interdependência, que paulatinamente fizeram necessária uma nova forma de regulação dos impulsos.

Para realizar este estudo, que deu bases à teoria dos processos civilizadores, Norbert Elias precisou desenvolver um conjunto de noções que lhe permitissem analisar o fenômeno para além dos conceitos da sociologia vigente. Assim, passou a utilizar termos como interdependência, figuração e *habitus*, conceitos que podem ser aplicados no estudo dos mais variados fenômenos sociais, como o processo de ensino e aprendizagem de comportamentos, os aspectos sociais da personalidade humana e os costumes de um determinado povo – para citar alguns exemplos.

Nesse sentido, este ensaio objetiva apresentar os conceitos fundamentais da teoria dos processos civilizadores, desenvolvidos por Norbert Elias, visando demonstrar seu potencial como referencial teórico-metodológico em pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais. Para tanto, foram utilizados como fonte para a pesquisa bibliográfica os livros de Elias publicados em português, complementados – quando necessário – por comentários de pesquisadores brasileiros que se dedicaram a perspectivar seus objetos de pesquisa sob o ponto de vista da teoria dos processos civilizadores.

Espera-se que este trabalho possa evidenciar o amplo potencial da perspectiva teórico-metodológica de Elias, contribuindo, assim, para que mais pesquisadores considerem a teoria dos processos civilizadores como referente em seus estudos, favorecendo, ao mesmo tempo, um processo de renovação temática, ao perspectivar novos ou velhos temas sob uma outra teoria.

## DESENVOLVIMENTO

A noção de sociedade é frequentemente utilizada como se seu conteúdo fosse comum e conhecido por todos. Apesar de, em seu sentido mais genérico, ser compreendida como “uma porção de pessoas juntas” (ELIAS, 1994, p. 13), cada cultura forma um tipo de sociedade diferente, a exemplo das características mais elementares das formações sociais ocidentais e orientais.

Os rumos pelos quais cada sociedade envereda são decorrentes das ações dos indivíduos que a compõem, entretanto, “a mudança de uma forma de vida em comum para outra não foi planejada por nenhum desses indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 13). Isto significa dizer que, dadas as relações de poder, existem indivíduos capazes de realizar escolhas intencionais. Todavia, em uma perspectiva de longa duração, seus resultados independem de decisões individuais:

Ela [a sociedade] só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no

entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (ELIAS, 1994, p. 13).

O excerto ajuda a compreender como Elias concebia as relações entre indivíduo e sociedade: de maneira interdependente. Para o autor, as abordagens que os perspectivam de maneira isolada são decorrentes dos escassos modelos conceituais até então disponíveis. Assim, visando superar “a confusa polarização das teorias sociológicas em teorias que colocavam o ‘indivíduo’ acima da sociedade e outras que colocavam a ‘sociedade’ acima do indivíduo” (ELIAS, 2001, p. 148), Elias desenvolveu o conceito de figuração: uma formação social de tamanho variável (um casal de dançarinos, jogadores de carteados, uma tribo, uma cidade ou mesmo uma nação) na qual os indivíduos estão ligados em uma rede de dependência recíproca. Isto significa dizer que cada ação individual responde a uma série de outras, que, por sua vez, modificam a própria estrutura em que se inscrevem.

São as diferentes relações de interdependência que definem as características de dada figuração social. Apesar de suas particularidades, existe uma propriedade comum em todas as formações sociais: um equilíbrio flutuante de tensões, que tende ora para um lado, ora para outro. Quando esse equilíbrio de poder alterna sua direção, pode promover mudanças nas estruturas de dada formação – que, por sua vez, terá novas relações de poder. Para Elias, as mudanças de caráter psicológico que a civilização implica possuem uma orientação bastante específica que, todavia, não foi planejada por ninguém de maneira particular. Trata-se de uma dinâmica autônoma e contínua proveniente de uma rede de relacionamentos, que, quando se altera, altera também os comportamentos socialmente aceitáveis.

O desenvolvimento desse processo ocorre a partir de mudanças específicas na forma como as pessoas interagem e que lhes conformam a personalidade de um modo “civilizado”. Entre tais mudanças, Elias (1993, p. 196) destacou a diferenciação de funções: “À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social”. Assim, se até dado ponto do desenvolvimento social ocidental era possível externar emoções ao entrar em conflito com seus desafetos, a partir de novas relações sociais e comportamentais, como a especialização do trabalho, que aumentou a dependência mútua, o indivíduo se viu impelido a regular seu comportamento, tornando-o mais uniforme e estável.

Além da divisão de funções, tais transformações das condutas são orientadas pelos seguintes fatores: direção do processo de diferenciação social e o crescimento das cadeias de interdependência. Ou seja, o nível de integração entre os indivíduos é o fator determinante das formas de controle necessárias para a convivência “civilizada” em sociedade. Assim, quanto

mais diferenciada uma figuração for, maior será o perigo que uma pessoa representa para outra ao perder o autocontrole. Ao mesmo tempo, o ato de controlar-se gera também tensões, que podem ser igualmente perigosas à ordem social. Se o autocontrole não estiver suficientemente instilado no indivíduo, a violência pode ser manifesta e, dependendo de sua proporção, redirecionar os processos.

O nível de autocoação varia conforme as relações estabelecidas em cada figuração. Em uma mesma sociedade, existem níveis distintos de comedimento requeridos conforme a função e a posição do indivíduo. Nessa perspectiva, para citar um caso ilustrativo, entende-se que empresários e patrões devem regular-se com maior perícia em relação aos funcionários, posto que se espera de seus cargos níveis mais elevados de controle de comportamento e de constituição afetiva.

Paralelamente ao incremento da diferenciação de funções e suas consequências, verifica-se uma reestruturação do tecido social, por meio de uma organização mais estável dos órgãos centrais da sociedade e da monopolização da força física. A esse respeito, Elias (1993, p. 197) escreveu:

A estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano ‘civilizado’, mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Só com a formação deste tipo relativamente estável de monopólios é que as sociedades adquirem realmente essas características, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a infância, com um padrão mais altamente regulado e diferenciado de autocontrole.

Para Elias, é somente em combinação com tais monopólios que o autocontrole vai requisitando graus mais elevados. Paulatinamente, as pressões externas que exigem determinado padrão de comportamento vão sendo individualizadas, passando a compor uma *segunda natureza*, um *habitus*. Com a monopolização da força física – que, no caso das sociedades modernas, encontra-se em poder do Estado, através do controle do exército e da polícia – o indivíduo é protegido contra ataques violentos ao preço da repressão de suas paixões. Assim, quanto maiores e mais estreitas são as redes de interdependência da qual um indivíduo faz parte, bem como “a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro” (ELIAS, 1993, p. 198), maior será o grau de autocontenção, resultando em uma mudança na constituição psicológica conhecida como “civilização” (ELIAS, 1993, p. 197).

Se a estrutura das figurações é correspondente à estrutura de personalidade dos indivíduos que a compõem e à forma como se comportam, logo, mudanças em suas configurações alteram também as formas de expressão socialmente aceitáveis dos sentimentos.

Nesse sentido, quanto mais diversificada uma sociedade, maiores são as esferas da vida reguladas. Isso não significa dizer que as sociedades ocidentais em estágios inferiores eram/são ausentes de autocontrole; trata-se de padrões distintos. O que passou a ocorrer a partir da monopolização da força física e da crescente estabilidade dos órgãos centrais foi o estabelecimento de um tipo diferente de autolimitação: mais desapassionado, com menor oscilação no comportamento e maior equilíbrio na expressão das emoções. De acordo com Elias (1993, p. 202):

As pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta, em todos os setores de sua vida. E é exatamente na mesma direção que operam as compulsões desarmadas.

Compulsões desarmadas são restrições ausentes de violência física direta às quais os indivíduos estão expostos em espaços pacificados. Essas imposições externas contribuem para uma constante “visão retroativa e prospectiva que transcende o momento e corresponde às cadeias mais longas e complexas em que cada ato se vê automaticamente incluído” (ELIAS, 1993, p. 202), exigindo dos indivíduos contínua disciplina em relação aos seus impulsos emocionais momentâneos, visando efeitos a longo prazo. Essa capacidade de previsão de resultados contribui para o desenvolvimento do autocontrole, processo iniciado na infância com a aprendizagem de modelos de comportamento praticados e incentivados pelos adultos. Dessa forma, ao longo de sua trajetória, um indivíduo desenvolve uma “autosupervisão automática de paixões, um ‘superego’ mais diferenciado e estável, e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível de consciência” (ELIAS, 1993, p. 202). Assim, um padrão de hábitos semiautomáticos desenvolve-se no interior de cada indivíduo em correspondência à estrutura social da qual faz parte, chamado por Elias de *segunda natureza / habitus*.

Esse processo de internalização das pressões externas, transformadas em autocobrança, não ocorre de maneira pacífica: há uma luta do indivíduo consigo mesmo, uma vez que “nem sempre a autossatisfação requerida pela vida em sociedade leva a um novo equilíbrio entre satisfação e controle das emoções” (ELIAS, 1993, p. 203). Dependendo da pressão interna, das características da figuração e da função desempenhada, o indivíduo pode sentir-se ininterruptamente insatisfeito ou se tornar incapaz de expressar-se sem medo de suas emoções modificadas. Isso significa dizer que do mesmo molde social podem emergir seres humanos diferentes, mais ou menos bem-estruturados.

O processo civilizador individual varia de pessoa para pessoa e é resultado de seu repertório tencionado pelas expectativas da figuração com a qual comunga sentidos. Sobre isso, Elias (1993, p. 205) escreveu:

[...] é a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido. O equilíbrio resultante nessas instâncias controladoras e as pulsões, em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com as outras, em suma, determina aquilo que chamamos [...] de hábitos, complexos ou estrutura da personalidade.

Apesar da autodeterminação individual, não existe um ponto final para a aprendizagem do autocontrole: a pessoa “nunca deixa inteiramente de ser afetada pelas relações mutáveis com outras durante toda a vida” (ELIAS, 1993, p. 205). Quanto mais diferenciada uma sociedade, maior será a velocidade de suas transformações, exigindo de seus membros proporcional flexibilidade em seus hábitos e condutas. Assim, o processo civilizador individual oscila entre a adaptação ao contexto e a insatisfação pessoal. As pessoas “civilizadas” vivem entre esses dois extremos, em proporções variáveis.

Os padrões de conduta socialmente aceitáveis sobre uma ou outra esfera da vida podem variar de figuração para figuração, a exemplo da sexualidade, que é mais ou menos restrita de acordo com o país. Todavia, à exceção das diferenças pontuais nas formas e áreas de controle, há uma tendência no movimento de civilização que é igual nas mais diversas sociedades: “Ela se orienta sempre para um controle mais ou menos automatizado, para a subordinação dos impulsos de curto prazo aos comandos de uma enraizada visão a longo prazo, para a formação de uma instância, o ‘superego’, mais completa e segura” (ELIAS, 1993, p. 208). Em geral, este movimento tem início entre os grupos dirigentes, posto que o exercício de suas funções exige maior autodisciplina e se propaga para estratos cada vez mais amplos da sociedade. Então, no desenvolvimento do processo, até mesmo para os estratos sociais mais baixos – onde o nível de interdependência seria inferior, o que permitiria maiores demonstrações de comportamentos descontrolados –, faz-se necessária uma visão prospectiva, no sentido de regular seu comportamento visando interesses a longo prazo.

No caso da cultura ocidental, a divisão de funções, a estabilização dos órgãos centrais da sociedade, o monopólio da força, bem como da tributação<sup>1</sup>, e a dependência mútua entre os indivíduos atingiram níveis incomparáveis na história mundial. Sua abrangência, em termos geográficos e de número de pessoas envolvidas, requisita a sincronização das condutas – o que demonstra correspondência entre o tamanho da figuração e as pressões inerentes às redes de

---

<sup>1</sup> Os recursos arrecadados com impostos servem à manutenção de outros monopólios, especialmente o da violência.

interdependência. Neste sentido, as mudanças na constituição psicológica por meio da modelação das pulsões e sentimentos não estão restritas a uma ou outra camada social, contribuindo para a aproximação das condutas entre classes altas e baixas.

Uma vez que todos os membros de determinada formação social podem atingir o patamar comportamental demandado pelas relações sociais ali estabelecidas, a busca por distinção dá movimento ao processo civilizador. Ou seja, quando parcela das pessoas já individualizou as regras, novas demandas são requisitadas. As disputas pelo poder no interior das figurações perpassam o esforço para manter (ou elevar) o estágio alcançado pela classe superior, contribuindo para a rigorosa supervisão entre seus membros e na estigmatização daqueles que contrariarem os símbolos de diferenciação. Por sua vez, o medo de perder o prestígio no grupo reforça a reprodução das condutas socialmente aceitáveis. São essas tensões e lutas que orientarão o curso e a direção do processo civilizador de uma dada sociedade.

Elias chegou às considerações acima apresentadas por meio de pesquisas empíricas. Em *O Processo Civilizador*, a partir da análise comparativa entre figurações distintas no tempo e no espaço, bem como dentro da própria sociedade investigada, utilizando como fontes manuais de etiqueta – em especial o de Rotterdã –, o sociólogo ponderou sobre os processos que contribuíram para a transformação de guerreiros em cortesãos. De acordo com seus estudos, nenhum indivíduo da sociedade de corte inventou o controle das paixões e a regulação de conduta. Esse processo resultou das limitações impostas pela crescente interdependência, que exigiu a expressão de um comportamento diferenciado: “direta ou indiretamente, o entrelaçamento de todas as atividades, que todos na corte inevitavelmente enfrentam, obriga-os a manter a vigilância constante e submeter tudo o que dizem ou fazem a detalhado exame” (ELIAS, 2011, p. 216).

O processo de transição de guerreiros à cortesãos estendeu-se entre os séculos XI ou XII até o XVII e XVIII. Suas características elementares podem ser resumidas como a passagem de um baixo grau de integração para seu incremento e de um período em que havia muitos castelos e propriedades rurais para a formação de residências que abrigavam maior número de pessoas – as cortes. O crescimento populacional demandou a produção cada vez maior de bens e a oferta de serviços. O incremento da divisão de funções aumentou a dependência entre indivíduos, passando a ser necessária uma transformação na economia das pulsões.

Até esse momento, as pessoas isoladas em propriedades rurais providenciavam quase todos os elementos necessários para a sobrevivência, sendo pequeno o contato com outros indivíduos de fora de seu convívio. Não havia ainda uma relação de dependência mútua entre as diferentes unidades de subsistência nem instâncias monopolizadoras da força física. Assim,

ao menor descontentamento, um indivíduo poderia evidenciar seus sentimentos e retirar a vida de alguém, sem que isto resultasse em grandes perdas para si. Com o prolongamento das redes de interdependência, a vida em corte já não permitia manifesto descontrole, posto que poderia acarretar perdas para a relativa ordem social. A centralização do poder conformou o *habitus* do cortesão, que para manter-se na corte passou a exercer constante vigilância sobre seu comportamento, além de exercitar a capacidade de prospecção.

Sobre a interdependência entre a corte e os cortesãos, Elias (1993, p. 222) escreveu:

Através de sua dependência mútua, eles se prendiam uns aos outros na corte; esta não só foi gerada por esse entrelaçamento de dependências, como criou uma forma de relacionamentos humanos que sobrevivia aos indivíduos, como uma instituição de profundas raízes, enquanto esse tipo particular de dependência era continuamente renovado, com base numa estrutura específica da sociedade em geral.

A vinculação das pessoas na corte perpassava também pela necessidade de dinheiro e prestígio. O medo de ter sua importância reduzida socialmente era o fator preponderante para transformar imposições externas em autolimitação: “A interdependência mais estreita de todos os lados, a pressão mais forte vinda de todas as direções, exigem e instilam um autocontrole mais uniforme, um superego mais estável e novas formas de conduta entre as pessoas: os guerreiros tornam-se cortesãos” (ELIAS, 1993, p. 225).

A vida na corte desenvolveu o que Elias chamou de *visão psicológica do homem*. Foi a partir desta figuração e da estrutura de sentimentos imanente a ela que a observação ininterrupta de si e do outro em uma série mais longa de motivos e conexões causais se tornou necessária para a manutenção da posição social de cada um, o que, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento da orientação para a experiência, bem como para a racionalização. Isso evidencia a inexistência de funções psicológicas em estado puro. O autor entende que não existem pessoas “civilizadas” por natureza, mas admite a existência de uma predisposição genética que, em determinadas condições, torna possível o controle individual de impulsos comportamentais.

Esse potencial biológico de civilização traduz-se em elementos não-variáveis nos processos civilizadores. Elias (2006, p. 22) entende que esses *universais sociais* dizem respeito à capacidade humana de transformar as cobranças externas em internas e à apreensão de uma autorregulação individual. Para estudar este fenômeno, o autor propôs o conceito de *processo social*, em referência às “transformações amplas, contínuas, de longa duração – em geral não aquém de três gerações – de *figurações* formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas” (ELIAS, 2006, p. 27-28, grifo do autor).

Embora não planejados, os processos possuem uma *constância de direção*, uma vez que podem seguir a mesma tendência por vários séculos. Para investigar o sentido dos processos civilizadores, Elias afirmou ser necessária a adoção de uma perspectiva de longa duração, pois somente em um panorama de longo alcance que “descobre-se que o equilíbrio entre coações exteriores e autocoações [...] transforma-se no sentido de uma direção específica” (ELIAS, 2006, p. 23).

Em relação aos aspectos metodológicos, para alcançar os objetivos de sua pesquisa, Elias precisou romper com a tradição sociológica de seu tempo, que concebia a sociedade sob uma visão egocêntrica, como se suas estruturas estivessem acima dos indivíduos que a compõem, retirando desses o protagonismo. Essa concepção foi refutada pelo autor, que, valendo-se de uma perspectiva sociológica evolutiva, adotou

uma visão mais realista das pessoas que, através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou figurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados (ELIAS, 2015, p. 15).

Assim, um dos postulados do autor para o estudo dos processos civilizadores é o entendimento de que a sociedade não é estática nem se desenvolve aquém dos indivíduos. Sua teoria está pautada na ideia de que as transformações ocorridas na estrutura da personalidade individual (psicogênese) resultam em modificações na estrutura da figuração social em que o indivíduo está inserido. Por sua vez, as transformações estruturais da sociedade (sociogênese) – com destaque para as relações sociais – acarretam alterações na personalidade. A partir desta concepção, Elias (1993, p. 234) propôs o que denominou de *psicologia social histórica*, ou seja, um estudo simultaneamente psicogenético e sociogenético.

Ao dar dinamicidade para a relação entre os indivíduos e as sociedades, Elias permitiu vislumbrar que as estruturas também são históricas. Nesse sentido, o autor analisou a relação entre a monopolização da força física, a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade, a progressiva divisão de funções, o incremento das cadeias de interdependência e sua demanda por novas formas de regulação dos impulsos. Tais alterações estruturais dizem respeito a um “equilíbrio entre, de um lado, as pulsões naturais, elementares, que habitam uma pessoa, e de outro, os modos de controle e regulação dessas pulsões que lhe foram ensinados” (ELIAS, 1998, p. 118). Todavia, como apreender estas modificações? Em relação aos aspectos metodológicos, Elias enfatizou a necessidade da adoção de uma perspectiva de longa duração. As figurações, “sendo sociais, elas podem evoluir, se necessário, ainda que em ritmo muito lento. Muitas vezes, para perceber essa evolução, é preciso um modelo que inclua três gerações” (ELIAS, 1998, p. 110).

A abordagem metodológica de longa duração, adotada por Elias desde seus primeiros escritos, foi trabalhada na década de 1960 pelo historiador Fernand Braudel – e a partir disso passou a ser mais praticada nas Ciências Humanas e Sociais (ROJAS, 1998, p. 17). Ao escrever sobre essa concepção metodológica, Braudel (1965, p. 263) abordou a dialética da duração: “Quer se trate do passado, quer se trate da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”. Entre as múltiplas durações, Braudel destacou três formas de concebê-las, de acordo com o intervalo de tempo adotado e as relações a serem investigadas:

À curta duração corresponde “o tempo curto, a dimensão dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo por excelência do cronista e do jornalista” (BRAUDEL, 1965, p. 264). Refere-se aos acontecimentos do dia a dia, como a abertura de uma fábrica, um grande incêndio ou um acidente de carro. As perspectivas históricas mais tradicionais, que se ocupavam de “grandes acontecimentos”, operavam na curta duração. Todavia, o próprio desenvolvimento da História, as novas formas de fazer e pensar história foram requisitando a ampliação das durações, a fim de que fosse possível observar os movimentos anteriores aos episódios. Assim, a média duração surgiu da necessidade de observar determinados fenômenos em uma escala de tempo mais ampla. A análise da conjuntura pode abranger entre dez e 50 anos e articula-se às estruturas econômicas, políticas e sociais. Para justificar o trabalho com essa duração, Braudel (1965, p. 267) escreveu: “As ciências, as técnicas, as instituições políticas, as ‘utensílagens’ mentais, as civilizações (para empregar esta palavra cômoda) têm igualmente seu ritmo de vida e de crescimento”, possíveis de visualizar por meio da nova história conjuntural.

Para além dos ciclos e interciclos, há a longa duração, ligada aos aspectos estruturais que conformam uma sociedade. Ela está relacionada ao tempo lento, no qual as mudanças – de estilo, de atitude e de pensamento, entre outras – ocorrem lentamente. Segundo Braudel (1965, p. 271), os demais tempos da história são “compreendidos a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gira em torno dela”. É por esse motivo que, para Elias, as evoluções a longo prazo permitiriam determinar a orientação geral dos processos civilizadores, por intermédio de comparações sistemáticas entre diferentes/análogas figurações no tempo e no espaço.

O recurso à comparação permite observar a dinâmica de duas (ou mais) realidades sociais distintas. Esse método torna possível “verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo” (BARROS, 2014, p.

18). Acredita-se que a utilização da comparação como método já nos primeiros trabalhos de Elias possa estar relacionada aos círculos intelectuais dos quais fez parte – como o de Marianne Weber. Apesar de não ter tido contato direto com Max Weber, Elias certamente sabia das contribuições desse autor para o comparativismo – que já vinha sendo praticado desde o século XIX: comparou a mesma questão (o fenômeno urbano) ao longo do tempo e defrontou um processo específico (o desenvolvimento do capitalismo ocidental) com processos distintos no restante do mundo. As comparações no decorrer do tempo e/ou em diferentes espaços também foram adotadas por Elias.

No campo de estudos da História Comparada, entende-se que os elementos a serem comparados são determinados pelo problema de pesquisa (BARROS, 2014, p. 54). Dependendo do objeto de estudo, pode-se realizar entre um ou mais recortes temporais e/ou um ou mais recortes espaciais. No caso de Elias, em *O processo civilizador* (v. 1), no capítulo “Sociogênese da diferença entre Kultur e Zivilisation no emprego alemão”, o autor estabeleceu comparações entre o significado francês, inglês e alemão do conceito de civilização, entendimento este que deriva das características particulares de cada país no decurso de seus respectivos processos civilizadores. Para tanto, em uma perspectiva de longa duração, o autor se valeu do estudo da sociogênese e psicogênese ora em uma mesma figuração, ora em figurações diferentes.

Em suas pesquisas, além do cuidado historiográfico necessário para a compreensão das especificidades históricas de cada figuração, fundamental para as análises, Elias era minucioso no trabalho com fontes, fossem elas manuais de boas maneiras, observações realizadas em uma figuração determinada ou dados relativos às mortes na estrada no decorrer dos anos. Segundo Chartier (2001), Elias prezava pelas pesquisas empíricas e, no caso de *A sociedade de corte*, adotou uma dupla estratégia de investigação:

Por um lado, trata-se de considerar uma situação histórica específica, portanto de pôr à prova dados empíricos, factuais, um corpo de hipóteses e de conceitos. ‘As teorias sociológicas que não se comprovam por um trabalho de sociologia empírica de nada servem’, escreve Elias, tomando assim distância em relação a uma sociologia mais tentada pela construção de taxionomias de validade universal do que pela ‘análise intensiva’ de casos históricos determinados (CHARTIER, 2001, p. 09).

A perspectiva sociológica de Elias, em oposição às tendências vigentes em sua área, entendia que o estabelecimento de premissas gerais aplicáveis às diferentes formações sociais era possível somente por meio de um cuidadoso exame empírico, independentemente da dimensão da figuração estudada. Ao trabalhar as relações de poder entre *Os estabelecidos e outsiders* em Winston Parva, o autor ponderou sobre o potencial analítico de um microcosmo social:

Pareceu útil permitir que o microcosmo de uma pequena comunidade esclarecesse o macrocosmo das sociedades em larga escala e vice-versa. É essa linha de raciocínio que está por trás do emprego de um pequeno cenário como paradigma empírico de relações [...] que muitas vezes existem em outros lugares. Nesse cenário, é possível focalizar melhor alguns detalhes do que nos estudos sobre essas relações em cenários mais amplos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 49).

Partindo dessas considerações, entende-se que o estudo de figurações específicas permite compreender relações mais amplas estabelecidas na sociedade da qual faz parte, a exemplo da gênese da teoria dos processos civilizadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria dos processos civilizadores é uma abordagem teórico-metodológica que permite a investigação de fenômenos sociais em diferentes figurações e temporalidades. Sua especificidade está na abordagem conceitual interdependente, afinal, as noções desenvolvidas por Elias relacionam-se entre si, produzindo sentidos. Perspectivar os problemas das diferentes sociedades no tempo e no espaço à luz da teoria elisiana possibilita uma renovação temática, uma vez que oportuniza o estudo dos fenômenos sociais por outro prisma, já que não hierarquiza indivíduo e sociedade, mas compreende que ambos são atores e sujeitos dos processos sociais e emocionais; ao mesmo tempo, permite compreender que a relação de dependência mútua entre os indivíduos torna cada situação específica, com regras específicas e com *habitus* correspondentes, interiorizados por mecanismos de pressão externa.

Nesse sentido, é possível desenvolver pesquisas sobre as mais variadas temáticas utilizando a teoria dos processos civilizadores, como analisar o aumento de surtos de varíola em Goiás, decorrentes da modernização dos transportes e do crescimento demográfico (OLIVEIRA, 2003); apreender o processo de individualização da criança e sua inserção social a partir da educação formal em âmbito escolar e da informal realizada pela família (XAVIER; SARAT, 2012); compreender a contribuição de um jornal e uma associação para o processo civilizador em âmbito escolar (RABELO, 2013); estudar as mudanças na configuração hospitalar, com destaque para as relações de gênero, a partir das noções de figuração e interdependência (PEREIRA; ROTENBERG; OLIVEIRA, 2013), entre outras.

A partir desses exemplos é possível perceber o amplo repertório de possibilidades ao adotar a teoria dos processos civilizadores como referencial teórico-metodológico para o estudo de fenômenos sociais. Seu vasto conjunto conceitual – do qual aqui foram apresentados somente os conceitos sociológicos fundamentais – não precisa obrigatoriamente ser utilizado na íntegra, permitindo a utilização daqueles que melhor atenderem aos objetivos da pesquisa, conforme o

trabalho de Pereira, Rotemberg e Oliveira (2013), acima citado. O mesmo princípio serve para os procedimentos metodológicos: a extensão do recorte temporal de análise e a utilização de comparações, ou não, devem responder às necessidades do fenômeno investigado. Como exemplo dessa flexibilidade do recorte à pesquisa é possível citar o próprio Elias, seus trabalhos iniciais abarcaram mais de sete décadas e um dos finais, apenas 27 anos (ELIAS, 2006).

Por fim, fica o convite de Elias aos futuros pesquisadores, para que contribuam com a teoria dos processos civilizadores:

Os processos sociais dos quais procuramos construir um modelo, além de não-planejados, são inacabados. Ao tratarmos dos percursos que levaram ao presente, ajudamos nossos contemporâneos a se orientar melhor no mundo. Ao mesmo tempo, preparamos o caminho para as gerações futuras, que, auxiliadas pelo trabalho preliminar realizado hoje, poderão adquirir um conhecimento mais amplo e mais seguro que o atual (ELIAS, 2006, p. 67).

## REFERÊNCIAS

- BARROS, J. A. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. **Revista de História**, ano 16, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.
- CHARTIER, R. Prefácio. In: ELIAS, N. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- OLIVEIRA, E. C. de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos** [online], v. 20, n. 3, p. 939-962, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-20-03-0939.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PEREIRA, A. V.; ROTENBERG, L.; OLIVEIRA, S. S. Relações de gênero e interdependências: reflexões a partir de mudanças na configuração hospitalar. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos[online]**, v. 20, n. 3, p. 1007-1024, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-S0104-59702013005000009.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

RABELO, G. O jornal escolar O Estudante Orleanense: não podemos tornar as crianças felizes, mas podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973). **Hist. Educ. [online]**, v. 17, n. 40, p. 197-219, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n40/v17n40a10.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ROJAS, C. A. A. Norbert Elias: historiador y crítico de la modernidad. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 2, n. 1, p. 1-27, 1998. Disponível em: <[http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=321&path%5B%5D=pdf\\_298](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=321&path%5B%5D=pdf_298)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

XAVIER, N. R.; SARAT, M. Infância e educação civilizadora na literatura brasileira. **Acta Scientiarum Education**, v. 34, n. 2, p. 221-231, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/16168/9985>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

#### **4. ARTIGO II – A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES APLICADA AO CONTEXTO BRASILEIRO: ANÁLISE DO ESTADO DO CONHECIMENTO**

Ana Flávia Braun Vieira

Miguel Archanjo de Freitas Junior

##### **RESUMO**

Visando identificar o estágio de apropriação da teoria dos processos civilizadores no Brasil, este trabalho realizou o mapeamento e análise das produções das Ciências Humanas e Sociais que utilizaram a sociologia elisiana para o estudo empírico de figurações brasileiras. Para tanto, foram adotados como referenciais metodológicos os pressupostos das pesquisas sobre o Estado do Conhecimento associados às orientações metodológicas da Análise de Conteúdo. A análise dos aspectos teóricos e metodológicos das produções permitiram concluir que, no atual estágio de desenvolvimento, a apropriação brasileira da teoria dos processos civilizadores se encontra em uma posição intermediária, oscilando entre a citação direta e a produção de novos saberes à luz da teoria.

**Palavras-chave:** Teoria dos processos civilizadores; Norbert Elias; Sociologia elisiana; Estado do conhecimento; Pesquisas empíricas.

##### **THE CIVILIZING PROCESS THEORY APLIED TO THE BRAZILIAN CONTEXT: STATE OF KNOWLEDGE ANALISYS**

##### **ABSTRACT**

Aiming to identify the stage where is the Brazilian appropriation of the civilizing process theory, this paper made the mapping and the analysis of the Human and Social Sciences productions which adopted the elisian sociology for the empirical study of the Brazilian figurations. For that, was adopted as methodological references the assumption of the researches about state of knowledge (SK) associated to the methodological orientation from the content analysis (CA). The analysis of the theoretical and methodological aspects from the productions allowed to conclude that, in the current state of development, the Brazilian appropriation of the civilizing process theory is found in a intermediar position, oscillating between the direct quote and the production of new knowledges in the light of the theory.

**Keywords:** Civilizing Process Theory; Norbert Elias; Elisian Sociology; State of Knowledge; Empirical Researches.

## INTRODUÇÃO

A teoria dos processos civilizadores foi desenvolvida pelo sociólogo judeu-alemão Norbert Elias (1897-1990) e tem sido adotada como chave de leitura na interpretação de fenômenos sociais em diversas áreas do conhecimento. De acordo com a Fundação Norbert Elias (2018), pesquisadores da Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, França, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, México, Polônia, Portugal e Reino Unido, entre outros, têm-se dedicado ao estudo da sociedade a partir de suas proposições sociológicas do autor. No entanto, o estágio de apropriação da sociologia elisiana difere de uma formação social para outra (GEBARA, 2014). Por essa razão, este trabalho visa identificar o estágio em que se encontra a apropriação dos pesquisadores brasileiros da teoria dos processos civilizadores. Para tanto, foram empregados os pressupostos metodológicos do Estado do Conhecimento aliados às considerações metodológicas da Análise de Conteúdo.

As formulações iniciais da teoria dos processos civilizadores foram publicadas em 1939 e, de acordo com Rojas (1998), trata-se de um marco geral de referência na trajetória intelectual de Elias. Para o desenvolvimento da teoria, o sociólogo pesquisou manuais de etiqueta europeus, publicados da Idade Média ao Renascimento, e observou – por meio de comparações na longa duração<sup>1</sup> – que, de maneira interdependente, os padrões de comportamento socialmente aceitáveis (psicogênese) foram alterados ao longo do tempo em consonância com as modificações nas estruturas sociais (sociogênese). Para o autor, esse conjunto de transformações orientou-se para o estabelecimento de uma conduta “mais diferenciada, uniforme e estável” (ELIAS, 1993, p. 196) e foi estimulado pela monopolização da força física e da tributação, da crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade, da progressiva divisão de funções e do aumento da dependência mútua entre os indivíduos.

Dado os paradigmas sociológicos de seu tempo<sup>2</sup>, para estudar os processos civilizadores, Elias desenvolveu um conjunto de noções, entre as quais destacam-se os conceitos de

---

<sup>1</sup> Para desenvolver esse estudo, Elias propôs o conceito de *processo social*, em referência às “transformações amplas, contínuas, de longa duração – em geral não aquém de três gerações – de *figurações* formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas” (ELIAS, 2006, p. 27-28, grifo o autor).

<sup>2</sup> Elias se considerava um *outsider*, pois, além das dificuldades contextuais de divulgação de seus primeiros trabalhos (MORAIS E SILVA *et al.*, 2014), sua abordagem divergia da sociologia vigente: incentivou a interdisciplinaridade e, com frequência, tratou da necessidade do conhecimento das ciências biológicas para a compreensão mais ampla da sociedade – sem, contudo, reduzir a sociologia à biologia (ELIAS, 2001); rejeitou o paradigma da teoria filosófica clássica, já que sua forma de pensar e fazer sociologia pautava-se na existência de um fundo coletivo de conhecimento (QUINTANEIRO, 2010); defendeu como fundamental para o conhecimento da realidade a realização de pesquisas empíricas; rompeu com as fronteiras entre as dimensões de análise micro e macrosociológicas; e enfatizou a necessidade de estudos comparados realizados em longa duração.

civilização, figuração e processos sociais (ELIAS, 2006). A partir dessas noções<sup>3</sup> é possível analisar empiricamente uma série de fenômenos sociogenéticos e psicogenéticos, como, por exemplo, a transformação de guerreiros em cortesãos ao longo de vários séculos ou as mudanças no padrão de autorregulação dos motoristas em aproximadamente três décadas.

De acordo com Souza (2009), que analisou os usos da teoria elisiana no processo de produção do conhecimento sobre os problemas histórico-sociais brasileiros, existe certa dificuldade na aplicação da teoria quando da análise empírica de fenômenos sócio e psicogenéticos. Segundo o autor, existem três estágios para a apropriação da teoria elisiana em trabalhos acadêmicos: 1) estudo flutuante, no qual busca-se conhecer a complexidade das obras publicadas do autor; 2) aprofundamento dos conceitos, no qual a realidade é iluminada pelas categorias analíticas; 3) aplicação da teoria, na qual os conceitos são colocados em movimento interpretativo para a análise de determinado problema, podendo gerar novos conhecimentos.

Ao analisar as publicações dos anais do Simpósio Internacional Processo Civilizador<sup>4</sup>, Souza (2009) concluiu que parte dos pesquisadores brasileiros que utilizaram o referencial elisiano segue dizendo o que o próprio Elias escreveu, em detrimento da produção de novos conhecimentos à luz da teoria, que seriam possíveis a partir do desenvolvimento de pesquisas empíricas. Partindo dessas considerações, que são fixadas no tempo e no espaço, optou-se pela realização de pesquisa análoga em um universo maior, visando identificar o estágio atual de apropriação da sociologia elisiana no Brasil.

Espera-se com a realização deste estudo contribuir para o incremento de pesquisas empíricas com referencial teórico e metodológico elisiano. Dessa forma, além de demonstrar sua aplicabilidade em análises de figurações brasileiras, o diagnóstico do estágio de sua apropriação no Brasil possibilita analisar os avanços e permanências, bem como evidenciar possíveis lacunas na utilização da teoria dos processos civilizadores.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto optou-se pela orientação metodológica das pesquisas denominadas Estado do Conhecimento. De acordo com Ferreira (2002, p. 258), essas pesquisas

---

<sup>3</sup> De maneira sintética, tais noções permitem compreender, em uma perspectiva processual, que os seres humanos não são civilizados por natureza, mas que possuem uma predisposição genética para a regulação do comportamento, mediante o aprendizado social de um modelo específico de civilização, condizente com as relações estabelecidas nas figurações de que fazem parte.

<sup>4</sup> Evento periódico onde são estabelecidos diálogos entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre a sociologia elisiana. Para a análise, Souza (2009) considerou as publicações até a edição XII.

são bibliográficas, descritivas e de caráter inventariante e objetivam mapear e discutir uma determinada produção acadêmica, “tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas”. Complementando este entendimento, Teixeira (2006, p. 60) destacou que os resultados destes estudos subsidiam novas pesquisas e servem como “fonte de alimentação e retroalimentação do saber”.

Esse tipo de pesquisa é desenvolvido em dois momentos interdependentes: no primeiro, ocorre a quantificação e a identificação dos dados bibliográficos, visando o mapeamento da publicação em dado período, local e área de produção; no segundo, o pesquisador deverá inventariar a produção, observando as escolhas teóricas e/ou metodológicas adotadas e os resultados obtidos (FERREIRA, 2002). Assim, visando tais procedimentos, técnicas da análise de conteúdo<sup>5</sup> foram aliadas aos encaminhamentos das pesquisas de estado do conhecimento, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

Na pré-análise, fase que corresponde à organização do material empírico, foram escolhidos os documentos, elencados os objetivos e elaborados os indicadores que fundamentaram a análise. A constituição do conjunto documental atendeu aos seguintes critérios: a) acesso às produções a partir das bases de dados frequentemente utilizadas no Brasil – Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES/MEC<sup>6</sup>; b) artigos e ensaios escritos em língua portuguesa e publicados em revistas acadêmicas das Ciências Humanas e/ou Sociais. Os indicadores para a consulta nas referidas bases foram “processo civilizador”, “Elias” e “Brasil”. A partir desses parâmetros, seguem os resultados da primeira etapa da organização documental:

TABELA 1 – Resultado preliminar: artigos e ensaios revisados por pares

<b>BASE DE DADOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
SciELO	08
CAPES/MEC	24

Fonte: Os autores.

<sup>5</sup> A análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de disposições metodológicas para a análise de comunicações “visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 48).

<sup>6</sup> Foi também realizada a consulta na base Scopus, entretanto, não foram identificadas produções que tivessem adotado a teoria dos processos civilizadores em análises empíricas de figuras brasileiras.

Com base nos resultados apresentados na Tabela 1, seguiu-se para um segundo recorte documental: foram elencados para análise somente os artigos e ensaios publicados em língua portuguesa que trabalharam qualitativamente noções da teoria dos processos civilizadores aplicadas ao contexto brasileiro<sup>7</sup>. Este procedimento contou com a verificação de todos os títulos e resumos, por apresentarem os elementos essenciais de um trabalho de caráter científico<sup>8</sup>. Ao término dessa etapa, oito foram as produções selecionadas, entendidas aqui como representantes dos usos da teoria elisiana em análises empíricas de figurações brasileiras.

Após estes encaminhamentos metodológicos, seguiu-se para o segundo polo cronológico da análise de conteúdo: a exploração do material. Nessa etapa, os dados brutos foram sistematizados por meio da codificação. Com este procedimento, definiu-se como critério que as unidades de registro – o “segmento do conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p. 134) – seriam as temáticas emergentes mais frequentes. Definida a unidade de registro, seguiu-se para a terceira etapa da análise de conteúdo, onde foi realizada a categorização. Assim, foram elencados como referentes à análise os aspectos comuns entre os trabalhos, a saber: a) metodologia (recorte temporal e formas de comparação); e b) aspectos teóricos e referenciais elisianos utilizados. Por fim, foram realizadas as inferências e interpretações.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Visando conhecer o estágio atual de apropriação da teoria dos processos civilizadores no Brasil, foram analisadas as oito produções acadêmicas emergentes dos procedimentos metodológicos descritos. Para a montagem dos quadros-resumos<sup>9</sup>, as produções foram classificadas em P1, P2 e assim sucessivamente até P8 e organizadas a partir dos seguintes parâmetros: autores, ano de publicação, revista, qualis e área temática/disciplina, vinculação institucional, estados e regiões geográficas das Universidades em que as pesquisas foram desenvolvidas.

---

<sup>7</sup> Não foram consideradas para a análise as produções que fizeram referências isoladas a Norbert Elias.

<sup>8</sup> Segundo Gil (1999, p. 187), em um resumo deve constar “uma apresentação concisa do conteúdo do trabalho, envolvendo: objetivo, métodos, principais resultados e conclusões”.

<sup>9</sup> Termo adotado por Teixeira (2006) quando da sistematização geral dos dados bibliográficos para posterior análise.

QUADRO 1 – Artigos e ensaios revisados por pares disponíveis para consulta no Scielo e Portal de Periódico Capes que adotaram referencial elisiano para análise de figurações brasileiras.

<b>AUTORES</b>	<b>PRODUÇÃO</b>
OLIVEIRA, E.C (2003)	P1
XAVIER, N.R.; SARAT, M. (2012)	P2
PASSIANI, E. (2012)	P3
RABELO, G. (2013)	P4
AMORIM, S.S.; FERRONATO, C. (2013)	P5
GONÇALVES, S.C. (2013)	P6
PEREIRA, A.V.; ROTENBERG, L.; OLIVEIRA, S.S. (2013)	P7
CAMPOS, R.D. (2014)	P8

Fonte: Os autores.

O Quadro 1 permite observar que a partir de 2012 cresceu o número de estudos empíricos de abordagem elisiana indexados nas bases de dados consultadas. A realização de pesquisas empíricas aponta para o terceiro estágio de apropriação da teoria indicado por Souza (2009). Nesse sentido, é possível afirmar que existe um esforço, ainda que recente, em não apenas usar os conceitos teóricos elisianos, mas adotar a teoria como um todo em novas análises empíricas.

De acordo com o Quadro 2, que apresenta a vinculação institucional dos autores, bem como as regiões geográficas e os estados nas quais as universidades envolvidas estão situadas, as produções que adotam tal referencial estão distribuídas de maneira heterogênea pelo país. Entendendo as publicações como representantes do estágio de desenvolvimento das pesquisas nas diferentes regiões do país, é possível inferir que a apropriação da teoria dos processos civilizadores é desigual entre os pesquisadores brasileiros.

QUADRO 2 – Vinculação regional e institucional dos pesquisadores

<b>REGIÃO</b>	<b>ESTADO</b>	<b>UNIVERSIDADE(S) ENVOLVIDA(S)</b>	<b>PROD.</b>
Centro-Oeste	Goiás	Universidade Estadual de Goiás	P1
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Universidade Federal da Grande Dourados	P2
Nordeste	Sergipe	Universidade Tiradentes	P5
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Uberlândia	P8
Sudeste	São Paulo	Faculdade de Campinas	P3
Sudeste	São Paulo	Universidade Estadual Paulista	P6
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense e Fiocruz	P7
Sul	Santa Catarina	Universidade do Extremo Sul Catarinense	P4

Fonte: Os autores.

Como é possível observar, a maioria dos artigos e ensaios publicados foram escritos por pesquisadores da região Sudeste (50%). Acredita-se que esse percentual pode estar relacionado ao número de instituições de ensino superior situadas na referida região<sup>10</sup>, bem como ao Grupo Processos Civilizadores – iniciado em 1996 pela iniciativa da Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas, em São Paulo – que, desde então, tem estimulado o desenvolvimento de pesquisas de perspectiva elisiana.

O Quadro 3 apresenta as revistas acadêmicas das Ciências Humanas e Sociais nas quais foram publicadas as pesquisas aqui investigadas, além de sua área temática/disciplina:

QUADRO 3 – Características elementares das revistas acadêmicas que publicaram sobre a noção de processo civilizador aplicada ao contexto brasileiro.

PROD.	REVISTA	QUALIS	ÁREA TEMÁTICA/DISCIPLINA
P1	História, Ciências, Saúde – Manguinhos	A1	História das Ciências e da Saúde
P2	Acta Scientiarum. Education	A2	Educação
P3	Revista Sociedade e Estado	B2	Ciências Sociais
P4	Hist. Educ. (Online)	A2	História da Educação
P5	Educar em Revista	A1	Educação
P6	OP SIS	B2	História e Ciências Sociais
P7	História, Ciências, Saúde – Manguinhos	A1	História das Ciências e da Saúde
P8	Revista Brasileira de História	A1	História

Fonte: Os autores.

É notável a predominância de publicações em revistas de História ou que adotam perspectiva histórica (62,5%). Acredita-se que esse fenômeno pode estar relacionado com a própria postura de Elias em relação à História no desenvolvimento de sua teoria: em suas pesquisas, além do cuidado historiográfico necessário para a compreensão das especificidades sociais de cada figuração, o sociólogo prezou pelo desenvolvimento de pesquisas empíricas, pautado em fontes – fossem elas livros, cartas, quadros ou dados estatísticos.

Apesar da destacada predileção das pesquisas de perspectiva histórica à teoria dos processos civilizadores, ao analisar o Quadro 3 é possível afirmar que são poucas as disciplinas das Ciências Humanas e Sociais que vêm adotando a sociologia elisiana como referencial teórico e metodológico de interpretação para os problemas de sua área<sup>11</sup>. De acordo com o

<sup>10</sup> De acordo com Mundo Vestibular, site especializado neste tipo de concurso, mais de 40% dos estudantes do ensino superior encontram-se na região Sudeste. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/17489/1/40-dos-estudantes-de-ensino-superior-sao-da-regiao-sudeste/Paacutegina1.html>>. Acesso em: 30 set. 2017.

<sup>11</sup> De acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento, elaborada pela CAPES, as Ciências Humanas e Sociais totalizam 25 disciplinas. Disponível em:

levantamento realizado, apenas três delas têm adotado as noções desenvolvidas por Elias como referencial em análises empíricas de formações brasileiras, a saber: Ciências Sociais, Educação e História.

Ainda sobre o Quadro 3, chama a atenção o fato de que os artigos e ensaios indexados nas bases pesquisadas foram publicados em revistas de maior qualificação, nas quais o processo editorial costuma ser mais minucioso. Acredita-se que um dos fatores que contribuiu para a publicação desses artigos seja a relativa inovação do uso da teoria dos processos civilizadores para a análise de problemáticas histórico-sociais brasileiras.

Concluída a primeira etapa do estado do conhecimento, na qual foi feita a apresentação sumária dos dados bibliográficos das produções, que possibilitaram conhecer o contexto científico no qual tais pesquisas foram desenvolvidas, seguiu-se para a análise dos artigos e ensaios:

O artigo “A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás” (P1) apresentou como objetivo a análise de dois aspectos referentes à varíola em Goiás: o aumento de surtos em consequência da modernização dos transportes e do crescimento demográfico e a resistência da população às medidas civilizadoras do Estado (vacinas). O recorte temporal de investigação abarcou o final século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Para seu desenvolvimento foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais (livros, relatórios da Província de Goiás e poemas). Em uma perspectiva hermenêutica, que considerou aspectos biológicos, históricos e, em especial, culturais, o autor utilizou a noção de civilização desenvolvida por Elias para demonstrar a especificidade de Goiás em relação à doença. Segundo Oliveira (2003, p. 942), “Goiás era uma das mais atrasadas províncias do Império, e a vacinação, um meio de mostrar sua inserção no processo civilizador”. Apesar da resistência inicial da população à vacina antivariólica, a pesquisa demonstrou que as medidas sanitárias adotadas no Brasil e, neste caso, em Goiás foram utilizadas no sentido de instaurar atitudes e comportamentos “civilizados”. As obras de Elias referenciadas por Oliveira (2003) e que respaldaram a análise teórica foram: *A solidão dos moribundos* e *O processo civilizador* (v.1).

O texto “Infância e educação civilizadora na literatura brasileira” (P2) objetivou apreender o processo de individualização da criança e sua inserção social a partir da educação formal em âmbito escolar e da informal realizada pela família. O recorte temporal estendeu-se entre o final do século XIX e início do XX e corresponde às memórias presentes nas obras literárias autobiográficas de José Lins do Rego (*Menino do Engenho*, publicado em 1932) e

Graciliano Ramos (*Infância*, publicado em 1945). Neste artigo, as autoras, a partir de Elias, conceberam a escola – em interdependência com a família – como uma instituição de caráter civilizador, uma vez que impõe regras e contribui à formação de uma segunda natureza nas crianças. Assim, a partir de representações literárias, Xavier e Sarat (2012) analisaram como se deu essa modelagem e concluíram que “o processo escolar impôs um novo ritmo à ludicidade dos meninos. [...] o tempo da criança foi instituído com outra significância e simbologia. Ela teve que aprender que existia outro tempo: o tempo escolar” (XAVIER; SARAT, 2012, p. 229). Este trabalho foi desenvolvido com base nas seguintes obras de Elias: *O processo civilizador* (v. 1 e 2), *A sociedade dos indivíduos*, *Sobre o tempo* e *A busca da excitação*.

O ensaio intitulado “Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil (1808-1889)” (P3) parte da premissa levantada por Florestan Fernandes de que os países periféricos são ideais para testar o pensamento social produzido em centros como a Europa – desde que passem por revisões, correções e atualizações. Assim, o trabalho levantou os principais conceitos desenvolvidos por Norbert Elias, visando indicar possíveis problemas que a teoria dos processos civilizadores enfrentaria se utilizada para estudar a formação da sociedade brasileira. O recorte temporal iniciou em 1808, com a chegada da família real ao Brasil e a implantação da sociedade de corte no país, e estendeu-se até 1889, ano da proclamação da República. Para o desenvolvimento da pesquisa, Passiani utilizou fontes bibliográficas que permitiram observar questões não contempladas por Elias, específicas do desenvolvimento histórico-social brasileiro, a saber: a fabricação de uma nobreza nativa; a ausência de uma burguesia definida, responsável pela disseminação dos padrões de conduta socialmente aceitáveis na corte joanina; e a presença de um regime escravocrata. A identificação desses elementos permitiu ao autor compreender que o processo civilizador no Brasil se manteve restrito aos círculos da corte, não havendo – diferentemente da Europa – um elemento social divulgador das atitudes tidas como “civilizadas”, contribuindo para “uma estrutura social extremamente hierarquizada, violenta e excludente” (PASSIANI, 2012, p. 590). Para desenvolver suas considerações, o autor utilizou as seguintes referências elisianas: *O processo civilizador* (v. 1 e 2), *Verbete civilização [“Zivilisation”] para um léxico de sociologia* e *A sociedade de corte*.

O artigo “O jornal escolar *O Estudante Orleanense*: não podemos tornar as crianças felizes, mas podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973)” (P4) objetivou compreender a contribuição do jornal *O Estudante Orleanense* e da *Associação Jornal Escolar O Estudante Orleanense* para o processo civilizador em âmbito escolar. Para tanto, Rabelo (2013) utilizou como fontes jornais e atas das referidas instituições, produzidas

entre 1949 e 1973, além da legislação de Santa Catarina sobre a educação no período. Partindo das considerações de Elias sobre os processos civilizadores, o autor concebeu a escola como um instrumento de controle, onde a arquitetura, as associações auxiliares e, em especial, o jornal escolar funcionavam como mecanismos para a modulação de comportamentos. Para Rabelo (2013, p. 216), tais instituições contribuíram para “a naturalização de novos hábitos, costumes e boas maneiras que nada tinham de natural, mas que foram ditados pela elite republicana na tentativa de serem incorporados pelos sujeitos escolares, em especial as crianças”. Em seus estudos o autor utilizou uma única obra de Elias: *O processo civilizador* (v. 1).

No texto “O processo de profissionalização docente e a criação da Escola Normal em Sergipe (1827-1879)” (P5), buscando compreender como ocorreu a preparação dos professores de primeiras letras na província de Sergipe, Amorim e Ferronato (2013) estudaram, a partir de Elias, como se configurou a profissão docente e de que forma “se constituiu o *habitus* profissional pensado para o projeto de constituição de nação para o Brasil dentro de um processo civilizador” (AMORIM; FERRONATO, 2013, p. 209). Para tanto, os autores utilizaram como fonte a legislação educacional sobre essa etapa do ensino, entre os anos de 1827 e 1879. Tais leis delimitaram as atribuições dos professores na sociedade, além de definirem a conduta moral esperada desses profissionais. Os autores concluíram que, neste período, na província de Sergipe, houve um processo de civilização da conduta social, que perpassou pelo ambiente escolar primário e que foi marcado por avanços e retrocessos, bem como por movimentos de resistência. Para o desenvolvimento da pesquisa, Amorim e Ferronato (2013) utilizaram dois livros de Elias: *O processo civilizador* (v. 1) e *A sociedade de corte*.

No ensaio denominado “Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da Sociologia, da História e da Psicologia” (P6), Gonçalves (2013) realizou uma pesquisa na bibliografia elisiana sobre a relação entre a teoria dos processos civilizadores e o colonialismo, verificando a possibilidade da utilização da teoria em análises de formações e processos sociais brasileiros. Assim, ao estudar as considerações de Elias sobre a colonização como difusora da cultura “civilizada”, considerou que é possível adotar a teoria desenvolvida pelo sociólogo alemão como “uma potencial ferramenta para analisar a realidade social de regiões que sofreram o colonialismo europeu, como a América Latina e o Brasil, para compreender a dinâmica civilizatória que a Europa ocidental imprimiu nos territórios que colonizou” (GONÇALVES, 2013). Após apresentar a síntese dos principais pontos que compõem a teoria elisiana e demonstrar, de maneira problematizada, as referências de Elias à expansão do comportamento civilizado da Europa às suas colônias, Gonçalves (2013) concluiu que é possível adotar este referente analítico para a compreensão de aspectos sociogênicos e

psicogênicos em regiões de passado colonial. Suas afirmações têm respaldo teórico nos seguintes trabalhos de Elias: *A condição humana*, *A sociedade de corte*, *A sociedade dos indivíduos*, *Introdução à sociologia*, *O processo civilizador* (v. 1 e 2), *Os alemães*, *Os estabelecidos e os outsiders* e *A busca da excitação*.

A produção intitulada “Relações de gênero e interdependências: reflexões a partir de mudanças na configuração hospitalar” (P7) analisou as mudanças na configuração hospitalar, com destaque para as relações de gênero, a partir das noções de figuração e interdependência. Nesse sentido, Pereira, Rotenberg e Oliveira (2013) conceberam a instituição hospitalar como uma figuração na qual existem relações de interdependência e, portanto, relações de poder entre seus profissionais. Segundo as autoras, “O resgate do pensamento de Elias nos auxilia no entendimento de que o poder não permanece em todas as dimensões nem em tempo integral apenas nas mãos de um determinado grupo” (PEREIRA; ROTENBERG; OLIVEIRA, 2013, p. 1021). Assim, ao estudar a dinâmica das relações de gênero nos hospitais a partir de fontes bibliográficas, as autoras concluíram que as oscilações no diferencial de poder, derivadas de embates decorrentes de divergências de interesses, resultaram em novas configurações no interior da instituição hospitalar. Para o desenvolvimento da pesquisa, as autoras utilizaram os seguintes referenciais elisianos: *Introdução à sociologia*, *Escritos e Ensaio I*, *O processo civilizador* (v. 1 e 2), *A sociedade dos indivíduos*, *The changing balance of power between the sexes*. *A process-sociological: the examples of the Ancient Roman State* e *Os estabelecidos e outsiders*.

Por fim, o artigo “Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940)” (P8) discutiu a importância da imprensa regional para o ordenamento do Noroeste Paulista. Para tanto, foram utilizados como fonte periódicos publicados entre 1920 e 1940. Nesse período, os jornais visavam educar a população e, de acordo com Campos (2014), a imprensa Araraquarense procurou “civilizar” os habitantes da região, em especial as mulheres. Para a autora,

as mulheres de variadas etnias, gerações e classes sociais se tornaram o público-alvo de um claro processo normatizador, perpetrado por uma miríade de poderes [...] que buscavam cotidianamente discipliná-las por intermédio de várias práticas: aconselhamentos, legislação, interdições, etc. (CAMPOS, 2014, p. 316).

Recorrendo à teoria sociológica desenvolvida por Elias, Campos desenvolveu a noção de civilização para, após a análise das fontes jornalísticas, concluir que os impressos tiveram protagonismo no processo educativo daquela localidade, especialmente sobre o comportamento e o modo de ser das mulheres. Como referência, foram adotadas duas obras de Elias, a saber: *O processo civilizador* (v. 1 e 2) e *Escritos e Ensaio I*.

A análise das produções permitiu observar que os pesquisadores brasileiros têm adaptado a teoria dos processos civilizadores às figurações a serem analisadas, especialmente em relação ao recorte temporal de análise. Elias advogou a importância de análises em longa duração e para desenvolver a teoria dos processos civilizadores analisou aproximadamente 700 anos do desenvolvimento de figurações europeias (ELIAS, 2003, 2011). Como o Brasil é um país de história ocidental com pouco mais de 500 anos, seria impraticável a utilização do modelo tal qual formulado. Ademais, os processos históricos brasileiros se desenvolveram mais rapidamente em comparação aos europeus por serem balizados a partir de sínteses de experiências do “Velho Mundo” adaptadas às demandas nacionais<sup>12</sup>. Assim, no que diz respeito ao recorte temporal, é possível observar que os pesquisadores têm adotado os recortes temporais em relação ao objeto empírico analisado e não necessariamente à formulação teórica original.

A baliza temporal média adotada nas produções analisadas é de aproximadamente 50 anos, sendo que o menor recorte abrange 20 anos e o mais longo 81 anos. A opção por tais marcos temporais justifica-se em razão de: a) a análise está centrada em um momento específico do desenvolvimento sócio-histórico da figuração estudada, como é o caso do artigo “Infância e educação civilizadora na literatura brasileira” (P2), que se debruçou sobre o processo de individualização da criança pela escola e pela família em um período específico, determinado pelas vivências dos autores das fontes consultadas; b) a análise acompanha o desenvolvimento de determinado processo em uma figuração específica desde o “início” até um recorte determinado (seu fim ou uma data cujo valor seja justificável). Nessa perspectiva temporal, entre outros exemplos, é possível citar a análise de epidemias (P1) ou de projetos empreendidos por jornais periódicos (P4 e P8).

A adoção de um recorte temporal comparativamente inferior às formulações elisianas iniciais demonstra que as produções aqui analisadas se encontram em um estágio avançado de apropriação da teoria, em comparação aos achados de Souza (2009), uma vez que se respaldam em Elias e avançam, atendendo às especificidades de seus objetos. Sobre este aspecto, no final de sua trajetória intelectual, o próprio Elias abriu prerrogativa para pensar a redução do recorte temporal de análise quando trabalhou a autorregulação necessária aos motoristas ao longo de três décadas, em *Civilização e Tecnização* (ELIAS, 2006).

Em relação ao método comparativo, Elias contrastou: a) diferentes figurações ao longo do tempo; b) processos sociais de espaços distintos; c) o desenvolvimento de uma mesma

---

<sup>12</sup> Sobre essa aceleração, Elias (1998, p. 33) escreveu: “É nessa capacidade de aprender com experiências transmitidas de uma geração para outra que repousam o aprimoramento e a ampliação progressivos dos meios humanos de orientação, no correr dos séculos”.

figuração no decurso no tempo. No caso das produções analisadas, foi possível observar que os pesquisadores têm-se valido de comparações de uma figuração consigo mesma no decorrer do tempo, analisando os processos que a tornaram mais ou menos “civilizada”. Infere-se que essa opção metodológica tem relação com as limitações impostas pelo próprio processo de desenvolvimento heterogêneo do Brasil, aliada às dificuldades de tempo e orçamento para pesquisas comparativas de formações sociais distantes geograficamente.

Sobre os aspectos teóricos, com exceção das produções P3 e P6, em maior ou menor medida, os trabalhos apenas aplicaram as noções da sociologia elisiana, como *habitus*, figuração, individualização e interdependência, em vez de problematizá-las às especificidades do objeto investigado. Neste ponto, os achados coadunam com a análise realizada por Souza (2009, s/p): “ainda que compreendamos os marcos conceituais de Elias, faltará o mergulho em nosso próprio *habitus*”, ou seja, um conhecimento aprofundado do objeto de investigação em questão, que permita perspectivá-lo à luz da teoria dos processos civilizadores – não reduzindo-o à teoria.

Em relação às referências adotadas, há artigos que utilizaram uma ou duas referências de Elias, com destaque para *O Processo Civilizador* (v. 1 e 2); outros se pautaram em mais de cinco livros para desenvolver suas pesquisas. Apesar de os elementos fundamentais da teoria dos processos civilizadores se encontrarem nos dois tomos de *O Processo Civilizador*, Elias seguiu publicando a partir dessa matriz teórica. No desenvolvimento de seus trabalhos, o autor retomou alguns pontos, esclareceu outros e seguiu lapidando suas proposições até o fim de seus dias. Como exemplo é possível citar a noção de descivilização, aprofundada pelo autor à medida que seus críticos imputaram um caráter evolucionista à teoria. Assim, levando em consideração o contínuo desenvolvimento teórico de Elias, percebeu-se uma lacuna na utilização de obras para além das publicações iniciais, atitude que ajudaria a superar uma visão estática de determinado conceito, revisitado por Elias no decurso de sua trajetória intelectual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento e a análise das produções indexadas nas bases Scielo e Portal de Periódicos CAPES/MEC que estudaram empiricamente questões brasileiras a partir da teoria dos processos civilizadores permitiram inferir que, a partir de 2012, houve um aumento no número artigos versando sobre a temática – em sua maioria realizados em instituições de ensino superior da região Sudeste e publicados em revistas acadêmicas qualificadas, de perspectiva histórica.

Em um apanhado geral, apesar do reduzido número de estudos empíricos de figurações brasileiras que se valeram da teoria dos processos civilizadores como referencial teórico e metodológico de análise, é possível afirmar que a forma como os pesquisadores têm adotado a teoria demonstra avanços, no sentido de uma emancipação metodológica em relação ao recorte temporal. Sobre as formas de utilização do método comparativo, dada a heterogeneidade da história e da disseminação dos costumes no Brasil, essas encontram-se ainda restritas à análise de uma única formação. Para a realização de comparações em maior dimensão faz-se necessário um trabalho em rede, visando a compreensão das diferentes realidades nacionais.

Em relação à adequação da teoria ao objeto, esta encontra-se em processo de assimilação: a exemplo das duas produções que apresentaram avanços teóricos atendendo às demandas de seus objetos de pesquisa, acredita-se que é uma tendência do desenvolvimento do saber sociológico brasileiro a utilização cada vez mais frequente da teoria para a produção de novos conhecimentos, em detrimento da citação direta dos achados de Norbert Elias.

Diante do exposto é possível perceber que, como qualquer outro processo de desenvolvimento, a apropriação da teoria dos processos civilizadores no Brasil é marcada por avanços e permanências. No atual estágio de desenvolvimento, a apropriação brasileira da sociologia elisiana encontra-se em uma posição intermediária, entre o segundo e o terceiro estágio apontados por Souza (2009), ou seja, entre a citação literal e a construção de novos saberes. Os artigos e ensaios analisados demonstram que existe uma tendência para avanços em relação à utilização da teoria, perspectivando-a como uma lente (e não como uma camisa de força) na interpretação dos objetos, possibilitando, assim, vislumbrar novos conhecimentos.

Por fim, a análise permitiu ainda observar uma lacuna nos usos da teoria dos processos civilizadores em análises empíricas de figurações brasileiras: a sociologia elisiana tem seus postulados iniciais nos dois volumes de *O Processo Civilizador*, mas seguiu sendo desenvolvida ao longo da trajetória intelectual de Elias, o que torna imprescindível o conhecimento de outras obras do autor, para além desse clássico.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, S. S.; FERRONATO, C. O processo de profissionalização docente e a criação da Escola Normal em Sergipe (1827-1879). **Educ. rev.** [online], n. 49, p. 209-225, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a12n49.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMPOS, R. D. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Rev. Bras. Hist.** [online], v. 34, n. 67, p. 309-322, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a14v34n67.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, a. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Tabela Áreas do Conhecimento. 2017. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos\\_diversos\\_2017/TabelaAreasConhecimento\\_072012\\_atualizada\\_2017\\_v2.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GEBARA, A. Norbert Elias no Brasil. In: GEBARA, A.; COSTA, C. J.; SARAT, M. **Leituras de Norbert Elias**: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá: Eduem, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, S. C. Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. **Revista OPSIS**, v. 13, n. 1, p. 200-221, 2013. Disponível em: <[https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/19011/15182#.W\\_gI\\_OhKjIU](https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/19011/15182#.W_gI_OhKjIU)>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MORAIS E SILVA, M.; CAPRARO, A. M.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Norbert Elias e Michael Foucault – apontamento para uma tematização relacional da noção de poder. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 254-275, Jan./Jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p254/26895>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MUNDO VESTIBULAR. 40% dos estudantes de ensino superior são da região sudeste. Disponível em: <<https://www.mundovestibular.com.br/articles/17489/1/40-dos-estudantes-de-ensino-superior-sao-da-regiao-sudeste/Paacutegina1.html>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

NORBERT ELIAS FOUNDATION. Disponível em: <<http://norberteliasfoundation.nl/elias/bibliography/portuguese.php>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

OLIVEIRA, E. C. de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos** [online], v. 20, n. 3, p. 939-962, 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-20-03-0939.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

PASSIANI, E. Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil. **Soc. estado. [online]**, v. 27, n. 3, p. 571-593, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/07.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

PEREIRA, A. V; ROTENBERG, L.; OLIVEIRA, S. S. Relações de gênero e interdependências: reflexões a partir de mudanças na configuração hospitalar. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos[online]**, v. 20, n. 3, p. 1007-1024, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-S0104-59702013005000009.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

QUINTANEIRO, T. **Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

RABELO, G. O jornal escolar O Estudante Orleanense: não podemos tornar as crianças felizes, mas podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973). **Hist. Educ. [online]**, v. 17, n. 40, p. 197-219, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n40/v17n40a10.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ROJAS, C. A. A. Norbert Elias: historiador y crítico de la modernidad. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 2, n. 1, p. 1-27, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37478>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SOUZA, E. F. Norbert Elias: uma teoria desconectada à realidade brasileira – balançando o chicote. In: XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, Recife, 2009. **Anais...** Recife: UFPE, 2009. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/mesas\\_redondas/MR\\_Souza.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/mesas_redondas/MR_Souza.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2018.

TEIXEIRA, C. R. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-Graduação – educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2006.

XAVIER, N. R.; SARAT, M. Infância e educação civilizadora na literatura brasileira. **Acta Scientiarum Education**, v. 34, n. 2, p. 221-231, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/16168/9985>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

## 5. ARTIGO III – A ACELERAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR E A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO RECORTE TEMPORAL DE ANÁLISE

Ana Flávia Braun Vieira

### RESUMO

Este ensaio discute os *elementos aceleradores* do processo civilizador e a redução do recorte temporal de análise. Para tanto, tais elementos foram historicizados e problematizados teoricamente, o que permitiu observar que questões apontadas por Elias como propulsoras da civilização desenvolveram-se ao longo do próprio processo civilizador, possibilitando sua investigação em recortes inferiores à proposta original do autor.

**Palavras-chave:** processo civilizador; *aceleração do processo civilizador*; recorte temporal.

### ABSTRACT

This essay discuss the *accelerator elements* of the civilizing process and the reduction of temporal cut of analysis. Therefore, these elements were historicized and theoretically problematized, which made possible to observe that questions pointed by Elias as propellants of civilization developed throughout the civilizing process itself, enabling its investigation in temporal cuts inferior than the author's original proposal.

**Keywords:** civilizing process; *acceleration of the civilizing process*; temporal cut.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As novas formas de ser, pensar e se comportar decorrentes de mutações nas estruturas sociais, possibilitadas por inventos que colaboram para o estreitamento das relações entre os indivíduos, contribuem para alterações nessas mesmas estruturas, que, ao se modificarem, demandam outros padrões à constituição psicológica dos indivíduos em dada formação social. Esse contínuo de transformações configura o processo civilizador, que na tendência atual tem caminhado para a regulação constante e altamente diferenciada do comportamento<sup>1</sup>.

A noção de processo civilizador foi desenvolvida por Norbert Elias, sociólogo que publicou suas formulações iniciais em 1939. Em uma abordagem de longa duração (aproximadamente 700 anos), o autor estudou as mudanças e os processos sociais que colaboraram para a transformação dos costumes europeus, da Idade Média ao Renascimento, o que lhe permitiu observar que, de maneira interdependente, os padrões de conduta socialmente

---

<sup>1</sup> Os escritos que balizam essa afirmação datam do final da década de 1980.

aceitáveis se transformam ao longo do tempo em conformidade com as modificações das estruturas sociais. Tais transformações direcionam-se ao estabelecimento de uma conduta “mais diferenciada, uniforme e estável” (ELIAS, 1993, p. 196) – possível por meio da monopolização da força física e da tributação, da crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade, da progressiva divisão de funções e do incremento das cadeias de interdependência –, que paulatinamente fez necessária uma nova forma de regulação dos impulsos.

No período analisado por Elias, dadas as determinações daquele tempo, o processo de aprendizagem de sínteses<sup>2</sup>, mediado pelo conhecimento e recursos disponíveis, bem como a disseminação e internalização das regras sociais, ocorria mais lentamente: “Inicialmente, desenvolveu-se num ritmo mais lento, uma vez que os seres humanos pouco sabiam do mundo ao seu redor. Contudo, acelerou-se, à medida que se foi conhecendo a natureza inanimada” (ELIAS, 2006, p. 36). Nesse sentido, acredita-se que a internalização de uma conduta “civilizada” tem acelerado no decorrer do próprio processo civilizador, por meio de sucessivas sínteses que permitem que a aprendizagem dos comportamentos socialmente aceitáveis ocorra com maior agilidade<sup>3</sup>.

Tal premissa está pautada nas transformações tecnológicas. A partir do século XIX e do XX em diante<sup>4</sup>, a tecnologia passou a mediar as transformações históricas, que desde então são potencialmente mais velozes. Essa “aceleração extrema”<sup>5</sup> – possibilitada pelas mudanças nos mecanismos e processos técnicos que aumentaram a capacidade produtiva e econômica, pelo surgimento de complexos industriais, pela urbanização e pelo desenvolvimento de toda estrutura necessária para seu incremento, com destaque para os meios de transporte e comunicação – vem transformando as estruturas sociais e psicológicas em intervalos de tempo cada vez menores. Essas transformações contribuem para a emergência de novas formas de

---

<sup>2</sup> O desenvolvimento humano tem sido possível mediante a aprendizagem de experiências anteriores. Esse repertório de saber, que percorreu um longo caminho entre as gerações até alcançar seu estágio atual, foi construído a partir de tentativas de acertos e erros. Não obstante, as gerações seguintes não, necessariamente, precisam aprender todos os processos de todos os saberes já formulados pela humanidade, apenas suas sínteses, a partir das quais produzirão novos conhecimentos a serem ensinados de forma concisa aos seus descendentes (ELIAS, 1994).

<sup>3</sup> O potencial de aceleração não pressupõe efetivamente a celeridade. A velocidade de internalização de determinado comportamento dependerá da esfera da vida a ser regulada e das características da figuração em questão e dos mecanismos de coerção.

<sup>4</sup> Elias, no livro *Teoría del Símbolo*, afirmou: “Muitas sociedades humanas têm experimentado enormes mudanças dentro de um breve período de tempo do século XX” (ELIAS, 1994, p. 165, tradução nossa). O ritmo de mudanças sociais e de ampliação do conhecimento foi muito lento ao longo de milhares de anos, mas, na opinião do autor, tem aumentando consideravelmente nas últimas décadas.

<sup>5</sup> Expressão adotada por Sevcenko em referência às rápidas transformações estruturais ocorridas a partir do século XIX. Segundo o autor, “cada nova tecnologia incorpora potenciais cumulativos, dando lugar a um novo paradigma em intervalos de tempo cada vez menores” (SEVCENKO, 2001, p. 39).

sensibilidade, que, por sua vez, requisitam uma correspondente moderação das emoções espontâneas.

A capacidade de controlar o comportamento é relativa ao estágio de desenvolvimento de uma sociedade e tende a aumentar em consonância à amplitude das redes de interdependência nela estabelecidas. Para Norbert Elias (1993, p. 196), a aprendizagem de um controle “mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma auto compulsão à qual não se poderia resistir, mesmo que desejasse”<sup>6</sup>. Assim, os indivíduos nascidos em um mundo mediado pela tecnologia adequam suas manifestações emocionais às demandas de seu tempo, incluindo a plasticidade dos comportamentos ao ritmo das transformações estruturais.

Diante do exposto, este ensaio discute os *elementos aceleradores* que potencializam o desenvolvimento dos processos civilizadores, sendo eles: o crescimento do repertório de saber; a legislação decorrente da centralização do poder, em âmbito nacional, estadual e municipal; o incremento na divisão de funções, aumentando cada vez mais a interdependência entre os indivíduos e, por conseguinte, a interiorização de um tempo de maior sincronização; a ampliação da capacidade de prospecção; e o avanço tecnológico, com destaque para o desenvolvimento de formas eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses<sup>7</sup>. Tais elementos possibilitam a redução de escala analítica dos processos civilizadores. Sendo assim, a *longa duração*, adotada nos trabalhos iniciais de Elias, se ressignifica. Dada a velocidade das transformações sociais pós-Revolução Industrial, o processo civilizador em determinada esfera pode se desenvolver mais rapidamente, permitindo, então, sua análise em menor escala de tempo<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Nesse ponto, faz-se oportuno evidenciar certo grau de autonomia do indivíduo, que pode não agir de acordo com as expectativas comportamentais da formação social de que faz parte. Caso os indivíduos fossem impelidos à total internalização das regras a ele impostas, não existiriam práticas desviantes ou de resistência.

<sup>7</sup> Acerca dos *elementos aceleradores*, é importante ressaltar que não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito, ou seja, dizer que o desenvolvimento da tecnologia seria a causa da civilização ou a civilização consequência do incremento no repertório de saber, para citar alguns exemplos. Trata-se de fatores que aceleram um processo em movimento. Em discussão análoga, ao trabalhar o processo de tecnização, Elias (2006, p. 40) ponderou: “Tecnização e a civilização são apenas dois dos muitos fios emaranhados no desenvolvimento da humanidade. [...] não os considero como se um deles fosse a base e o outro a superestrutura”. Para o autor, no desenvolvimento da humanidade, não existe um aspecto fundamental que seja preponderante em relação aos demais. Trata-se de seres humanos civilizando seres humanos.

<sup>8</sup> É importante evidenciar que este ensaio não pretende determinar *a priori* o recorte temporal a ser adotado, apenas indicar a possibilidade de sua redução – em comparação aos trabalhos iniciais de Norbert Elias. O delineamento temporal deve ser orientado pela especificidade de cada objeto e problema de pesquisa.

## ELEMENTOS ACELERADORES<sup>9</sup>

No período que vai da Idade Média ao Renascimento, dadas as estruturas sociais e psicológicas da época, tudo se modificava mais lentamente. Cada geração ia, também com seu pequeno repertório, contribuindo para o incremento dos saberes. A forma como o tempo era internalizado não demandava tanta sincronização, e o conhecimento disponível era ainda bastante restrito. Portanto, as alterações sociogenéticas e psicogenéticas eram mais vagarosas. A partir do século XIX, as relações se intensificaram. A industrialização e a urbanização, que estimularam o aumento da divisão de funções, alteraram a estrutura de personalidade dos participantes desses processos, que passaram a realizar um número cada vez maior de atividades em sincronia com outros indivíduos – dos quais sua subsistência dependia diretamente. Todavia, apesar de existirem cada vez mais descobertas que demandam modificações nas estruturas sociais e de personalidade, o aprendizado de condutas correspondentes ocorre mais rapidamente em razão dos *elementos aceleradores*.

Segundo Hobsbawn (2017), o que definiu a passagem do século XIX ao XX foram as mudanças em termos materiais, em termos de conhecimento e no potencial de transformação da natureza. Para o historiador britânico, “todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial” (HOBSBAWN, 2017, p. 48). Os avanços tecnológicos contribuíram para a integração, especialmente cultural, de diferentes unidades territoriais, além de estimularem o crescimento da produção material, mediante o aumento do consumo, e o desenvolvimento de formas mais rápidas de comunicação – fatores que concorreram para o crescimento do comércio internacional. A redução das distâncias possibilitada pela tecnologia foi responsável pelo transporte de mercadorias e informações para lugares até então inacessíveis, estendendo a um número cada vez maior de pessoas as relações de interdependências.

Essa configuração da sociedade industrial, pautada em sistemas de produção em massa – no qual a máxima produtividade foi alcançada pelo incremento da divisão de funções, tornando cada trabalhador responsável pela produção de uma única parte da mercadoria –, foi causadora de um vertiginoso aumento da dependência mútua, que demandou a sincronização cada vez mais precisa entre as pessoas. Segundo Hobsbawn (2017, p. 90), “a oferta de trabalho

---

<sup>9</sup> Em maior ou menor medida, esses elementos interdependentes vêm se desenvolvendo ao longo de muitas gerações. Alguns deles, inclusive, foram apontados por Elias, a exemplo da capacidade de prospecção. Entretanto, acredita-se que, a partir do final do século XIX e início do XX, dadas as transformações nas estruturas sociais e psicológicas, eles se expressam de maneira mais contundente, contribuindo para a aceleração dos processos civilizadores.

não especializado, ou de aprendizado rápido, para homens e mulheres que afluíam à cidade e à indústria parecia quase ilimitada”. Assim, o número de assalariados crescia continuamente.

Como as massas trabalhadoras se beneficiaram com essa expansão, data desse período a criação de uma miríade de produtos e serviços destinados ao mercado de massa, de fogões a gás a bicicletas, o que implicou em transformações na forma de distribuição, já que muitas vendas passaram a ser feitas a prazo, estendendo os vínculos entre compradores e comerciantes. Cresceu também o setor terciário da economia, o que significa dizer que aumentou o número de trabalhos em escritórios, lojas e outros serviços. Como é possível perceber, a partir da Revolução Industrial, os indivíduos passaram a especializar-se em suas atividades, dependendo cada vez mais de outras pessoas para o provimento de suas necessidades.

O desenvolvimento supracitado foi possível a partir do aprimoramento do repertório de saber pretérito incrementado pelas gerações posteriores. As necessidades humanas, especialmente aquelas relacionadas à expectativa de uma *vida melhor*, foram propulsoras dessa expansão. Segundo Sevenko (2001, p 59), se fossem somadas “todas as descobertas científicas, invenções e inovações técnicas realizadas pelos seres humanos desde as origens de nossa espécie até hoje, chegaríamos à espantosa conclusão de que mais de oitenta por cento de todas elas se deram nos últimos cem anos” (SEVCENKO, 2001, p. 24). Como o excerto indica, o processo de inovação é contínuo e corresponde ao constante crescimento do repertório de saber, possível por meio de incontáveis sínteses ocorridas ao longo de muitas gerações.

Elias (1998, p. 108) exemplificou essa questão:

Li, certa vez, a história de um grupo de pessoas que subia cada vez mais alto pelo interior de uma torre desconhecida e muito elevada. Os da primeira geração chegaram até o quinto andar, os da segunda, até o sétimo, os da terceira até o décimo. No correr do tempo, seus descendentes atingiram até o centésimo andar.

Segundo o autor, o “crescimento constante de saber” (ELIAS, 1998, p. 139) ocorre mais facilmente nas sociedades atuais porque os homens e mulheres apreendem o mundo a partir de conceitos derivados de um alto nível de síntese – não porque seriam mais inteligentes, mas pela fase de sucessão de saberes na qual estão situados. Por meio desse conhecimento, aqueles indivíduos que mais rapidamente incorporam o *habitus* da sociedade e da figuração da qual fazem parte possuem maiores chances de sucesso social, uma vez que “A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno, humano e não humano [...] [são] precondições cada vez mais indispensáveis para o sucesso social” (ELIAS, 1993, p. 226).

Elias (1998, p. 116) definiu a prospecção como a “capacidade de subordinar a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro”, possibilitando o exame de

determinadas ações antecipadamente. A habilidade de antecipar-se à ação, prevendo as possíveis consequências, contribui para a *aceleração do processo civilizador*, posto que pode significar uma célere interiorização das coerções externas, a fim de adequar o comportamento às expectativas sociais<sup>10</sup>.

A previsão de resultados a curto prazo pode parecer incoerente aos demais apontamentos de Elias sobre a imprevisibilidade dos processos civilizadores. Mas, nesse ponto, faz-se necessário um esclarecimento: de fato, em uma perspectiva de longa duração, as ações dos homens e mulheres do presente jamais poderiam determinar questões futuras. Entretanto, pensando em uma escala temporal menor, da vida dos indivíduos, estes, por meio da capacidade de prospecção, podem antecipar-se às demandas visando seus anseios pessoais ou coletivos. Assim, quanto mais “habituação” um indivíduo estiver a dada figuração, maior será a capacidade de modular suas palavras e movimentos visando vantagens a longo prazo.

Sobre isso, entende-se que, a partir da Revolução Industrial, as figurações foram se tornando cada vez mais complexas, exigindo de seus membros planejamento prévio, visando supostos ganhos futuros. De acordo com Elias (1993a, p. 202), “Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no autocontrole e no espírito de previsão dos resultados de seus atos”. A consciência de futuro é consonante ao estágio de desenvolvimento atingido e demonstra a relação entre civilização e a experiência no tempo (ELIAS, 1998, p. 115).

Ainda em relação à capacidade de prospecção, a própria bagagem histórica – na qual o indivíduo é iniciado desde seu primeiro contato com o mundo, primeiramente por meio da família, depois na escola e em meios mais amplos, como livros, jornais, revistas e atualmente sites na *internet* – estimula a celeridade do processo civilizador, uma vez que o conhecimento histórico pode contribuir para uma compreensão mais ampla das circunstâncias por meio das quais se chegou ao patamar civilizacional atual, possibilitando uma ampliação da perspectiva temporal.

Por fim, como produto e produtora dos *elementos aceleradores* é possível citar a centralização do poder. Tal qual nos achados de Elias, esta segue contribuindo para o avanço do processo civilizador, a exemplo da regulação da vida pública, e também privada, dos indivíduos – possível por meio da legislação decorrente da estabilização dos órgãos centrais da sociedade. A partir da monopolização da força e da tributação nas mãos do Estado, coube também a essa instância determinar as diretrizes legais de um país, estado ou município, sendo

---

<sup>10</sup> A esse respeito Elias (1998, p. 115) escreveu: “A necessidade e a capacidade de imaginar de antemão – e portanto, de levar em conta – um futuro relativamente distante exerce uma influência cada vez maior no conjunto das atividades realizadas aqui e agora”.

tais determinações balizadoras dos comportamentos nas diferentes figurações que compõem dada sociedade. Essa rede de legislações tem contribuído para o desenvolvimento social relativamente ordenado, ao expressar um patamar de civilização já alcançado e que se pretende disseminar ou, por meio dela, determinar o estágio a alcançar. Independentemente do intento civilizador, a organização institucional e social de diferentes figurações atende, em maior ou menor medida, às leis estabelecidas em plano federal, estadual e municipal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade das sociedades pós-Revolução Industrial se deve à legislação decorrente da centralização do poder, em âmbito nacional, estadual e municipal, ao aumento da interdependência, à divisão de funções e à interiorização de um tempo de extrema sincronização; à realização de um maior número de atividades em menor espaço de tempo e, portanto, à internalização de um controle cada vez mais rigoroso das emoções; ao aumento do repertório de saber e ao desenvolvimento de tecnologias que aceleram os processos de síntese. A aprendizagem acelerada de sínteses, possível através de meios cada vez mais eficazes de ensino, contribui para a internalização de um *habitus* de forma cada vez mais veloz. A naturalização da realização de múltiplas tarefas nas sociedades urbano-industriais de cultura ocidental contribui para que novos saberes e novas sínteses sejam produzidas com maior velocidade, aumentando o potencial de transformação. É importante lembrar que isso, a longo prazo, ocorre de modo não planejado e não possui uma linearidade ou uma hierarquia na ordem de tais acontecimentos. Trata-se de *elementos aceleradores* interdependentes, com potencial de agilizar as mudanças sócio e psicogenéticas.

A apresentação elementar de tais elementos permitiu compreender que a direção do processo civilizador ocidental nos últimos séculos tem levado à aceleração das mudanças nas estruturas sociais, que, por sua vez, requisitam transformações de personalidade igualmente velozes. E vice-versa<sup>11</sup>. Por certo que as diversas figurações que compõem as sociedades de cultura ocidental possuem muitos contrastes adquiridos no decorrer de seus processos de desenvolvimento. Todavia, quanto mais os *elementos aceleradores* do processo civilizador se desenvolvem, mais abrangente é sua potencial influência no espaço e sua eficácia em menor intervalo de tempo.

---

<sup>11</sup> O que não impede contraprocessos. É importante ressaltar que o ritmo dos processos, civilizadores ou não, é determinado pela estrutura social e psicológica das figurações nas quais se desenrola.

Nesse sentido, acredita-se que, especialmente a partir do século XX – onde tais elementos aceleradores se mostram cada vez mais evidentes nas sociedades de cultura ocidental –, é possível realizar análises empíricas dos processos civilizadores em menos de três gerações. O próprio Elias abriu prerrogativa para pensar nessa redução de recorte quando trabalhou a autorregulação necessária aos motoristas. Segundo o autor,

Enxergamos esse processo com certa clareza quando não nos contentamos com uma perspectiva de curto prazo, ou seja, com coeficientes para um ou dois anos. Ao montarmos uma curva correspondente a um período de 27 anos, as comparações entre diferentes países nos fornecem um quadro mais informativo. As diferentes características estruturais dos lugares que compõem nossa amostra emergem de maneira mais evidente se consideradas a longo prazo (ELIAS, 2006, p. 55).

Este excerto permite observar que, ao final de sua trajetória intelectual<sup>12</sup>, Elias correspondia à longa duração um recorte de tempo bastante reduzido em comparação às suas primeiras publicações. O tempo adotado pelo autor em *Civilização e Tecnização* compreendeu menos de três décadas. Assim, mesmo Elias não tendo trabalhado sistematicamente essa questão, é possível inferir que o desenvolvimento social, científico e tecnológico ao longo do século XX – e agora, no século XXI – tem contribuído para a redução da escala de análise quando da investigação de determinados processos civilizadores. Isso se deve à continuidade do processo civilizador ocidental e sua potencial celeridade, que passa a requisitar um tempo menor para a observação de mudanças estruturais – o que em séculos passados eram quase imperceptíveis se não fossem observadas em longa duração.

## REFERÊNCIAS

- ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, N. **Teoría del Símbolo**. Barcelona: Ediciones 62, 1994.
- ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HOBBSAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. Apresentação. In: **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

---

<sup>12</sup> De acordo com Neiburg e Wazibort (2006, p. 10), o texto “Tecnização e Civilização”, publicado no livro *Escritos & Ensaios I*, “foi originalmente uma conferência pronunciada no encontro anual da Sociedade Alemã de Sociologia, em Hamburgo, em 30 de setembro de 1986”.

SEVCENKO, N. **A Corrida para o Século XXI**. No loop da montanha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

## 6. ARTIGO IV – A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES EM CURTA DURAÇÃO: ANÁLISE DE MICROPROCESSOS COERCITIVOS EM MONTE ALEGRE – PR (1942-1946)

Ana Flávia Braun Vieira

Miguel Archanjo de Freitas Junior

### RESUMO

O presente trabalho objetiva aplicar o modelo interpretativo de Norbert Elias (Teoria dos Processos Civilizadores) em um recorte temporal reduzido, não perspectivando as transformações no *habitus*, mas analisando na curta duração os microprocessos coercitivos que estimularam mudanças comportamentais – que paulatinamente contribuíram para a formação de uma *segunda natureza*. Para tanto, foram estudadas, por meio de fontes bibliográficas, as diferentes formas de coerção na cidade-empresa de Monte Alegre, entre os anos de 1942 e 1946. A historicização das pressões sociais exercidas na localidade possibilitou conhecer os monopólios exercidos pelos industriais e as esferas da vida reguladas, assim como os intentos civilizatórios subjacentes. A adoção do referencial teórico-metodológico elisiano em uma investigação na curta duração permitiu também observar variações na direção do processo civilizador, aspectos que em uma perspectiva mais panorâmica talvez não fossem evidenciados.

**Palavras-chave:** Processos civilizadores; curta duração; microprocessos coercitivos; Monte Alegre; Telêmaco Borba.

### INTRODUÇÃO

A teoria dos processos civilizadores foi desenvolvida por Norbert Elias (2011), sociólogo que no livro *O Processo Civilizador* (vol.1) estudou a transformação de guerreiros medievais em cortesãos. Ao adotar uma abordagem processual, valendo-se de estudos empíricos de longa duração, o autor constatou a existência de uma relação de interdependência entre as transformações na estrutura da personalidade individual (psicogênese), resultantes de alterações nas figurações em que os indivíduos estão inseridos, e mudanças estruturais da sociedade (sociogênese), que resultam em modificações de personalidade daqueles que a compõem.

A opção do autor pela longa duração justifica-se em razão das características do período por ele estudado: aproximadamente 700 anos, situados entre a Idade Média e o Renascimento.

Nesse período, o processo de aprendizagem de sínteses<sup>1</sup>, mediado pelo conhecimento e recursos disponíveis, ocorria de forma mais lenta – assim como a disseminação e internalização das regras sociais. Ademais, Elias estudou o processo de transformação do *habitus*<sup>2</sup> guerreiro em cortesão. Segundo o sociólogo, a análise dos processos de civilização<sup>3</sup> e de formação de uma *segunda natureza*<sup>4</sup> deveria contemplar, ao menos, três gerações (ELIAS, 2006).

Isso não significa dizer que pesquisas com recortes temporais inferiores não possam ser desenvolvidas adotando a teoria elisiana como referencial teórico-metodológico<sup>5</sup>. Conforme Elias apontou em *A sociedade de corte*, dadas as relações de interdependência entre os indivíduos, sejam elas de caráter econômico, político ou social, existe uma pressão externa que os impele a adaptarem-se aos comportamentos tidos como aceitáveis em determinada figuração (ELIAS, 2001). Tais pressões, ao longo de seu exercício, vão sendo individualizadas (ELIAS, 1994a) – conformando o *habitus* estudado por Elias na longa duração.

Assim, este trabalho propõe adotar o modelo interpretativo de Elias sobre a sociedade de corte em um recorte temporal reduzido: não perspectivando as mudanças no *habitus*, mas analisando na curta duração os microprocessos coercitivos que estimularam adequações comportamentais que contribuíram para a formação de uma *segunda natureza*. Para tanto, foram estudadas, por meio de fontes bibliográficas, as diferentes formas de coerção exercidas na cidade-empresa de Monte Alegre<sup>6</sup>, entre os anos de 1942 e 1946.

---

<sup>1</sup> Segundo Elias (1998, p. 10 e 26), “nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem [...]. Todo indivíduo, por maior que seja sua contribuição criadora, constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribuiu para aumentar”. O “poder de síntese” dos seres humanos lhes permite representar de maneira concisa aquilo que a sociedade levou muitos anos para desenvolver e internalizar.

<sup>2</sup> “Os indivíduos vão incorporando de modo inconsciente e imperceptível, ao longo de um processo de socialização, que leva toda uma vida, as regras, as normas, os valores, os costumes, ou seja, um *habitus* engendrado socialmente a ponto de se tornarem aptos a exercer a autocoação, que, por sua vez, permite a convivência social” (PASSIANI, 2012, p. 574).

<sup>3</sup> O processo de civilização em Elias é “entendido como a pacificação das condutas e o controle dos afetos” (CHARTIER, 1985, p. 94). Na visão de Elias, as transformações civilizatórias se direcionaram à pacificação interna das unidades de subsistência. Isto tem ocorrido porque a crescente regulação, rumo ao equilíbrio e estabilidade das emoções, contribui favoravelmente para a vida social, no que diz respeito ao aumento do prazer e da qualidade de vida de todos (ELIAS, 2006).

<sup>4</sup> Padrão de hábitos semiautomáticos que se desenvolve no interior de cada indivíduo em correspondência à estrutura social da qual faz parte.

<sup>5</sup> São exemplos de pesquisas empíricas brasileiras que adotaram a teoria dos processos civilizadores como referencial teórico-metodológico para a análise de fenômenos em escala temporal reduzida: Oliveira (2003), Xavier; Sarat (2012), Passiani (2012), Rabelo (2013), Amorim; Ferronato (2013), Gonçalves (2013), Pereira; Rotemberg; Oliveira (2013) e Campos (2014).

<sup>6</sup> O crescimento urbano estimulado pelo desenvolvimento de uma empresa de papel e celulose pelo grupo Klabin no interior do Paraná promoveu, em 1964, a emancipação da localidade como município de Telêmaco Borba – PR. No início da exploração local, bastante anterior ao processo de industrialização, os arredores da Fazenda Monte Alegre eram conhecidos como *região do Alegre*, dada a proximidade com o rio Alegre. Após a chegada da Klabin, para “para viabilizar a operação da fábrica e garantir a fixação de mão-de-obra fabril, foi implantado [...] o bairro residencial da fábrica, composto pelas vilas de Harmonia, Caiubi e Operária” (PIQUET, 1998, p. 85).

A escolha da cidade-empresa de Monte Alegre para a observação de estratégias adotadas para a formação de um comportamento condizente com as relações políticas, econômicas e sociais do período está relacionada ao seu caráter de “meio-ambiente construído” (PIQUET, 1998, p. 14). Por se tratar de um investimento privado, com colaboração estadual e federal, desenvolvido em uma região considerada um sertão, onde não havia casas nem estradas (PMTB, 2019), a partir dos microprocessos coercitivos adotados na gestão de Luiz Vieira, foi possível identificar ali as intenções dos envolvidos no processo de adaptação dos trabalhadores às atividades industriais, bem como as iniciativas adotadas para tanto. O recorte temporal compreende o período de permanência de Vieira na Secretaria Geral e justifica-se em razão de sua atuação como coordenador dos trabalhos de implantação da indústria: suas determinações extrapolaram o chão da fábrica e atingiram cada detalhe da vida social local (WILLER, 1997).

Dada a escassez de documentos sobre os anos iniciais da cidade-empresa<sup>7</sup>, foi adotada como fonte bibliográfica a dissertação de Marcelo Willer (1997), intitulada *Harmonia: uma utopia urbana para o trabalho*, na qual o autor analisou o uso estrutural da cidade-empresa como mecanismo de controle<sup>8</sup>. Ademais, foram incorporadas outras referências que apresentam, mesmo que sinteticamente, informações sobre as relações locais e emocionais do período em questão.

Este estudo possui dupla relevância: traz contribuições de caráter teórico, uma vez que apresenta uma análise de curta duração perspectivada em relação a processos civilizadores mais amplos, permitindo observar com maior clareza os avanços, desvios ou retrocessos no direcionamento de seu desenvolvimento; ao mesmo tempo, ao analisar os microprocessos coercitivos adotados em Monte Alegre, que conformaram uma *segunda natureza* em relação às formas de trabalhar e viver em sociedade, espera-se lançar luz sobre as relações de trabalho, bem como sociais e emocionais, mantidas ainda hoje em Telêmaco Borba.

---

<sup>7</sup> As fontes relativas a esse período da história de Telêmaco Borba – PR não estão disponíveis no município; encontram-se no Centro de Memória Klabin, em Jundiá – SP.

<sup>8</sup> A pesquisa de Willer (1997) foi desenvolvida a partir das seguintes fontes: cartas, ordens de serviço e circulares internas produzidas pela Secretaria Geral (correspondências entre Vieira e a diretoria), acervos fotográficos do período trabalhado (1942-1946) e projetos urbanísticos e arquitetônicos para Harmonia. Utilizando como referencial principal as noções desenvolvidas por Foucault, estudou as relações entre “a conformação deste núcleo fabril e as reflexões sobre cidade, disciplina e modernização industrial” (WILLER, 1997, p. 13). Os estudos sobre a disciplinarização auxiliam a pensar o desenvolvimento da autossupervisão a partir de coerções externas, aspecto importante do processo civilizador.

## CARACTERÍSTICAS ELEMENTARES DA TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES

A história de uma localidade, perspectivada sob a teoria dos processos civilizadores, é formada pelas sucessivas transformações interdependentes das estruturas sociais e emocionais das diversas figurações<sup>9</sup> que a compõem. São as diferentes relações ali estabelecidas, no decorrer das gerações, que caracterizam essa formação social, seus saberes e comportamentos. Resultam desse movimento padrões para o que é ou não aceitável às diversas esferas da vida e, a partir destes referentes, os indivíduos – e, portanto, as sociedades – passam a controlar-se mutuamente, buscam diferenciar-se e, por vezes, estigmatizam condutas desviantes (ELIAS; SCOTSON, 2000). A criação de padrões para a manifestação e apreciação de comportamentos remete-se à noção de civilização, que pode ser sintetizada como “transformações do *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável” (ELIAS, 2006, p. 24).

As modificações nas estruturas psíquicas impostas pela civilização possuem uma direção específica, mas que não foi pré-concebida por um indivíduo em particular (ELIAS, 1994a). Trata-se de um “voo cego”; uma dinâmica autônoma e contínua decorrente de uma rede de relacionamentos, que, quando se modifica, muda também os comportamentos aceitáveis socialmente. O desenvolvimento desse processo ocorre a partir de alterações específicas na forma como as pessoas interagem e que lhes conformam a personalidade de um modo “civilizado”.

Segundo Elias (1993, p. 196), a diferenciação de funções foi propulsora de uma nova constituição emocional e social aos indivíduos: “À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social”. Dito de outro modo, se até certo momento do desenvolvimento social ocidental era possível agir sob o efeito de impulsos emocionais, a partir de novas relações sociais e comportamentais (como a especialização do trabalho e o conseqüente aumento da dependência mútua), os indivíduos são movidos a adequar-se de acordo com o novo padrão<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Segundo Elias e Dunning (1985), o conceito de figuração pode ser definido como uma “relação de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras”. Há, portanto, uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade. “Contudo, as configurações não são apenas amontoados de átomos individuais ‘orientados para os outros’: as ações de uma pluralidade de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades emergentes, tais como relações de força, eixos de tensão, sistemas de classes e de estratificação, desportos, guerras e crises econômicas” (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 25-26).

<sup>10</sup> O nível de autoconsciência varia conforme as relações estabelecidas em cada figuração. Em uma mesma sociedade, existem níveis distintos de comedido requeridos conforme a função e a posição ocupada pelo indivíduo.

Paralelamente ao incremento da diferenciação de funções e suas consequências, houve uma reestruturação do tecido social, por meio de uma organização mais estável dos órgãos centrais da sociedade e da monopolização da força física. A esse respeito, Elias (1993, p. 197) escreveu:

A estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano ‘civilizado’, mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Só com a formação deste tipo relativamente estável de monopólios é que as sociedades adquirem realmente essas características, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a infância, com um padrão mais altamente regulado e diferenciado de autocontrole.

Para Elias, é somente em combinação com tais monopólios que o autocontrole vai requisitando graus mais elevados, uma vez que o indivíduo é protegido contra ataques violentos ao preço da repressão de suas paixões. Paulatinamente, as pressões externas que exigem determinado padrão de comportamento vão sendo individualizadas e passam a compor a constituição psicológica dos indivíduos. Quanto mais diversificada uma sociedade, maiores serão as esferas da vida reguladas<sup>11</sup>. De acordo com Elias (1993, p. 202),

As pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta, em todos os setores de sua vida. E é exatamente na mesma direção que operam as compulsões desarmadas.

Ao conceito de compulsões desarmadas Elias correspondeu as restrições ausentes de violência física direta, que são exercidas sobre os indivíduos em espaços pacificados. Essas pressões externas possibilitam o desenvolvimento de uma “visão retroativa e prospectiva que transcende o momento e corresponde às cadeias mais longas e complexas em que cada ato se vê automaticamente incluído” (ELIAS, 1993, p. 202), exigindo constante disciplina em relação às manifestações de impulsos emocionais, objetivando efeitos a longo prazo. A capacidade de prospecção de possíveis resultados estimula o desenvolvimento do autocontrole<sup>12</sup>.

O processo de aprendizagem do autocontrole não possui um ponto final: a pessoa “nunca deixa inteiramente de ser afetada pelas relações mutáveis com outras durante toda a vida” (ELIAS, 1993, p. 205). Além disso, os padrões comportamentais não param de se modificar, de maneira cada vez mais veloz, exigindo dos indivíduos proporcional flexibilidade em seus hábitos e condutas (VIEIRA, 2018).

<sup>11</sup> Quanto mais amplas e profundas são as redes de dependência mútua de que um indivíduo faz parte, assim como “a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro” (ELIAS, 1993, p. 198), maiores serão as mudanças em sua constituição psicológica, maior será seu nível de autocontrole.

<sup>12</sup> Segundo Elias (1993a, p. 202), o processo de desenvolvimento do autocontrole é iniciado na infância, a partir do exemplo e incentivo dos adultos, e estende-se por toda a vida. No decorrer de sua trajetória, o indivíduo acaba desenvolvendo uma “autossupervisão automática de paixões, um ‘superego’ mais diferenciado e estável, e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível de consciência”.

Sendo possível aos diversos indivíduos que compõem determinada figuração atingir o patamar demandado pelas suas relações de interdependência, é a busca pela distinção que estimula o desenvolvimento do processo civilizador<sup>13</sup>: as disputas pelo poder perpassam a manutenção (ou elevação) do estágio alcançado pela classe dominante, o que, por sua vez, implica na rigorosa supervisão entre os indivíduos e na estigmatização daqueles que não aderirem aos (novos) símbolos de distinção. Nesse processo, o medo da perda de prestígio acaba por reforçar e reproduzir as condutas tidas naquele espaço como socialmente aceitáveis. São essas disputas e tensões que orientarão o curso e a direção do processo civilizador em dada sociedade.

## DE GUERREIROS A CORTESÃOS X DE TRABALHADORES RURAIS A URBANO-INDUSTRIAIS

Elias chegou às considerações supracitadas por meio de uma pesquisa empírica comparativa de longa duração utilizando como fontes manuais de etiqueta – em especial o de Roterdã<sup>14</sup>. A análise documental permitiu ao sociólogo a identificação dos processos sociais e emocionais que transformaram guerreiros medievais em cortesãos. Na concepção do autor, tal transformação não foi resultante de ações individuais; trata-se do resultado de limitações (auto)impostas pela crescente dependência mútua, que demandou a manifestação de um comportamento diferenciado: “direta ou indiretamente, o entrelaçamento de todas as atividades, que todos na corte inevitavelmente enfrentam, obriga-os a manter a vigilância constante e submeter tudo o que dizem ou fazem a detalhado exame” (ELIAS, 1993, p. 216).

O recorte temporal de Elias adequou-se à extensão do processo por ele investigado (a transição de guerreiros a cortesãos): do século XI ou XII até o século XVII ou XVIII. Entre as principais características desse processo, é possível citar a passagem de um baixo grau de integração para seu incremento e de um período em que havia muitos castelos e propriedades rurais para a formação de residências que abrigavam maior número de pessoas – as cortes. O crescimento populacional requisitou a produção cada vez maior de bens e serviços; por sua vez, a divisão de funções tornou os indivíduos cada vez mais interdependentes, fazendo-se necessária uma transformação comportamental no sentido destas novas relações.

---

<sup>13</sup> Isso significa dizer que novas demandas comportamentais não param de ser requisitadas.

<sup>14</sup> Erasmo de Roterdã foi o primeiro filósofo a ocupar-se das normas de conduta. Em 1530, publicou *De civilitate morum puerilium* (Da civildade dos costumes das crianças), orientando a formação infantil às boas maneiras.

Até a formação das cortes, os indivíduos viviam isolados em propriedades rurais e produziam quase todos os elementos necessários para a sobrevivência; por essa razão, o contato com o mundo exterior era limitado. Como não havia ainda uma relação de interdependência entre as diferentes unidades de subsistência nem instâncias monopolizadoras da violência física, ao menor descontentamento, as pessoas poderiam externalizar suas emoções, sem que isto não lhes trouxesse grandes consequências sociais. Com o aumento da dependência mútua, já não era permitido manifesto descontrole, uma vez que poderia colocar em risco a relativa ordem social. A centralização do poder, inerente ao desenvolvimento das cortes, contribuiu para a formação de um *habitus* cortesão – que, para assegurar sua posição social naquela figuração, passou a vigiar seus comportamentos constantemente, desenvolvendo a capacidade de prospecção (ELIAS, 2001).

O pertencimento à corte estava vinculado à necessidade de dinheiro e prestígio. Por essa razão, o medo de ter a importância reduzida naquele espaço social condicionava os comportamentos, transformando as imposições externas em autolimitação: “A interdependência mais estreita de todos os lados, a pressão mais forte vinda de todas as direções, exigem e instilam um autocontrole mais uniforme, um superego mais estável e novas formas de conduta entre as pessoas: os guerreiros tornam-se cortesãos” (ELIAS, 1993, p. 225).

Processos de transformação de *habitus* análogos ao estudado por Elias são presentes em diferentes figurações, tempos e espaços. Um caso exemplar na história do Brasil diz respeito às iniciativas do governo de Getúlio Vargas para a consolidação do capitalismo no país<sup>15</sup>. Inscritas num processo civilizador mais amplo, elas pressionaram os indivíduos no sentido de lhes estimular comportamentos correspondentes às rápidas mudanças que o Brasil experimentava nas décadas de 1930 e 1940.

Como até o início do século XX o país era predominantemente rural, com uma forma de pensar e agir correspondente às sensibilidades do seu meio – que permitia uma maior relaxação, por compartilhar de uma rede de interdependência bastante alargada –, coube ao Estado a promoção de um conjunto de esforços para integrar à nação, e aos seus padrões<sup>16</sup>, os brasileiros que viviam longe dos grandes centros. A partir da disseminação dos ideais políticos do governo, novas formas de comportamento foram sendo requisitadas, de acordo com a estrutura institucional, econômica e social que se implementava. Buscava-se o alinhamento dos

---

<sup>15</sup> De acordo com Viviani, os dois governos Vargas foram responsáveis pelo processo de “construção do capitalismo de base industrial no país” (VIVIANI, 2014, p. 01).

<sup>16</sup> Segundo Lenharo (1986, p. 38), “pretendia-se educar o trabalhador de modo a arrancá-lo da sua condição de classe, diluindo-a no corpo nacional, fazendo dele um trabalhador ordeiro e produtivo”.

indivíduos às expectativas governamentais – fomentado principalmente a partir de relações paternalistas e coercitivas e promovido por meio de políticas sociais, de reformas no ensino e dos usos e controle dos meios de comunicação (BOMENY, 1999; CARVALHO, 2015; CAPELATO, 1999 e 2014).

Essa combinação de esforços do governo Vargas – centralizador e, por isso mesmo, detentor não apenas do monopólio da força física, mas também da informação – contribuiu para acelerar as transformações no país: os interdependentes processos de urbanização e industrialização estimularam o incremento da divisão de funções e o aumento da dependência mútua entre os indivíduos, o que, por sua vez, demandou sincronização das ações e a padronização dos comportamentos – direcionadas pela intervenção pedagógica do Estado.

Nesse período, houve também a ordenação do mercado de trabalho e foram estabelecidas leis organizando as relações trabalhistas. Essas medidas foram acompanhadas de estratégias políticas de combate à pobreza, aliada à promoção do valor do trabalho. Nesse aspecto, a legislação de caráter social enfatizou a cooperação entre patrões e empregados e a busca de alternativas pacíficas aos possíveis conflitos, já que os interesses da sociedade deveriam ser considerados superiores aos individuais. Logo, “Os operários deviam respeitar os patrões, os patrões deviam tratar bem os operários” (CARVALHO, 2015, p. 115).

Entre os discursos que promoviam o valor do trabalho<sup>17</sup> destacam-se aqueles que atribuíam a civilização e o progresso da nação à atividade laboral. O trabalho foi tomado como um fator de integração da sociedade brasileira. Nesse sentido, não deveria ser entendido apenas como uma forma de ganhar a vida, mas uma maneira de servir a pátria. Na perspectiva governamental, servir a nação por meio do trabalho, entre outros significados, expressava a formação de mercado produtor e consumidor. Para tanto, sua estratégia mais venturosa foi atrair a população à atividade laboral por meio das políticas sociais.

A legislação vigente, decorrente da centralização do poder nas mãos do Estado, contribuiu para o desenvolvimento relativamente ordenado do país ao expressar um patamar de civilização já atingido (em figurações específicas) e que se pretendia disseminar ou, por meio dela, determinar o estágio desejado a alcançar. Independentemente do intento civilizador, a

---

<sup>17</sup> Durante muito tempo, no Brasil, “Os ‘pobres’ – escravos, brancos pobres, etc. – tornavam-se operosos por força da necessidade, enquanto cabia aos ‘homens bons’ a responsabilidade por sua existência e pelo progresso da nação” (GOMES, 1982, p. 151). Essa dualidade contribuiu para uma representação negativa do trabalho, valorizado a partir da década de 1930 e das ações intervencionistas do Estado no sentido da consolidação do capitalismo no país. De acordo com Gomes (1982, p. 153), o trabalho, completamente desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. “A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, intrinsecamente ligadas a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão essencial da revalorização do homem”.

organização institucional e social de diferentes figurações nacionais atendia às leis estabelecidas no plano nacional<sup>18</sup>. Assim, as ações do primeiro governo Vargas, no que diz respeito à legislação social e outras formas de controle, balizaram as ações em diferentes formações sociais – tencionadas por suas estruturas econômica, social e comportamental. Especialmente durante o Estado Novo, com o fechamento do Congresso e a legislação por decreto, a influência das decisões governamentais foi marcante na organização das diferentes figurações brasileiras.

Foi nesse contexto de mudanças nas estruturas sociais e psicológicas nacionais que foi desenvolvida Monte Alegre. Parte dos investimentos nacionais para a formação de um trabalhador condizente às relações de trabalho emergentes no país pode ser visualizada nesta cidade-empresa, uma vez que o empreendimento desenvolvido na região centro oriental do Paraná atendeu às políticas de nacionalização de produção e de Marcha para o Oeste, além de ser organizada tendo em vista os preceitos políticos e ideológicos vigentes<sup>19</sup>. A afinidade entre o projeto político-ideológico do Estado e dos Klabin pode ser inferida a partir da presença de Luiz Vieira na localidade.

## O DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE

De acordo com o *Histórico* do município de Telêmaco Borba, publicado no *site* da Prefeitura Municipal<sup>20</sup>, a história local teve início em 1941, com as iniciativas do então Presidente da República, Getúlio Vargas, objetivando a nacionalização da produção e a consequente construção de uma fábrica de papel e celulose no interior do Paraná – que ficou sob responsabilidade da família Klabin<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> No Estado Novo, o Congresso e as Assembleias estaduais foram fechados, transferindo para o Presidente o poder de legislar. Segundo Garcia (1999, p. 62), “A estrutura administrativa montada compunha-se de três pilares fundamentais, consistentes na Presidência da República, nas Interventorias controladas pelo DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público] e no conjunto dos órgãos técnicos e burocráticos federais”. À Presidência da República eram subordinados todos os demais setores. Em relação às Interventorias, estas eram ocupadas por pessoas da confiança de Getúlio Vargas, visando o controle dos estados, “transformados em simples divisões administrativas” (GARCIA, 1999, p. 63). No estado do Paraná, entre 1932 e 1945, o cargo de Interventor foi ocupado por Manuel Carvalho Ribas.

<sup>19</sup> Sobre as expectativas em relação à cidade-empresa, Willer (1997, p. 140) escreveu: “Se a fábrica de Monte Alegre representava um símbolo do avanço do Brasil rumo à modernidade através da conquista do território vazio pela industrialização, o trabalhador das IKPC deveria, obrigatoriamente, ser um espelho desses ideais. Não havia lugar para os vícios e conflitos que corrompiam as massas trabalhadoras das grandes cidades. A preguiça, a sujeira, o vício e a subversão política representavam males que jamais poderiam chegar a Monte Alegre”.

<sup>20</sup> Para informações detalhadas, acessar: <<http://www.telemacoborba.pr.gov.br/a-cidade/historico.html>>.

<sup>21</sup> Para informações detalhadas, consultar Margalho (2008, 2013).

A escolha da Fazenda Monte Alegre para o desenvolvimento deste investimento de base se deu em razão do grande volume de matéria-prima disponível para a fabricação de papel. No entanto, a distante localização demandou a construção de toda uma infraestrutura, visando o funcionamento da indústria e a fixação da mão de obra. Para atender às necessidades do projeto, os Klabin optaram pela implementação de uma cidade-empresa<sup>22</sup>, provendo, assim, moradia, vendas, padaria, hospital e posto de saúde – instalações que foram sendo ampliadas conforme a demanda.

Nos anos iniciais, quando a cidade e a empresa ainda estavam em construção, a direção do empreendimento esteve sob sua responsabilidade de Luiz Vieira. Por indicação de Getúlio Vargas, Vieira foi licenciado do Ministério da Agricultura para assumir a chefia da Secretaria Geral em Monte Alegre – tamanha era a importância daquele investimento para os intentos nacionais. Sua presença na cidade-empresa e suas severas decisões – incluindo restrições dos direitos civis dos trabalhadores – correspondiam às tendências políticas nacionais, bastante autoritárias durante o Estado Novo (WILLER, 1997).

Acredita-se que a intervenção da empresa na organização social local – para além de seu caráter exemplar, exigindo dos residentes uma estrutura psicológica compatível – tenha relação com esse contexto mais amplo de formação de mão de obra apta à indústria e às demais relações que a vida urbana implica. Ademais, Monte Alegre recebeu pessoas de toda a região e mesmo de fora do Paraná (FERNANDES, 1974), que, por terem origens diversas, possuíam comportamentos igualmente diferentes. A existência de níveis comportamentais distintos poderia gerar tensões – desestabilizando a ordem vigente, no caso da externalização de conduta demasiadamente apaixonada. Nesse sentido, as ações da empresa extrapolaram o chão da fábrica e atingiram cada pequeno detalhe da vida social, orientando determinadas condutas visando a produtividade e o funcionamento local (WILLER, 1997).

Dois grupos de trabalhadores eram facilmente reconhecíveis nesta figuração<sup>23</sup>: os não especializados e os técnicos e engenheiros. Sobre a origem e personalidade dos funcionários sem especialização, Fernandes (1974, p. 77) escreveu: “O operário braçal, sem qualquer

---

<sup>22</sup> Segundo Piquet (1998, p. 04), “A primeira associação que se faz à cidade-empresa é a de uma ‘minicidade’, na qual um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações, edifícios de pequeno comércio, escola, hospital e áreas de lazer pertencem a uma companhia e onde é exercido controle sobre a entrada e saída de pessoas, configurando um núcleo urbano ‘fechado’”.

<sup>23</sup> Essas informações são relativas às figurações urbanas de Monte Alegre, ou seja, não estão sendo considerados os trabalhadores residentes das áreas mais rurais da cidade-empresa, como os cortadores de lenha e plantadores de pinho, que pela distância de suas moradias acabavam não tomando parte nas atividades esportivas e de lazer desenvolvidas pela indústria. Sobre os dados populacionais, em 1945, Monte Alegre era formada por 320 operários – entre contratos diretos e terceirizados – e suas famílias. Segundo Willer (1997, p. 164), em 1946, a população da Fazenda era de 4.104 habitantes. Esse expressivo aumento populacional está relacionado ao início da produção industrial.

qualificação, acorre dos sítios e das pequenas cidades próximas, orgulhoso de seus préstimos e, vagarosamente, vai admitindo que tem muito a aprender”. Em relação aos trabalhadores qualificados, é importante destacar que muitos tinham origem europeia<sup>24</sup>, oriundos de patamares civilizatórios mais avançados em relação a Monte Alegre. Esses dois grupos se distanciavam nas formas de se relacionar e se comportar. Assim, diante de possíveis tensões decorrentes desse diferencial, do referente civilizatório nacional e das próprias demandas da figuração, uma série de mecanismos de coerção foi exercida sobre os trabalhadores da cidade-empresa e suas famílias, estimulando mudanças que promoveram o desenvolvimento de uma segunda natureza.

A esse respeito Fernandes (1974, p. 83) escreveu:

Luiz Vieira lutava para integrá-los entre os vizinhos de alto padrão, vindos das cidadezinhas mais adiantadas. Mesclava-se uma população heterogênea, que tinha brasileiros de todos os Estados e de todos os níveis, cada um servindo de acordo com a sua qualificação. E era o contato direto dos chefes com os operários que levava estes a superarem suas deficiências [...]. Monte Alegre era uma escola primitiva que formava todas as classes profissionais.

Havendo um padrão estabelecido – especialmente pelos patrões e funcionários qualificados<sup>25</sup> –, o grupo dirigente entendia como necessária a educação dos afetos. A adaptação a uma nova sensibilidade se deu por meio de pressões externas, exercidas por uma série de monopólios, que naquela figuração atuava de maneira interdependente na modulação comportamental dos indivíduos, a saber: monopólio econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação.

Mesmo com uma estrutura que favoreceu o exercício de pressões, no sentido de uma adequação comportamental, os processos de ensino e aprendizagem em Monte Alegre não ocorreram sem tensões. As relações sociais e emocionais da vida no campo demandavam menor regulação e sincronização e, portanto, poderiam ser realizadas de acordo com as necessidades individuais<sup>26</sup>; já o trabalho na indústria, regulado e pautado pela produtividade, só seria

<sup>24</sup> Havia funcionários originários de mais de trinta nacionalidades (MARCOVITCH, 2005).

<sup>25</sup> Sobre a disseminação das condutas entre as classes, Passiani (2012, p. 573) escreveu ser possível observar “um processo de racionalização dos sentimentos e atitudes humanas que se inicia num grupo social específico e avança em direção a outras classes sociais, institui as bases de uma esfera pública com regras e normas muito claras, que são aceitas e compartilhadas por todos, permitindo uma convivência social relativamente pacífica entre os indivíduos e garantindo certa coesão social”.

<sup>26</sup> Duas passagens de Fernandes ilustram as diferenças comportamentais e temporais dos trabalhadores que até pouco tempo viviam em formações rurais. Na primeira, a autora contrasta a diferença de costumes: “Famílias vindas do Norte [...] continuaram por muitos anos estendendo, nos quartos, as redes para dormir e deixando de lado as camas; mulheres de sertanejos ainda punham roupas para secar no terreiro varrido, ao invés de levantá-las em varais; velhos moradores ribeirinhos recebiam os jovens médicos com desconfiança, mais afeitos às garrafadas dos curandeiros; acendiam uma lamparina que, ao invés de clarear o quarto, tornava-o terrivelmente enfumaçado” (FERNANDES, 1974, p. 82-83). Na segunda, relata um episódio entre um chefe e um funcionário recém-promovido, mas que não apareceu para trabalhar: “- O que houve com você? Ficou doente? A surpresa de João foi

efetivamente produtivo com a internalização de um tempo cada vez mais preciso. Dada a dissonância entre a racionalidade do campo e da cidade-empresa, fez-se necessário modular os comportamentos para a maior eficiência de produção, sendo os chefes encarregados de coibir comportamentos não condizentes às expectativas patronais<sup>27</sup>.

## EXEMPLOS EMPÍRICOS: COERÇÃO EXTERNA E ADAPTAÇÃO EM MONTE ALEGRE

Sendo a figuração analisada uma cidade-empresa, acredita-se que o monopólio econômico exercido pela Klabin tenha sido um mecanismo coercitivo bastante eficaz para a adequação a novos comportamentos, afinal, a manutenção do posto de trabalho ou a possibilidade de uma promoção estimulava o controle e/ou mudança das condutas.

Sabendo das expectativas patronais, aqueles indivíduos que mais rapidamente adaptassem o comportamento aos padrões esperados, em potencial, teriam maiores chances de sucesso social. Segundo Elias, “A necessidade e a capacidade de imaginar de antemão – e portanto, de levar em conta – um futuro relativamente distante exerce uma influência cada vez maior no conjunto das atividades realizadas aqui e agora” (ELIAS, 1998, p. 115). A habilidade de antecipar-se à ação, subordinando “a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro” (ELIAS, 1998, p. 116), constitui um fator que contribui para internalização das pressões externas.

Por mais que a origem de operários e técnicos fosse diversa, todos ali dependiam da principal atividade econômica local, a fábrica de papel. Foi essa relação de dependência que contribuiu para a modulação dos comportamentos conforme a expectativa dos patrões<sup>28</sup>. Para tomar parte na formação social de Monte Alegre, o indivíduo era submetido a um novo regime

---

enorme e, por fim, perguntou intrigado: - Mas estava chovendo... O Sr. não viu? Quem não entendeu foi Zappert e o João, paciente, explicou-lhe: - Em dia de chuva a gente não sai fora de casa. Nunca ninguém fez isso, em minha família. O mato é perigoso com chuva... com raios... [...] Amigo João, aqui na casa-das-caldeiras você não está no mato. Está tão protegido quanto em sua casa. O João, confiante, nunca mais faltou em dia de chuva” (FERNANDES, 1974, p. 91).

<sup>27</sup> Fernandes (1974, p. 78) escreveu sobre um episódio em que Zappert chama a atenção de um funcionário que estava causando tumulto durante o serviço: “[...] A cada peça descarregada, o ajudante Pedrinho grita: - Chegou uma bomba! Mais outra bomba... Não para de chegar bomba... (Ele está completamente influenciado pelos noticiários que houve durante as horas de folga, no rádio da pensão, sobre os bombardeios na Europa). Supervisionando o serviço e classificando o material, Karl Zappert não se contém e interpela-o, parando de anotar: - Mas me diga, rapaz, o que você está gritando? Aqui não tem, hoje, nenhuma bomba. Chegaram engrenagens, rolos... mas bomba não veio nenhuma... O rapaz olha-o, desapontado. – Que pena! – diz. O Sr. chamou de ‘bomba’ aquele troço pesado que eu nunca tinha visto. Gostei do nome e a essas peças que os caminhões trazem todos os dias, fui dizendo ‘bomba’ também. Se o Sr. Não está de acordo, sinto muito...”

<sup>28</sup> Na visão de Willer (1997, p. 149), a perda dos vínculos geográficos e/ou culturais anteriores tornava o trabalhador e sua família mais maleáveis e suscetíveis às imposições do trabalho fabril e à vida naquela comunidade.

disciplinar: a suposta “tranquilidade social respondia a uma rede de relações e normas disciplinares, imperceptíveis ao visitante desavisado, obtida graças a um cuidadoso e prolongado processo de normatização da vida dentro e fora da fábrica” (WILLER, 1997, p. 141). Assim, a manutenção do emprego estava condicionada à submissão às regras locais, pois “Os funcionários que não obedecessem às determinações da chefia [...] estavam sujeitos a um amplo espectro de punições que variavam desde advertências até demissão, passando por multas e suspensões do trabalho sem vencimentos” (WILLER, 1997, p. 149). As penalidades tinham caráter educativo e contribuíam para a internalização do comportamento desejável para os empregados da Klabin.

Diante de possíveis erros ou incorreções, os funcionários poderiam recorrer à clemência do chefe. Vieira mostrava-se misericordioso para com aqueles que reconheciam suas falhas e demonstravam arrependimento, reduzindo o rigor das penas. Segundo Willer (1997, p. 152), “O arrependimento passa a ser uma atitude comum no ambiente disciplinar de Monte Alegre. A autoridade onipresente do engenheiro-chefe impõe um estado de vigilância constante, onde qualquer erro é motivo de censura”<sup>29</sup>.

As estratégias de controle adotadas em Monte Alegre também perpassaram o monopólio dos serviços essenciais. A oferta de casas, serviços de saúde e educação constituíam atrativos aos trabalhadores, atuando como um fator para a manutenção de mão de obra afeita ao trabalho<sup>30</sup>. Ao mesmo tempo, os equipamentos vinculados à moradia, como o uso da água e da energia elétrica, eram objetos de coerção. Como a única forma de tomar parte naquela figuração era se instalando em uma das residências da Klabin, pagando um aluguel geralmente mais em conta se comparado ao “mundo exterior” (PIQUET, 1998), os industriais se utilizavam dessa prerrogativa para controlar aspectos da vida privada dos operários, até mesmo nos momentos de não trabalho.

---

<sup>29</sup> Faz-se necessário esclarecer que as coações não vinham apenas da chefia, mas, com o tempo, os próprios moradores de Monte Alegre, mais ou menos autocontrolados, passaram a requisitar dos demais comportamentos afinados às sensibilidades locais. Elias (2011, p. 88), ao escrever sobre a mudança dos modos à mesa nas sociedades medievais, ponderou sobre o aumento da “pressão que as pessoas exercem reciprocamente sobre as outras. [...] esta maneira polida, extremamente gentil e relativamente atenciosa de corrigir alguém, sobretudo quando exercida por um superior, é um meio muito mais forte de controle social, muito mais eficaz para inculcar hábitos duradouros do que o insulto, a zombaria ou a ameaça de violência física”.

<sup>30</sup> Grande parte dos operários não especializados das cidades migrou do campo (lembrar das mudanças estruturais nacionais: a passagem de uma economia agroexportadora para urbano-industrial) e nem sempre constituía “mão de obra capaz de cumprir as exigências técnicas e disciplinares das atividades industriais” (PIQUET, 1998, p. 16). Com o tempo, por meio da aprendizagem, os trabalhadores iam se adaptando às demandas do trabalho e das relações sociais da figuração em questão. Por esse motivo e pela escassez de mão de obra, era interessante aos empregadores oferecer atrativos no sentido de fixar o trabalhador ao local.

Em relação à habitação, havia um fiscal residente de moradia, que organizava a distribuição das casas, de acordo com a hierarquia do cargo de trabalho na fábrica e extensão da família, e supervisionava periodicamente a utilização, a conservação e as condições de higiene das residências. Reformas e reparos só podiam ser realizados mediante autorização da empresa. Além do monitoramento do consumo de água, havia também o controle do consumo de energia elétrica: era proibido o uso de ferros, fogareiros e aquecedores elétricos, bem como de lâmpadas acima de 40 watts. Aqueles que excedessem os limites estabelecidos sofriam sanções, podendo ter a luz cortada em caso de reincidência (WILLER, 1997, p. 184). Em relação aos cuidados domésticos, a Secretaria Geral incentivava a jardinagem, por perceber esta atividade como um antídoto para práticas desaconselháveis, como o consumo de álcool, o jogo, a prostituição, o crime e a agitação política.

Mesmo aqueles que viviam em hotéis e pensões estavam sujeitos à fiscalização. Para inspecionar as relações sociais e emocionais nesses espaços, que funcionavam mediante autorização e tinham suas taxas definidas pela própria Klabin, havia fiscais da chefia em cada estabelecimento, encarregados de observar a alimentação, higiene e a ordem nos momentos e ambientes coletivos. O tempo de estadia de pessoas não vinculadas à Klabin era de, no máximo, três dias. Além disso, para desestimular a presença de “elementos estranhos”<sup>31</sup>, as taxas para esses indivíduos custavam 20% a mais.

As opções de alimentação em Monte Alegre também eram controladas. Havia o Armazém de Subsistência da Klabin, onde eram vendidos os insumos considerados pela empresa como necessários à “subsistência” dos residentes locais. Produtos não comercializados neste estabelecimento eram trazidos de Curitiba sob encomenda e pagamento de taxa de 10%, conforme o artigo encomendado. Para direcionar e/ou fiscalizar o consumo na localidade, “Havia incentivos para que as compras fossem realizadas por intermédio da empresa, como isenções de frete e prazos para o pagamento” (WILLER, 1997, p. 188).

Em Monte Alegre, o monopólio sobre o acesso aos bens de consumo era ainda exercido pela restrição da venda, em bares e cafés, de produtos já comercializados no Armazém de Subsistência. Ademais, as outras atividades locais eram reguladas em função dos horários de trabalho, já que os estabelecimentos comerciais “só estavam autorizados a atender ao público fora do horário da jornada principal de trabalho na indústria, como medida para evitar que o comércio acobertasse o absentismo dos operários” (WILLER, 1997, p. 183).

---

<sup>31</sup> Expressão utilizada por Vieira em correspondência com a diretoria, referindo-se à “possibilidade da presença de agitadores políticos ou ativistas sindicais, ameaçando a ‘harmonia’ social existente” (WILLER, 1997, p. 168).

A internalização de um tempo de maior sincronização era entendida como fundamental ao desenvolvimento industrial local. Para adequar os trabalhadores ao tempo da fábrica, o apito da indústria soava 45 minutos antes do início da jornada de trabalho, para despertar a população, e outras duas vezes, no começo e ao término do expediente (WILLER, 1997). Esse tipo de iniciativa de controle era percebido pelos trabalhadores, a exemplo das reclamações sobre “ter horário para tudo” (WILLER, 1997, p. 183). Todavia, como se tratava de uma propriedade particular, regida muito mais pelos interesses da indústria do que pelos direitos conferidos aos cidadãos pelo Estado, aqueles que manifestassem desdém pelas determinações empresariais eram afastados da localidade, a fim de que não incitassem questionamentos da população às normas vigentes – aspecto possibilitado pelo monopólio espacial exercido pela indústria.

De acordo com Piquet (1999, p. 19), “A localização esparsa, a carência de meios de transporte de longo percurso [...] criavam obstáculos reais à circulação de mercadorias, conferindo a essas indústrias uma situação de monopólio espacial”. No caso de Monte Alegre, o monopólio interferia em direitos civis básicos, já que o direito de ir e vir naquela região era cerceado. Na única estrada de acesso a Monte Alegre, existia uma guarita que controlava 24h por dia a entrada e a saída de veículos e passageiros<sup>32</sup>; mais tarde, devido à lei seca e à abertura do armazém de subsistência, foi instituída a revista de cargas e bagagens. Entravam na propriedade apenas aqueles que tivessem autorização da chefia<sup>33</sup>. No caso de parentes que iam visitar algum familiar, deveriam deixar seus dados e os dados do anfitrião. Com o avanço da estrutura administrativa, encabeçada por Vieira, o controle desse aspecto foi se tornando cada vez mais rigoroso (WILLER, 1997). Dado o esforço normativo, acredita-se que a restrição no direito de ir e vir tinha relação com a ameaça de emoções e/ou informações descontroladas que poderiam prejudicar a *harmonia* local.

Outra determinação de Vieira que restringiu parcela dos direitos civis da população de Monte Alegre, visando a manutenção da ordem, foi o estabelecimento da lei seca<sup>34</sup>. Segundo Fernandes (1974), sua implementação foi em resposta ao significativo número de mortes nas brigas entre operários. Como ganho secundário, ou seja, um fator de interesse direto à produção industrial, a restrição ao consumo de bebidas também contribuiu para a redução do absenteísmo motivado pela bebedeira (WILLER, 1997).

---

<sup>32</sup> Conforme foram surgindo novas rotas de acesso a Monte Alegre, essas também passaram a ser supervisionadas.

<sup>33</sup> O isolamento funcionava como uma barreira a indivíduos indesejáveis e desestimulava a saída de trabalhadores (WILLER, 1997, p. 144).

<sup>34</sup> De acordo com Elias (2006, p. 49), as restrições ao consumo de bebidas alcólicas são adotadas porque a embriaguez implica a redução da capacidade de autorregulação.

É possível afirmar que tal restrição não foi interiorizada por todos, visto que era recorrente o contrabando de bebidas em Monte Alegre (FERNANDES, 1974). Como não eram vendidas no interior da cidade-empresa, as garrafas eram transportadas a nado pelo rio Tibagi, amarradas ao corpo, ou escondidas no meio das bagagens. Dadas as práticas de resistência<sup>35</sup>, em 1945, a lei foi atenuada: Vieira tornou permitido o consumo de cerveja e vinho de mesa. A oposição às regulações na esfera dos divertimentos permite compreender que nem todas as pressões externas eram individualizadas pelos trabalhadores, oscilando conforme o âmbito da vida a ser modulado.

A preocupação de Vieira, no que diz respeito às condutas violentas de pessoas bêbadas, era fundamentada. Há processos-crime no fórum de Tibagi<sup>36</sup> de brigas sob o efeito de álcool que levaram à morte de diversas pessoas, o que, todavia, não justifica a supressão do direito civil à liberdade – inclusive a liberdade de beber. Enquanto durou a lei seca, a fiscalização nas residências serviu também para observar se esta determinação estava sendo cumprida pelos operários e seus familiares.

Existem registros de apreensão de bebidas nas casas e de pessoas que foram presas, mesmo sem se meter em confusões, apenas porque estavam embriagadas. O fato de uma lei local, estabelecida por Luiz Vieira, ser rigorosa a ponto de pessoas embriagadas serem detidas evidencia a tênue relação entre o poder local e o Estado:

Havia uma comunhão de ideias quanto ao papel a ser desempenhado pela indústria no contexto do projeto de desenvolvimento nacional, bem como sobre qual o modelo de organização social adequado a esta industrialização. Dessa forma, Estado e iniciativa privada confundiam-se em muitos aspectos do projeto de Monte Alegre; em áreas fundamentais para a viabilização do empreendimento os limites da ação entre o Governo e a empresa não ficavam claramente definidos, avançando sob um ambiente de estreita cooperação entre as partes (WILLER, 1997, p. 174).

A própria presença de Vieira como coordenador dos trabalhos de implantação da indústria atestava a convivência de interesses. As relações informais entre os Klabin, Vieira, Ribas e Vargas facilitaram a resolução de questões da empresa que seriam pertinentes ao Estado. Ao mesmo tempo, grande parte das atribuições federais e estaduais em Monte Alegre era executada pela própria Secretaria Geral, a exemplo da força policial<sup>37</sup>. A polícia em Monte Alegre respondia mais ao poder de Vieira do que ao delegado de Piraí, encarregado daquela jurisdição. Isso permitiu ao chefe “intervir para que as ocorrências envolvendo funcionários terminassem de forma favorável aos interesses da Klabin” (WILLER, 1997, p. 176),

---

<sup>35</sup> Entende-se por resistência as “lutas para modificar o equilíbrio de poder” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37).

<sup>36</sup> Até 1964, data de emancipação do município, Telêmaco Borba pertencia à Comarca de Tibagi – PR.

<sup>37</sup> A força policial em Monte Alegre era complementada com funcionários indicados por Vieira (WILLER, 1997, p. 176).

Essa inversão de atribuições entre as instituições públicas e privadas serviram à indústria no sentido de modular os comportamentos no interior da Fazenda. Por meio dessa relação, a Klabin detinha o monopólio da violência: de um lado, aplicava, a pedido da polícia, penas disciplinares e administrativas àqueles que cometiam pequenos delitos fora da jornada de trabalho; por outro, realizava tarefas que seriam exclusivas da polícia, como a revista de bagagens e passageiros. Esse monopólio também foi exercido por meio da restrição ao porte de armas, brancas ou de fogo, visando reduzir os conflitos violentos no interior da cidade-empresa.

O exercício do monopólio econômico, dos serviços essenciais, do espaço e da violência ocorreu de maneira interdependente ao monopólio da informação. O contato com o mundo exterior – que já era cerceado pelo monopólio espacial e pelas restrições no direito de ir e vir, impedindo que os trabalhadores tivessem acesso a uma realidade diferente da experienciada em Monte Alegre – também era supervisionado no que diz respeito às ligações telefônicas (WILLER, 1997). A central responsável por encaminhar as chamadas, além das informações necessárias para completar a operação (nome e número de telefone com quem gostaria de falar), requisitava o nome e o local de trabalho. Segundo Willer (1997, p. 185), a justificativa seria a cobrança da chamada, mas tratava-se de outro mecanismo de controle.

As ações de Luiz Vieira na Secretaria Geral foram bastante centralizadoras e contribuíram para a adequação comportamental dos residentes em Monte Alegre e na constituição de seu *habitus*. Sobre isso, John dos Passos (2013, p. 140), um dos mais importantes escritores do século XX, visitou a cidade-empresa em 1958 e, ao compará-la com uma *company town*<sup>38</sup> da Nova Inglaterra ou do leste do Canadá, descreveu algumas de suas características: “guardas e portões, ruas arborizadas e casas de pedra padronizadas em torno de gramados verdes”. Admirado com a localidade, o viajante afirmou que ali “era possível ouvir quase todas as línguas europeias” (PASSOS, 2013, p. 142) e fez referências ao desenvolvimento de Monte Alegre como análogo ao de figuras estrangeiras – o que permite inferir que os esforços empresariais na modulação dos comportamentos, mesmo nessa fase inicial, foram exitosos em Monte Alegre.

As redes de interdependência cada vez mais estreitas e a pressão constante exercida não apenas pela Klabin, por meio das normativas de Vieira, mas também entre os indivíduos, demandaram e estimularam um autocontrole mais estável, uma constituição emocional mais uniforme, que, por extensão, resultou em novos comportamentos: a vida na cidade-empresa transformou o “caboclo de sítio em operário especializado” (FERNANDES, 1974, p. 91).

---

<sup>38</sup> De maneira elementar, *company town* pode ser definida como uma cidade cuja economia gira em torno de uma só empresa.

A oferta de uma estrutura como a de Monte Alegre era bastante incomum no interior do Brasil, e, de maneira objetiva, com um posto de trabalho na Klabin e todos os serviços atrelados a ele, a vida de muitas pessoas se tornou mais segura e confortável<sup>39</sup>. Diante desse elemento afetivo, acredita-se que o medo de perder o direito de estar naquela figuração tenha sido forte elemento de pressão para a adequação comportamental<sup>40</sup>. Soma-se a isso a gratuidade (ou a cobrança de preços módicos) dos serviços, pois, assim, todas as esferas da vida dos trabalhadores eram mediadas pela empresa, sobrando pouco espaço para a demonstração de um comportamento mais espontâneo e menos coagido. Ao mesmo tempo, eram utilizados como “objetos de pressão a ser exercida pela administração fabril nos casos de conflitos coletivos” (PIQUET, 1998, p. 23).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o processo de transformação do *habitus* guerreiro em cortesão, Norbert Elias observou que existe uma relação de dependência mútua entre as mudanças sociais e emocionais, inerentes ao processo civilizador. Dadas as características de seu tema e problema de pesquisa, o autor adotou uma perspectiva de longa duração. Tal recorte diz respeito à observação de uma mudança na constituição psíquica e social dos indivíduos, superior a três gerações (ELIAS, 2006). O olhar mais panorâmico de Elias nem sempre colocou em evidência os desvios, resistências e retrocessos mais pontuais dos processos civilizadores<sup>41</sup>.

Assim, para observar os microprocessos coercitivos, que paulatinamente contribuíram para a formação de uma *segunda natureza*, este trabalho empregou os pressupostos teórico-metodológicos elisianos na curta duração, para estudar, a partir de fontes bibliográficas, a figuração de Monte Alegre, entre os anos de 1942 a 1946. Com a historicização das primeiras normativas da cidade-empresa, tencionadas em relação ao contexto nacional mais amplo, foi possível conhecer um conjunto de monopólios exercidos pela Secretaria Geral, sob o comando

---

<sup>39</sup> A esse respeito Fernandes (1974, p. 82) escreveu: “Quando voltavam dos dias de trabalho pesado, os chefes de família encontravam relativo conforto nas casas de madeira, com vidraças nas janelas, serviço completo de água e esgoto, sanitários em banheiros ladrilhados, um tanque de cimento para lavar roupa, um fogão a lenha e a novidade da luz elétrica – comodidade desconhecida naquelas paragens”.

<sup>40</sup> De acordo com Elias (2001a, p. 44), “a administração dos medos é uma das mais importantes fontes de poder das pessoas sobre as outras”, por mobilizar a prospecção e estimular a adequação.

<sup>41</sup> O posicionamento de Elias em relação à direção dos processos civilizadores inquieta os estudiosos ainda hoje, que não chegaram a um consenso sobre o suposto caráter teleológico e evolucionista da teoria. De acordo com Ribeiro (2005), a maneira como Elias articulou a noção de descivilização – a exemplo do holocausto e a permissividade da sociedade contemporânea – não foi suficiente para descartar de sua teoria um presumível caráter evolucionista, visto que os próprios casos ilustrativos utilizados reforçaram a linearidade que o autor pretendia evitar.

de Luiz Vieira, que pressionou a população para a formação de um comportamento condizente com as expectativas do grupo dominante. Ademais, foi possível inferir acerca de parcela das intenções dos envolvidos no processo de transformação dos trabalhadores rurais em urbano-industriais: além do caráter exemplar esperado da localidade, afinado às tendências político-ideológicas nacionais, os esforços para a adequação da conduta dos operários contribuíram para adaptá-los ao tempo e às demandas que se esperavam em uma figuração urbano-industrial.

Em uma perspectiva de longo prazo, seria possível afirmar que o exercício de diferentes monopólios contribuiu para a adequação dos trabalhadores às normativas locais, pois havia em Monte Alegre uma rede de pressões quase impossível de se desvencilhar. Todavia, apesar de a ação civilizadora dentro do espaço da cidade-empresa reduzir, inclusive, a possibilidade de opor-se às normativas, um olhar mais pontual, direcionado para os microprocessos coercitivos, permitiu visualizar que práticas desviantes foram presentes. Mesmo havendo um conjunto de esforços para direcionar a educação dos comportamentos, em alguns momentos, os empresários tiveram que rever suas intenções civilizatórias – a exemplo da lei seca e sua posterior atenuação.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, S. S.; FERRONATO, C. O processo de profissionalização docente e a criação da Escola Normal em Sergipe (1827-1879). **Educ. rev.** [online], n. 49, p. 209-225, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a12n49.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministérios: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CAMPOS, R. D. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Rev. Bras. Hist.** [online], v. 34, n. 67, p. 309-322, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a14v34n67.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- CAPELATO, M. H. R. Propaganda política e controle nos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CAPELATO, M. H. R. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, M. C. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHARTIER, R. Prefácio. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigações sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, H. V. **Monte Alegre, Cidade Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.CPDOC. **Diretrizes do Estado Novo (1937 – 1945): Direitos sociais e trabalhistas**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GARCIA, N. J. **Estado Novo**: Ideologia e Propaganda Política. Rocket Edition, 1999.

GOMES, Â. M. de C. A construção do Homem Novo: o trabalho brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, Â. M. C. **Estado Novo**: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GONÇALVES, S. C. Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. **Revista OPSIS**, v. 13, n. 1, p. 200-221, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/19011/15182#.WlvPUKinHIU>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986.

MARCOVITCH, J. **Pioneiros e Empreendedores**: A Saga do Desenvolvimento no Brasil, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MARGALHO, M. G. **Klabin**: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951). 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARGALHO, M. G. Indústrias Klabin do Paraná de Celulose: a sociogênese do projeto político-empresarial (1930-1940). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 48, p. 99-126, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, E. C. de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos* [online], v. 20, n. 3, p. 939-962, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-20-03-0939.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PASSIANI, E. Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil. *Soc. Estado*. [online], v. 27, n. 3, p. 571-593, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/07.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PEREIRA, A. V.; ROTENBERG, L.; OLIVEIRA, S. S. Relações de gênero e interdependências: reflexões a partir de mudanças na configuração hospitalar. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos* [online], v. 20, n. 3, p. 1007-1024, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-S0104-59702013005000009.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PIQUET, R. **Cidade-empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

PMTB – PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. **Histórico de Telêmaco Borba**. Disponível em: <<http://www.telemacoborba.pr.gov.br/a-cidade/historico.html>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

RABELO, G. O jornal escolar O Estudante Orleanense: não podemos tornar as crianças felizes, mas podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973). *Hist. Educ.* [online], v. 17, n. 40, p. 197-219, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n40/v17n40a10.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

RIBEIRO, L. C. Norbert Elias e a História Cultural. In: CARVALHO, A. B.; BRANDÃO, C. da F. (orgs.). **Introdução à Sociologia da Cultura**. Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

VIEIRA, A. F. B. *A aceleração do processo civilizador e a possibilidade do recorte temporal de análise*. **Anais do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores** [LIVRO ELETRÔNICO]. Londrina: UEL, 2018.

VIVIANI, F. C. A Nova Política do Brasil: temas e argumentos. In: II SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, São Carlos, 2014. **Anais...** São Carlos: UFSC, 2014. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/A-Nova-Pol%C3%ADtica-do-Brasil-Temas-e-Argumento..pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

WILLER, M. R. **Harmonia**: uma utopia urbana para o trabalho. 1997. 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27148/D%20-%20WILLER%2C%20MARCELO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

XAVIER, N. R.; SARAT, M. Infância e educação civilizadora na literatura brasileira. *Acta Scientiarum Education*, v. 34, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/16168/9985>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

## 7. ARTIGO V – ALTERNATIVA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DOS PROCESSOS CIVILIZADORES: ANÁLISE PSICOGENÉTICA A PARTIR DAS PRÁTICAS DE LAZER EM MONTE ALEGRE – PR

Ana Flávia Braun Vieira

Miguel Archanjo de Freitas Junior

### RESUMO

Este artigo apresenta uma alternativa metodológica para o estudo da psicogênese (Teoria dos Processos Civilizadores), a partir da análise de microprocessos de coerção. Para tanto, foram pesquisadas as atividades de lazer desenvolvidas na cidade-empresa de Monte Alegre e noticiadas, entre 1948 e 1949, no jornal *O Tibagi*. Com a análise de conteúdo foi possível concluir que a oferta de lazer em Monte Alegre era frequente e variada. Além disso, a tipologia dos lazeres permitiu ponderar sobre suas funções na figuração em questão, possibilitando conhecer aspectos das sensibilidades pretéritas. Por fim, o estudo psicogenético elucidou dados sociogenéticos, como a divisão hierarquizada das atividades de lazer, reafirmando as proposições de Norbert Elias em relação à interdependência desses processos.

**Palavras-chave:** Teoria dos Processos Civilizadores; Psicogênese; Lazer.

### Methodological alternative for the civilizing processes study: psychogenetic analysis from leisure practices in Monte Alegre – PR

### ABSTRACT

This paper presents a methodological alternative for the psychogenesis study (Civilizing Process Theory), from the analysis of micro processes of coercion. For that, were searched the leisure activities developed in Monte Alegre *company town* e published, between 1948 and 1949, in *O Tibagi* newspaper. With the content analysis it was possible to conclude that the leisure offer in Monte Alegre was frequent and varied. Besides that, the leisure type allowed to consider their functions in the figuration in question, making it possible to know aspects of the past sensitivities. Finally, the psychogenetic study elucidated sociogenetic data, such as the hierarchical division of leisure activities, reaffirming Norbert Elias' propositions regarding the interdependence of these processes.

**Keywords:** Civilizing Process Theory; Psychogenesis; Leisure.

### INTRODUÇÃO

Norbert Elias, sociólogo que publicou suas primeiras formulações sobre a teoria dos processos civilizadores em 1939, diferentemente dos demais pesquisadores de seu tempo,

compreendia que a relação entre indivíduo e sociedade ocorre de maneira interdependente. Essa premissa, aliada aos estudos empíricos de longa duração, o fez perceber que existe uma dependência mútua entre as transformações ocorridas na estrutura da personalidade individual (psicogênese), que resultam em modificações na estrutura da figuração<sup>1</sup> em que o indivíduo está inserido, e as transformações estruturais da sociedade (sociogênese), que acarretam em alterações na personalidade daqueles que a compõem.

Normalmente, o estudo do desenvolvimento sociogenético de determinada figuração do passado é mais frequente, provavelmente em decorrência do fato de que os dados factuais estão sedimentados nas fontes históricas. Todavia, como, a partir destas mesmas fontes, seria possível estudar as características psicogenéticas das sociedades pretéritas? Buscando alternativas para essa questão, este trabalho propõe a análise de aspectos psicogenéticos a partir das atividades de lazer noticiadas em periódicos. Para tanto, serão analisadas as práticas lúdicas realizadas na cidade-empresa<sup>2</sup> de Monte Alegre<sup>3</sup>, publicadas entre os anos de 1948 e 1949 no jornal *O Tibagi*.

Esta opção teórico metodológica justifica-se em razão das colocações de Elias e Dunning, no livro *A Busca da Excitação*. Segundo os autores, uma das principais características das sociedades industriais é o fato destas apresentarem uma variedade de atividades de lazer, que visam transformar as tensões geradas pelo autocontrole socialmente requerido em tensão-excitação (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 103). Por sua vez, as práticas de lazer desenvolvidas correspondem às relações sociais ali estabelecidas e ao nível de sensibilidade dos indivíduos. Dessa forma, a análise da tipologia dos lazeres de determinada formação social permite considerar aspectos do desenvolvimento psicogenético de seus membros, ao tencionar tais práticas às características dessa sociedade, como seu processo de formação, industrialização, urbanização e suas relações de poder.

## METODOLOGIA

Considerando a interdependência entre psicogênese e sociogênese, buscando conhecer os elementos mais estruturais que balizaram as relações sociais locais, inicialmente foi realizada

---

<sup>1</sup> O conceito de figuração foi desenvolvido por Elias e corresponde a uma formação social de tamanho variável na qual os indivíduos estão ligados em uma rede de dependência recíproca. Isto significa dizer que cada ação individual responde a uma série de outras, que, por sua vez, modificam a própria estrutura em que se inscrevem. Chartier (2001, p. 13) exemplificou a dimensão das figurações a partir das seguintes formações sociais: “os jogadores de um carteador, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação”.

<sup>2</sup> Cidades que se originaram pela iniciativa de *empresas* de grande porte.

<sup>3</sup> Atual município de Telêmaco Borba – PR. No período aqui estudado, Monte Alegre pertencia ao município de Tibagi – PR.

uma pesquisa bibliográfica visando historicizar o desenvolvimento sociogenético de Monte Alegre. Para analisar os aspectos psicogenéticos desta formação, optou-se pelo estudo das práticas de lazer ali desenvolvidas, uma vez que suas diferentes modalidades correspondem aos níveis de autocoção da figuração na qual se desenvolvem.

O acesso aos lazeres promovidos na localidade se deu por intermédio do jornal *O Tibagi*. A opção pela análise do ano 1 do jornal (de 23 de novembro de 1948 a 15 de novembro de 1949) se deu em razão deste ter sido “o registro escrito da história local e regional, tendo guardado em suas páginas toda a cronologia dos fatos que construíram o atual perfil da Capital do Papel” (CORAIOLA, 2005, p. 193).

A análise das fontes jornalísticas teve como pressupostos as considerações de Bardin sobre a análise de conteúdo temática<sup>4</sup>. Na pré-análise, foram realizadas leituras flutuantes no jornal para selecionar entre as suas narrativas aquelas que versaram – por diferentes vieses – sobre as atividades de lazer local (sociais, religiosas, cívicas, culturais, desportivas etc.). Dessa forma, o conjunto documental foi formado por 342 narrativas que enunciaram possibilidades de lazer em Monte Alegre<sup>5</sup>.

Então, seguiu-se para o processo de referenciação dos índices e de elaboração dos indicadores. Para Bardin, “o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. [...] este tema possui tanto mais importância para o locutor quanto mais frequentemente é repetido [...], [e] o indicador correspondente será a frequência desse tema de maneira relativa ou absoluta, relativo a outros” (BARDIN, 2011, p. 130). Nessa perspectiva, o índice para a análise de *O Tibagi* em relação às práticas de lazer desenvolvidas em Monte Alegre foi “atividades de lazer”<sup>6</sup>. O número de aparições de determinada modalidade contribuiu para estabelecer relações entre o autocontrole necessário à sua prática e a adesão da população, permitindo conhecer características da psicogênese local.

Ao término desses encaminhamentos metodológicos da pré-análise, seguiu-se para o segundo polo cronológico, a codificação. Nesta etapa, definiu-se que, como as notícias sobre lazer publicadas no jornal eram em sua maioria de pequena dimensão e abordavam diferentes

---

<sup>4</sup> A análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos para a análise de comunicações “visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p.48). Na sua variável temática, a análise utiliza o tema como unidade de significação.

<sup>5</sup> É importante destacar que o jornal noticiava diversas vezes a mesma atividade. Como será visto adiante, o próprio hebdomadário era responsável por ofertar alternativas de lazer em Monte Alegre e suas narrativas promoviam uma tensão-excitação que tinha como clímax a prática da atividade em si.

<sup>6</sup> Segundo Elias e Dunning (1985, p. 145), as atividades de lazer podem ser classificadas em: sociabilidade; participar ou assistir a jogos e atividades “miméticas”; e lazer menos especializado, como viajar e comer fora para variar.

atividades, a unidade de registro<sup>7</sup> para a categorização foi a modalidade de lazer, somada à sua unidade de contexto – quando necessária<sup>8</sup>. Definidas tais unidades, seguiu-se para a terceira etapa da análise de conteúdo, momento em que foi realizada a categorização.

Este momento consiste em “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.147). O critério escolhido para a categorização foi o semântico. Isso significa dizer que as narrativas que tratam práticas religiosas foram agrupadas na categoria “atividades religiosas”, enquanto aquelas que eram realizadas no clube foram classificadas na categoria “atividades realizadas em clubes socioesportivos”.

A partir da categorização, deu-se início a última etapa da análise. A inferência nas palavras de Namewirth, citado do Bardin (2011, p. 168), “não passa de um termo elegante, efeito de moda, para designar a indução, a partir dos fatos”. No caso desse trabalho, a análise de conteúdo temática possibilitou conhecer as atividades de lazer realizadas em Monte Alegre e inferir acerca das sensibilidades locais ao relacioná-las às características sociogenéticas envolvidas nas escolhas na esfera do lazer.

Acerca do recorte temporal adotado, é importante esclarecer que, apesar da ênfase de Elias (1993, 1994, 2001, 2011) sobre a necessidade de análises na longa duração, a adoção do recorte de um ano para a análise de características psicogenéticas não é incoerente às proposições do autor. A internalização do *habitus* ocorre a partir de microprocessos de coerção e tensão. Pensando nas pequenas ações que em longa duração conformam uma *segunda natureza*, compreende-se que nesta investigação não se faz imperativa a adoção de recorte superior a três gerações<sup>9</sup> – o que não significa dizer que pesquisas sobre este tema, na longa duração, sejam desnecessárias ou que os achados desses microprocessos não devam ser perspectivados dentro de um processo de desenvolvimento sócio e psicogenético mais amplo.

Partindo dessas considerações, com a realização deste estudo espera-se tornar possível a análise de aspectos psicogenéticos passados, sob a perspectiva das práticas de lazer, na curta duração. Ao mesmo tempo, pretende-se chamar a atenção para os acontecimentos cotidianos

---

<sup>7</sup> Bardin conceituou as unidades de registro como “uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo e da sua expressão” (BARDIN, 2011, p. 133).

<sup>8</sup> A unidade de contexto contribui na compreensão para a codificação da unidade de registro. Bardin escreveu que a unidade de contexto em uma análise de conteúdo temática pode ser o parágrafo, mas que, em muitos casos, faz-se imprescindível a referência ao contexto próximo ou até mesmo afastado da unidade registrada (BARDIN, 2011, p. 137).

<sup>9</sup> Elias (1998 e 2006).

que interferem na forma como os indivíduos se comportam em sociedade, pois esses microprocessos possibilitam observar os desvios, por mínimos que sejam, no sentido do processo – seja ele civilizador ou não.

## AS ATIVIDADES DE LAZER NA PERSPECTIVA ELISIANA

O processo de desenvolvimento da sociedade ocidental europeia foi estudado por Norbert Elias. As pesquisas empíricas comparativas de longa duração realizadas por este sociólogo contribuíram para o desenvolvimento da teoria dos processos civilizadores. Seus achados demonstraram a existência de uma relação de interdependência entre o desenvolvimento do Estado (sociogênese) e as mudanças na consciência e autocontrole individuais (psicogênese)<sup>10</sup>. Uma vez que as pressões normativas externas são interiorizadas e transformadas em autocoação, Elias concluiu que o processo civilizador é caracterizado por mudanças na estrutura da personalidade dos indivíduos, que, em uma observação a longo prazo de seus microprocessos, tem caminhado para a regulação constante e altamente diferenciada do comportamento<sup>11</sup>.

Transformações sociogenéticas – como a monopolização da força física e da tributação, a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade, a progressiva divisão de funções e o incremento das cadeias de interdependência – contribuem para a emergência de novas formas de sensibilidade, que, por sua vez, requisitam uma correspondente moderação das emoções espontâneas. A capacidade de controlar o comportamento é relativa ao estágio de desenvolvimento de uma sociedade e tende a aumentar em consonância à amplitude das redes de interdependência nela estabelecidas. Assim, quanto o maior o grau de dependência mútua entre os indivíduos em uma dada figuração, maior o nível de autocontrole socialmente demandado.

O ato de constranger os impulsos emocionais produz tensões que podem ser perigosas à ordem social. Caso o autocontrole não esteja suficientemente instilado no indivíduo, a violência pode ser manifesta. É por essa razão que nas sociedades mais desenvolvidas existe

---

<sup>10</sup> De acordo com Koury (2013, p. 82), “o processo civilizador ocidental se distingue de outros processos civilizacionais pela monopolização da violência física e fiscal em regiões pacificadas e submetidas a centros de poder em equilíbrio relativamente estável, o que permite a conformação e estabilização de um *habitus* pautado na gerência e no refinamento das emoções como estratégia de hierarquização e distinção social, por meio da internalização dos sentimentos e, em particular, da vergonha como motriz da ação individual no cultural e no societal”.

<sup>11</sup> Os escritos que balizam essa afirmação datam do final da década de 1980.

grande número de atividades compensadoras<sup>12</sup>. Para Elias e Dunning (1985, p. 112), o lazer é a esfera onde é possível demonstrar comportamento relativamente<sup>13</sup> excitado em público, uma vez que este promove “um tipo de excitação que não perturba nem coloca em risco a relativa ordem da vida social, como sucede com as excitações de tipo sério”<sup>14</sup>.

Segundo Elias e Dunning (1985, p. 113), todas as sociedades humanas até então existentes desenvolveram atividades análogas ao lazer moderno. As características de tais práticas diferenciaram-se entre si no tempo e no espaço, uma vez que os divertimentos respondem às relações sociais e emocionais estabelecidas no local em que ocorrem. É por essa razão que, “Numa sociedade em que as inclinações para as excitações sérias e de tipo ameaçador diminuíram, a função compensadora da excitação-jogo aumentou”, pois, à medida que se pacificou, a nova estrutura de sentimentos reduziu os níveis de tolerância à violência e passou a desprezar jogos mais violentos – ao mesmo tempo em que demandou atividades com maior grau de controle (DIAS, 2010).

Nesse sentido, entende-se que o estágio de desenvolvimento de uma figuração é o elemento determinante das características das atividades de lazer ali desenvolvidas, podendo estas serem mais ou menos violentas ou permitirem maior ou menor demonstração afetiva. Como o nível de autoconção varia conforme as posições e relações sociais, acredita-se que a adesão a uma ou outra prática de lazer seja compatível com o nível de controle comportamental individual.

## CARACTERÍSTICAS SOCIOGENÉTICAS DE MONTE ALEGRE

No contexto de nacionalização da produção e de colonização do interior do país, políticas promovidas pelo governo Getúlio Vargas, foram iniciadas as negociações para a instalação de uma indústria de papel e celulose<sup>15</sup> no interior do Paraná pela família Klabin. Entre a escritura da promessa de compra e venda da Fazenda Monte Alegre, em 1934, e o pleno

---

<sup>12</sup> Sobre a ausência de atividades compensadoras, Elias e Dunning (1985, p. 95) escreveram: “a sociedade que não oferece aos seus membros, e em especial, aos mais jovens, oportunidades suficientes para a excitação agradável de uma luta que não exige, mas pode envolver, força e técnica corporal pode, indevidamente, arriscar-se a entorpecer a vida dos seus membros; pode não proporcionar corretivos complementares suficientes para as tensões não excitantes produzidas pelas rotinas regulares da vida social”.

<sup>13</sup> Este termo foi empregado por Elias e Dunning (1985, p. 105) para ilustrar que “a excitação e a emoção compensadora, reclamadas em algumas atividades de lazer, [...] são limitadas igualmente por restrições civilizadoras”.

<sup>14</sup> Característica mimética das atividades de lazer.

<sup>15</sup> Até o início da produção em Monte Alegre, a matéria-prima para a fabricação de papel era importada de países como a Suécia, Estados Unidos, Canadá e Finlândia.

funcionamento da fábrica naquela localidade, em 1947, muitas foram as relações políticas e sociais que permitiram a concretização do projeto<sup>16</sup>.

A realização do empreendimento na “região do Alegre”<sup>17</sup> requisitou o desenvolvimento de uma infraestrutura que atendesse às demandas da produção, e a alternativa encontrada para a viabilização do projeto foi a construção de uma cidade-empresa<sup>18</sup>. Entre as principais particularidades é possível citar o caráter de “meio ambiente construído” que tais cidades empresas possuem (PIQUET, 1998). Suas instituições e equipamentos, e até mesmo determinadas formas de lazer, não são resultantes das demandas sociais da formação em questão; são implantadas, geralmente de patamares civilizacionais posteriores em locais em fase de desenvolvimento diferente. Neste tipo de figuração, a tensão entre o estágio local e aquele a partir do qual se pretende iniciar os trabalhos é frequente, mas paulatinamente vai sendo controlada por instrumentos de coerção (em geral compulsões desarmadas<sup>19</sup>), como a demissão por falta de alinhamento aos interesses empresariais, e de educação, como a utilização de diversos mecanismos para disseminação dos comportamentos socialmente aceitáveis (atividades sociais, religiosas, cívicas, culturais, desportivas etc.).

Seguindo padrão adotado em cidades empresas europeias, foi construído na Fazenda Monte Alegre o bairro residencial da fábrica, formado pelas vilas de Harmonia, Caiubi e Operária (PIQUET, 1998). O responsável pela execução do projeto foi Luiz Vieira, engenheiro designado pessoalmente por Getúlio Vargas para a coordenação das atividades<sup>20</sup>. Por sua vez, Vieira estendeu sua administração aos mais diversos aspectos, incluindo a vida privada dos operários (WILLER, 1997).

Acredita-se que a intervenção da empresa na organização social local atendia às seguintes questões: o empreendimento realizado com o apoio de Vargas deveria servir como um modelo à industrialização do país, incluindo a formação de trabalhadores alinhados aos preceitos políticos vigentes; o alto nível de síntese a partir do qual o projeto da cidade-empresa

---

<sup>16</sup> Para saber mais a respeito, consultar: Margalho (2008, 2013).

<sup>17</sup> *Região do Alegre* era a forma como os arredores da Fazenda Monte Alegre ficaram conhecidos no início da exploração local, datada do século XVI. Nesse período, a localização geográfica se dava por meio das características naturais do ambiente. Neste caso, refere-se ao rio Alegre.

<sup>18</sup> De acordo com Piquet (1998, p. 04), “A primeira associação que se faz à cidade-empresa é a de uma ‘minicidade’, na qual um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações, edifícios de pequeno comércio, escola, hospital e áreas de lazer pertencem a uma companhia e onde é exercido controle sobre a entrada e saída de pessoas, configurando um núcleo urbano ‘fechado’”.

<sup>19</sup> Compulsões desarmadas são restrições ausentes de violência física direta às quais os indivíduos estão expostos em espaços pacificados.

<sup>20</sup> As ações na gestão de Vieira tinham muitas afinidades com os postulados do Estado Novo – fosse pela mistura de autoritarismo e paternalismo, pela intenção de formar um *trabalhador novo* ou pela supressão dos direitos civis, enfatizando as ações sociais.

havia sido concebido, exigindo dos residentes uma estrutura psicológica compatível; e, por fim, os trabalhadores, por terem origens diversas, possuíam comportamentos igualmente diversos – o que poderia significar a irrupção da ordem vigente, no caso da externalização de suas paixões. Nesse sentido, as ações da empresa na esfera privada visavam homogeneizar as condutas para manter a produtividade e o funcionamento de Monte Alegre.

Em relação ao último aspecto, dois grupos de trabalhadores eram facilmente reconhecidos nessa figuração: os não especializados e os técnicos e engenheiros. A respeito dos operários, Fernandes (1974, p. 77) escreveu: “O operário braçal, sem qualquer qualificação, acorre dos sítios e das pequenas cidades próximas, orgulhoso de seus préstimos e, vagarosamente, vai admitindo que tem muito a aprender”<sup>21</sup>. Por esse excerto é possível perceber a intenção formadora presente nas ações dentro da cidade-empresa, que extrapolou o chão da fábrica e atingiu cada pequeno detalhe da vida social local. Acerca dos técnicos e engenheiros, que representavam a mão de obra qualificada da indústria, muitos deles eram europeus, oriundos de patamares civilizadores bastante avançados em relação ao estágio em que se encontrava a Fazenda Monte Alegre. De acordo com Marcovitch (2005, p. 215), havia representantes de mais de trinta nacionalidades. Esses dois universos distanciavam-se nas formas de se relacionar e se comportar.

Diante das tensões resultantes desse diferencial, do referente civilizatório nacional e das próprias demandas sociais de Monte Alegre, foi sendo construído o *habitus*<sup>22</sup> de Monte Alegre. Havendo um padrão estabelecido – especialmente pelos patrões e funcionários qualificados<sup>23</sup> – entendia-se ser necessária a suavização dos comportamentos excitados condizente aos limites de tolerância à violência socialmente aceitável na cidade-empresa<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Sobre a individualização das pressões inerentes à formação de Monte Alegre, Fernandes (1974, p. 77) escreveu: “A índole reservada do paranaense aceita, passivamente, a conversa dos primeiros desocupados, dos improvisados grevistas, dos discursivos que reclamam do salário em benefício de interesse próprio, mas não se agita. O trabalho e o aprendizado prosseguem, sob a disciplina imposta pelo Engenheiro-chefe”. Esse excerto permite relacionar as intenções de “civilização” das condutas como forma de controle dos trabalhadores, no sentido de evitar dissidências – prática análoga às adotadas em âmbito nacional.

<sup>22</sup> A partir dos escritos de Elias, Koury (2013, p. 90, grifo do autor) assim definiu o conceito de *habitus*: “a incorporação nos indivíduos de um *ethos* sociocultural no interior de uma sociabilidade dada, neles sedimentados como uma espécie de figuração constituída pela tradição, costumes e *mores*. Isto é, pelas maneiras, estilos e modos, moralidade, formas e agir e de conduta”.

<sup>23</sup> Sobre a disseminação das condutas entre as classes, Passiani (2012, p. 573) escreveu ser possível observar “um processo de racionalização dos sentimentos e atitudes humanas que se inicia num grupo social específico e avança em direção a outras classes sociais, institui as bases de uma esfera pública com regras e normas muito claras, que são aceitas e compartilhadas por todos, permitindo uma convivência social relativamente pacífica entre os indivíduos e garantindo certa coesão social”.

<sup>24</sup> Sobre a coerção exercida para a internalização de um autocontrole condizente com as expectativas sociais locais, é importante ressaltar os potenciais ganhos dos empresários, afinal, funcionários com impulsos mais regulados, no mínimo, evitariam confusões e poderiam acatar com maior afinco as regras patronais, o que contribuiria para a redução do absenteísmo e para o aumento da produtividade, para citar alguns exemplos.

O processo de internalização das pressões normativas externas não ocorreu sem tensões. As relações sociais e emocionais da vida no campo não demandavam tanta regulação e sincronização – por suas reduzidas redes de interdependência – e, portanto, poderiam ser realizadas de acordo com as necessidades dos indivíduos; já o trabalho na indústria, regulado e pautado pela produtividade, só funcionaria a partir da internalização de um tempo cada vez mais preciso. Dada a dissonância entre a racionalidade do campo e da cidade-empresa, fazia-se necessário incentivar a modulação dos comportamentos para a maior eficiência de produção, sendo os chefes encarregados de coibir comportamentos não condizentes às expectativas patronais (FERNANDES, 1974).

Na gestão de Luiz Vieira, entre os passatempos operários, a bebedeira era aquela que mais causava transtornos à ordem social local<sup>25</sup>. Segundo relatos de época, o estabelecimento da lei seca, em 1942, foi em resposta ao significativo número de mortes nas brigas entre operários<sup>26</sup>. Willer (1997) também apontou fatores de interesse direto à produção industrial ligados a esta restrição: a lei serviria para evitar o absenteísmo, uma vez que o operário bêbado ou com forte ressaca não estaria apto a exercer a atividade laboral.

A fiscalização do consumo de álcool foi uma ação pontual que, ao lado de outros tantos microprocessos tensivos, visava a modulação do comportamento mediante pressões externas e posterior internalização de um *habitus* condizente às expectativas emocionais locais. Em uma perspectiva de longa duração, talvez seja possível afirmar que ocorreu, de fato, um processo que civilizou as condutas em Monte Alegre. Todavia, em um olhar mais direcionado é possível observar os desvios nesta curva de aprendizagens comportamentais – a exemplo das práticas de contrabando de bebidas, recorrentes em Monte Alegre. Como não eram vendidas no interior da Fazenda, muitos indivíduos traziam a nado garrafas amarradas ao corpo ou escondidas no meio das bagagens. Dadas as práticas de resistência<sup>27</sup>, em 1945 Vieira atenuou a lei: era permitido o consumo de vinho de mesa e cerveja.

O antagonismo às regulações na esfera dos divertimentos demonstra que nem todas as pressões externas eram (facilmente) assimiladas pelos montealegrenses, variando de acordo

---

<sup>25</sup> De acordo com Elias (2006, p. 49), as restrições ao consumo de bebidas alcólicas são adotadas porque a embriaguez implica a redução da capacidade de autorregulação.

<sup>26</sup> Entre as diversas passagens de Fernandes que apontam a bebedeira como incentivadora da violência local, destaca-se a seguinte: “Eram dois amigos, o Meira e o Rodrigues. [...] Nas horas de folga a cachaça cortava a inibição. [...] [Vieira] Um dia, notou que se metiam num tumulto. Era sábado. O álcool tornava os homens belicosos. Rodrigues e Meira tinham saído do bar. Puxaram os revólveres, atiraram-se simultaneamente. Caíram ambos ao mesmo tempo. [...] Não eram as primeiras vítimas da bebida à solta. Luiz Vieira concluiu que não podia continuar assim: trabalhadores a matar-se, em cada dia de feriado ou domingo. Decretou a lei seca em toda Fazenda Monte Alegre” (FERNANDES, 1974, p. 86).

<sup>27</sup> Entende-se por resistência as “lutas para modificar o equilíbrio de poder” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37).

com o âmbito da vida a ser modulado. Ademais, a recepção dos trabalhadores às imposições dos chefes, por vezes, era balizada pelas relações sociais e emocionais locais – e não pelo desejo civilizatório dos patrões.

Diante da impossibilidade de modulação comportamental da empresa em certos aspectos da vida privada de seus funcionários, a direção da indústria optou por prover divertimentos à população. A Klabin oferecia atividades consideradas pelos empresários como saudáveis e, dessa forma, evitava o lazer negativo em momentos de não-trabalho. Nesse período, o lazer era entendido como fundamental à reposição das energias para a atividade laboral. Na visão dos empregadores, o primordial seria que seus funcionários utilizassem o tempo de lazer “em atividades úteis e educativas, que incentivem o gosto pelo trabalho e promovam um saudável convívio entre os empregados” (WILLER, 1997, p. 202).

A esse respeito, faz-se necessário retomar o conceito de atividades miméticas: segundo Elias e Dunning (1985, p. 125), a exteriorização de manifesta excitação nas atividades de lazer possui uma função “mimética”. Isso significa dizer que o lazer promove uma excitação agradável, porque sua prática, dentro dos limites permitidos para cada modalidade, simula emoções da vida real, sem colocar em risco a relativa ordem da vida social. Para os autores, “Na excitação séria, não mimética, as pessoas podem perder o autocontrole e tornarem-se uma ameaça, tanto para si próprias como para os outros. A excitação mimética é, na perspectiva social e individual, desprovida de perigo e pode ter um efeito catártico”, ou seja, um efeito curativo. Assim, a geração de uma tensão-excitação agradável na esfera do lazer contribui na promoção de um equilíbrio das tensões inerentes ao processo civilizador. É por essa razão que a preocupação com o tempo livre do operário não foi uma exclusividade local, mas perpassou o plano nacional – a exemplo dos esforços para a formação do *novo trabalhador*, que incluiu a promoção de educação física.

A possibilidade de modulação dos comportamentos por meio das atividades de lazer está diretamente relacionada à sua adesão – significativa no caso de Monte Alegre. Sobre isso, Elias e Dunning (1985, p. 157) escreveram: nas sociedades industriais “a escolha individual das atividades de lazer também depende das oportunidades construídas antecipadamente”. Levando em consideração o aspecto de meio ambiente construído da cidade-empresa de Monte Alegre, a indústria também proporcionou opções de lazer. Cada atividade promovida, pela demanda de autocoação necessária para realizá-la, acabou por polarizar um grupo específico de indivíduos.

Para incentivar a prática esportiva, em 1946 foi criado para os funcionários não graduados da indústria o Clube Atlético Monte Alegre (C.A.M.A.). Além de jogos e campeonatos esportivos, eram frequentes festividades nesse local, permitindo que o momento

de lazer fosse também um espaço supervisionado pelos chefes, requisitando dos operários a autossupervisão até mesmo nos momentos de não-trabalho. Havia, nesse período, a ideia de que o esporte e o lazer seriam elementos que contribuiriam para o não engajamento do operário nas lutas da classe<sup>28</sup>. Portanto, o incentivo financeiro e apoio da Klabin nas atividades desenvolvidas no clube eram frequentes e evitavam o protagonismo dos moradores locais, até mesmo na organização dos divertimentos. A provisão de atividades sociais pela indústria aos seus empregados foi gerando uma relação de dependência. Assim, grande parte das realizações do C.A.M.A. era mediada pelos patrões.

Havia também um clube para o lazer dos técnicos de nível superior e seus familiares, também fundado em 1946. Segundo Willer (1997), a maioria dos sócios tinha origem europeia, talvez por essa razão as atividades do Harmonia Clube fossem mais elitizadas. Nele eram realizados recitais, peças de teatro e bailes, além de festividades em datas comemorativas como o Natal. A existência de clubes separados, classificando os usuários pela hierarquia local, pelo posto de trabalho ocupado na fábrica, contribuía para a distinção entre os indivíduos daquela formação – auxiliando o desenvolvimento do processo civilizador a partir das aproximações e distanciamentos entre as diferentes classes. O achegamento ocorria em eventos coletivos, como os de caráter cívico, que envolviam toda a comunidade; o afastamento ocorria em momentos como o carnaval, quando eram realizados bailes separados, cada indivíduo no clube que lhe dizia respeito.

A oferta de atividades de lazer aos funcionários aumentou com o retorno de Luiz Vieira às suas atividades em Brasília e a chegada de Horácio Klabin a Monte Alegre, em 1947. Em conivência com tendências políticas mais amplas, as práticas autoritárias foram substituídas por ações populistas. Horácio Klabin, visando o abrandamento das pulsões, promoveu um conjunto de iniciativas culturais e de lazer. De acordo com Fernandes (1974, p. 126), o diretor-administrativo da Klabin desenvolveu em Monte Alegre um programa de inovações: além de promover a profissionalização do futebol local e montar uma rádio emissora, “funda o jornal ‘O Tibagi’ que constitui, para a grande maioria dos operários alfabetizados a primeira leitura regular, desde que deixaram os bancos da escola primária”. Essas mudanças sociogenéticas – e a própria aprendizagem dos controles que vinha ocorrendo desde os tempos de Vieira – contribuíram para que as pressões externas para a conformação de um autocontrole mais estável fossem suavizadas.

---

<sup>28</sup> Para Vieitez (2002, p. 132), “A preocupação estaria em ‘controlar’ o tempo livre do trabalhador limitando as atividades que ele pudesse desenvolver, pois havia o interesse de que ele preservasse suas energias para o trabalho”.

O recurso à publicação das ofertas de lazer em Monte Alegre, por meio do jornal *O Tibagi*, contribuiu para que as possibilidades de aprendizagem dos comportamentos socialmente demandados na cidade-empresa por meio destas fossem disseminadas para grande parte dos moradores locais<sup>29</sup>.

Como será visto adiante, dada a existência recente da cidade-empresa, as práticas de lazer realizadas pelos moradores locais evidenciam um elevado patamar de desenvolvimento. Inclusive, tomando a leitura como uma possibilidade de lazer, a organização de um periódico em Monte Alegre demonstra bem esta questão. Elias, ao tratar do aumento da demanda de livros em dada sociedade, afirmou que este é um sinal de avanço pronunciado no processo civilizador, afinal, “sempre são consideráveis a transformação e regulação das paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los” (ELIAS, 1993, p. 229). De maneira análoga, entende-se que a publicação de *O Tibagi* expressa um nível de autocontrole já adquirido, ao mesmo tempo em que representa a possibilidade de educação dos sentidos a partir do incentivo do periódico às atividades de lazer.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES: ASPECTOS PSICOGENÉTICOS A PARTIR DAS ATIVIDADES DE LAZER

A análise de conteúdo do primeiro ano do jornal *O Tibagi* permitiu identificar cinco categorias de lazer desenvolvidas em Monte Alegre, a saber: atividades fechadas, atividades “abertas”<sup>30</sup>, atividades sazonais, atividades religiosas, atividades realizadas em clubes socioesportivos.

As atividades fechadas foram publicadas duas vezes no semanário local. Os dois jantares realizados no Hotel Lagoa indicam que havia práticas de lazer para além das incentivadas pelos industriais. Apesar de não terem sido especificamente abordadas no jornal, acredita-se que os operários também desenvolvessem seus próprios divertimentos. Passagens isoladas do periódico indicam a utilização de balneários para banho e pesca, caça, jardinagem e criação de

---

<sup>29</sup> A taxa de analfabetismo na Fazenda era de 30% em 1944 (WILLER, 1997, p. 195), o que demonstra um elevado patamar de formação, uma vez que a média nacional de analfabetismo neste período correspondia a 56,1% da população. Sobre a tiragem no periódico, no primeiro ano de circulação, *O Tibagi* chegou a 2.000 exemplares semanais. É importante ressaltar que sua circulação não se restringia apenas a Monte Alegre e região, mas era enviado para as cidades onde havia escritórios ou representantes da Klabin.

<sup>30</sup> A utilização das aspas está relacionada aos custos para a participação. Teoricamente, todos os residentes de Monte Alegre poderiam tomar parte em tais atividades, entretanto, os rendimentos de um operário nem sempre eram suficientes para tal.

animais. Além disso, foram noticiados 67 casamentos e 209 batizados<sup>31</sup>, ocasiões que podem ter proporcionado alternativas de lazer à população.

As atividades cívicas em Monte Alegre ocorriam anualmente nos dias 07 de setembro e 15 de novembro. Nos festejos da independência do ano de 1949, as atividades matutinas foram gratuitas e envolveram solenidades, apresentações artísticas, brincadeiras para crianças e dois jogos de bola praticados por amadores. À tarde, foram cobrados ingressos para o torneio de futebol disputado entre o Clube Atlético Monte Alegre, o Klabin Esporte Clube, Operário Esporte Clube, Esporte Clube Engenharia Civil e o Nitro Química, time paulista oriundo de outra empresa da família Klabin (COUTO, 2017).

O feriado da Proclamação da República era duplamente celebrado em Monte Alegre, por ser também data de aniversário da gestão de Horácio Klabin. Em 1948, as atividades de 15 de novembro foram gratuitas e incluíram: desfile de escolares, hasteamento da bandeira e solenidades, inauguração de um posto de gasolina, churrascada, jogo entre o C.A.M.A e o Club Atlético Ferroviário, queima de fogos, entre outras.

Sobre tais festejos, é importante destacar que Horácio Klabin e os demais chefes da empresa sempre se faziam presentes, contribuindo para o desenvolvimento ordeiro do evento, uma vez que comportamentos excessivos nesta atividade de lazer poderiam resultar em sansões trabalhistas. Entretanto, como é possível observar, as festividades cívicas incluíram atrações como o futebol, modalidade que permite uma manifestação mais alargada das emoções. Ao mesmo tempo, os discursos cívicos e em homenagem ao diretor-administrativo requisitavam uma capacidade de autoçoação desenvolvida, exigindo maior restrição das pulsões tanto para ouvi-los quanto para proferi-los. Acredita-se que a promoção de atividades “mistas” está relacionada ao público alvo. A inclusão de lazeres com maior e menor grau de excitação socialmente permitido demonstra que os eventos cívicos eram frequentados tanto pelas famílias de operários quanto pelas de técnicos graduados.

Espaços de interação entre as diferentes classes contribuía para a colonização dos afetos. De maneira análoga, é possível pensar os escritos de Elias acerca da sociedade de corte: “direta ou indiretamente, o entrelaçamento de todas as atividades, que todos na corte inevitavelmente enfrentam, obriga-os a manter a vigilância constante e submeter tudo o que dizem ou fazem a detalhado exame” (ELIAS, 2011, p. 216). Outro espaço onde este contato possibilitava a supervisão de si e do outro era no templo religioso.

---

<sup>31</sup> Somente eram noticiados os casamentos e batizados daqueles que solicitassem a publicação ao jornal com uma semana de antecedência.

Desde a construção da matriz de Monte Alegre, por intermédio de ações da indústria Klabin, a atividade religiosa tornou-se bastante intensa. Em datas comemorativas, como a Páscoa e o Natal, eram realizadas inúmeras missas por semana, novenas, vias sacras e confissões. Entre as atividades regulares, destacam-se para esta problematização as “missas para os operários”, realizadas todos os domingos e dias santos às 05:30 da manhã. O horário da celebração aponta para características sociogênicas locais, como o tempo da jornada de trabalho na indústria. Se o compromisso religioso era realizado a este horário, significa que muitos trabalhadores se dedicavam às obrigações da fé antes do início do expediente.

A religiosidade foi incentivada como uma prática de tempo livre saudável. Segundo Willer (1997, p. 208), os industriais percebiam a religiosidade como um “instrumento de estabilização social através da valorização da instituição familiar e do incentivo ao trabalho produtivo”. A relação entre a Igreja e a empresa representava uma “comunhão de interesses”, já que a indústria “se beneficiava do papel estabilizador desempenhado pela Igreja, e os padres redentoristas [...] contam com um ‘rebanho’ de fiéis dóceis e organizados”.

As atividades sazonais referem-se às ações para a construção e inauguração do estádio de futebol local, que recebeu o nome de Estádio Dr. Horácio Klabin, por este ter sido um dos principais idealizadores do projeto. A fim de arrecadar fundos, foi realizada uma festa campestre, com pescaria, tiro ao alvo, restaurante e apresentações musicais; três bailes, sendo um no Harmonia Clube, um no C.A.M.A e outro no Monte Alegre Hotel; rifas e leilões, venda de cadeiras cativas (1 ano por Cr\$500,00) e a assinatura no Livro de Prata e Livro de Ouro<sup>32</sup>. A venda de ingressos para o jogo de inauguração do estádio, onde foi disputada a Taça Dr. Horácio Klabin entre Corinthians, Guarany, Atlético Paranaense, Matarazzo, Corinthians de Piraí e Clube Atlético Monte Alegre, foi outra forma de angariar recursos para a obra. Segundo *O Tibagi*, apenas em Monte Alegre foram vendidos 1.500 ingressos.

Assim como nos eventos cívicos, a inauguração do estádio de futebol visava todos os grupos sociais de Monte Alegre, a exemplo da realização de bailes em locais distintos visando populações igualmente distintas. A possibilidade de auxiliar na construção também foi ofertada aos diferentes públicos: rifas e leilões àqueles que possuíam pequena margem de contribuição e Livro de Ouro aos grandes contribuidores. Acredita-se que o convívio social entre patrões e empregados neste tipo de atividade auxiliou no desejo de civilização individual, afinal, a sociabilidade cumpre um papel importante na disseminação dos padrões que balizam as relações sociais. Neste tipo de ocasião, os indivíduos passam a “observar as outras pessoas e a

---

<sup>32</sup> O Livro de Ouro era destinado àqueles que doassem valores acima de Cr\$1.000,00 e o Livro de Prata para valores inferiores.

serem observadas (o que Elias chamou de controle social), fazendo com que o seu código de conduta, ou padrão de comportamento, seja lentamente transformado, aumentando a compulsão de policiar o próprio comportamento” (BRANDÃO, 2001, p. 103).

Em relação às atividades realizadas em clubes socioesportivos, duas são as subcategorias a serem problematizadas: as práticas de lazer do Clube Atlético Monte Alegre (C.A.M.A.) e as do Harmonia Clube.

O Clube Atlético Monte Alegre ficou conhecido por seu time profissional, que ganhou o Campeonato Paranaense de futebol de 1955. Essa conquista foi, entre outros fatores, estimulada pelo esforço de Horácio Klabin para a profissionalização do futebol local, contratando jogadores de fora e dispensando do trabalho operários-jogadores nos horários de treino. Em razão deste investimento, a principal atividade do C.A.M.A. foi o futebol. Segundo relatos de época, assistir ao futebol era uma das atividades mais divertidas que havia para se fazer<sup>33</sup>.

Os bailes também eram frequentes no Clube. Com o auxílio do Grêmio Feminino Nova Aurora, foram realizados os seguintes festejos: três bailes de carnaval, com ingressos a Cr\$12,50; um baile caipira a caráter, com concurso de fantasia, leilões, rifas, quentão e pinhão; um chá dançante, onde foi eleita a madrinha do Clube; um baile a rigor; dois *soirées* dançantes; e outros dois bailes não temáticos. Interessante frisar que, por vezes, o ingresso para a festa era o talão de mensalidade pago, oportunizando alternativas acessíveis de lazer ao trabalhador montealegrense.

A respeito do lazer operário, é importante ressaltar que, dada a produção ininterrupta da fábrica e a insuficiência numérica de empregados, os operários trabalhavam de segunda a sábado, por vezes fazendo hora extra noite adentro, e, quando necessário, também aos domingos. Entende-se, dessa forma, que o tempo livre do trabalhador que poderia ser investido em atividades de lazer era bastante limitado. Talvez, por essa razão, o clube destinado aos divertimentos dos trabalhadores se restringisse a algumas áreas limites. O futebol e os bailes permitiam formas de relaxação diferentes das encontradas em outras atividades de lazer e condiziam com as necessidades pulsionais de seus praticantes. É por essa razão que algumas ações da diretoria do Clube, no sentido de diversificar suas práticas, não foram bem recebidas pelos sócios, a exemplo da Corrida de São João, que teve 28 inscritos e apenas 13 competidores.

A incorporação de práticas que requisitam maior autocontrole foi estimulada pelo periódico local. Em 14 de dezembro de 1948, *O Tibagi* publicou:

---

<sup>33</sup> BABI, E. B. Entrevista por telefone concedida a Ana Flávia Braun Vieira. Telêmaco Borba, 9 jul. 2018.

enquanto a prática do voleibol, bola ao cêsto, pingue pongue, atletismo, natação, etc. são em volumes satisfatórios [no Harmonia Clube] [...] criticarmos construtivamente a ação da diretoria do C.A.M.A. [...] Sendo aquele clube essencialmente esportivo, achamos que não seria demais se procurasse incentivar o esporte local, de todas as maneiras possíveis, organizando diversos departamentos para as diversas modalidades esportivas [...] de forma a manter os seus associados em constantes atividades (O TIBAGI, 1948, p. 08).

O excerto acima demonstra a influência do periódico dirigido por Horácio Klabin na provisão de atividades diversas aos associados, afirmando o interesse empresarial no desenvolvimento de lazeres institucionalizados.

Cinco meses depois – de maneira análoga ao que Elias escreveu sobre a disseminação dos costumes da corte às demais classes –, o C.A.M.A. passou a oferecer treinos de pingue-pongue aos domingos, prática comum no Harmonia Clube, que frequentemente realizava campeonatos dessa modalidade. Esse tipo de desporto<sup>34</sup> requer de seus praticantes um alto grau de concentração, por se tratar de um jogo bastante veloz, e daqueles a que o assistem um elevado nível de autocontenção das emoções.

Sobre a questão do controle, nota-se que torneio de “truc” era realizado apenas no clube operário, visto ser comum neste tipo de carteadado o uso de blefes, a elevação da voz visando intimidar os oponentes e até mesmo o uso de insultos – o que evidencia a formação de sensibilidades distintas de acordo com a classe social pertencente. Ao mesmo tempo, o jogo de truco exige a capacidade de representar, de dissimular, demonstrando que até mesmo as atividades que permitem uma maior relaxação também requisitam autocontrole – expresso, neste caso, pela capacidade de antecipar-se aos adversários.

No Harmonia Clube, pela própria natureza das ocupações laborais de seus sócios, que dispunham de mais tempo livre, foram desenvolvidas uma série de competições, a saber: prova de natação, Taça Engenheiro Ignácio Szporn (voleibol), Taça Dr. Karl Zappert (bola ao cesto), torneio de xadrez, campeonato de pingue-pongue, torneio de lances livres, competição de vôlei feminino. Em comparação ao C.A.M.A., é possível observar que as modalidades praticadas exigiam um grau de abrandamento das pulsões bastante elevado. O Harmonia Clube também possuía time de futebol, mas, diferentemente do Clube Atlético Monte Alegre, esta não era a modalidade mais praticada. Voleibol e cestobol eram os mais incentivados.

As discrepantes oportunidades de lazer em um e outro clube, além da compatibilidade entre autocontrole e os afetos permitidos em cada atividade, evidenciam a busca por distinção – ação que dá movimento ao processo civilizador. As disputas pelo poder no interior das

---

<sup>34</sup> A partir dos escritos de Elias, Santos (s/d, p. 03) assim definiu o conceito de desporto: “uma disputa entre pessoas que concorrem individualmente ou em equipes, podendo ser praticado em diversas modalidades”. O desporto é uma das possibilidades de atividades de lazer.

figurações perpassam o esforço para manter (ou elevar) o estágio alcançado pela classe superior, contribuindo para a “elaboração de padrões, atuando como uma forma de exclusão daqueles que não incorporavam os padrões disciplinares necessários” (MORAES E SILVA *et al.*, 2014, p. 261).

Sobre esses elementos de diferenciação é interessante estabelecer relações entre as formas de participação feminina nos clubes locais. No Clube Atlético Monte Alegre, por meio do Grêmio Feminino Nova Aurora, as mulheres eram responsáveis por atividades sociais, como a organização de festividades em geral. Admite-se a omissão do jornal em relação à participação destas em atividades desportivas, mas a análise das fontes indica sensibilidades diferentes em relação ao papel da mulher entre operários e graduados, já que no Harmonia Clube havia seis times participantes da competição de voleibol feminino. Todavia, é importante destacar que entre as possíveis atividades desportivas a serem realizadas pelas moças e senhoras, o vôlei é uma das quais há menores erupções violentas, visto que o contato físico entre as competidoras é menor em comparação a outras modalidades – evidenciando os limites das tensões-excitações permitidas às mulheres da elite local.

Todos os sábados, das 20:30 às 23:30, havia no Harmonia Clube “brincadeira dançante”, com condução dos associados até a sede. Além disso, havia bailes como os de carnaval, sendo dois para crianças e três para adultos; *soirée* dançante da Independência; festa junina com fogueira, fogos de artifício, quentão e pinhão; festa de Natal com churrasco, matinê dançante e competições desportivas; e jantar americano.

Ao estabelecer comparações entre as comemorações de carnaval de ambos os clubes, é possível perceber que entre os trabalhadores graduados havia a preocupação de promover atividades de lazer também para as crianças. Por certo, os filhos dos operários possuíam seus divertimentos, mas estes não eram institucionalizados. Acredita-se, desta forma, que desde pequenos os moradores de Monte Alegre eram educados a partir de referenciais comportamentais distintos, coniventes com as relações sociais por eles estabelecidas. De acordo com Koury (2013, p. 88, grifo do autor), “o indivíduo nasce, cresce e se desenvolve a partir de um momento específico [...], que *molda e compromete* o indivíduo dentro das *Redes* ou *Teias de Sentidos* de uma configuração social específica e lhe confere todo o alcance de sua vida”.

A existência de clubes distintos, ao mesmo tempo em que evidencia as diferenças existentes em Monte Alegre em relação à capacidade de autocoção, “se caracteriza por ser um elemento central na determinação da identidade do sujeito dentro do grupo social”. Além do corte de classe, determinado pela posição ocupada no interior da indústria, estas organizações polarizavam os indivíduos que se identificavam com o grau de contenção requisitado pelas

atividades de lazer nelas desenvolvidas. Assim, a coerção exercida nos clubes era aderida, mesmo que de maneira involuntária, por seus associados, que não as viam necessariamente como algo negativo, “não tendo a função de negar apenas, de dizer o que se pode ou não se pode, mas de determinar uma identidade, dizer quem é quem” (PEREIRA, 2002, p. 35).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o processo de desenvolvimento de figurações ocidentais, Elias observou o processo de pacificação dessas sociedades, portanto a redução nos níveis de tolerância às manifestações violentas – fato que demandou o desenvolvimento de um autocontrole mais estável. O ato de conter-se de acordo com as expectativas sociais gera tensões que, se não forem canalizadas, podem irromper em atos considerados impróprios coletivamente. Diante da necessidade de extravasar tais emoções, foram desenvolvidas nestas formações sociais atividades de lazer, que podem originar uma tensão-excitação agradável.

Partindo das colocações de Elias e Dunning acerca da interdependência entre as relações sociais estabelecidas numa determinada sociedade e as formas de lazer ali desenvolvidas, este trabalho buscou conhecer aspectos psicogenéticos da figuração de Monte Alegre a partir das atividades de lazer noticiadas no periódico local. Por se tratar de uma cidade-empresa, formada por indivíduos oriundos de formações sociais distintas, portanto com níveis de autocontrole igualmente distintos, entende-se que os empresários buscaram homogeneizar as condutas locais, visando, entre outros fatores, a produtividade industrial.

As discrepâncias nas sensibilidades em Monte Alegre, tal como nos achados de Elias, eram hierarquizadas, sendo as classes mais altas formadas por indivíduos com menor tolerância à violência e às manifestações de comportamento demasiadamente excitado fora das práticas de lazer. Devido a um autocontrole mais arraigado, as atividades desenvolvidas por essa parcela da população montealegrense permitiam menor descontrole, a exemplo dos torneios de xadrez. Em relação ao lazer destinado aos operários, mesmo os trabalhadores tendo pouco tempo livre disponível para a prática, a empresa incentivou – fosse pela promoção do futebol profissional no C.A.M.A. ou pelas publicações de *O Tibagi* – o desenvolvimento de uma série de atividades consideradas como saudáveis, que, todavia, permitiam um nível de demonstração de afetos maior, condizente com os seus níveis de autocooção, possibilitando, por essa razão, maior adesão aos divertimentos ofertados pelo Clube.

No caso dos eventos sociais abertos, como a inauguração do estádio de futebol e as solenidades cívicas e religiosas, tais ocasiões promoveram o contato entre as diferentes classes,

contribuindo para a aproximação entre os comportamentos dos chefes e funcionários graduados e operários. A observação de si e das pessoas contribuía para o policiamento do próprio comportamento, modificando padrões de conduta, fosse na tentativa de igualar-se ou distingui-se.

Acredita-se que a observação desses microprocessos de coerção na curta duração, a partir de fontes jornalísticas, possibilitam a análise das pressões formativas cotidianas, que ao longo de seu exercício e de sua internalização compõem uma *segunda natureza*. Entende-se que a observação de aspectos psicogenéticos pontuais permite observar os desvios civilizadores e descivilizadores de um processo mais amplo. Para inferências mais gerais, entende-se a necessidade de um trabalho que abarque a longa duração e que permita considerar a direção do processo civilizador local a partir de pesquisas com diferentes fontes e que comparem os aspectos psicogenéticos em um recorte temporal maior e em diferentes espaços.

## REFERÊNCIAS

BABI, E. B. Entrevista por telefone concedida a Ana Flávia Braun Vieira. Telêmaco Borba, 9 jul. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, C. F. A teoria dos processos de civilização e o controle das emoções. **Revista Conexões**, v. 6, p. 97-111, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8638039/5726>>. Acesso: 23 nov. 2018.

CHARTIER, R. Prefácio. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CORAIOLA, A. M. **Capital do Papel**. A história do município de Telêmaco Borba. Curitiba: A.M.S. Coraiola, 2003.

COUTO, R. C. **A saga da família Klabin-Lafer**. Rio de Janeiro: Chermont Editora, 2017.

DIAS, C. A sociologia figuracional e os estudos do esporte. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 155-169, jan. 2010. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/524/421>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

- ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1985.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FERNANDES, H. V. **Monte Alegre, Cidade Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.
- KOURY, M. G. P. Emoções e sociedade: um passeio na obra de Norbert Elias. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 79-98, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/37034/22826>>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- MARCOVITCH, J. **Pioneiros e Empreendedores**: A Saga do Desenvolvimento no Brasil, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- MARGALHO, M. G. **Klabin**: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951). 2008. 220p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MARGALHO, M. G. Indústrias Klabin do Paraná de Celulose: a sociogênese do projeto político-empresarial (1930-1940). *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 48, p. 99-126, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23319/12837>>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- MORAES E SILVA, M.; CAPRARO, A. M.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Norbert Elias e Michel Foucault – Apontamentos para uma tematização relacional da noção de poder. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 254-275, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p254/26895>>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- PASSIANI, E. Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil. **Soc. estado**. [online], v. 27, n. 3, p. 571-593, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/07.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- PEREIRA, L. F. L. Autoconsciência e processo civilizacional em Norbert Elias. **Relações Internacionais Mundo Atual**, n. 2, p. 19-46, 2002. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/218/191>>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- PIQUET, R. **Cidade-empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SANTOS, S. R. Esporte e lazer: uma reflexão sociológica em Norbert Elias. Disponível em: <[http://www.ccs.ufpb.br/gepaie/lib/exe/fetch.php?id=home%3Apublica%C3%A7%C3%B5es&cache=cache&media=home:esporte\\_e\\_lazer\\_-\\_uma\\_reflex%C3%A3o\\_sociol%C3%B3gica.pdf](http://www.ccs.ufpb.br/gepaie/lib/exe/fetch.php?id=home%3Apublica%C3%A7%C3%B5es&cache=cache&media=home:esporte_e_lazer_-_uma_reflex%C3%A3o_sociol%C3%B3gica.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SILVA, C. M. A História Cultural: um diálogo entre Alain Corbin e Norbert Elias. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 9, ano IX, n. 1, 2012. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo\\_2\\_Claiton\\_Marcio\\_da\\_Silva.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo_2_Claiton_Marcio_da_Silva.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2018.

VIEITEZ, C. G. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: BRUNHNS, E. T. (org.). **Lazer e ciências sociais** – diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

WILLER, M. R. **Harmonia**: uma utopia urbana para o trabalho. 1997. 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27148/D%20-%20WILLER%2C%20MARCELO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

## 8. ARTIGO VI – AS NARRATIVAS DE CARÁTER PEDAGÓGICO SOB A PERSPECTIVA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES: SUGESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE ANÁLISE

### **The pedagogical narratives under the civilizing processes perspective: theoretical-methodological suggestions of analysis**

Ana Flávia Braun Vieira

Miguel Archanjo de Freitas Junior

#### **RESUMO**

Embora não se apresentem como manuais, os jornais difundem modelos de civilidade, que ao serem analisados permitem conhecer melhor aspectos sócio e psicogenéticos das formações sociais nas quais circulam. Nesse sentido, sob o ponto de vista da teoria dos processos civilizadores, este ensaio apresenta um caminho possível para a análise empírica de jornais, com destaque para as narrativas de caráter pedagógico. O desenvolvimento de uma abordagem teórico-metodológica própria para a análise dos processos educativo-civilizadores por intermédio dos periódicos está relacionado à especificidade comunicacional deste tipo de fonte. Assim, visando compreender suas particularidades no processo de modulação de condutas, foram trabalhados: o papel dos jornais na sociedade, pelo viés da pedagogia cultural; a concepção do conteúdo do jornal como narrativas, adotando pressupostos teóricos da análise crítica da narrativa; e o processo de recepção, por meio dos indícios presentes nas próprias narrativas. Depois, foram sugeridos encaminhamentos metodológicos para a contextualização do periódico e da figuração de sua circulação, a fim de produzir férteis inferências entre os dados procedentes da análise de conteúdo temática das narrativas de caráter pedagógico e as relações sociais e emocionais que lhe imputavam sentidos.

**Palavras-chave:** Processo Civilizador. Pesquisas Empíricas. Narrativas de caráter pedagógico. Pedagogias culturais.

#### **ABSTRACT**

Although it is not presented as manuals, newspapers disseminate civility models, which, when analyzed, allow a better understanding of socio-psychogenetic aspects of the social formations where they circulate. In this sense, from civilizing processes theory point of view, this essay presents a possible way for newspapers empirical analysis, with emphasis on pedagogical narratives. The development of a proper theoretical-methodological approach for the educational-civilizing processes analysis through journals is related to the communicational specificity of this type of source. Thus, in order to understand its particularities in the behavior modeling process, the following were studied: the newspaper role in society, through the bias of cultural pedagogy; the newspaper content as a narrative, adopting theoretical presuppositions of the critical analysis of the narrative; and the reception process, through the clues present in the narratives themselves. Then, methodological referrals were suggested to the contextualization of the newspaper and the figuration of its circulation, in order to produce

fertile inferences between the data coming from the thematic content analysis of the pedagogical narratives and the social and emotional relations that imputed senses to it.

**Keywords:** Civilizing Processes. Empirical Search. Pedagogical narratives. Cultural Pedagogy.

## INTRODUÇÃO

A noção de processo civilizador foi desenvolvida por Norbert Elias, sociólogo que estudou “as mudanças de longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares”, por meio dos manuais de etiqueta publicados entre a Idade Média e o Renascimento. Em suas formulações iniciais, publicadas em 1939, o autor demonstrou a existência de uma relação de dependência mútua entre as mudanças nas estruturas de personalidade (psicogênese) e as mudanças na estrutura social (sociogênese). As transformações contínuas nestas esferas configuram o processo civilizador, que nos últimos séculos tem-se direcionado para o “aumento do reforço e diferenciação dos controles” (ELIAS, 2011, p. 208). De acordo com Elias (1993, 1994a, 2001a, 2001b, 2011), somente as pesquisas empíricas de longa duração permitiriam a análise dos processos civilizadores. Todavia, em relação à extensão do recorte temporal, são necessárias algumas ressalvas:

O período analisado pelo sociólogo quando do estudo d’*O Processo Civilizador* possuía as características de seu tempo: o repertório de saber era ainda bastante limitado, apesar dos constantes avanços; e as funções sociais exercidas não eram tão variadas, resultando em uma rede de interdependência menos complexa, que, por sua vez, requisitava menor capacidade de prospecção, de antecipação às demandas.

Às estruturas sociais e psicológicas da época correspondiam a velocidade das mudanças históricas. Assim, naquele momento, os processos de síntese e aprendizagem, mediados pelo conhecimento e tecnologias disponíveis, eram mais lentos em comparação aos dias atuais. Sendo assim, a opção de Elias pela longa duração (aproximadamente 700 anos) foi pertinente ao objeto e aos objetivos de sua pesquisa.

Mas à medida que os seres humanos foram transformando a natureza e, por extensão, as relações sociais, tais mudanças demandaram a especialização e controle das atividades humanas – inicialmente por meio de pressões externas e, no decorrer do processo de civilização, internas.

Ao longo de múltiplas sínteses, a aprendizagem de um repertório de saberes e comportamentos necessários à vida em sociedade passou a ocorrer de forma cada vez mais veloz<sup>35</sup>.

De acordo com Vieira (2018, p. 501), o desenvolvimento social, científico e tecnológico ao longo do século XX – e agora, no século XXI – tem possibilitado a redução da escala de análise quando da investigação de certos processos civilizadores. Para a autora, isso se deve à “continuidade do processo civilizador ocidental e sua potencial celeridade, que passa a requisitar um tempo menor para a observação de mudanças estruturais – que em séculos passados eram quase imperceptíveis se não fossem observadas em longa duração”.

Acredita-se que este processo de aceleração tenha-se intensificado a partir da Revolução Industrial<sup>36</sup> – que se desenrolou do final do século XVIII às décadas iniciais do século XIX –, uma vez que as transformações nas estruturas sociais e psicológicas decorrentes desta contribuíram para o crescimento do repertório de saber; o incremento na divisão de funções, aumentando cada vez mais a interdependência entre os indivíduos e, por conseguinte, a interiorização de um tempo de extrema sincronização; a ampliação da capacidade de prospecção; e o avanço tecnológico, com destaque para o desenvolvimento de formas eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses.

Entre as implicações da Revolução Industrial – que, em potencial, contribuíram para a aceleração do processo civilizador, no sentido da internalização cada vez mais veloz de uma *segunda natureza* – destaca-se, para a problematização aqui proposta, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa (HOBSEWORN, 2017). Como as estruturas sociais e psicológicas estavam passando por um momento de grandes transformações, foram sendo demandadas e criadas instâncias de coerção externa. Nesse sentido, a crescente circulação de impressos evidencia sua importância na disseminação de *habitus* socialmente requisitados à época<sup>37</sup>. Os periódicos, até as primeiras décadas do século XX, eram o principal meio de

---

<sup>35</sup> O desenvolvimento humano tem sido possível mediante a aprendizagem com experiências anteriores (ELIAS, 1994b). Esse repertório de saber, que percorreu um longo caminho entre as gerações até alcançar seu estágio atual, foi construído a partir de tentativas de acertos e erros. Não obstante, as gerações seguintes não, necessariamente, precisam aprender todos os processos de todos os saberes já formulados pela humanidade, apenas suas sínteses, a partir das quais produzirão novos conhecimentos a serem ensinados de forma concisa aos seus descendentes. Elias, em *Sobre o tempo*, exemplificou essa questão: “Li, certa vez, a história de um grupo de pessoas que subia cada vez mais alto pelo interior de uma torre desconhecida e muito elevada. Os da primeira geração chegaram até o quinto andar, os da segunda, até o sétimo, os da terceira até o décimo. No correr do tempo, seus descendentes atingiram até o centésimo andar” (ELIAS, 1998, p. 108).

<sup>36</sup> O potencial de aceleração não pressupõe efetivamente a celeridade. A velocidade de internalização de determinado comportamento dependerá da esfera da vida a ser regulada e das características da figuração em questão.

<sup>37</sup> Hobsbawn (2017, p. 88) exemplificou essa questão: “Um jornal britânico atingiu pela primeira vez a tiragem de um milhão de exemplares nos anos 1890, e um francês por volta de 1900”.

informação e contribuíram significativamente para a propagação dos conhecimentos e comportamentos socialmente aceitáveis em seu espaço de abrangência.

Embora não se apresentem como manuais, os jornais difundem modelos de civilidade, que permitem conhecer melhor aspectos sócio e psicogenéticos das formações sociais nas quais circulam. Nesse sentido, sob o ponto de vista de pesquisas que se pautam na teoria dos processos civilizadores, esse ensaio apresenta um caminho possível para a análise empírica de jornais, com destaque para as narrativas de caráter pedagógico.

O desenvolvimento de uma abordagem teórico-metodológica própria para a análise dos processos educativo-civilizadores por intermédio dos jornais está relacionado à especificidade comunicacional deste tipo de fonte, que envolve um processo de produção e apropriação que é diferente de outras formas de leitura<sup>38</sup>: por ter circulação periódica, este tipo de narrativa estabelece um contrato com o leitor<sup>39</sup>, que ativa sentidos de publicações anteriores para dar sentido às novas leituras. Assim, para atender às suas especificidades no processo de modulação de condutas, foram trabalhados: o papel dos jornais na sociedade, pelo viés da pedagogia cultural; a concepção do conteúdo do jornal como narrativa, adotando pressupostos teóricos da análise crítica da narrativa; e o processo de recepção, por meio dos indícios presentes nas próprias publicações. Depois, foram sugeridos encaminhamentos metodológicos para a contextualização do periódico e da figuração de sua circulação, a fim de produzir férteis inferências entre os dados procedentes da análise de conteúdo temática das narrativas de caráter pedagógico e as relações sociais e emocionais que lhe imputavam sentidos.

## UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO POSSÍVEL

A leitura, como elemento civilizador de comportamentos e formador de *habitus*, foi abordada por Elias desde seus primeiros trabalhos. A análise de manuais de etiqueta permitiu-lhe compreender que a leitura promove “uma mudança na estrutura dos impulsos e emoções” (ELIAS, 2011, p. 127), que serve como matriz societária. Tais manuais tinham finalidades didáticas, estimulando o autocontrole e promovendo a diferenciação dos possuidores de boas maneiras. Por certo, eles não foram os únicos instrumentos de civilização, afinal, conforme

---

<sup>38</sup> Segundo Chartier (1998, p. 128), os sentidos construídos dependem de “elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependem do conjunto de textos reunidos em um mesmo número e do projeto intelectual e editorial da revista ou jornal”.

<sup>39</sup> Contratos de leitura são “regras, estratégias e ‘políticas’ de sentidos que organizam os modos de vinculação entre as ofertas e a recepção dos discursos midiáticos e que se formalizam nas práticas textuais, como instâncias que constituem o ponto de vínculo entre produtores e usuários” (FAUSTO NETO, 2007, p. 10).

postulou Elias (2006), esse processo não é resultado de ações isoladas. Todavia, o estudo desses documentos o permitiu conhecer aspectos do repertório civilizatório da corte e entender o papel educativo da leitura naquela figuração.

De acordo com Leão (2007), as considerações de Elias em relação à análise empírica extrapolaram o plano dos manuais de etiqueta. Segundo a autora, o trabalho do sociólogo em muito contribuiu “para uma reflexão sobre a utilização metodológica de fontes impressas que funcionam como vetores da modulação de comportamentos” (LEÃO, 2007, p. 14). Dessa forma, ainda que os jornais não tenham sido analisados por Elias, sua teoria permite pensar os processos de modulação de comportamentos e sentimentos demandados pela sociedade do tempo e do espaço de abrangência das fontes estudadas<sup>40</sup>.

Manuais, livros e jornais guardam uma característica comum, fundamental em análises de processos de desenvolvimento: são responsáveis pela difusão de modelos de civilidade. O potencial formador destas publicações foi abordado por Leão (2007, p. 61), ao trabalhar a civilização por meio da literatura:

Os livros são objetos preciosos no largo movimento de formação e interiorização do mundo, e a leitura é atividade bastante eficaz para a assimilação. Desse modo, os profissionais que participam da produção dos livros – a exemplo dos autores e dos editores – são peças-chave no processo de civilização. Quem difunde livros difunde ideias e valores, decide o que é permitido e o que é proibido existir, intervém na íntima estrutura das emoções formando sensibilidades.

De maneira análoga aos livros, os jornais não são isentos de posicionamentos. Seu conteúdo está repleto da subjetividade daqueles que nele escrevem, viesados pela própria linha editorial do periódico. Ao promoverem a circulação de determinadas formas de ver e pensar a sociedade, contribuem para a própria estruturação das relações sociais e emocionais de sua área de abrangência.

Para levar a cabo a publicação e manutenção de um jornal, independentemente de sua periodicidade, é necessário um conjunto de capitais (BOURDIEU, 2012). Na lógica do sistema econômico vigente, apenas as classes dominantes possuem recursos para tal – pensando aqui em um periódico de grande circulação, e não em iniciativas mais artesanais de publicação. Nesse sentido, entende-se que os conteúdos veiculados nestes jornais são representantes datados das demandas emocionais e comportamentais dos grupos dominantes nas relações de poder. Assim, é possível afirmar que o conteúdo publicado no jornal representa as intenções

---

<sup>40</sup> Elias, em *A sociedade de corte*, afirmou que seu esforço de pesquisa foi no sentido de elaborar modelos sociológicos. Sobre o conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos por ele desenvolvido, ponderou: “Eles não têm a pretensão de ser os modelos definitivos, a última palavra, absoluta, sobre os processos e figurações pesquisados. [...] se trata antes de um começo de que um fim. São modelos que podem continuar sendo elaborados” (ELIAS, 2001a, p. 65).

civilizatórias de um grupo específico, intenções estas que – assim como na sociedade de corte analisada por Elias – seguem em processo de diferenciação, visando a distinção.

Do ponto de vista da análise empírica, os jornais possibilitam a observação de variados aspectos da sociedade, uma vez que não são apenas transmissores de conteúdo, mas formadores da própria realidade: “o jornalismo é a narrativa hegemônica sobre todas as outras na construção da verdade imediata e do senso comum” (MOTTA, 2013, p. 103). Assim, as fontes jornalísticas permitem conhecer aspectos sócio e psicogenéticos das figurações de sua abrangência, bem como as intenções subjacentes à modulação das condutas, por meio da análise da página de esportes, do correio sentimental, das crônicas sobre a cidade, entre outras temáticas narradas visando a modulação dos afetos.

Nesse sentido, levando em consideração as características do campo e dos *habitus* correlatos de jornalistas e leitores, a análise deste tipo de fonte requer escolhas teóricas importantes, que irão balizar os índices para a análise de seu conteúdo. Sendo assim, é fundamental definir a interpretação teórica em relação ao papel dos jornais, os conteúdos por eles veiculados e o processo de recepção, uma vez que tais escolhas contribuem para a operacionalização da análise. Nesse sentido, a seguir, serão apresentadas algumas sugestões teórico-metodológicas para a análise empírica de jornais, que poderão servir como inspiração para os procedimentos adotados em estudos futuros sobre diferentes aspectos de processos civilizadores a partir de fontes jornalísticas.

Na interseção entre fontes periódicas e processo civilizador, faz-se necessário conceber o jornal como um espaço pedagógico, que ensina e estimula comportamentos. Esta concepção justifica-se teoricamente a partir dos referenciais das pedagogias culturais. Assim como outras esferas do saber, que acompanham o desenvolvimento humano e modificam-se conforme suas necessidades, a Pedagogia, a partir dos anos de 1950 e 1960, ampliou o seu escopo para além de práticas escolares institucionalizadas. Dessa necessidade de atualização às novas demandas contemporâneas surgiu o conceito de pedagogias culturais, como “uma ferramenta teórica acionada para discutir a relação entre artefatos da cultura e processos educativos” (ANDRADE; COSTA, 2015, p. 49). Nesta perspectiva, entende-se que as relações de ensino e aprendizagem não estão restritas apenas aos espaços formais de educação; são presentes nas mais diversas esferas da vida.

Entre os artefatos culturais que contribuem para a disseminação de saberes socialmente legitimados, Andrade e Costa (2015, p. 52) destacaram a articulação entre Pedagogia e mídia, dada a forte influência dos meios na formação dos sujeitos. Ao adotar um tom pedagógico, o conteúdo midiático ensina, direciona comportamentos e sentimentos, mediando o “processo de

constituição e de composição de subjetividades e identidades” (PRATES, 2008, p. 111), contribuindo para transformações nas estruturas psíquicas e sociais<sup>41</sup>.

Mas não basta apenas sinalizar o papel normativo que os periódicos exercem nas figurações em que circulam, é preciso que o analista defina a forma como concebe o conteúdo publicado no jornal, tendo sempre em vista seu potencial pedagógico. Nesse sentido, recomenda-se perspectivar os conteúdos jornalísticos, de diferentes formatos (nota, reportagem, matéria, notícia etc.), sob o ponto de vista das narrativas, visto que estas não são apenas representações; “são estruturas que preenchem de sentido a experiência e instituem significação à vida humana” (MOTTA, 2013, p. 18) – reforçando o caráter de “manual” dos jornais. Segundo Motta (2013, p. 18),

Quando narramos algo, estamos nos produzindo e nos constituindo, construindo nossa moral, nossas leis, nossos costumes, nossos valores morais e políticos, nossas crenças e religiões, nossos mitos pessoais e coletivos, nossas instituições. Estamos dando sentido à vida. Aquilo que incluímos ou excluímos de nossas narrações depende da imagem moral que queremos construir e repassar.

É a compreensão de que o conteúdo das narrativas baliza existências – e, portanto, possuem a capacidade de direcionar comportamentos – que possibilita a articulação entre o caráter pedagógico dos jornais e a análise de processos civilizadores. Adotando essa perspectiva, o analista afirma estar levando em consideração as intencionalidades inerentes ao ato de narrar e a interferência das relações sociais no processo de criação e recepção. Isso porque as narrativas têm a capacidade de forjar realidades, não de “maneira natural e uníssona, mas através de contradições, confrontos, enfrentamentos sociais e simbólicos” (MOTTA, 2013, p. 34), tensões comuns em todo processo civilizador. As publicações jornalísticas, enquanto narrativas, vão tornando “natural” o mundo, acostumando os leitores a uma interpretação das relações de maneira específica: na direção de seu enunciador<sup>42</sup>.

Admite-se o questionamento sobre uma suposta ingenuidade do emissor ao narrar. Todavia, “A organização da narrativa do discurso, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória: realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados)” (MOTTA, 2013, 82). Se “toda escrita inscreve nos textos convenções sociais e literárias que permitem uma espécie de pré-compreensão” (BARBOSA,

<sup>41</sup> Segundo Campos (2014), a influência da imprensa no ordenamento de espaços e corpos ocorre desde as primeiras décadas do século XX – e mesmo antes. Esse discurso jornalístico que educa não era/é composto apenas pela narrativa em si, mas por todos os elementos que compunham/compõem a experiência da leitura.

<sup>42</sup> As narrativas jornalísticas fomentam o desejo individual de civilização – que também pode ser estimulado por pressões externas, como a estigmatização daqueles que não se encaixam nos padrões socialmente demandados (ELIAS; SCOSTON, 2000). A vontade de civilizar-se está atrelada, principalmente, à aspiração por posições dominantes nas relações de poder. Essa ambição, construída com o auxílio das próprias narrativas, possivelmente contribuiu para a interpretação dos conteúdos, na maioria das vezes, na direção de seu enunciador.

2007, p. 56), o conteúdo das narrativas sempre se pauta em assuntos que, de maneira mais ou menos direta, são presentes na vida das pessoas. De acordo como determinado tema é abordado pelo jornal – estando o emissor consciente ou não dos efeitos de sentido presentes em sua narrativa –, pode contribuir para a alteração de comportamentos, que de outra forma poderiam levar anos para serem modificados.

Os sentidos indicados pelos narradores são reificados pelas relações de poder da área de abrangência do jornal. Estas, por sua vez, sob o ponto de vista da interpretação ancorada nas relações sociais e emocionais da formação social em questão, interferem no momento da leitura. Existe um conjunto de condicionamentos que influencia a apreciação do texto e direciona – auxiliados pelos próprios princípios que engendram o fazer jornalístico – o processo de interpretação do conteúdo (CHARTIER, 1998). De acordo com Chartier (1998), as realidades históricas por trás das palavras interferem na apropriação, invenção e produção de significados por parte dos leitores. Em última instância, a interpretação final das narrativas cabe totalmente ao leitor, mas é preciso manter-se atento aos processos históricos e sociais que orientam essa ação!

Independentemente do “sucesso” do processo de apropriação<sup>43</sup>, específico do contexto de cada objeto estudado, existe uma pretensão formativa geral dos meios: “Orientar as pessoas a em que e em como pensar, sentir e agir parece estar sendo a função social da mídia. Trata-se de um ‘equipamento social’ para significar e interpretar o mundo, falando pelo e para o indivíduo, preconizando [...] um estilo de vida” (ALVES *et al.*, 2003, p. 542).

Ora, se existe a intento formador no ato de narrar, mas há certa autonomia do leitor na apropriação dos sentidos, como compreender essa relação comunicativa? Perspectivando-a como um jogo dialético de cocriação de sentidos:

Em todo ato comunicativo, o emissor transmite parte do seu conteúdo de forma explícita, parte de forma implícita. Da mesma maneira, o destinatário interpreta a mensagem parcialmente por meio de seus conteúdos literais, parcialmente por meio de estímulos implicitamente sugeridos pelo enunciado. Mas, o destinatário acrescenta, recria a partir de suas próprias perspectivas. Há em todo ato comunicativo uma confrontação entre a estrutura de sentido produzida pelo emissor em sua manifestação e os modelos de mundo do leitor (MOTTA, 2006, p. 17).

A cocriação de sentidos é balizada por acordos implícitos entre os interlocutores. Esses acordos, de ordem conversacional, são estabelecidos ao longo de sucessivas enunciações e

---

<sup>43</sup> Segundo Luhmman (2005, p. 142), “as pessoas decodificam tudo o que é comunicado na direção daquele que o comunica”. Isso não significa dizer que quem participa da comunicação não tenha reflexão diante dos meios pelos quais esta se estabelece; existem diferentes graus de elaboração de tal reflexão. Antes, “trata-se da observação de que uma sociedade, que deixa sua auto-observação ao encargo do sistema de função dos meios de comunicação, aceita essa mesma forma de observação à maneira da observação de observadores”.

permitem compreender não apenas o significado literal das publicações, mas também inferir outras significações para além do explícito no papel: “Revela as intenções de quem fala e sugere cooperativamente interpretações para quem lê, vê ou ouve” (MOTTA, 2006, p. 19). Tais acordos adaptam-se a novas circunstâncias e seguem produzindo efeitos de sentido no processo de leitura<sup>44</sup>.

Esses efeitos são resultantes da intenção inerente ao ato comunicacional: o emissor produz a partir de uma motivação específica, com finalidades igualmente específicas. Nesse intuito, mobiliza a audiência, inscrita em um contexto determinado do qual comunga e produz sentidos, para que seus leitores possam identificar os efeitos por ele almejados no ato da escrita. Desse modo, entende-se que o autor oferece “instruções de leitura”. Já o papel do leitor nesse processo é o de identificar a intenção da mensagem, interpretando-a a partir dos indícios contextualizadores presentes no próprio jornal (MOTTA, 2006)<sup>45</sup> – com margem para desvios.

Como foi possível observar, o estudo da regulação dos costumes e do controle das emoções por meio de fontes jornalísticas requer a contextualização do espaço social de circulação do jornal. Tal qual a preocupação de Elias na historicização pormenorizada de seus objetos (CHARTIER, 2001), cabe ao analista de temáticas contemporâneas observar os processos históricos que engendram as relações de cocriação de sentido nas fontes jornalísticas, perspectivando seu recorte temporal em relação aos processos de desenvolvimento mais amplos da sociedade na qual ocorrem. Assim, faz-se necessário contextualizar a conjuntura civilizatória da figuração nas quais as narrativas jornalísticas são disseminadas, a fim de conhecer o contexto extraverbal de produção de sentidos. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de fontes bibliográficas que incorporem o contexto imediato do objeto de investigação, mas também este inserido em um processo de desenvolvimento maior.

Quando Motta (2013, p. 23) escreveu a respeito da necessidade de considerar fatores extralinguísticos que interferem no ato comunicativo, deu pistas sobre o que observar: “as circunstâncias do ato de fala, a identidade e a posição dos interlocutores, suas intenções e fins

---

<sup>44</sup> Para que o sentido pretendido faça sentido, o jornalista precisa compartilhar de um contexto extraverbal com seus leitores, que engloba “o contexto físico (coisas que estão à vista), contexto empírico (estado de coisas que conhecem aqueles que falam, ainda que não estejam à vista), contexto prático (conjuntura objetiva na qual se desenvolve o ato conversacional, contexto histórico (circunstâncias históricas conhecidas dos falantes) e, enfim, um contexto cultural (tradição e cultura de uma comunidade ou sociedade)” (MOTTA, 2006, p. 36).

<sup>45</sup> Em maior ou menor medida, tais orientações podem ser ignoradas, mas, especialmente por serem publicadas em um jornal, a adesão costuma se sobressair, já que o jornalismo construiu e mantém para si a ideia de que esta esfera seria o lugar natural da objetividade e da verdade (BARBOSA, 2007). Essa construção interfere na apreciação até mesmo dos textos opinativos que, simplesmente por estarem impressos em um jornal, ganham o status de realidade. Os jornalistas receberam “o ‘certificado’ de transmissores da verdade, de legitimadores da realidade. É a partir dessa confiança, desse ‘contrato’ implícito que lhes é possível ‘burlar’ as regras do jogo e promover outros efeitos de sentido” (MOTTA, 2006, p. 255).

a alcançar, as estratégias discursivas e argumentativas, o entorno cultural compartilhado (ou não), os efeitos cognitivos obtidos ou reinterpretados”. Em relação ao contexto mais amplo, supondo que o periódico circule em uma cidade média do Brasil, é necessário compreender o processo de formação cultural, social, política e econômica daquela sociedade, a fim de identificar as possíveis intencionalidades, marcadas pelas relações de poder, presentes nas narrativas.

Além da contextualização do espaço social e emocional de abrangência das fontes, as pesquisas que se pautam em periódicos como material empírico de análise devem também historicizar o contexto de enunciação do jornal em si. Luca (2005, p. 142) listou uma série de procedimentos de pesquisa que podem ajudar nesta etapa:

Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série. Localizar a(s) publicação(ões) na história da imprensa. Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e publicidade). Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo. Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação. Caracterizar o grupo responsável pela publicação. Identificar os principais colaboradores. Identificar o público a que se destinava. Identificar as fontes de receita. Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Após esses procedimentos de ordem teórica e historiográfica, é chegada a hora da análise das fontes propriamente dita. Como apontado por Luca (2005), cabe ao pesquisador escolher a metodologia que melhor responde às necessidades do objeto estudado. Sua opção deve ser justificada em razão dos objetivos da pesquisa, do recorte temporal e das fontes.

No caso de uma pesquisa que visa compreender a modulação de comportamentos em determinada figuração por meio das esferas da vida reguladas pelas narrativas de caráter pedagógico publicadas nos jornais, não se faz imperativa a análise pormenorizada da linguagem operando – até porque isso demandaria dos pesquisadores conhecimentos específicos nas áreas da Linguística e da Comunicação –, apenas dos efeitos de sentido promovidos no ato de enunciação. Dessa forma, uma análise que contemple as principais temáticas atende às necessidades de pesquisas sobre os processos civilizadores. Essa opção é reforçada quando o analista se propõe a estudar um grande volume de fontes. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo podem ser frutíferos.

Segundo Bardin (2011, p. 48), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos de análise de comunicações “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Em sua vertente temática, os temas centrais são

utilizados como unidade de significação<sup>46</sup>. Seus procedimentos incluem: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferências e interpretações<sup>47</sup>.

Na pré-análise, fase que corresponde à organização do material empírico, devem ser escolhidos os documentos, elencados os objetivos e elaborados os indicadores para a fundamentação da análise. Nesta etapa, o pesquisador deverá realizar leituras de caráter flutuante nos jornais, para selecionar entre suas narrativas aquelas que versam – por diferentes vieses – sobre o aspecto civilizador investigado. Para tanto, deverá estabelecer critérios de recorte (índice, nas palavras de Bardin<sup>48</sup>) para a composição do conjunto documental de análise.

O segundo polo cronológico da análise de conteúdo corresponde à exploração do material. Neste momento, os dados são sistematizados por meio da codificação, que consiste em “uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que [...] permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (BARDIN, 2011, p. 132). Trata-se de uma operação de recorte, geralmente de ordem semântica, que tem o tema como elemento organizador. Assim, nesta etapa é necessário definir a unidade de registro<sup>49</sup> (geralmente as temáticas mais frequentes) e a unidade de contexto<sup>50</sup>.

Em seguida, deve ser realizada a categorização, que corresponde a “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 147). Seguindo as indicações das etapas anteriores, as narrativas devem ser agrupadas de acordo com suas características comuns, sob um título abrangente. Agrupar narrativas dispersas ao longo do periódico em categorias permite visualizar questões que de outra forma não seria possível, tais como: observar periodicidade, a intensidade com que alguns episódios são narrados, diagnosticar as esferas da vida sobre as quais as narrativas jornalísticas produziam sentidos, entre outras.

O tratamento dos resultados consiste em sua descrição analítica, momento em que são realizadas as inferências. Trata-se de um processo hermenêutico controlado, no qual o processo

---

<sup>46</sup> Segundo Bardin (2011, p. 135), “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

<sup>47</sup> Para informações detalhadas sobre esta metodologia, recomenda-se a leitura de Bardin (2011).

<sup>48</sup> Para Bardin (2011, p. 130), “o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Caso parta do princípio que este tema possui tanto mais importância para o locutor quanto mais frequentemente é repetido [...], o indicador correspondente será a frequência desse tema de maneira relativa ou absoluta, relativo a outros”.

<sup>49</sup> De acordo com Bardin (2011, p. 143), unidades de registro são o “segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

<sup>50</sup> A unidade de contexto contribui na compreensão para a codificação da unidade de registro. Bardin (2011) escreveu que a unidade de contexto em uma análise de conteúdo temática pode ser o parágrafo, mas que, em muitos casos, faz-se imprescindível a referência ao contexto próximo ou até mesmo afastado da unidade registrada.

indutivo articula os resultados emergentes do processo de análise aos significantes contextuais das narrativas. Ou seja, um trabalho de indução a partir de dados empíricos, perspectivados teórico e historicamente.

Nesse processo de interpretação dos dados recomenda-se observar as relações de poder presentes no texto (quem fala, como fala, por qual período fala, a quem se dirige e quais as demandas que sugere), bem como a evidência ou silenciamento de determinado episódio (que aparece em outras fontes, primárias ou não), uma vez que revelam as tensões inerentes ao processo de civilização. Recomenda-se, também, observar a extensão de determinada narrativa no jornal: sua publicação recorrente, além de demonstrar a importância atribuída pela equipe editorial e jornalistas na disseminação daquele conteúdo, pode – e a pesquisa empírica responderá – indicar aspectos dos movimentos de resistência às ações pedagógicas do periódico.

Por fim, é preciso que o pesquisador tenha em mente que sua investigação abarca apenas um recorte de esforços civilizatórios mais amplos. Como afirmou Elias (2006), não existe um marco inicial ou final nos processos civilizadores<sup>51</sup>. Conforme os comportamentos sugeridos nas narrativas de caráter pedagógico vão se generalizando, são criados novos padrões de disseminação – igualmente balizados pelas sensibilidades do grupo que o jornal representa. A aprendizagem de comportamentos é contínua, e as narrativas jornalísticas estimulam a celeridade do processo de internalização das coerções externas<sup>52</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internalização de uma conduta civilizada tem acelerado no decorrer do próprio processo civilizador (VIEIRA, 2018), dadas as sucessivas sínteses que permitem que a aprendizagem dos comportamentos socialmente aceitáveis ocorra, em potencial, com maior agilidade. A partir do século XIX e do XX em diante, as mudanças tecnológicas passaram a mediar as transformações históricas, que desde então são potencialmente mais velozes<sup>53</sup>. Essa

---

<sup>51</sup> Segundo Elias (2006, p. 31), “...nenhum ser humano é um começo. Assim como o falar individual provém de uma língua já dada e específica de uma sociedade, assim também todas as outras ações individuais brotam de processos sociais já em andamento”.

<sup>52</sup> Para Elias (1998, p. 117), “O que se modifica no curso de um processo civilizador são os modelos sociais de autodisciplina e a maneira de inculcá-los no indivíduo”.

<sup>53</sup> Elias, no livro *Teoria del Símbolo*, afirmou: “Muitas sociedades humanas têm experimentado enormes mudanças dentro de um breve período de tempo do século XX” (ELIAS, 1994, p. 165, tradução nossa). O ritmo de mudanças sociais e de ampliação do conhecimento foi muito lento ao longo de milhares de anos, mas, na opinião do autor, tem aumentando consideravelmente nas últimas décadas.

"aceleração extrema"<sup>54</sup> demandou formas mais eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses acerca dos comportamentos socialmente aceitáveis. Nesse sentido, os periódicos vêm contribuindo para a celeridade na formação de uma segunda natureza em seus leitores, por meio da publicação de narrativas de caráter pedagógico, que estabelecem padrões e induzem comportamentos.

Para analisar empiricamente determinado processo de desenvolvimento social e emocional por meio dos jornais, é preciso estar atento às suas especificidades, especialmente pelo contrato de leitura estabelecido ao longo das próprias narrativas entre emissores e receptores. Assim, o analista deve, em primeiro lugar, definir sua interpretação teórica sobre o papel dos jornais, seu conteúdo e a apropriação pelos leitores, uma vez que tais definições interferem na análise em si. Em seguida, deverá historicizar o contexto geral da figuração na qual circula o jornal, bem como os processos que engendram a narração do mundo neste campo. Por fim, os procedimentos da análise de conteúdo temática podem ser adotados, para que sejam possíveis férteis inferências entre as categorias emergidas da análise e o contexto de produção e recepção.

Mesmo a utilização de fontes jornalísticas não sendo uma novidade em estudos que adotam a teoria elisiana para perspectivar seus objetos – e os trabalhos de Rabelo (2013) e Campos (2014) são exemplos disso –, as sugestões teórico-metodológicas aqui apresentadas sintetizam um longo percurso que pode ser operacionalizado em novas pesquisas valendo-se de jornais como material empírico no estudo dos processos de aprendizagem inerentes ao processo civilizador. Afinal, tal como escreveu Elias (1998, p. 33), “É nessa capacidade de aprender com experiências transmitidas de uma geração para outra que repousam o aprimoramento e a ampliação progressivos dos meios humanos de orientação [e conhecimento], no correr dos séculos”.

## REFERÊNCIAS

ALVES, V. L. P.; LIMA, D. D.; RIVORÊDO, C. R. S. F.; TURATO, E. R. Emoção e soma (des)conectadas em páginas de revista: as categorias temáticas do discurso prescritivo sobre os fenômenos da vida e da doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, fev. 2013. p. 537-543.

ANDRADE, P. D.; COSTA, M. V. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Textura**, v. 17 n. 34, p. 48-63, 2015.

---

<sup>54</sup> Expressão adotada por Sevcenko (2001) em referência às rápidas transformações estruturais ocorridas a partir do século XIX.

- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CAMPOS, R. D. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 67, p. 309-322, 2014.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro – do leitor ao navegador**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- CHARTIER, R. Prefácio. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.
- ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.
- ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIAS, N. **Teoría del Símbolo**. Barcelona: Ediciones 62, 1994b.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FAUSTO NETO, A. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. In: **Diálogos Possíveis - Revista da Faculdade Social da Bahia**, Salvador, ano 6, n. 2, p. 1-21, 2007.
- HOBBSBAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- LEÃO, A. B. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUHMANN, N. **A realidade dos meios de Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

MOTTA, L. G. **Notícias do Fantástico**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2006.

PRATES, C. J. **O Complexo W.I.T.C.H. acionando a magia para formar garotinhas nas redes do consumo**. 2008. 189p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2008.

RABELO, G. O jornal *O Estudante Orleanense*: não podemos tornar as crianças felizes, as podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973). **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 197-219, 2013.

SEVCENKO, N. **A Corrida para o Século XXI**. No loop da montanha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

VIEIRA, A. F. B. A aceleração do processo civilizador e a possibilidade de redução do recorte temporal de análise. **Anais do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores**. Londrina: UEL, 2018. p. 492-501.

## 9. ARTIGO VII – NARRATIVAS DE CARÁTER PEDAGÓGICO E ACELERAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR: ANÁLISE DAS CRÔNICAS DE HELLÊ VELLOZO FERNANDES EM O TIBAGI (1948-1964)

Ana Flávia Braun Vieira

Miguel Archanjo de Freitas Junior

### RESUMO

Visando demonstrar a aplicabilidade da teoria dos processos civilizadores em recortes temporais inferiores aos adotados por Norbert Elias e o potencial acelerador de desenvolvimento que as narrativas de caráter pedagógico publicadas em jornais possuem, este artigo apresenta a análise de conteúdo das crônicas de Hellê Vellozo Fernandes, publicadas entre 1948 e 1964 no jornal *O Tibagi*. Por meio desta fonte, buscou-se identificar as sensibilidades presentes em sua figuração de abrangência, as esferas da vida às quais as publicações eram dirigidas, os processos de adequação comportamental e as ações de resistência. Com a análise foi possível compreender que o componente acelerador do processo civilizador presente nos jornais encontra-se na publicação de sínteses acerca dos comportamentos desejáveis e o teor pedagógico das narrativas desempenham funções específicas para os diferentes grupos de leitores, funcionando como uma pressão normativa visando a adequação comportamental e o desenvolvimento de uma segunda natureza. A realização da pesquisa utilizando uma temporalidade de média duração possibilitou analisar mais detalhadamente o conjunto documental, que evidenciou aspectos sócio e psicogenéticos, entre os quais destacam-se práticas de resistência – que talvez não fossem visualizadas em análises de longa duração. No entanto, percebeu-se que estas práticas não foram capazes de redirecionar o processo em curso.

**Palavras-chave:** Narrativas de caráter pedagógico; aceleração do processo civilizador; Hellê Vellozo Fernandes; Monte Alegre; Telêmaco Borba.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um recorte do processo de civilização em Telêmaco Borba – PR foi narrado por Hellê Vellozo Fernandes, em 1974, no livro intitulado *Monte Alegre, Cidade Papel*. A escritora e jornalista apresentou a história da implantação de uma indústria nos “sertões do Tibagi” e dos homens que tornaram possível a existência da “cidade-papel” (FERNANDES, 1974, p. 06).

Monte Alegre é o nome da Fazenda de propriedade da Indústria Klabin, localizada no município paranaense de Tibagi<sup>1</sup>, onde, a partir de 1934, os industriais implementaram uma cidade-empresa<sup>2</sup> e uma fábrica de papel e celulose.

Ao narrar a origem da localidade, com pequenas menções aos “selvagens” da região, em referência aos indígenas, Hellê Vellozo Fernandes apresentou alguns homens brancos que por ali haviam passado, como os bandeirantes, jesuítas e sesmeiros. Mesmo considerando a presença desses indivíduos, sua percepção daquele local, até a chegada dos industriais, era a de um “desconhecido sertão”<sup>3</sup> (FERNANDES, 1974, p. 15). Acredita-se que esta concepção esteja relacionada com as relações sociais e emocionais estabelecidas pela autora em sua figuração de origem. Oriunda da capital do Paraná e com uma história pessoal que lhe possibilitou ocupar espaços de certa forma privilegiados para uma mulher na sociedade de sua época, Hellê Vellozo Fernandes, a partir de sua autoimagem, assim concebia a região que um dia foi conhecida como *Mortandade*<sup>4</sup>. Em 1945, quando passou a residir na cidade-empresa, a localidade em questão já havia sido renomeada como *Harmonia* (WILLER, 1997), expressando uma nova sensibilidade para o lugar.

No livro, outros aspectos pretéritos de Monte Alegre foram abordados, como a tentativa de colonização com 5.000 famílias alemãs, ocorrida por volta de 1926 e 1928, e seu insucesso. Somente a ação dos industriais da família Klabin mostrou-se exitosa naquelas paragens, transformando radicalmente a paisagem e as pessoas. Casas de alvenaria, energia elétrica, livro ponto... Todas essas inovações, para a maioria dos trabalhadores e familiares, eram uma grande novidade e exigiam, de maneira proporcional, mudanças nas suas formas de se relacionar e se comportar. Trata-se do surgimento de uma “cidade cosmopolita, para onde convergiram pessoas de numerosas nacionalidades (cerca de trinta nacionalidades diferentes)” (KOLODY, 1974, s/p), divididas basicamente em três grupos de trabalhadores e suas famílias: os

---

<sup>1</sup> As terras de Monte Alegre pertenciam à Comarca de Tibagi – PR. A emancipação da localidade como município de Telêmaco Borba ocorreu de 1964.

<sup>2</sup> De maneira elementar, cidade-empresa pode ser caracterizada como um meio ambiente construído que assegura a produtividade na fábrica – razão fundamental de sua existência (PIQUET, 1998). Por ser idealizada em função do capital, dentro das cidades empresas existe uma lógica muito específica de funcionamento (que varia de figuração para figuração, no tempo e no espaço). Ao tomar parte naquela sociabilidade, os indivíduos passavam a ter acesso a bens que talvez não tivessem em seu local de residência anterior, mas havia uma contrapartida: agir conforme as expectativas patronais – situação análoga às cortes estudadas por Elias, nas quais era preciso disfarçar e dissimular o comportamento para garantir o sucesso social (ELIAS, 2001a).

<sup>3</sup> A população estimada de Tibagi em 1924 era de 12 mil habitantes, muitos vindos de outras localidades para trabalhar nos garimpos de diamantes (MERCER; MERCER, 1934).

<sup>4</sup> Em referência à *Chacina do Tibagi*. No século XIX, onde hoje está localizado o Hospital Harmonia e o Hotel Ikapê (Harmonia – Telêmaco Borba), houve um massacre de indígenas a mando de um poderoso coronel da região (FERNANDES, 1974).

plantadores de pinho e cortadores de lenha, moradores dos acampamentos do mato<sup>5</sup>; os operários da fábrica; os técnicos, graduados e chefes.

Nesta obra, em particular, é perceptível a admiração de Hellê Vellozo Fernandes para tudo aquilo que fora desenvolvido no interior de Tibagi, que cresceu e se tornou município independente. A pujança local poderia ser atestada pelas repetidas visitas presidenciais, a baixa taxa de analfabetismo local<sup>6</sup> e o trabalho ininterrupto na fábrica são alguns exemplos citados pela autora. Sua visão panorâmica, no entanto, tendia a suavizar elementos inerentes ao processo de civilização das tensões.

Nesse sentido, buscando conhecer aspectos do processo de transformação das condutas em Monte Alegre, contemplando seus possíveis avanços e retrocessos, desvios e continuidades, este trabalho realizou uma análise utilizando uma escala temporal de média duração<sup>7</sup>, para poder perceber as sensibilidades locais, a partir das esferas da vida sobre as quais as pressões normativas incidiam, buscando identificar os processos de adequação comportamental e de resistência<sup>8</sup>. Para tanto, foi realizada a análise de conteúdo temática em crônicas de Hél (Hellê Vellozo Fernandes), na coluna *Comentário da Semana*, do jornal *O Tibagi*, entre os anos de 1948 e 1964.

A opção pelas crônicas jornalísticas escritas por Hellê Vellozo Fernandes tem relação com sua posição destacada na sociabilidade local, os temas sobre os quais escrevia, funcionando como uma espécie de registro das sensibilidades da classe que representava em Monte Alegre, e as indicações de transformações e resistências presentes em suas narrativas.

Em relação ao recorte temporal, que soma 16 anos de publicações do jornal *O Tibagi*, este se deu em razão de dois marcos: o início da circulação do periódico, datado de 23 de novembro de 1948, e o processo de elevação da cidade-empresa e de Cidade Nova<sup>9</sup> como município de Tibagi, em 1964<sup>10</sup>, momento em que ocorreu a centralização do poder nas mãos

---

<sup>5</sup> Acampamentos provisórios instalados próximo às regiões de plantio e extração de matéria-prima para a produção de papel.

<sup>6</sup> Já em 1944, a taxa de analfabetismo na Fazenda era de 30% (WILLER, 1997, p. 195) – padrão notável para a época, uma vez que no mesmo período a média nacional correspondia a 56,1% da população. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>7</sup> Recortes temporais entre 10 e 50 anos, conforme as discussões sobre durações desenvolvidas a partir de Braudel (1965).

<sup>8</sup> Entende-se por resistência as “lutas para modificar o equilíbrio de poder” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.37).

<sup>9</sup> É comum que práticas empresariais como Monte Alegre incluam, desde a concepção do projeto, a “intenção de que a cidade se expanda sem a exclusiva interferência da empresa” (PIQUET, 1998, p. 04). Assim, em 1952, surgiu Cidade Nova, do outro lado do rio Tibagi, em oposição à fábrica, “voltada para o objetivo principal de abrir novas possibilidades para moradia dos trabalhadores da indústria, o que parecia interessar fundamentalmente à empresa” (CARVALHO, 2006, p. 53), haja vista o crescimento da comunidade e as tensões inerentes às interdependências locais.

<sup>10</sup> A instalação oficial do município de Telêmaco Borba data de 21 de março de 1964.

do Estado, reduzindo a influência da Klabin em Telêmaco Borba. A opção por um recorte temporal de média duração permite visualizar a atuação civilizadora cotidiana de microprocessos coercitivos, que paulatinamente transformam a natureza dos indivíduos. Elias (2001a, p. 235, grifo nosso), em seu primeiro livro, já apontava “saltos e descontinuidades passíveis de explicação **dentro** de uma mudança de longa duração” – que numa visão global, trabalhando com amostragens, nem sempre permitiriam considerar as pequenas oscilações e curvas civilizatórias. Assim, com um conjunto de fontes que corresponde a um recorte de média duração, foi possível aprofundar as análises e observar, por exemplo, a influência dos meios de comunicação na adequação comportamental por meio da publicação de narrativas de caráter pedagógico.

A opção por um período de média duração – e o mesmo princípio, a depender da figuração e do problema estudado, pode também ser empregado para analisar mudanças, resistências e outras questões de caráter civilizatório em curta duração, desde que perspectivados em processos de desenvolvimento mais amplos<sup>11</sup> – está relacionada à própria continuidade do processo civilizador: a integração das unidades territoriais, a divisão de funções, a interdependência, a centralização do poder e a monopolização da violência e dos impostos seguiram em desenvolvimento, bem como a tecnização<sup>12</sup>. Tudo isso contribuiu para que, em potencial, os processos de ensino e aprendizagem se tornassem mais rápidos, porque eram cada vez mais centralizados, em níveis globais e orientados à realidade.

A tecnologia, a racionalização dos processos e o desenvolvimento de uma capacidade de prospecção cada vez mais acurada, especialmente entre as classes dominantes, tornaram mais intencionais suas ações a curto e médio prazo<sup>13</sup>. Ao mesmo tempo, de maneira interdependente às transformações tecnológicas, foram desenvolvidos elementos, como os jornais, que, com

---

<sup>11</sup> Acredita-se que parte das críticas dirigidas a Elias, decorrentes do suposto caráter evolucionista de sua teoria civilizacional, seja resultante da abordagem de longa duração. Sendo impossível analisar cada pequena mudança, cada microprocesso coercitivo, as amostragens podem contribuir para interpretações lineares.

<sup>12</sup> Em conferência de Elias datada de 1986, o autor assim definiu tecnização: “processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar os objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e processando, na guerra e na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor” (ELIAS, 2006, p. 35). Nesta mesma ocasião, o autor apresentou a análise das mortes nas estradas de uma figuração específica, ou seja, estudou um aspecto civilizador totalmente balizado pela tecnização, identificando à longa duração um recorte temporal de 27 anos. Acredita-se que ao final de sua trajetória intelectual, Elias levava em consideração a própria continuidade do processo civilizador e sua consequente celeridade (ELIAS, 2006, p. 36). À época do falecimento do autor, em 1990, a tecnologia, em especial os meios de transporte e de comunicação, já se encontravam desenvolvidos, mas, como todo voo é cego em longa duração, Elias não poderia dimensionar as novas relações sociais e emocionais mediadas pelas redes, que tornaram as comunicações e, portanto os processos de ensino e aprendizagem, potencialmente mais velozes.

<sup>13</sup> Na concepção de Elias, “A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno, humano e não humano, onde agia o indivíduo, tornaram-se precondições cada vez mais indispensáveis para o sucesso social” (ELIAS, 1993, p. 226).

suas narrativas, têm contribuído para a aceleração dos processos civilizadores por meio do ensino de sínteses<sup>14</sup> que estimulam a aprendizagem de condutas orientadas na direção das sensibilidades do enunciador.

No caso da figuração aqui estudada, por certo que os fundadores da cidade-empresa ou a cronista, por exemplo, jamais poderiam prever em 1948 os rumos que Telêmaco Borba iria seguir. O ponto em questão diz respeito às ações mais ou menos intencionais – pois mesmo se fossem inconscientes, nem por isso teriam seu potencial de intervenção e de direcionamento de certos processos reduzidos – promovidas no interior da Fazenda e da fábrica para a manutenção da ordem vigente, o sucesso dos negócios e a reprodutibilidade da mão de obra<sup>15</sup>.

Nesse sentido, acredita-se que a contribuição deste trabalho possui dupla implicação: ao mesmo tempo em que busca verificar a pertinência da adoção da teoria dos processos civilizadores em recortes temporais de média duração, a partir da noção de aceleração da adequação comportamental por meio de narrativas de caráter pedagógico publicadas em jornais, espera-se, com esse olhar mais detido a uma parcela dos processos que constituem a história de Telêmaco Borba, evidenciar aspectos sócio e psicogenéticos que contribuíram para a construção de uma *segunda natureza* no passado e que ainda tributa sentidos aos *habitus* locais.

#### HELLÊ VELLOZO NOS CAMPOS E NOS PINHAIS<sup>16</sup>

“Curitibana, professora, jornalista, romancista três vezes laureada, Hellê Vellozo Fernandes brilha em numerosos campos de atividade literária, social e cultural, exercendo, em muitos deles, liderança incontestável” (KOLODY, 1974, s/p). Estas foram as palavras escolhidas por Helena Kolody, destacada poetisa paranaense, para compor a parte interna da capa da obra de sua amiga sobre Monte Alegre. A apresentação realizada por Kolody permite conhecer aspectos elementares da trajetória da cronista, bem como sua relação com a cidade-empresa.

O interesse de Hellê Vellozo Fernandes pela escrita e pelo ensino veio do berço, afinal foi neta de Dario Vellozo e filha de Prof. Portho Moraes e D. Prudência Moritz Vellozo, nomes destacados na capital paranaense pela atuação nas letras e no magistério (PILOTO, 1966, s/p).

<sup>14</sup> O potencial de aceleração do processo civilizador dos jornais encontra-se na sua capacidade de ensinar aos leitores sínteses de saberes que possuem uma história de desenvolvimento próprio, mas que podem ser aprendidas muito mais rapidamente por meio das publicações concisas nos jornais.

<sup>15</sup> Afirmação pautada no investimento em educação realizado pela Klabin em Monte Alegre.

<sup>16</sup> Alusão à obra *Nos Campos e Nos Pinhais*, livro de contos escritos por Hél e que trata sobre diferentes aspectos da vida nas figurações mais rurais de Monte Alegre, como os acampamentos de lenhadores e plantadores de pinheiro.

Formou-se professora, cursou até o 3º ano de Química Industrial e, por volta dos 40 anos (1965, provavelmente), ingressou na faculdade de jornalismo da Universidade Federal do Paraná, onde planejou e organizou a Assessoria de Imprensa da instituição, a qual dirigiu por três anos. Entretanto, desde os 15 anos já se dedicava ao jornalismo, tendo colaborado “nos mais importantes jornais e revistas do Paraná, bem como na imprensa de outros Estados. Foi durante quase sete anos cronista de ‘O Estado do Paraná’. Escreve há dez anos no ‘Diário do Paraná’, onde já foi redatora-social. (Diários Associados)” (KOLODY, 1974, s/p).

Ainda no campo da literatura, teve três livros premiados com o 1º lugar em concursos do Centro de Letras do Paraná: *Incompreensão, Os Vergueiros e Pioneiros do Iguatemi* (publicado pela Universidade Federal do Paraná por ter sido considerado uma contribuição para o estudo da História). Publicou ainda *Camafeus, Nos Campos e Nos Pinhais, Antologia Didática de Escritores Paranaenses*, em parceria com América Sabóia, e *Monte Alegre, Cidade Papel*. Segundo Kolody, “Foi a única delegada brasileira a participar da fundação, no México, da Asociación Mundial de Mujeres Periodistas y Escritoras, em 1969, sendo uma das fundadoras e primeira presidente da AJEB, filial brasileira daquela entidade” (KOLODY, 1974, s/p). Foi ainda representante do Brasil nas três primeiras reuniões da instituição, chefiando a delegação brasileira de mulheres jornalistas e escritoras, além de ter integrado inúmeros centros de literatura, inclusive fora do Paraná, a exemplo da *Casa Juvenal Galeno* de Fortaleza.

Sua relação com Monte Alegre iniciou em 1945, quando aos vinte anos, recém-casada com o médico Paulo Rios Fernandes, se mudou da capital para os “sertões do Tibagi”, levados pela “energia de sua juventude e o fervor de seu idealismo” (KOLODY, 1974, s/p).

A respeito das características locais, é importante ressaltar que, “como o controle da fábrica e da vila pertencia ao mesmo agente social, a vida operária nessas vilas era um prolongamento da rígida disciplina imposta pelo regime de trabalho fabril” (PIQUET, 1998, p. 22). A proximidade entre local de produção fabril e de residência dos operários respondia aos interesses da acumulação, garantindo “Um mercado cativo de mão-de-obra; [e] [...] um controle ampliado do capital sobre sua força de trabalho, através da dominação ideológica e política” (PIQUET, 1998, p. 23).

As relações de interdependência entre empregadores, que ofereciam praticamente todos os serviços, e os trabalhadores, que possuíam apenas sua força de trabalho, legitimavam o controle e estimulavam a internalização de comportamentos. Essa premissa está pautada nos diferentes monopólios exercidos pela fábrica nesta pequena “corte”: econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação. Essa relação de subordinação foi

observada, em 1956, pelo viajante John dos Passos, que utilizou a expressão “atmosfera semifeudal” para se referir às dependências supracitadas (PASSOS, 2013, p. 143).

Em alguma medida, esses aspectos de controle certamente foram vivenciados por Hellê Vellozo Fernandes. Assim como nas cortes, tomar partido na figuração de Monte Alegre significava também a contenção de determinadas paixões. No entanto, pela origem da professora-jornalista, ela encontrava-se mais próxima aos padrões comportamentais requisitados pelos indivíduos de nível superior na cidade-empresa – diferentemente da maioria da população local.

Como a maioria dos residentes nas figurações urbanas de Monte Alegre tinha origem rural ou era oriunda de núcleos populacionais menores, seus comportamentos eram correspondentes às interdependências de seu local de origem. No entanto, tais condutas não condiziam com as necessidades da produção, nem eram compatíveis com as sensibilidades da classe dominante local. Assim, aproveitando de seu espaço no *Comentário da Semana* em *O Tibagi*, Hellê Vellozo Fernandes contribuiu para um processo de educação das condutas adotando em suas narrativas um tom pedagógico. Ao escrever sobre como as pessoas deviam se comportar, contribuía para a aceleração de processos espontâneos de aprendizagem social, visto que exercia um tipo de pressão formativa por meio das crônicas, que estimulava a adequação comportamental e o desenvolvimento de uma segunda natureza.

Sua capacidade formadora não esteve restrita apenas ao jornal; também atuou nas áreas da educação e assistência social – atividades que tributavam sentido para a própria apreciação social de seu trabalho como jornalista. Segundo Kolody,

Durante 25 anos, Hellê participou intensamente da vivência da cidade, desde os seus primórdios, dedicando-lhe os melhores anos de sua vida. É enorme seu acervo de serviços. Fundou o bandeirantismo em Monte Alegre e trabalhou como chefe bandeirante. Participou da fundação do jornal “O Tibagi”, que divulgou até além das fronteiras do Paraná, sendo, ainda hoje, redatora do mesmo. Escreveu e apresentou cerca de 20 programas de caráter educativo, para a estação de rádio local (ZYS-22, Monte Alegre). Fez uma programação especial, adaptada a 33 escolas florestais, mantidas por Klabin do Paraná, tendo orientado esse ensino durante 12 anos, com dedicação e competência. Trabalhou 18 anos, como visitante e como secretária, no Serviço de Assistência Social, de Klabin do Paraná, em Monte Alegre (DFASMA). Assessorou seu esposo (Diretor do Hospital) na administração de vários departamentos de serviço hospitalar. Ninguém, pois, melhor que Hellê Vellozo Fernandes poderia escrever com perfeito conhecimento de causa e com verdadeiro talento literário, a história fascinante de Monte Alegre (KOLODY, 1974, s/p).

As atividades realizadas por Hellê Vellozo Fernandes, principalmente as desenvolvidas em Monte Alegre, demonstram uma mulher que, pelas figurações em que circulou, atingiu grande prestígio – especialmente nos campos literário e jornalístico. Desde a fundação de *O Tibagi*, em 1948, atuou como redatora social e na página sob sua coordenação foram variados

os conteúdos, com algumas constantes: espaço para as atividades sociais, como aniversários, casamentos, batizados e até mesmo festas nos clubes locais, e o *Comentário da Semana*, assinado com o pseudônimo *Hél*. Este espaço exclusivo, de periodicidade semanal, narrou para a população um padrão específico de informações, conformando, no contato dialógico característico da crônica, um direcionamento na recepção de seus conteúdos<sup>17</sup>. É importante ressaltar que Hellê Vellozo Fernandes era uma entusiasta da literatura, razão que tornou frequente a publicação de poesias e trechos de livros de escritores renomados na página sob sua redatoria, tais como a Helena Kolody e Rodrigo Junior.

Na visão de da cronista, *O Tibagi* tinha a função de “porta voz da cidade-papel” (*O Tibagi*, 04 fev. 1954, p. 02), “documentário fiel de sua vida e registrador de sua história” (*O Tibagi*, 23 nov. 1956, p. 02). Inclusive, é a legitimidade desta posição que lhe permitia, entre outras temáticas, versar sobre o cotidiano em Monte Alegre e ensinar comportamentos. Sobre os *Comentários da Semana*, o Quadro I permite observar que o espaço para narrativas de autoria de Hél foi ampliado e manteve certa constância ao longo dos anos.

QUADRO I – Representatividade de Hél e narrativas de caráter pedagógico em *O Tibagi*

Ano	Total de Publicações	Publicações sobre M.A.	Caráter Ped. Explícito
1948	2	2	0
1949	4	0	0
1950	12	1	1
1951	32	3	1
1952	42	15	11
1953	24	9	6
1954	31	19	8
1955	35	24	9
1956	37	21	7
1957	50	23	10
1958	39	16	3
1959	32	11	8
1960	44	16	8
1961	38	27	8
1962	42	10	6
1963	39	15	2
1964	6	2	1

Fonte: Os autores.

<sup>17</sup> É importante ressaltar que havia diferentes formas de recepção, conforme o grupo ao qual o leitor pertencia. Como o acesso aos meios de comunicação eram limitados em Monte Alegre, a exclusividade na enunciação contribuiu para que a população tivesse acesso a um padrão específico de informações, determinado pela linha editorial do jornal, da qual Hél fazia parte como redatora social. O estímulo de determinada esfera da vida por meio dos temas abordados pela imprensa local, em detrimento de outras, contribuía para a educação das condutas.

Sobre as temáticas abordadas, até 1952 as narrativas de Hél estavam relacionadas ao mundo da literatura. A partir deste ano, os temas tornaram-se mais diversificados, incluindo relatos de viagem e escritos sobre o ensino, para citar alguns exemplos. Como é possível observar no quadro, a intensidade de aparição das narrativas sobre Monte Alegre com caráter pedagógico explícito não foi constante nos *Comentários da Semana* – estando estas oscilações relacionadas a uma série de fatores, como aspectos da vida pessoal da autora (maternidade) e outras atividades por ela realizadas (para citar um caso ilustrativo, na fase inicial do bandeirantismo em Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes escreveu com bastante frequência sobre o tema).

Em relação ao caráter pedagógico de seus escritos, mesmo em suas publicações iniciais já existia um intento civilizatório: suas narrativas possuíam tom pedagógico, a exemplo das crônicas “Livros para moças” e “Livros para crianças”, onde deu orientações acerca das leituras que, em sua concepção, eram mais apropriadas para cada situação. Na intenção de promover mudanças, de ensinar comportamentos mais compatíveis com sua sensibilidade, adotou estratégias diversas: a) mencionar, entre outros assuntos, uma determinada pauta para trazê-la para o debate público; b) fazer comparações entre um padrão considerado pela cronista como ideal e aquele que precisa adequar-se; c) sanções pedagógicas explícitas.

Antes de discutir acerca das esferas da vida sobre as quais as narrativas de Hél incidiram, evidenciando suas sensibilidades e a do grupo ao qual pertencia, são necessárias algumas considerações teóricas e metodológicas, para o trabalho com fontes jornalísticas na perspectiva dos processos civilizadores.

## NARRATIVAS DE CARÁTER PEDAGÓGICO, RECEPÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS CONDUTAS

A transformação das condutas inerente aos processos (des)civilizadores é resultado do entrelaçamento de processos biológicos e sociais. Graças à capacidade genética humana de aprender com as experiências e reflexões das gerações anteriores, foi possível criar um fundo de conhecimento comum, capaz de assegurar a sobrevivência da espécie. Ao mesmo tempo, a transmissão desses conhecimentos por meio de símbolos sociais possibilitou que as sociedades mudassem radicalmente sem alterações genéticas (ELIAS, 1994).

A aprendizagem da linguagem e de outras habilidades que garantem a continuidade da espécie humana ocorre, especialmente, por meio de interações sociais. Inicialmente, ocorria de maneira mais voluntária e depois, com o prosseguimento do processo civilizador, de forma mais

orientada – a exemplo da centralização de poder que possibilitou o surgimento das instituições públicas escolares, que, ao lado da família e outros grupos socializadores, ensinam de maneira sintética “aquilo que a sociedade levou muitos anos para internalizar” (SARAT, 2014, p. 159).

Na concepção de Elias, é por meio da educação que os indivíduos “aprendem a regular sua própria conduta linguística e, na verdade, seu próprio comportamento em geral” (ELIAS, 1994, p. 97, tradução nossa). Os processos de aprendizagem, portanto, contribuem para a submissão da vida instintiva ao rigor e aos padrões sociais e ocorrem por meio das mais diversas instituições e interações sociais.

Se as relações de ensino e aprendizagem estão presentes nas diferentes esferas da vida, é possível, então, afirmar a interdependência entre os artefatos da cultura e os processos educativos. Na concepção das *pedagogias culturais*, a educação extrapola os espaços formais de ensino e inclui variadas produções humanas (ANDRADE; COSTA, 2015), como manuais de etiqueta, obras de arte e cartas – para citar algumas das fontes utilizadas por Norbert Elias. A aprendizagem não está restrita às fases iniciais da vida, mas permanece atuante ao longo de toda a trajetória dos indivíduos. A adequação e a internalização comportamental duram toda a vida e estão condicionadas às características sócio e psicogenéticas das figurações que tomam parte.

Em meio às produções culturais que possuem importante papel neste processo de educação social, destacam-se os artefatos midiáticos, dada sua capacidade de “criar territórios comunicacionais persuasivos”, utilizando de complexas tecnologias para “forjar sujeitos” (ANDRADE; COSTA, 2015, p. 52). Entre as tecnologias que atuam na construção de padrões para a estruturação psicológica dos sujeitos, “mediando esse processo de constituição e de composição de subjetividades e identidades” (PRATES, 2008, p. 111), é possível destacar os jornais impressos.

O caráter pedagógico dos periódicos está presente desde a gênese da imprensa brasileira. Como seu surgimento se deu em uma rede de interdependências em transformação, contribuiu para “marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder” (MOREL, 2015, p. 25). Seu potencial de geração/gestão de novos ordenamentos perpassava cada espaço, cada página, cada decisão editorial, pois a forma como apresenta uma “opinião pública” tem o potencial de “transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” (MOREL, 2015, p. 33).

Em articulação ao processo civilizador, é possível afirmar que os periódicos e todas as seleções que fazem parte do seu processo de confecção (desde tamanho das letras, o uso de determinadas palavras e/ou imagens na produção de sentidos, os poemas e trechos de livros

publicados, as notícias nacionais e internacionais apresentadas, enfim... absolutamente todos os aspectos que os compõem) apresentam uma realidade (já alcançada ou a alcançar) condizente com os limites de tolerância à violência da classe ali representada e acabam por direcionar processos mais conforme suas sensibilidades: “Ao mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produzem [...] sentidos para os processos históricos nos quais esses sujeitos estão inseridos, da mesma forma que participam da construção das próprias subjetividades” (BARBOSA, 2007, p. 15).

No entanto, a concepção de que os jornais, em essência, são um espaço de ensino é dissimulada por “convenções de veracidade”, que o fazem “acreditado como verídico por antecipação” (BARBOSA, 2007, p. 20). Assim, o caráter pedagógico dos jornais, frequentemente, acaba sendo identificado apenas em espaços “próprios” à manifestação de opiniões. Em contraste aos ideais de objetividade, imparcialidade e neutralidade<sup>18</sup>, as crônicas permitem a emissão de opiniões explícitas sobre determinado tema, geralmente envolvendo a apreciação do(a) cronista acerca de eventos rotineiros. “Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia” (CANDIDO, 1992, p. 13).

Voltada aos leitores apressados, que ainda não desenvolveram o autocontrole necessário para a realização de leituras mais longas<sup>19</sup>, as crônicas acabam por abordar temas correntes de maneira mais direta. O cronista, naquele espaço, se torna um observador do social (SIEBERT, 2014, p. 683): de sua posição legitimada, interpreta o cotidiano e influencia o desenvolvimento sócio e psicogenético na figuração de abrangência de seus textos. Por meio de diferentes temáticas e estratégias argumentativas, as crônicas ensinam e estimulam a adequação de condutas às expectativas de seu escritor, da linha editorial do jornal e do grupo que representam.

Perspectivando essas publicações sob o ponto de vista das narrativas<sup>20</sup>, entende-se que não se trata de expressões ingênuas, afinal, “a narrativa é um dispositivo argumentativo que visa seduzir e envolver o interlocutor, desvelando intencionalidades que lhe são implícitas”. Ao mesmo tempo, “ela é uma composição mais heterogênea que homogênea, revelando no

<sup>18</sup> Em referência aos ideais jornalísticos da década de 1950 (BARBOSA, 2007b).

<sup>19</sup> A linguagem mais coloquial admitida nestes espaços também é apreciada por aqueles não habituados aos códigos do jornalismo.

<sup>20</sup> Assim Motta (2013, p. 121, grifo do autor) conceituou narrativas: “são *dispositivos argumentativos* produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou audiência. Regem-se pela situação de comunicação e pelo contexto sociocognitivo de sua produção [...], pelo contexto interlocutivo que as condicionam e as fazem assumir tal ou qual forma [...]. É impossível desconsiderar as manobras e artimanhas discursivas decorrentes das intenções do autor/narrador na análise, sejam elas conscientes ou inconscientes. [...] as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira”.

processo de sua configuração correlações de poder e disputas pela cocriação e interpretação do *sentido público* dos eventos” (MOTTA, 2013, p. 12, grifo do autor).

O conceito de cocriação<sup>21</sup> é importante porque, em última instância, o responsável pela interpretação, no processo de recepção, é o leitor (CHARTIER, 1998). “Ainda que o mando e a *competência* estejam com o sujeito que narra na maioria das vezes, há sempre uma contraforça de quem escuta” (MOTTA, 2013, p. 20, grifo do autor). A antecipação do escritor às demandas (reais ou imaginárias) de seus leitores pode representar um redirecionamento das intenções iniciais de seu ato de escrita. Todavia, é “importante considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam [...] [de] códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular” (CHARTIER, 1998, p. 19), afinal, as relações de poder presentes no contexto socialmente partilhado entre escritores e leitores interferem no processo de recepção e, por vezes, acabam por reificar o sentido de interpretação indicado no texto pelo autor<sup>22</sup>. Por essa razão, é preciso considerar as motivações presentes nos atos de fala, sejam elas conscientes ou não.

Um escritor, quando escreve, possui um objetivo: ter reconhecida sua intenção de produzir determinada compreensão, “Vontade de produzir o efeito pretendido e lograr através de estratégias discursivas que o ouvinte perceba a intenção de produzir esse mesmo efeito” (MOTTA, 2013, p. 38). Assim, quando utiliza do espaço da crônica para abordar um tema específico é porque tem “uma intencionalidade (um efeito de sentido pretendido) que é transferida para o ato de fala narrativo e que interfere na configuração da estória” (MOTTA, 2013, p. 38).

No caso das narrativas de caráter pedagógico, a intencionalidade subjacente à narrativa incide sobre o comportamento dos leitores. Nelas são mobilizadas diversas estratégias (tais como: apenas citar o assunto e/ou realizar comparações entre expectativa e realidade, bem como apontar diretamente o que está “errado” e o caminho “correto” a ser seguido) a fim de direcionar as relações sociais e emocionais no sentido das sensibilidades de quem escreve. Tais narrativas “refletem e condicionam nossas crenças e valores, nossa história e costumes, nossas leis e cultura” (MOTTA, 2013, p. 62), pois “geram cognitivamente novos consensos, reintroduzindo

---

<sup>21</sup> O “ato de fala semiótico no qual o sentido se *coconstrói*, é sempre uma relação concretamente situada. Sujeitos, grupos e instituições narram ou interpretam desde lugares históricos, posições de poder onde um é narrador e o outro destinatário, posições que *per se* implicam já uma correção de forças. [...] Cada situação de comunicação implica uma correlação social e comunicativa própria, local, específica, empírica” (MOTTA, 2013, p. 19).

<sup>22</sup> A interpretação no sentido do emissor é também estimulada pelo contrato de leitura estabelecido entre este e seu público. No decurso das publicações, vão sendo estabelecidas premissas que sustentam os vínculos entre emissores e receptores. Com o tempo, tais “regras” passam a interferir na apreciação da narrativa, direcionando a recepção (FAUSTO NETO, 2007).

a ordem onde a desordem ameaçava, tornando familiar o que antes não era familiar” (MOTTA, 2013, p. 56).

Em uma perspectiva elisiana é possível afirmar que tais narrativas possuem dupla atuação: incitam a rápida adequação comportamental enquanto instrumento de coação externa e estimulam a formação de uma segunda natureza enquanto estratégia de ensino. Assim, a análise em média escala desses microprocessos coercitivos, exercidos cotidianamente sob os indivíduos nas figurações de abrangência do jornal, permite observar não apenas o padrão de civilidade delimitado nas crônicas a partir das sensibilidades de seu autor, como também as tensões inerentes ao processo de civilização das condutas.

## METODOLOGIA

O estudo das mudanças ocorridas em Monte Alegre se deu com recurso à análise de conteúdo temática, um conjunto de procedimentos metodológicos para a análise de comunicações de natureza diversa, que permite a realização de uma hermenêutica controlada, pautada na indução. A intenção subjacente à análise de conteúdo é “*a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*” (BARDIN, 2011, p. 44, grifo da autora). A análise de conteúdo abarcou quatro etapas:

Na pré-análise, foram feitas leituras flutuantes em *O Tibagi* como um todo, buscando nele narrativas que incidissem diretamente sobre o comportamento dos indivíduos residentes em Monte Alegre. Nesse processo, chamou a atenção o tom educativo das crônicas de Hél. Por essa razão, seus escritos foram escolhidos como fontes para o estudo que aqui se propõe. Entre as 509 publicações assinadas pela autora nos 16 anos de jornal aqui investigados, foram selecionadas 214 narrativas que versaram sobre o local e o regional. Em seguida, foram escolhidas apenas as que possuíam caráter pedagógico explícito. Dessa maneira, o conjunto documental para a análise foi composto por 89 narrativas.

Na exploração do material, os dados brutos foram sistematizados por meio da codificação. Para Bardin (2011, p. 133), esta etapa corresponde a “uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo e da sua expressão”. Durante o procedimento de codificação, a partir de operações de recorte do texto,

as temáticas mais frequentes foram definidas como unidades de registro<sup>23</sup>. A partir desse critério, foram elencados os 11 principais temas como unidades de registro: comportamento coletivo, comportamento das autoridades/instituições, comportamento das crianças, comportamento das mulheres, comportamento dos jovens, comportamento dos pais, comportamento nas horas vagas, comportamento no trânsito, educação como transformadora de comportamentos, comportamentos dissonantes e resistência.

Após a codificação, foi realizada categorização, “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 147). O critério para a categorização foi de ordem semântica, sendo o tema a unidade de significação. Assim, as narrativas que versaram sobre a melhor forma de educar os filhos foram agrupadas na categoria “comportamento dos pais”, enquanto as que abordaram as condutas recomendadas aos jovens de Monte Alegre foram classificadas em “comportamento dos jovens” – para citar alguns exemplos ilustrativos.

Por fim, foram realizadas as inferências. A indução a partir dos fatos permite evidenciar os sentidos subjacentes às narrativas, possibilitando conhecer suas condições de produção. No caso específico deste trabalho, estes procedimentos metodológicos possibilitaram identificar as sensibilidades locais, a partir das esferas da vida sobre as quais as narrativas incidiam (categorias), e os processos de adequação comportamental e resistência.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### As sensibilidades em Monte Alegre

As categorias que emergiram na análise de conteúdo temática evidenciam as esferas comportamentais sobre as quais eram dirigidas as crônicas de caráter pedagógico. A forma como cada assunto foi abordado ao longo das publicações evidencia aspectos da sensibilidade da autora e do grupo por ela representado, que, nas relações de poder, acabavam determinando o padrão para as demonstrações afetivas socialmente aceitáveis na figuração de Monte Alegre. A seguir foram apresentados, de maneira sintética, as principais características das categorias que emergiram durante a análise.

---

<sup>23</sup> Bardin (2011, p. 143) assim definiu unidades de registro: “segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

Por se tratar de uma cidade-empresa, as decisões que favoreciam a indústria costumavam balizar as relações sociais. A intervenção de instâncias de poder (como a própria diretoria da fábrica ou o Lions Clube) era frequente na vida das pessoas. Quando a cronista identificava um problema em Monte Alegre que requiritava uma atuação mais direta, algo que o tom pedagógico da crônica não daria conta, escrevia solicitando a atuação das instituições locais: “A nós não compete apontar soluções e sim registrar um fato observado, para ser revisto por quem tenha autoridade para tanto” (*O Tibagi*, 21 jul. 1955, p. 02). Chamou a atenção das autoridades locais para a necessidade de solenidades cívicas, sobre os problemas na estrada e na filtragem da água e em relação a um aliciador de jovens que as convencia trabalhar em uma casa de mulheres.

Na concepção de Hél, a criançada deveria ser “desembaraçada, segura de si, feliz dentro da escola, como num grande lar acolhedor” (*O Tibagi*, 12 jan. 1961, p. 02). Já os jovens deveriam: realizar leituras mais adequadas “ao nível cultural de uma cidade como Monte Alegre” (*O Tibagi*, 14 mai. 1952, p. 02); não ocupar toda a juventude com afazeres para não se sentirem estafados; trabalhar para ajudar suas famílias (incluindo as filhas mulheres); praticar esportes para evitar a ociosidade; ser mais românticos; honrar a pátria; e seguir os ensinamentos dos seus pais.

As mulheres em Monte Alegre deveriam: cuidar da casa e dos filhos, ensinando à família hábitos saudáveis; saber se comportar em locais públicos de acordo com os níveis de demonstração afetiva ali permitidos; atuar em instituições (questiona o fato do Lions Clube permitir a associação apenas para homens); estudar e trabalhar (mesmo que o objetivo final fosse o retorno de seu conhecimento para a instrução da família). Em relação aos pais, o comportamento esperado destes é que mandassem seus filhos à escola. Nesta instituição, “Cada um absorverá de acordo com sua capacidade própria e todos levarão pela vida a fora o ensinamento da professora primária” (*O Tibagi*, 13 ago. 1952, p. 02), aprenderão os comportamentos correspondentes às expectativas das relações sociais locais e terão momentos de aprendizado e de divertimento sadio.

O comportamento das pessoas no trânsito também feria as sensibilidades da cronista. Assim, usando de seu espaço semanal, escreveu reprovando o comportamento dos motoristas apressados, que correm especialmente próximo às escolas e à “Rua das Crianças”, e dos ciclistas que andam na contramão. Fez uma reportagem sobre um acidente com oito estudantes gravemente feridos por um caminhão de toras de pinheiro dando ré na estrada com as luzes apagadas, pedindo para que o “espetáculo triste” servisse como “advertência aos amigos da alta velocidade” em seus brinquedos perigosos [sic] (*O Tibagi*, 24 nov. 1959, p. 02).

A forma como as pessoas utilizavam suas horas vagas também afetava as sensibilidades da escritora e do grupo por ela representado. Por essa razão, versou sobre formas de utilizar o tempo livre: preferencialmente em atividades de esporte e de lazer, tidas como saudáveis para a reposição de energias para o trabalho e para a manutenção da ordem social. Incentivou a leitura “para distrair-se de uma forma mais intelectual” (*O Tibagi*, 30 ago. 1950, p. 02); frequentar o Clube e observar a paisagem ou ter momentos de sociabilidade; e praticar esportes.

Em relação ao comportamento coletivo, o vandalismo e os barulhos na madrugada eram duramente reprovados, bem como os boatos e fofocas; o civismo, dado seu potencial educativo, era estimulado (inclusive cobrado das autoridades); as práticas de filantropia e de cooperação eram incentivadas; bons hábitos de higiene eram cobrados; a ignorância do povo (em aspectos como saúde e educação) era ridicularizada; boas práticas de saúde eram incitadas.

Apesar de todas as tensões oriundas dessas tentativas de normatizar a sociedade montealegrense, as narrativas que incidiam sobre o comportamento coletivo estimulavam ainda a superação dos problemas e a dedicação ao trabalho: mesmo quando vai “de mal a pior” é preciso perceber que “o dia está azul” (*O Tibagi*, 20 out. 1955) e fazer “do seu serviço cansativo uma tarefa amável” (*O Tibagi*, 23 abr. 1959, p. 02).

Por fim, restam ainda duas categorias, que serão analisadas mais detidamente na sessão a seguir, posto que apresentam aspectos da célere internalização comportamental em Monte Alegre, bem como resistências ao projeto civilizador em curso. São elas: comportamentos dissonantes e resistência.

#### Diferença entre nós e eles: esforços civilizadores x práticas de resistência

A opção por aprofundar neste artigo a categoria comportamentos dissonantes tem relação com seu potencial de inferências, uma vez que permite observar as sensibilidades do local de fala da cronista e as esferas da vida sobre as quais seu intento civilizatório incidia; ao mesmo tempo, discorre sobre transformações comportamentais ocorridas na direção do enunciador – embora tenham sido relatadas práticas de resistência. Como não há civilização sem tensão, optou-se por apresentar os resultados e as discussões dessas categorias de maneira conjunta.

A diferença entre “nós” e “eles” nos *Comentários da Semana* apareciam, com frequência, em crônicas que abordavam assuntos relacionados aos moradores dos acampamentos (lenhadores e plantadores de pinho e suas famílias). As condutas apontadas e,

muitas vezes, execradas pela cronista sinalizam aos leitores do jornal em qual direção devem orientar seus comportamentos para serem socialmente aceitos na cidade-empresa.

Essa diferenciação incidia sobre as formas de ser e se comportar daqueles que residiam nos pinhais – mesmo considerando a circularidade cultural dessas narrativas, o índice de leitura entre estes era baixo<sup>24</sup>. Ao mesmo tempo, o caráter educativo dos escritos de Hél também estava voltado para as manifestações sociais e emocionais nas figurações urbanas de Monte Alegre e, nesse contexto, a mesma narrativa desempenhava funções específicas para interlocutores específicos:

Entre os trabalhadores técnicos, graduados, chefes e suas famílias, o teor educativo das crônicas que versavam sobre comportamentos dissonantes dos seus servia para o processo de diferenciação (reforçar/elevar um comportamento e reificar sua posição nas relações de poder). No entanto, em analogia às colocações de Elias em *A Sociedade de Corte* sobre as camadas de duas frentes, acredita-se que o caráter pedagógico dos escritos de Hél dirigia-se, principalmente, ao grupo de operários da fábrica e seus familiares, que estabeleciam relações de interdependência muito mais estreitas com a camada superior, em comparação aos moradores do mato – portanto, deveriam saber como agir de acordo com a expectativa de seus interlocutores nessas ocasiões.

Segundo Elias (2001a, p. 262), as camadas de duas frentes “encontram-se submetidas, com frequência por longos períodos, a coerções particularmente opressivas, sobretudo autocoerções civilizadoras, justamente por viverem sob a pressão de tensões permanentes e conflitos constantes em duas frentes”. Vinda de cima, existe a pressão dos grupos que possuem maior poder, prestígio e autoridade; e de baixo, a pressão de grupos em posição inferior, mas que mesmo assim têm um “papel preponderante como fator de poder na rede de interdependências da sociedade”. Nesta situação, a forma como essas coerções são interiorizadas ocorre com base em maiores chances de poder<sup>25</sup>. O medo da perda de prestígio estimula a adequação comportamental<sup>26</sup>.

A referência recorrente das crônicas às transformações comportamentais dos residentes nos acampamentos, além de servir para marcar os padrões de conduta em Monte Alegre, atendia

<sup>24</sup> Inferência a partir dos escritos de Hél sobre os moradores dos acampamentos.

<sup>25</sup> De acordo com Elias (2001a), suas considerações sobre a sociedade de corte permitem realizar analogias para pensar as sociedades urbano-industriais. Assim, “certamente também se observa nas camadas mais altas de sociedades industriais uma pressão social para elevar-se socialmente, por meio de diversos modos de consumo em função do prestígio, e uma concorrência em torno das oportunidades de status – condicionada pela rivalidade na exibição de símbolos de status e prestígio relativamente caros” (ELIAS, 2001a, p. 90).

<sup>26</sup> Segundo Elias (2001b, p. 44), “a administração dos medos humanos é uma das mais importantes fontes de poder das pessoas sobre as outras”.

a uma necessidade específica daquela figuração: sendo a filantropia incentivada como uma prática a ser adotada entre os membros das classes superiores e estava, frequentemente, voltada ao povo do mato, falar sobre o progresso das criancinhas, das mulheres que se tornaram limpas e dos homens menos étlicos era uma forma de dar uma satisfação aos benfeitores e estimular ainda mais a caridade.

As menções às práticas de resistências (que poderiam ameaçar o ordenamento social local diante a emergência de discursos divergentes às narrativas dominantes) podem ter servido como justificativa às possíveis cobranças de resultados pelo grupo de filantropos. Neste ponto é importante lembrar que Hellê Vellozo Fernandes contribuía pessoalmente com o serviço de Assistência Social local, visitando os acampamentos para a distribuição de ajudatórios. Nestes momentos, aproveitava para ensinar os comportamentos que também estimulava por meio das crônicas.

A tônica geral de seus escritos sobre comportamentos dissonantes indica que a autora entendia que até mesmo as pessoas ignorantes, residentes em figurações de caráter mais rural e com demonstrações afetivas demasiadamente excitadas para seu gosto, poderiam instruir-se por meio da educação<sup>27</sup>. Por vezes escreveu, com tom orgulhoso, sobre as mães que durante suas visitas ostentavam as crianças limpas e penteadas. Diante das práticas de resistência (confrontação a uma exigência comportamental), a posição da autora não era embativa, até porque nas relações de poder encontrava-se em uma posição elevada demais para tal. Em conformidade com seu nível de autocontrole, dizia apenas: “a ignorância alheia deixa a gente triste” (*O Tibagi*, 13 out. 1960, p. 02).

Por fim, antes de iniciar a análise e as discussões propriamente ditas, é importante frisar que as manifestações de Hél contrárias aos comportamentos menos comensurados não ficaram restritas aos trabalhadores do mato e suas famílias; estenderam-se também aos indígenas. E, de

---

<sup>27</sup> A título de exemplo é possível citar a célere transformação de 27 rapazes por meio da escola florestal: “Depois de oito meses, ao entrar na espaçosa sala [...], quase não reconhecíamos a turma de jovens [...] Moços robustos, de macacões azul-marinho, cabelos penteados, rostos rosados, irradiavam uma vitalidade sadia” (*O Tibagi*, 18 jun. 1959, p. 02). A rápida transformação ocorreu por um conjunto de pressões que não estiveram restritas ao curso florestal: ‘Verdade é que viviam num alojamento destinado a eles, sob um regime disciplinar quase militar, em todas as horas do dia, quer quando tinham aulas, quer quando faziam parte prática nos campos, quer quando estavam de folga. Tão surpreendente foi a mudança em cada um deles, que o aprendizado parecia ser coisa secundária’ (*O Tibagi*, 18 jun. 1959, p. 02). Sob esse conjunto de pressões, que incluíram as ações educativas, a vida dos 27 operários mudou: deixaram o cabo da enxada; alguns se tornaram chefes de turmas e outros foram trabalhar em escritórios. Como é preciso grande dose de autocontrole para trabalhar em ambientes fechados, entende-se que o processo de internalização das pressões externas na formação do curso florestal foi exitoso.

igual maneira, na concepção da autora, estes também poderiam ser civilizados por meio do ensino (formal e informal)<sup>28</sup>.

A distinção de autocontrole entre as diferentes camadas de trabalhadores em Monte Alegre foi explorada em diversas passagens, no entanto, em 11 crônicas estas foram o assunto central. A primeira vez que os comportamentos dissonantes foram abordados na crônica de Hél data de 1952. Em *Presença de Crianças*, a autora escreveu sobre o comportamento dos escolares no início das atividades letivas no mato: “descalços, mal penteados, de mãozinhas sujas”, além de “muito quietos e ressabiados”, olhavam para a professora sem nem mesmo entender porque ela queria tanto que aprendessem (*O Tibagi*, 15 out. 1952, p.02). Com o tempo, foram se expandindo e adquirindo confiança: passaram a compreender por que deveriam frequentar os bancos escolares.

Anos mais tarde, abordou a mudança na conduta dos pais moradores de acampamentos em relação à escolarização dos filhos. Inicialmente, muitos dos lenhadores e plantadores de pinho negavam a permissão para que os seus frequentassem a instituição escolar. Segundo a autora, “Por descaso, por desleixo, por ignorância, grande número dos nossos trabalhadores prefere ter os filhos em vadiagem ou no pesado serviço a seu lado, de que nas escolas” (*O Tibagi*, 13 jul. 1961, p. 02). No entanto, segundo indicou Hél, o número de matrículas crescia anualmente, de forma que “dentro de 5 anos, não tenhamos mais crianças analfabetas em Monte Alegre” (*O Tibagi*, 13 jul. 1961, p. 02).

A transformação das sensibilidades dos trabalhadores do mato em relação à necessidade da escolarização dos filhos evidencia a rápida aprendizagem de comportamentos no sentido das expectativas dos grupos dominantes. No caso das pressões exercidas às camadas médias, é possível inferir que o caráter pedagógico desta narrativa estava direcionado aos operários pais de família, pois, se até mesmo as classes mais baixas de Monte Alegre enviavam os filhos limpos à escola, por medo de perder o prestígio conquistado como trabalhador da fábrica era necessário mandar sua aseada prole para à instituição de ensino. Em relação à pressão exercida de cima, a frequência aos bancos escolares poderia representar um reequilíbrio na balança de

---

<sup>28</sup> Existem diversas formas de ensinar e aprender, por isso, é importante frisar que a educação não ocorre somente nos ambientes formais de ensino, como escolas e universidades, mas também na família, no trabalho, na rua, na fábrica e por intermédio dos meios de comunicação. No campo da pedagogia extraescolar, existem “formadores ocasionais que ocupam parte do seu tempo em atividades pedagógicas” (LIBÂNEO, 2002, p. 70) e são encarregados pela transmissão de saberes. Entre outros profissionais, destacam-se os redatores de jornais, que, através de suas narrativas (ou pelo controle das narrativas que são publicadas na editoria sob sua coordenação), têm a capacidade de ensinar um repertório cultural necessário à vida em sociedade.

poder. Assim, rapidamente tornou-se parte da segunda natureza dos trabalhadores operários de Monte Alegre enviar seus filhos à escola<sup>29</sup>.

Em 1957, a célere transformação da sensibilidade das gentes do mato em relação à escolarização e à vacinação serviu como elemento pedagógico aos demais grupos. Nas primeiras crônicas sobre a temática, versou sobre a incompreensão de muitos pais diante o assunto. Depois demonstrou-se admirada com a insistência dos progenitores pedindo escola e vacina para as crianças: “Já se foi o tempo em que o homem simples do corte de lenha ou da plantação era indiferente à instrução da prole ou de qualquer beneficência médica” (*O Tibagi*, 11 set. 1957, p. 02). Além de indicar mudanças na conduta dos familiares em relação à saúde e à escolarização das crianças, aponta para a intencionalidade de sua narrativa: demarcar um patamar socialmente aceitável para o trato com tais questões, afinal, aqueles contrários à educação e à vacinação seriam considerados “atrasados”<sup>30</sup>.

A comparação entre “nós” e “eles” é eficaz em mobilizar a adequação comportamental, uma vez que direciona as condutas no sentido de maiores chances de sucesso social. No caso da figuração de Monte Alegre, a possibilidade de sucesso perpassava a formação, mesmo que elementar, para a futura atuação na empresa.

Como os habitantes dos acampamentos vivam distantes das figurações urbanas de Monte Alegre, a eficácia dos monopólios exercidos pela indústria era reduzida. No entanto, as coerções que sofriam não eram, necessariamente, menores; apenas ocorriam de maneiras variadas sobre diferentes aspectos da vida. A crônica *Pelos Acampamentos* demonstrou algumas das pressões externas que contribuíram para as transformações comportamentais aceleradas apontadas pela autora.

As vacinas, por exemplo, eram administradas no dia do pagamento, que também era dia da distribuição de donativos pelas mãos de Hellê Vellozo Fernandes, representante da assistência social. Segundo a cronista, enquanto o responsável pelos salários fazia seu trabalho, as “mensageiras que somos do Lions, da Assistência ou de amigos, que sempre têm o que dividir com os menos favorecidos” (*O Tibagi*, 05 set. 1957, p. 02) iam realizando visitas de rancho em rancho. A dependência daquelas pessoas ao poder que Hellê Vellozo Fernandes e o guarda-mor (responsável pelos pagamentos) representava, contribuía para a adequação comportamental – pelo menos nos dias em que as cobranças externas eram maiores.

---

<sup>29</sup> Informações pautadas no número de instituições de ensino oferecidas em Monte Alegre.

<sup>30</sup> Expressão adotada por Hél em referência às mudanças de sensibilidade em relação à vacina: até mesmo entre aquela gente humilde havia os que, com voz de autoridade [sic], protestava contra as mães que tinham medo de dar vacina aos filhos. O que até então era “um esforço inaudito” passou a representar “um passo além da palavra ‘atrasado’” (*O Tibagi*, 11 set. 1957, p. 02).

Via de regra, no primeiro encontro, as crianças têm os rostos e as mãozinhas sujas; o couro cabeludo está revestido de grossa camada de carepa; os cabelos empastados, denunciando a falta de banho. Uma mãe de vestido limpo, com um bebê envolvido em panos limpos é motivo de rara alegria.

Então nos dispomos a tarefa desagradável de entrar no assunto de higiene e asseio, de alimentação e vestiário, procurando incutir novas ideias a nossa gente do mato. [...] Prometemos voltar e voltamos!

Então, nossas conhecidas vêm rodear-nos, com as crianças de cabelos a escorrer água, ainda marcados pelos dentes dos pentes (*O Tibagi*, 05 set. 1957, p. 02).

As fontes não permitem afirmar se a apresentação de uma conduta mais de acordo com a expectativa de Héli ocorria apenas nos dias de pagamento ou se havia se tornado prática recorrente, componente de uma segunda natureza. Independentemente da frequência, a adequação comportamental, mesmo que em datas específicas, contribuiu para o desenvolvimento da capacidade de prospecção, elemento característico do processo civilizador. Subordinando “a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro” (ELIAS, 1998, p. 116), como a possibilidade de receber roupas e alimentos da Assistência Social, as mulheres mudaram, ao menos em parte, suas condutas na esfera da higiene.

Assim como um indivíduo que acabou de receber um título de nobreza na corte francesa e que precisava imediatamente conter suas paixões ao preço de tomar partido naquela figuração e tudo que ela representava, para permanecer em Monte Alegre e receber possíveis beneficências era preciso um cuidado maior com a aparência da casa e dos filhos. Com o tempo, as pequenas pressões cotidianas sofridas no interior das redes de interdependência vão sendo internalizadas, passando a compor nos indivíduos uma *segunda natureza*. Sobre o processo de assimilação das pressões externas, Elias (2001a, p. 242) escreveu:

a capacidade de controle e de autocontrole conscientes desenvolve-se em sociedades cuja estrutura específica exige uma dissimulação relativamente permanente e eficaz dos impulsos emocionais momentâneos, como meio de sobrevivência e êxito social, como característica integrante da estrutura da personalidade. Quando um cortesão, já adulto, olha-se no espelho, descobre que aquelas feições desenvolvidas por ele a princípio como uma dissimulação consciente tornaram-se parte integrante de seu próprio rosto.

Esse processo de individualização das coerções sociais não ocorre sem tensões. Apesar da referência da autora à célere transformação comportamental dos residentes dos acampamentos - as resistências se fizeram presentes e foram narradas nos *Comentários da Semana* como exemplo de má conduta:

Limpa com a mão o nariz, cospe ao lado o cigarro e ri da nossa oferta.  
O riso transforma-se em gargalhada se falamos em ajuda! E a gargalhada mistura-se à desculpa e à zombaria:  
- Pois eu tenho que deixar meu serviço da casa pra cuidar de criança, é? Ah ah ah... Vou cuidar todo o dia do bichinho, é? Ah, ah, ah!  
E elucidou-nos:  
- As sras. não vêm que criança não para e que o rancho não tem soalho? Que é tudo terra e a terra é suja?

Passa a mãos sujas pela boca, desliza os dedos pelo vestido que perdeu a cor, apontanos com a unha preta e, triunfante, procura atingir-nos mais profundamente.  
 - As sras. ganham muito dinheiro da Companhia para vir até aqui com essa história de lavar criança e de água que não custa nada. Ganham muito... Mas pra que lavar se suja outra vez? (*O Tibagi*, 05 set. 1957, p. 02).

Desistem dessa mulher, “Ela não entenderia algo como a solidariedade humana” (*O Tibagi*, 05 set. 1957, p. 02). Todavia, seu exemplo serviu para demonstrar aos leitores um tipo de sensibilidade que não era compatível às expectativas dos representantes da “Companhia”. A falta de higiene apresentada como um comportamento reprovável marca aquilo que é considerado “atrasado”, ao mesmo tempo em que estimula e reforça o desejo de transformação pela distinção.

Em 1961, outra prática de resistência às ações civilizatórias foi abordada. Na crônica *Dia de folga e outros dias*, a autora narrou o episódio em que foram “muito felizes” distribuir sabonetes às crianças do mato. Todavia, segundo é possível inferir a partir de sua descrição, a cena que presenciaram lhes feriu a subjetividade, tornando-os “tristes pela ignorância alheia”:

Uma cabocla de saias em trapos, blusa aberta de rasgões, cabelos desgrenhados e ar feroz, ao ver o conteúdo do pacotinho que seu garoto ganha, investe contra nós:  
 - Ocha, dona, esse negócio de falar em tomar banho não é de valia alguma por aqui. A sr<sup>a</sup> guarde seu sabonete, que gente pobre não tem tempo de cuidar das crianças e viver de vassoura em punho. Essa história de lavar aqui, lavar ali é pra gente rica, entendeu? (*O Tibagi*, 17 ago. 1961, p. 02).

Por mais que diferentes formas de coerção atuassem cotidianamente sobre os indivíduos, havia aqueles que, a depender da esfera da vida, não internalizavam determinadas normativas de caráter civilizatório. A citação evidencia parte das tensões do processo civilizatório em curso em Monte Alegre e em muito se assemelha à crônica de 05 de setembro de 1957. Em ambos os casos, a hierarquia entre ricos e pobres e as diferentes sensibilidades em relação às práticas de higiene foram evidenciadas, servindo aos leitores como maus exemplos de conduta. E mais: ao reprovar o comportamento resistente de uma cabocla e de uma preta (expressões utilizadas pela autora), não apenas marcou as condutas aceitáveis para o campo e para a cidade, mas também perpassou um possível caráter étnico das práticas reprováveis. Essa argumentação pode ter contribuído para o desejo de distinção, especialmente porque muitos dos moradores das figurações urbanas de Monte Alegre e que tinham acesso às narrativas de Hél eram descendentes de imigrantes europeus (CORAIOLA, 2003).

Segundo a cronista, a falta de higiene da gente dos pinhais advinha do fato de que as mulheres, que haviam se tornado mães, foram criadas no meio do mato, “nunca tiveram escola ou guia” e pouco entendiam daquilo que lhes era explicado. Em sua concepção, as ações da assistência muito contribuíam, mas não poderiam “operar milagres” naqueles que há quarenta

anos agiam da mesma forma e não haviam adquirido “recursos para que pudesse melhorar de padrão de vida”. Restava, então, instruir-lhes os filhos: “A escola, por mais modesta que seja, dará a essas crianças outra linha de conduta; [...] prepará-las-á para uma vida melhor” (*O Tibagi*, 09 abr. 1959, p. 02). Conforme Hél indicou, a educação das novas gerações fazia parte das intencionalidades do grupo dominante para a civilização de Monte Alegre. A possibilidade de influenciar nas aprendizagens sociais, desde a infância, por meio da escola, contribuía para a formação de indivíduos mais autodisciplinados – em comparação aos pais – e, ao mesmo tempo, representava um investimento da empresa na formação de seus futuros empregados<sup>31</sup>.

Figura ainda entre as crônicas sobre comportamentos dissonantes aqui problematizadas uma que versa sobre o potencial transformador de condutas que Monte Alegre tinha, graças ao exercício de diferentes monopólios pelo grupo dominante. Em 1961, em *O filho de Mahá*, Hél apresentou a história de um caingangue de “moral duvidosa”, que vivia nos arredores da Fazenda, e seu filho Poveinã, de 16 anos e já “Degenerado como pai” (*O Tibagi*, 15 jun. 1961, p. 02). A necessidade de cuidados médicos para o jovem, em ocasião de uma enfermidade nos pulmões, os fez procurar por assistência na cidade-empresa. Assegurado o tratamento, Mahá deixou seu filho sozinho no hospital, obrigando-o a vencer seus próprios medos:

Sentia-se como animal indefeso, olhando medrosamente em torno de si, como se cada pessoa ao seu redor fosse atacá-lo. [...] encolheu-se num canto, de cócoras. Não sabia equilibrar-se na cama alta e foi preciso colocarem um colchão no chão, para ele se deitar.

Os outros doentes primeiro riram; depois, com pena, cuidaram dele. Ensinaram-lhe a falar, a comer com talheres, a vestir o pijama e a usar o banheiro. (*O Tibagi*, 15 jun. 1961, p. 02).

Nos oito meses em que permaneceu no hospital de uma das figurações urbanas de Monte Alegre, demonstrou imensa facilidade para aprender. Passou a apresentar-se de “cabelo lavado, roupa limpa e penteado”, de forma que seu pai não o reconheceu quando foi buscá-lo. Na hora de ir embora, Poveinã hesitou, mas seguiu o pai, demonstrando que, mesmo havendo uma série de pressões pontuais que contribuem para a adequação das condutas, existem determinados comportamentos, mais ou menos enraizados, que, por vezes, se sobressaem aos intentos civilizatórios do grupo dominante nas relações de poder.

Por fim, resta ainda falar sobre Carolina, a personagem central da crônica *Nos Campos e nos Pinhais*, também publicada em 1961. Nesta narrativa, Hél contou a história de uma moça que nasceu no mato e que foi trabalhar na cidade, em casa de família. Em ocasião do emprego, passou a vestir-se bem com o que ganhava de suas patroas. Foi por essa razão que Hellê Vellozo

---

<sup>31</sup> Segundo o Elias (2001a, 242), todas as camadas das sociedades industriais foram educadas para ganhar seu sustento por meio do trabalho. Nestes espaços, “A dissimulação das pulsões espontâneas, o encouraçamento e a transformação das emoções elementares [...] são condicionados pelas coerções do trabalho e da carreira”.

Fernandes mal pode reconhecê-la naquela “mulher desleixada de acampamento”, com uma criança de feições de macaco no colo. Carolina tentou se justificar em relação à doença da filha, afinal, não era tola; “Está embrutecida pelo sofrimento, pela miséria, mas aceita francamente ir tratar a criança em Pinheiral” (*O Tibagi*, 09 nov. 1961, p. 02), mesmo com o marido contrariado.

Em dois meses no hospital em uma das figurações urbanas da cidade-empresa, a criança de dois anos era “um pequeno milagre”: estava nutrida e havia perdido o ar de “animal doente”, já caminhava e ensaiava a primeiras palavras. O problema era: a Carolina queria ir embora antes da conclusão do tratamento da filha, uma vez que o marido estava questionando sua ausência. A cronista tentou convencê-la a permanecer no hospital por mais uns dias e a moça assentiu. Todavia, na manhã seguinte, a mãe havia fugido levando a criança. “O marido achara que não valia a pena esperar, só por causa de uma criança...” (*O Tibagi*, 09 nov. 1961, p. 02). Nesta narrativa, a autora evidencia a força das relações sociais na orientação das condutas. Enquanto esteve na cidade, sob influência – inclusive estética – de suas patroas e de outros indivíduos em constante supervisão, “era mocinha toda prosa, penteada, pintada, amiga dos nossos cremes e dos nossos perfumes”. Após se casar com um lenhador, foi morar num acampamento onde as pressões externas eram menores (exceto no dia de festa, santo ou de pagamento), reduzindo assim a cobrança de si.

Tanto a história de Poveinã como a de Carolina demonstram a funcionalidade das pressões externas no processo de adequação de sensibilidades. Conforme postulou Elias, até a dissimulação comportamental tornar-se parte da *segunda natureza* do indivíduo, são necessárias restrições impostas pelas relações de interdependência: “Grupos humanos que talvez ainda não estejam em condições de controlar bem suas pulsões e afetos, mediante suas próprias forças”, precisam ter suas “faculdades de autodisciplina” reforçadas (ELIAS, 1998, p. 24). Ao distanciarem-se das figurações urbanas, onde as relações de interdependência eram mais estreitas, foram relaxando o comportamento, agindo de forma discrepante às pressões civilizatórias urbanas que lhes vinham coagindo as ações.

Sobre as práticas de resistência é importante problematizar duas questões. Na crônica, Hél se refere às tensões de indivíduos que, por residirem nos acampamentos, possuíam redes de interdependência mais alargadas, razão que tornava suas condutas excitadas toleráveis. Os comportamentos dissonantes às demandas sociais locais eram admitidos somente aos trabalhadores do mato, já que suas manifestações emocionais ocorriam distantes das vistas das classes dominantes. No caso dos operários da fábrica e suas famílias, pela posição social ocupada na figuração de Monte Alegre, as paixões deveriam ser refreadas e orientadas, preferencialmente, no sentido das relações de poder. Para essas camadas médias, as narrativas

que abordaram as más condutas (ou da transformação comportamental) dos moradores dos acampamentos os pressionavam duplamente, pois, ao apontar determinada atitude condenável, também estabeleciam um padrão para as ações e manifestações emocionais socialmente desejáveis. Tais narrativas, que representam apenas uma esfera pedagógico-civilizatória dentro dos diferentes monopólios exercidos pelo grupo dominante na cidade-empresa, contribuíram para a adequação comportamental e, ao longo da vida, para a formação de uma *segunda natureza*.

Por fim, por mais que a Klabin tente inscrever-se na História como “mais que uma empresa, uma família; mais do que uma família, uma causa. A causa do progresso, com justiça, de nossa Pátria” (LÁFER, 1972 *apud* FERNANDES, 1974, p. 220), suavizando os embates civilizatórios que fazem parte da transformação da paisagem e dos trabalhadores oriundos de formações rurais em urbano-industriais, acredita-se que as ações de resistência aos microprocessos civilizadores, exercidos cotidianamente sobre as diversas esferas da vida dos indivíduos da figuração de Monte Alegre, tenham sido mais frequentes do que as crônicas revelaram. A manifestação de discursos dissonantes às intencionalidades do grupo dominante para o desenvolvimento da cidade-empresa poderia representar um reequilíbrio nas relações de poder, tendo sido, por essa razão, abordados apenas duas vezes nas narrativas aqui estudadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo civilizador pode ser definido como um processo “rumo à autorregulação mediante o aprendizado pessoal dos controles dos afetos e das pulsões, no sentido de um modelo de civilização específico da sociedade, a fim de que possam conviver consigo mesmo e com os outros seres humanos” (ELIAS, 2006, p. 21). Segundo Elias (2006), em estágios iniciais de desenvolvimento os indivíduos necessitam de apoio e reforço contínuo, exercidos por meio de diferentes formas de coações externas.

No caso do processo de desenvolvimento de Telêmaco Borba, ao observar um recorte de 16 anos, que compreende uma parcela de um processo civilizador maior, foi possível constatar que as pressões exercidas sobre os residentes da cidade-empresa de Monte Alegre, entre os anos de 1948 e 1964, ocorriam por meio de uma série de monopólios e eram reforçadas por meio das narrativas de caráter pedagógico publicadas no jornal *O Tibagi*. A opção por trazer ao debate público determinado assunto, a realização de comparações entre um padrão considerado ideal e aquele que necessita se adequar e/ou a manifestação de sanções pedagógicas explícitas exerciam cotidianamente sobre os leitores, e a comunidade em geral, micropressões,

que iam lhes requisitando a adequação comportamental, e posterior desenvolvimento de uma segunda natureza, na direção das narrativas.

Os dominantes nas relações de poder, no lugar de aguardar que o processo de civilização dos moradores de Monte Alegre ocorresse em seu ritmo, conforme as redes de interdependência fossem se estreitando e exigindo comportamentos condizentes, utilizaram do espaço do jornal para acelerar o processo de desenvolvimento local, a partir da publicação de narrativas direcionadas cuja intencionalidade era a transformação psicogenética da população. O caráter educativo era presente em *O Tibagi* como um todo, entretanto, as crônicas de Hél foram um local privilegiado para o ensino dessas sínteses. Pelas características biográficas da autora e pelo grupo ao qual pertencia, possuía discurso autorizado para cobrar dos leitores comportamentos condizentes com as sensibilidades dos dominantes nas relações de poder.

Diversas foram as esferas da vida sobre as quais suas narrativas incidiram, demonstrando as sensibilidades, os limites de violência e de manifestação comportamental socialmente aceitos em Monte Alegre. Ao versar sobre como deveria ser o comportamento dos jovens, das mulheres e dos pais, para citar alguns exemplos, demarcava um padrão que exercia pressão sobre sua própria classe – no sentido de reforçar/elevar comportamentos e reificar sua posição nas relações de poder, mas que, principalmente, coagia a modulação comportamental e o desenvolvimento de uma segunda natureza nas camadas médias, formada pelos trabalhadores operários e suas famílias, que tinham sua posição constantemente ameaçada pelas classe inferiores. A recorrente referência de Hél às céleres transformações comportamentais experimentadas pelos residentes dos acampamentos servia como um instrumento de pressão à camada de duas frentes.

As mudanças apresentadas por Hél em relação aos comportamentos que eram dissonantes demonstram a eficácia do conjunto de pressões normativas exercidas na cidade-empresa na reorientação das expressões emocionais. Ao mesmo tempo, um olhar mais detido à fonte – possível por se tratar de um recorte de média duração – demonstra que embates foram presentes. As práticas de resistência, no entanto, não foram capazes de redirecionar o desenvolvimento local. Os diferentes monopólios exercidos pela Klabin em Monte Alegre, somados às narrativas de caráter pedagógico, transformaram os comportamentos manifestos naquele espaço, adequando o trabalhador oriundo de formações de caráter mais rural em trabalhador urbano-industrial<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> A relação com o trabalho é um dos elementos que compõe o *habitus* local. A título de exemplo, o principal monumento em Telêmaco Borba, o Homem de Pedra, situado na Praça Horácio Klabin, é uma homenagem aos trabalhadores. Nele está inscrito: “a solidez da pedra eterniza a gratidão deste município ao trabalhador”.

Por fim, em relação às proposições teóricas que a análise empírica visava verificar, entende-se que abordagens de média duração para o estudo dos processos civilizadores é plausível e exequível sem a necessidade do trabalho com amostragens, o que permite observar cada microcoerção exercida, bem como as práticas de resistência e possíveis redirecionamentos do processo civilizador. É importante, no entanto, fazer uma ressalva: este tipo de pesquisa deve estar inserido dentro de um processo de desenvolvimento maior e o recorte temporal deve sempre ser determinado pelas características do problema, das fontes e da figuração investigada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. D.; COSTA, M. V. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Textura**, v. 17, n. 34, p. 48-63, mai./ago. 2015.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro; Mauad X, 2007a.

BARBOSA, M. Meio de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. **Mídia e memória**. A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. **Revista de História**, ano 16, v. 30, n. 62, p. 261-294, abr./jun. 1965.

CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, D. R. **Telêmaco Borba o município**: história política da capital do papel e da madeira. Curitiba, 2006.

CHARTIER, R. **A aventura do livro** – do leitor ao navegador. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CORAIOLA, A. M. **Capital do Papel**. A história do município de Telêmaco Borba. Curitiba: A.M.S. Coraiola, 2003.

ELIAS, N. **Escritos & Ensaio**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, N. **Teoría del símbolo**. Un ensayo de antropología cultural. Barcelona: Península, 1994b.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**, volume 2: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAUSTO NETO, A. Contratos de Leitura entre regulações e deslocamentos. In: **Diálogos Possíveis**, ano 6, n. 2, p. 1-21, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1528-2.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FERNANDES, H. V. Monte Alegre, Cidade Papel. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

KOLODY, H. Escreveu Helena Kolody a autora. In: FERNANDES, H. V. **Monte Alegre, Cidade Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

LIBÂNEO, J. C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In: LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

MERCER, E. A.; MERCER, L. L. **História de Tibagi**. Prefeitura Municipal de Tibagi, 1934.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PASSOS, J. **O Brasil em movimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PILOTO, V. Sem Título. In: HÉL. **Pioneiros do Iguatemi**. Universidade Federal do Paraná, 1966.

PIQUET, R. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1998.

PRATES, C. J. **O Complexo W.I.T.C.H. acionando a magia para formar garotinhas nas redes do consumo**. 2008. 189p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2008.

SARAT, M. Contribuições de Norbert Elias aos estudos da infância e Processo Civilizador. In: GEBARA, A.; COSTA, C. J.; SARAT, M. (orgs.). **Leitura de Norbert Elias: Processo Civilizador, Educação e Fronteiras**. Maringá: Eduem, 2014.

SIEBERT, Silvânia. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 675-685, set./dez. 2014.

WILLER, M. R. **Harmonia: uma utopia urbana para o trabalho**. 1997. 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

## 10. ARTIGO VIII – A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE UM FUNDO SOCIAL DE CONHECIMENTO E NO RITMO DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO

Ana Flávia Braun Vieira

Miguel Archanjo de Freitas Junior

### RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a contribuição do jornalismo na construção e disseminação de um fundo social de conhecimento e sua célere aprendizagem. Para tanto, visando averiguar a hipótese de que o caráter pedagógico da imprensa – expresso na publicação de sínteses de comportamentos socialmente desejáveis – contribui para a rápida internalização de normativas comportamentais e estimula o ritmo de desenvolvimento dos processos sociais, foi realizada a análise de conteúdo das “Crônicas da Cidade”, escritas por Marenfis e publicadas no jornal *O Tibagi* entre 1948 e 1964. A análise buscou conhecer aspectos dos saberes socialmente partilhados em seu espaço de circulação e da transformação comportamental local, mobilizados principalmente pelas narrativas que incitavam o medo e a vergonha. Adotando um recorte temporal médio de análise, foi possível conhecer os saberes mobilizados pelo cronista e que mediaram as experiências possíveis na cidade-empresa e, por extensão, direcionaram a adequação comportamental. A partir da análise das aceleradas mudanças de conduta ocorridas em Monte Alegre, foi possível confirmar a atuação imprensa como elemento influenciador dos conteúdos pertencentes ao fundo social de conhecimento em suas figurações de abrangência.

**Palavras-chave:** Processo Civilizador; Sociologia do Conhecimento; Fundo Social de Conhecimento; Jornalismo; Aceleração.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo civilizador pode ser caracterizado como uma “mudança estrutural ocorrida em pessoas na direção de maior consolidação e diferenciação de seus controles emocionais e, por conseguinte, de sua experiência [...] e de sua conduta” (ELIAS, 2011, p. 209). No processo de desenvolvimento de um modelo de interpretação sociológica<sup>1</sup>, os estudos de Norbert Elias sobre diferentes aspectos dos processos civilizadores intentaram tanto demonstrar que essas mudanças ocorrem em direções específicas<sup>2</sup>, quanto fornecer uma explicação para tais

---

<sup>1</sup> No cerne de das investigações de Elias estava o problema da relação entre as estruturas psicológicas individuais (estruturas de personalidade) e aquelas criadas por indivíduos em dependência mútua (estruturas sociais). Diferentemente da perspectiva sociológica vigente em sua época, Elias entendia que tais estruturas se desenvolvem de maneira interdependente e seguem em constante transformação.

<sup>2</sup> Pilatti (2003, p. 07) explicou essa questão: “Duas direções, polares e complementares, estão sempre juntas. Progressos nas duas direções [civilização/descivilização e envolvimento/alienação] podem suceder-se ou podem estar presentes, simultaneamente, na forma de ajustes uniformes e variáveis”.

transformações. Na concepção do autor, as investigações empíricas dos processos de civilização deveriam se valer da longa duração, considerando muitas gerações. Para tanto, entendia como necessária uma abordagem comparativa e a adoção de uma microescala de análise, visto que “a investigação detalhada de uma determinada sociedade fornece material para uma investigação do problema teórico mais genérico” (ELIAS, 2001, p. 159).

A civilização das condutas, ou seja, “a auto-regulação individual dos impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões” (ELIAS, 2006, p. 21), ocorre – sob determinadas condições – devido à disposição natural que os seres humanos possuem para aprender. Segundo Elias, a capacidade de “utilizar modelos aprendidos para refrear ou canalizar os impulsos relativamente elementares e espontâneos do organismo é um traço exclusivamente característico da espécie humana” (ELIAS, 1998a, p. 121) e possibilitou o desenvolvimento da humanidade.

Os saberes que hoje pautam o comportamento dos seres humanos, em diferentes figurações<sup>3</sup>, são resultantes de um longo processo de aprendizagem. A transmissão de sínteses<sup>4</sup> possibilitou a aceleração no ritmo de mudança desse processo (ELIAS, 2001, p. 39), uma vez que, “pelo trabalho preliminar realizado hoje, [as gerações futuras] poderão adquirir um conhecimento mais amplo e mais seguro que o atual” (ELIAS, 2006, p.67). Isso ocorre porque todo indivíduo, por maior que possa ser a sua contribuição à história da humanidade, a desenvolveu a partir de um “patrimônio de saber já adquirido”, com o qual ele colaborou para ampliar (ELIAS, 1998b, p.10).

Visando aprofundar certas noções apontadas em seus trabalhos sobre os processos civilizadores, parte do trabalho sociológico de Elias foi dedicado ao estudo da formação desse fundo de conhecimento comum, socialmente partilhado. Esse conjunto de saberes é cumulativo e “pertence a cada grupo humano, que dentro dele age, sente e pensa. Um fundo histórico e em mudança recebido por cada um, que também é responsável por aumentá-lo e preservá-lo” (SÁ, 1998, p. 09).

---

<sup>3</sup> O conceito de figuração é aplicável à análise das “ações de dois ou mais grupos ou pessoas interdependentes que se relacionam por meio de uma concorrência intrínseca, mais ou menos regulada” (QUINTEIRO, 2010, p. 53). As figurações possuem tamanho variado, podendo abranger desde um grupo de jogadores de cartas até uma nação. Segundo Elias e Dunning (1985, p. 26), “as ações de uma pluralidade de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades emergentes, tais como relações de força, eixos de tensão, sistemas de classes e de estratificação, desportos, guerras e crises econômicas”.

<sup>4</sup> A noção de síntese remete aos saberes, elaborados no correr das gerações, socializados de maneira concisa (mais congruente à realidade física) – sem necessariamente incluir nesse processo de ensino-aprendizagem as etapas anteriores que levaram à configuração atual de tal conhecimento. Elias (1998a, p. 78) explorou mais detidamente a questão no livro *Sobre o Tempo*. Segundo o autor, aspectos temporais que hoje parecem espontâneos requisitaram um esforço muito grande para chegar ao estágio atual, “o de uma síntese que engloba a longa série das sínteses de nossos ancestrais”.

Cada figuração possui seu próprio fundo social de conhecimento – podendo partilhar similaridades em sua composição com outras formações sociais, especialmente em relação ao conhecimento científico. A construção desse conjunto de saberes inicialmente se deu de forma mais lenta, porque menos congruente com a realidade. Ao longo das gerações, os próprios conhecimentos adquiridos estimularam o desenvolvimento da capacidade de prospecção, que, paulatinamente, passou a orientar<sup>5</sup> – ao menos em curto prazo – os saberes a serem aprendidos pela descendência.

Na concepção de Elias, quanto mais congruente é o conhecimento com a realidade, maior é a capacidade humana de antecipação: “Junto com o avanço do conhecimento científico desses níveis da natureza, avança a capacidade das pessoas de manipular e controlar os processos para os seus próprios fins” (ELIAS, 1998b, p.40). É neste ponto que este trabalho propõe uma reflexão sobre a contribuição do jornalismo na construção e disseminação de um fundo de conhecimento coletivo e sua célere aprendizagem<sup>6</sup>.

De maneira intencional ou não, o caráter pedagógico da imprensa<sup>7</sup> contribui para a constituição de um fundo partilhado de saberes socialmente requisitados na figuração de sua abrangência. Dadas as relações de poder, que lhe asseguram o local de enunciação, as sínteses publicadas nas páginas dos jornais, ao lado de outros elementos aceleradores<sup>8</sup>, contribuem para a rápida internalização de normativas comportamentais – especialmente no caso de narrativas educativas que mobilizam o medo e a vergonha –, estimulando o ritmo de desenvolvimento dos processos sociais.

---

<sup>5</sup> Assim como em outros processos, a construção e disseminação de um fundo de conhecimento responde às relações de poder da figuração na qual é constituído (ELIAS, 1994b).

<sup>6</sup> Segundo afirmou Elias (2001, p. 159), nas sociedades contemporâneas o monopólio governamental é exercido com a ajuda dos meios de informação, uma vez que estes são encarregados “da interpretação de todos os acontecimentos e das estruturas da sociedade”.

<sup>7</sup> Na intersecção com a noção de processo civilizador, é possível afirmar que os jornais e todas as seleções inerentes à sua confeição apresentam uma realidade que direciona os processos mais conforme as expectativas de seus editores. Esse caráter pedagógico se acentua principalmente em narrativas que incidem diretamente sobre o comportamento dos leitores.

<sup>8</sup> São exemplos de elementos aceleradores: o crescimento do repertório de saber; a legislação decorrente da centralização do poder, em âmbito nacional, estadual e municipal; o incremento na divisão de funções, aumentando cada vez mais a interdependência entre os indivíduos e, por conseguinte, a interiorização de um tempo de maior sincronização; a ampliação da capacidade de prospecção; e o avanço tecnológico, com destaque para o desenvolvimento de formas eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses. Segundo Vieira (2018, p. 495), “Em maior ou menor medida, esses elementos interdependentes vêm se desenvolvendo ao longo de muitas gerações. Alguns deles, inclusive, foram apontados por Elias, a exemplo da capacidade de prospecção. Entretanto, acredita-se que a partir do final do século XIX e início do XX, dadas as transformações nas estruturas sociais e psicológicas, eles se expressam de maneira mais contundente, contribuindo para a aceleração dos processos”.

Para estudar essa hipótese, foi realizada a análise de conteúdo das crônicas de Marenfis, publicadas entre 1948 e 1964<sup>9</sup>, no jornal *O Tibagi*, visando conhecer aspectos dos saberes socialmente partilhados em seu espaço de circulação e da transformação comportamental local, mobilizados por narrativas que incitaram o medo e a vergonha. Este semanário foi escolhido para a análise por seu importante papel no ordenamento social na cidade-empresa<sup>10</sup> de Monte Alegre (atual município de Telêmaco Borba – PR). De igual maneira, as crônicas de Marenfis nele publicadas cumpriram importante papel na redução de um “choque de civilização” entre os indivíduos com diferentes níveis de autocontrole, ao estimular a homogeneização comportamental.

A adoção de um recorte temporal de 16 anos, à primeira vista, pode ser contraditória às considerações iniciais de Elias sobre os estudos dos processos em longa duração. No entanto, no final da sua trajetória intelectual, além de relacionar à longa duração um recorte temporal de 27 anos (ELIAS, 2006), admitiu pequenos recortes no “estudo dos processos de duração relativamente curta<sup>11</sup>” (ELIAS, 1998b, p. 45). Assim, este trabalho adota um período médio, entendendo que “as relações sociais correntes são apenas um momento em um processo de longa duração, que leva do passado, passando pelo presente, ao futuro” (ELIAS, 2006, p. 199).

O desenvolvimento dessa pesquisa possui dupla relevância: ao mesmo tempo em que verifica a pertinência da adoção da teoria dos processos civilizadores em recortes temporais de média duração<sup>12</sup>, a partir da noção aceleração do processo civilizador estimulada pela influência do jornalismo na construção e disseminação de um fundo social de conhecimento, busca, com este olhar mais detido, evidenciar parte dos conteúdos dos “patrimônio de saber” da Monte Alegre antiga e que constituíram aspectos sócio e psicogenéticos daquela figuração.

## MARCO TEÓRICO

O sociólogo Norbert Elias foi tardiamente reconhecido pelo desenvolvimento de um conjunto de noções que possibilitam o estudo de diferentes aspectos dos processos

---

<sup>9</sup> Este recorte justifica-se em razão do início das atividades do jornal *O Tibagi*, em 23 de novembro de 1948, e a data da instalação oficial do município de Telêmaco Borba, em 21 de março de 1964 – início de uma nova conjuntura local e, em seguida, nacional [em referência à ditadura militar].

<sup>10</sup> Conjunto de equipamentos comunitários e moradias edificadas pelas empresas para seus funcionários, nas quais “a fábrica cria uma ‘cidade’ nova e [dadas as relações de poder] tem condições de gerir a vida do lugar com grande autonomia” (CORREIA, 2001, p. 85). Entre as especificidades das cidades empresas, Correia (2001) destacou os estreitos vínculos entre a aglomeração e a empresa que detém a propriedade de grande parte ou da totalidade dos imóveis do lugar e que emprega a maioria de sua população.

<sup>11</sup> Elias (2006, p. 55) identificou ao curto prazo recortes temporais de um ou dois anos.

<sup>12</sup> Recortes temporais que abrangem entre 10 e 50 anos, segundo as discussões sobre durações concebidas a partir de Braudel (1965).

civilizadores<sup>13</sup>. Segundo Pereira (2002), mais que uma tese, o autor desenvolveu um novo paradigma para a Sociologia. Além da elaboração de “conceitos sociológicos fundamentais”, como civilização, figuração e processos sociais (NEIBURG; WAIZBORT, 2006), em sua vasta trajetória, Elias também contribuiu para a sociologia do conhecimento, rompendo com a visão dominante da filosofia de sua época.

Ao aprofundar questões relativas ao processo civilizador e dedicar-se à sociologia do conhecimento, recusou a tradição filosófica que entendia que “a aquisição de conhecimento para cada ser humano é universalmente a mesma” (ELIAS, 1998b, p. 26) e que também desconsiderava as características temporais e espaciais, bem como o nível de conhecimento ao qual o indivíduo tinha acesso. Na concepção de Elias, o conhecimento humano é transmitido ao longo das gerações, sendo adquirido por cada ser humano por meio da aprendizagem social:

As teorias sociológicas do conhecimento têm de quebrar a tradição firmemente entrincheirada, segundo a qual cada pessoa em termos de seu próprio conhecimento é um começo. Ninguém é. Cada pessoa parte da palavra e entra na preexistente corrente de conhecimento, que ela pode melhorar ou aumentar. Trata-se sempre, entretanto, de um fundo de conhecimento já existente que avançou ou é levado a declinar (ELIAS, 1998b, p. 27-28).

Os fundos de conhecimento são presentes em todas as sociedades humanas, mas variam de acordo com seus diferentes estágios de desenvolvimento. Esse conjunto de saberes possui fronteiras definidas, ainda que alguns de seus membros possam trabalhar para alterá-las. Além das limitações impostas pelas estruturas sociais e psicológicas da figuração, há a interferência das relações de poder sobre o campo das experiências possíveis, portanto, na definição dos conteúdos socialmente partilhados (ELIAS, 1994b).

Em uma perspectiva de longa duração, é possível afirmar que, inicialmente, esses conhecimentos são mais orientados pela fantasia e vão, ao longo do tempo, se direcionando para uma maior congruência com a realidade (ELIAS, 1994b), possibilitando aos indivíduos antecipar-se às demandas visando benefícios futuros<sup>14</sup>. Neste ponto, é importante destacar que o rumo de um processo de desenvolvimento “nunca foi planejado como tal, mas é o resultado imprevisto de uma infinidade de ações humanas e de interações planejadas” (GOUDSBLOM, 2014, p. 75). É sobre estas ações intencionais<sup>15</sup> que este artigo irá se ater.

---

<sup>13</sup> Elias entendia que as noções por ele desenvolvidas serviriam como “modelos sociológicos de processos mais duradouros, como o do processo civilizador e o da formação do Estado, ou de modelos de figurações específicas dentro de tais processos” (ELIAS, 2001, p. 58).

<sup>14</sup> Essa forma de agir mais orientada para as necessidades posteriores do que para o presente imediato exige uma autodisciplina muito rigorosa e estável (ELIAS, 1998a, p. 116).

<sup>15</sup> A esse respeito, Elias (1998b, p. 40-41) escreveu: “Estamos numa fase em que o conhecimento de como avançar sistematicamente esse conhecimento congruente com a realidade [...] é difundido com rapidez de seu berço europeu, alcançando cada vez maior número de setores da humanidade. Junto com o avanço do conhecimento

Em um olhar mais detido, de recorte médio, é possível estudar as ações propositais de indivíduos, grupos e/ou instituições que buscam orientar a seleção dos conteúdos que formam o fundo comum de conhecimento, bem como o impacto destas sobre as figurações. Como os seres humanos têm suas existências orientadas pelos conhecimentos que possuem, o controle desses saberes é objeto de disputa nas relações de poder. Ao contribuir para o esquecimento ou para a evidência de determinado conteúdo, os dominantes têm o poder de influenciar – e até mesmo acelerar – os processos de desenvolvimento, sejam eles civilizadores ou não.

Essa influência é assim chamada porque os processos de formação do fundo social de conhecimento são resultantes de tensões, inerentes às relações de poder em qualquer figuração. Ou seja, as intenções podem até ser determinadas, mas seus efeitos não são totalmente previsíveis – sequer na curta duração. Outro fator a considerar na formação desse patrimônio de saber é a possibilidade de participação de todos os seres humanos em sua ampliação. No entanto, determinados conteúdos são reprimidos ou esquecidos, distorcidos ou expurgados “de acordo com a distribuição de poder entre os grupos que controlam a produção e a disseminação do conhecimento” (ELIAS, 2008, p. 533), hierarquizando e excluindo determinados saberes.

Como a cultura da classe dominante é o padrão requisitado para o “sucesso social”, os saberes e comportamentos por ela valorizados passam a ser praticados por diferentes grupos<sup>16</sup>. Nesse processo, os indivíduos vão aprendendo a reprimir seus impulsos, adequando suas condutas às demandas crescentes de suas redes de interdependência. Esse processo, a despeito de movimentos regressivos, tem-se acelerado em ritmo progressivo, “apoiado em todo tipo de técnicas auxiliares” (ELIAS, 1998b, p. 52), como a publicação de conteúdos desejáveis pela imprensa.

Ao fazer a mediação entre os indivíduos e as transformações do seu cotidiano, a imprensa influencia no direcionamento dos processos históricos e na constituição das subjetividades (RIBEIRO; FERREIRA, 2007, p. 07). Esta capacidade está pautada em convenções de veracidade, nas quais o conteúdo jornalístico é tomado como verdadeiro por antecipação (BARBOSA, 2007). Esse discurso autorizado, no entanto, não é imparcial ou neutro, possui caráter conservador na seleção dos fatos e é organizado a partir dos interesses de seu enunciador, sempre havendo uma “ideologia escondida por trás dos sentidos explícitos” (MOTTA, 2002, p. 13).

---

científico desses níveis da natureza, avança a capacidade das pessoas de manipular e controlar os processos para os seus próprios fins”.

<sup>16</sup> De acordo com Elias (1993, p. 213), tendo em vista a posição e a força dos vários grupos, os padrões ocidentais são disseminados de cima para baixo e, “ocasionalmente, mesmo para cima a partir de baixo”.

O consumo dos conteúdos veiculados na imprensa é um ato culturalmente importante, pois tais informações “Estabelecem as fronteiras éticas e morais”, ao mesmo tempo em que possibilitam a cada indivíduo se “re-situar cotidianamente no mundo” e realizar “operações simbólicas necessárias à sedimentação de conteúdos que são contados e recontados diariamente” (MOTTA, 2002, p. 14). Por meio dos sentidos construídos pelas narrativas dos jornais, os indivíduos em interdependência orientam suas relações sociais e emocionais e aprendem comportamentos “civilizados”<sup>17</sup>.

De acordo com Campos (2014, p. 321), que estudou o papel da imprensa regional no ordenamento das figurações de sua abrangência, os impressos desempenham um papel educativo contínuo, “particularmente no que diz respeito ao ensinamento sobre o modo de ser”. E por mais que certos indivíduos não tenham acesso direto ao conteúdo publicado, há a circulação tanto desses códigos comportamentais quanto das próprias notícias (LEÃO, 2007).

Isso exposto, entende-se que os jornais selecionam os conteúdos que publicizam, influenciando nos itens que compõem o fundo comum de conhecimento e interferindo no direcionamento e ritmo dos processos de desenvolvimento (civilizadores ou não). Ao publicarem sínteses mais conforme seus interesses, orientam a recepção no sentido do enunciador e aceleram processos de desenvolvimento que, sem pressões externas, talvez demorassem anos para se modificar.

Entretanto, a forma como cada sessão do jornal atua sobre os indivíduos e suas subjetividades é distinta. O caráter pedagógico da imprensa é manifesto de maneira específica no campo da economia, da política, da cultura etc. – até porque a forma de dirigir-se aos leitores é diferenciada. No caso das notícias, a “perseguição à objetividade” foi por muito tempo (e em alguns casos ainda é) o ideal dominante nas redações (MOTTA, 2002, p. 19). Já a subjetividade seria permitida em cadernos culturais e sociais e nas crônicas – espaços onde a manifestação explícita dos posicionamentos dos autores é admitida.

Especificamente sobre as crônicas, este gênero é caracterizado pelo “diálogo direto entre autor e leitor(a)”, estabelecendo entre estes uma “relação de proximidade quase íntima” (SIEBERT, 2014, p. 680). O cotidiano, especialmente as quebras de rotina, é privilegiado entre os temas possíveis e a escrita costuma ter um ar despretensioso (CÂNDIDO, 1992) – o que, no entanto, não reduz seu potencial educativo. Isso porque, segundo Gouvêa (2017), as marcas verbais promovem efeitos. Conforme o contexto e a situação de emprego das palavras, o autor “solicita uma determinada interpretação de parte do seu público destinatário (se essa

---

<sup>17</sup> Segundo Leão (2007), perspectivada em longa duração, a leitura sempre foi um meio de apropriação de modelos culturais e de civilidade.

interpretação se realizará de fato, é outra questão)” (MOTTA, 2013, p. 127). Dessa forma, a crônica mobiliza a audiência em relação ao conjunto de saberes que enuncia, mediando o campo das experiências possíveis e influenciando no ritmo dos processos de desenvolvimento.

#### JORNAL *O TIBAGI* NA CIDADE-EMPRESA DE MONTE ALEGRE

*O Tibagi* foi um jornal de publicação semanal que circulou na cidade-empresa de Monte Alegre a partir de 23 de novembro de 1949 – data de publicação de sua primeira edição. Foi fundado por Horácio Klabin, que chegou à região em meados de 1947 para atuar como Diretor Administrativo na fábrica de papel e celulose de sua família. Segundo Fernandes (1974, p. 126), o semanário representou “para a grande maioria dos operários alfabetizados a primeira leitura regular, desde que deixaram os bancos da escola primária”.

A organização de um periódico e sua circulação em Monte Alegre respondiam às seguintes funções:

atender aos anseios da coletividade montealegrense; buscar continuamente o ideal de melhor servir; cooperar com a expressões mais altas da cultura e divulgá-las; colaborar para um país mais culto; contribuir no processo de evolução de sua comunidade; dedicar-se ao bem-estar da população; elevar o nível cultural das gentes; fazer-se propriedade da coletividade; irradiar a luz da civilidade nos sertões; levar aos leitores notícias, informações, pensamentos e opiniões; noticiar, atacar e defender, bem como ensinar, instruir; oferecer aos leitores algo da literatura; prestar auxílio à alfabetização; ser uma instituição que esclarece e a comunidade consulta para saber, elogiar e julgar; servir à coletividade, contribuindo para o desenvolvimento cultural do Brasil (VIEIRA, 2015, p. 72-73).

A orientação do periódico tem relação com a história do desenvolvimento de Monte Alegre, que foi concebida como um modelo de sociedade e industrialização para o Brasil. Diferentemente de outras formações sociais, que avançam a partir das próprias relações sociais e emocionais, essa figuração surgiu em ocasião da instalação de uma fábrica de papel e celulose no interior do Paraná. Segundo Couto (2017, p. 199), “A história de Monte Alegre e região divide-se em antes e depois da chegada da Klabin. [...] Ela trouxe riqueza, progresso, modernidade, civilização”.

A construção de uma fábrica no interior do Paraná, próxima à matéria-prima, requisitou o desenvolvimento de toda uma infraestrutura para receber os trabalhadores e suas famílias e para garantir a produção industrial. Isso, de fato, só foi possível mediante “Um casamento dos interesses privados e públicos” (COUTO, 2017, p. 219), pois desde o início das negociações com a família Klabin, em 1934, o Presidente Getúlio Vargas foi um grande entusiasta do projeto pelas seguintes razões:

[...] o nascente projeto em Monte Alegre se encaixava à perfeição na política industrial de Vargas. Substituição significativa de importações, empreendimento nacional, matéria-prima verde-amarela, maior segurança no setor de celulose e papel, impulso ao progresso de região remota, geração significativa de renda, empregos diretos e indiretos, aumento da receita pública (COUTO, 2017, p. 221).

Como o excerto indica, a construção de uma fábrica de papel e celulose nacional foi uma das prioridades do governo Vargas. Como o Presidente utilizava amplamente da imprensa para fazer propaganda e legitimar seu governo<sup>18</sup>, entendia que o país não poderia permanecer vulnerável ao abastecimento de papel. Segundo Assis Chateaubriand (*apud* COUTO, 2017, p. 227), “a fábrica de papel e celulose do Tibagi se fez, não porque os Klabin a quisessem construir naquele momento [1941], mas porque assim o entendeu exclusivamente Vargas”.

Como exemplo de progresso para o Brasil, paulatinamente foi sendo construída a cidade e a empresa em Monte Alegre. E “Bastou que o dedo da civilização aqui tocasse, e a região deserta e desconhecida em outra se transformou” (MARENFIS, 23 jan. 1952, p. 03). No entanto, esse processo não ocorreu sem tensões. Em um espaço concebido a partir de um referencial civilizatório específico, de elevado nível de síntese, onde de um momento para o outro pessoas estudadas da e na Europa passaram a conviver com operários oriundos do meio rural e das cidades vizinhas, eram supostos choques de sensibilidades (FERNANDES, 1947).

Nesse sentido, visando homogeneizar as condutas dentro e fora do ambiente de trabalho, uma série de medidas foi tomada pela direção da Klabin: desde a proibição do consumo de bebidas alcoólicas<sup>19</sup> até a suspensão dos operários caso dormissem em serviço ou fossem desonestos (CUNHA, 1982)<sup>20</sup>. Para informar a população – que em 1950 já ultrapassava 12 mil habitantes (CARVALHO, 2006) – de seus direitos e deveres, bem como disseminar conteúdos socialmente aceitáveis àquela figuração, em 1948, foi criado o “Jornal da Empresa”<sup>21</sup> (CUNHA, 1982, p. 07).

Como exemplo dos usos de *O Tibagi* no ordenamento social é possível citar a publicação recorrente de avisos da Klabin à população local, tais como:

<sup>18</sup> De acordo com Barbosa (2007b, p. 118), Vargas utilizou-se dos meios de comunicação (rádio e jornais) para consolidar um projeto de identidade nacional e “difundir a ideologia estado novista, fazendo dela o discurso de toda a sociedade brasileira no período”.

<sup>19</sup> A lei seca foi determinada pelo administrador do empreendimento em sua fase inicial, Luiz Vieira – homem de confiança de Vargas, nominado pelo Presidente para coordenar a implantação da indústria e toda a infraestrutura necessária. Em sua gestão, Vieira não permitia “o consumo e trânsito de bebidas alcoólicas e porte de armas nos limites da fazenda; embora fossem vistoriados todos que chegavam, o contrabando de bebidas, sob punição e controle rígido, processou-se por todo o período de vigência dessa lei [1942-1946]” (CUNHA, 1982, p. 44).

<sup>20</sup> O controle realizado pela indústria ocorria por meio do exercício de diferentes monopólios, a saber: monopólio econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação.

<sup>21</sup> A criação de um periódico local se concretizou após o início da fabricação de papel jornal pela Klabin, em 1947. Ao mesmo tempo, indica um nível de controle já adquirido em Monte Alegre, uma vez que é necessário elevado nível de autocontrole tanto para escrever quanto para ler (ELIAS, 1993).

Tornamos de conhecimento público, de acordo com as ordens do Diretor das I.K.P.C., que, no intuito de proteger as áreas de reflorestamento, fica terminantemente proibido manter soltos gados, porcos e galinhas na proximidade das referidas áreas. [...] Porcos e galinhas serão abatidos e entregues aos seus donos, contra o pagamento da multa de Cr.\$50,00, por cabeça (O TIBAGI, 07 jun. 1949, p. 01).

Além deste tipo de aviso, as narrativas publicadas em *O Tibagi* cumpriram um papel ordenador, ao orientar os limites do conhecimento da população. Sendo Monte Alegre um espaço isolado geograficamente, as informações prestadas pelo jornal orientavam as existências em interdependência. Nesse sentido, a crônica era mais um espaço a partir do qual os indivíduos poderiam tomar conhecimento de determinados fatos sobre a localidade, informar-se sobre a atualidade e, ao mesmo tempo, orientar seus comportamentos.

#### As crônicas de Marenfis em *O Tibagi*

Marenfis foi um dos heterônimos utilizados pelo jornalista João Marena (1923-1990)<sup>22</sup>, que foi tipógrafo, redator e gerente do jornal *O Tibagi*. Natural de Ponta Grossa, em 1948 mudou-se para Monte Alegre para trabalhar no semanário à convite da Klabin. A conquista de posições mais elevadas na hierarquia do periódico tem relação com a boa educação que recebeu nos seminários que frequentou<sup>23</sup>. Segundo entrevista realizada com seus filhos, além de grande talento musical, João Marena tinha conhecimentos em Filosofia, Latim e Português, tendo também atuado como professor nestas áreas<sup>24</sup>.

Um ponto peculiar de seus escritos é a relação entre o conteúdo e o heterônimo utilizado. Quando escrevia sobre política, economia e cultura, assinava como J. Marena. É o caso das colunas *Posto de Observação* e *Cajadadas*. Já em *Crônica da Cidade*, uma coluna que só saía quando havia “encomendas” ou espaço excedente no jornal, na qual escrevia sobre ocorrências verificadas em diferentes lugares de Monte Alegre, assinava como Marenfis. Sobre essas posições discursivas distintas, disse Marenfis (19 mai. 1955, p. 02): “Não pensem coisas a meu respeito. Nem me confundam com o Marena, aquele sujeito que escreve sobre política e assuntos sérios em outro local. Gosto de assuntos leves e acredito mesmo que nasci poeta”. Acredita-se que tal distinção se dava em razão de João Marena ser uma figura de destaque no jornal, não querendo ter diretamente sua imagem associada àquele que diz “umas inocentes verdadezinhas [...] recebidas tão hostilmente” (MARENFIS, 11 out. 1950, p. 05).

<sup>22</sup> Adotou também os seguintes pseudônimos: Ariovisto Junior, Tristão de Ouro Preto e Tarcisio de Ely (ACERVO DA FAMÍLIA MAREDA, s/d).

<sup>23</sup> Desistiu da ordenação e casou-se com Albertina Marena, com a qual teve nove filhos.

<sup>24</sup> MAREDA, G. J.; MAREDA, J. C. Entrevista concedida a Ana Flávia Braun Vieira em 12 dez. 2019.

Segundo Marenfis, a *Crônica da Cidade* era motivada pelo desejo de aumentar o progresso de Monte Alegre. Para tanto, tratava de diferentes assuntos relacionados à localidade, conforme as solicitações das cartas e telefonemas que recebia: “não é por simples prazer que temos tocado, por estas colunas, neste ou naquele assunto merecedor de crítica. Se assim o fazemos, é com o intento de que se corrija o que está errado” (MARENFIS, 11 out. 1950, p. 05). Em relação à recepção dos leitores, de acordo com o cronista, havia pessoas que não gostavam nem de olhar para a coluna, enquanto outros, em maior número, reclamavam quando a mesma não era publicada. Dependendo o assunto abordado, gerava comentários durante toda a semana, o que na visão de Marenfis era atestado de que “a notícia alcançou seu objetivo primordial, isto é, foi lida. Lida e comentada” (MARENFIS, 11 ago. 1955, p. 02).

Seus escritos eram diretos (imperativo do pequeno espaço para a publicação) e, com frequência, usava a ironia como estratégia na produção de sentidos. Como caso ilustrativo é possível citar a crônica publicada em 1952, na qual, ao versar sobre o comportamento masculino, escreveu: “Ah! Quanta gente sisuda existe que não bebe não porque **isto é feio perante a sociedade**, não por querer ser um homem de linha, bom chefe de família, etc., mas porque o fígado não permite.” (MARENFIS, 12 mar. 1952, p. 05, grifo nosso). Ao trazer a público determinado assunto, elogiar ou criticar, sugerir ações, recriminar comportamentos – ou seja, direcionar as aprendizagens no sentido das demonstrações afetivas socialmente aceitáveis ao empreendimento modelo – Marenfis, com essa forma de pressão externa, contribuiu na orientação das condutas em Monte Alegre.

Sua contribuição para o fundo social de conhecimento da figuração de Monte Alegre variou ao longo do recorte temporal dessa pesquisa (Quadro 1). Acredita-se que uma das razões para a distribuição das publicações ao longo dos anos tem relação com as responsabilidades de João Marenda na hierarquia do jornal. As publicações da *Crônica da Cidade* foram iniciadas dois meses após assumir o cargo de redator chefe, em 14 jun. 1949, e reduzidas paulatinamente, tendo como marco desta diminuição 1959, ano em que se tornou gerente do semanário.

Outro fator está relacionado ao desenvolvimento sociogenético local. Sendo europeu o modelo que pautou a construção da cidade-empresa de Monte Alegre, na gênese do projeto já estava inclusa a intensão de expansão daquela localidade sem a intervenção da Klabin (PIQUET, 1998). Assim, após a consolidação da produção industrial no final da década de 1940, o “Plano de Desativação” optado pela Klabin foi a progressiva transferência dos operários

para outra localidade<sup>25</sup> – reduzindo a necessidade da existência da crônica como um fator de ordenamento social de Monte Alegre.

QUADRO I – Publicações da *Crônica da Cidade* entre 1948 e 1964

Ano	Total de Publicações
1949	21
1950	39
1951	40
1952	39
1953	18
1954	17
1955	21
1956	39
1957	26
1958	10
1959	6
1963	1
1964	1
TOTAL	278

Fonte: Os autores.

## METODOLOGIA

Para estudar a influência do jornalismo na construção e disseminação de um fundo de conhecimento coletivo, a partir da publicação de sínteses, que potencialmente estimulam o ritmo de desenvolvimento dos processos sociais ao orientar as aprendizagens, foi realizada a análise de conteúdo<sup>26</sup> nas crônicas de Marenfis publicadas em *O Tibagi*. Desta forma, as todas etapas da metodologia foram contempladas. São elas:

Na pré-análise, fase que corresponde à organização do material empírico, foram escolhidos os documentos, elencados os objetivos e elaborados os indicadores que fundamentaram a análise. Neste processo estabeleceu-se que todas as “Crônicas da Cidade” publicadas entre 1948 e 1964 seriam consideradas. Todavia, ao realizar a leitura flutuante neste material, foi possível observar que nem todas as crônicas tinham caráter educativo explícito.

<sup>25</sup> Em 1952, a Klabin optou pela solução de “utilizar as terras localizadas na margem oposta à fábrica, para a formação de um núcleo habitacional independente da empresa [Cidade Nova]. O projeto de urbanização da área, a delimitação dos lotes e a venda dos terrenos são entregues a um dos acionistas da empresa – Horácio Klabin, que cria a firma Vale do Tibagi para sua execução” (PIQUET, 1998, p. 86)

<sup>26</sup> A análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos para a análise de comunicações “[...] visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 48).

Assim, um segundo recorte foi realizado, obedecendo aos seguintes critérios: foram excluídas as crônicas sem sanções pedagógicas diretas e as quais o assunto foi abordado uma única vez. Por fim, o conjunto documental de análise ficou composto por 134 crônicas.

Na exploração do material, os dados brutos foram sistematizados por meio da codificação<sup>27</sup>. Durante o procedimento de codificação, a partir de operações de recorte do texto, as temáticas mais frequentes foram definidas como unidades de registro<sup>28</sup>. A partir desse critério, foram elencados os principais temas como unidades de registro. Ao término, foi realizada a categorização, que consiste em “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 147). O critério para a categorização foi de ordem semântica, sendo também o tema a unidade de significação. Assim, as crônicas que versaram sobre os comportamentos desejados aos frequentadores do cinema foram classificadas em “comportamento no cinema”, enquanto as que elogiaram determinada conduta foram classificadas em “reforço positivo” – para citar alguns casos ilustrativos.

Dessa maneira, emergiram 13 categorias, a saber: comportamento coletivo (52), comportamento das mulheres (05), comportamento dos homens (07), comportamento dos jovens (03), comportamento dos motoristas (15), comportamento dos namorados (04), comportamento dos pais (02), comportamento dos trabalhadores (02), comportamento no cinema (07), educação (05), higiene (02), progresso local (15) e reforço positivo (15).

Por fim, foram realizadas as inferências. Com base nos dados obtidos nas etapas acima descritas, os conteúdos presentes nas narrativas foram evidenciados e possibilitaram inferir acerca dos sentidos presentes nas crônicas. Assim, foi possível conhecer aspectos dos saberes estimulados pela crônica, além de sua ação na transformação comportamental local.

É importante destacar que neste trabalho as crônicas foram concebidas enquanto narrativas, ou seja, “*dispositivos argumentativos* produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor”. (MOTTA, 2013, p. 120-121, grifo do autor). Nesta concepção, entende-se que a situação de comunicação e o contexto sociocognitivo de produção condicionam sua forma, seus conteúdos, pontos de vista etc. Por essa razão, “É impossível

---

<sup>27</sup> Para Bardin (2011, p. 133), esta etapa corresponde a “uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo e da sua expressão”.

<sup>28</sup> Bardin (2011, p. 143) assim definiu unidades de registro: “segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

desconsiderar as manobras e artimanhas discursivas decorrentes das intenções do autor/narrador [...], sejam elas conscientes ou inconscientes”, na criação de significações sociais, uma vez que têm a capacidade de “cristalizar as crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira” (MOTTA, 2013, p. 121).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os conhecimentos socialmente mobilizados pelas crônicas de Marenfis

As categorias que emergiram da análise de conteúdo evidenciam aspectos dos conhecimentos mobilizados em Monte Alegre por meio das crônicas de Marenfis, para a orientação comportamental. A forma como os assuntos foram abordados demonstra aspectos da sensibilidade de João Marenfis e dos interesses do grupo por ele representado. Dadas as relações de poder, as narrativas da *Crônica da Cidade* funcionavam como pressões, orientando as condutas na direção de seu enunciador.

Por se tratar de uma cidade-empresa, os conteúdos da crônica, via de regra, versavam sobre comportamentos tidos como favoráveis à ordem social e ao desenvolvimento industrial. Em relação aos comportamentos coletivos, Marenfis escreveu estimulando a ordem na sorveteria e no embarque de ônibus; pedindo respeito no cemitério, especialmente no dia de Finados; contrário aos atos de vandalismo; solicitando que os donos mantivessem seus cães presos; dissuadindo as pessoas de dar esmolas para quem poderia trabalhar; alertando sobre os perigos de nadar no rio Tibagi; ensinando a responder fielmente ao censo; pedindo o fim de boatos e fofocas em Monte Alegre; ensinando como se deve ajudar o próximo; contrário às pessoas que vendiam seus bens para tentar a sorte; criticando quem não trabalhava; mostrando-se contrário aos apelidos; associando civismo ao sucesso (individual e da nação); posicionando-se de maneira contrária a crendices e superstições; estimulando a filantropia; e, por fim, indicando comportamento desejável durante as eleições.

Na concepção representada por Marenfis, todas as mulheres, por mais que dissessem o contrário, desejavam casar-se. E as de Cidade Nova foram duramente repreendidas pelo cronista quando decidiram montar um time de futebol em 1957: “A mulher, para ser mulher, tem de ser mulher. [...] Futebol, não pode. A menos que se não faça conta de deixar de ser mulher” (MARENFIS, 28 fev. 1957, p. 05). Em relação ao comportamento dos homens, versou sobre os transtornos à família e à sociedade causados por aqueles que bebem em demasia e os estimulou a se tornarem pais amorosos, trabalhadores e inteligentes.

Já os jovens, deveriam receber melhor educação dos pais, especialmente aqueles que ficavam de traquinagem pelas ruas ou em rodinhas nas esquinas, fazendo algazarra e contando piadas de conteúdo questionável. Sobre os casais de namorados, Marenfis (17 set. 1952, p. 05) escreveu sobre os abusos cometidos pelos mesmos, que obrigavam a população montealegrense a assistir a cenas “impróprias para menores”: “Desnecessário será deixarmos aqui nossa reprovação [...] Se dissermos que isto é feio, dificilmente há quem nos escute. Mas, creiam-nos, que, de fato, não fica bem...”.

Como a reprodutibilidade da mão de obra passava pela educação dos filhos dos operários, o cronista chamou a atenção dos pais e explicou as razões pelas quais deveriam mandar os filhos à escola. A aprendizagem realizada em ambientes (in)formais de ensino transformam as condutas não apenas daqueles que estão em contato direto com os conteúdos escolares, mas, de maneira indireta, de toda a família. “As crianças são o futuro da nação” (MARENFIS, 30 ago. 1949, p. 05). A importância da educação foi reiterada com o argumento de que faria bem para os filhos e para a pátria, pois evitava o crime. Por essa razão, se possível, deveria ser iniciada já no Jardim da Infância.

Saberes em relação ao uso do cinema também foram mobilizados na *Crônica da Cidade*: recriminou o comportamento de uma turma de garotos que fazia barulho, batia os pés e assoviava durante a exibição do filme; dos pais que levavam seus bebês e já no início da projeção “o berreiro começava” (MARENFIS, 23 abr. 1952); daqueles que estavam quebrando as cadeiras do cinema por puro divertimento; e dos valentões que se exibiam e até ameaçavam sair no braço dentro do cinema.

A ênfase ao progresso local serviu para requisitar comportamentos compatíveis ao nível de civilização da figuração. Nas crônicas foram destacadas as construções pujantes de Monte Alegre, como as casas residenciais ofertadas aos trabalhadores pela empresa, a usina hidrelétrica e o estádio de futebol, entre outras. “Tudo isto denota o nosso crescente e acelerado progresso” (MARENFIS, 27 set. 1949, p. 05). Segundo Marenfis, mesmo Cidade Nova “já alcançou um grau inevitável de progresso e um lugar de destaque no cenário paranaense” (MARENFIS, 03 jan. 1950)<sup>29</sup>.

Um recurso para disseminar determinados conhecimentos e incitar condutas foi a publicação de crônicas reforçando positivamente determinadas posições. Marenfis enalteceu as “senhoras e senhoritas, que trabalham com amor e desprendimento”, num elogio à filantropia

---

<sup>29</sup> Acredita-se que a referência ao rápido desenvolvimento de Cidade Nova e a referência aos serviços oferecidos na localidade servia para propagandear o lugar e estimular nos trabalhadores o desejo de comprar seu próprio terreno e mudar-se de Monte Alegre.

(MARENFIS, 11 out. 1949); parabenizou os brasileiros dignos, honrados e patriotas; congratulou os operários que fizeram o Curso de Aperfeiçoamento e se tornaram melhores em suas profissões; elogiou os comportamentos ordeiros durante o carnaval, posto que não houve “Nenhum incidente, nenhuma nota dissonante no acordo das brincadeiras. Tudo dentro da maior ordem possível” (MARENFIS, 28 fev. 1950, p. 06). Ainda em relação ao carnaval, ressaltou aqueles indivíduos ajuizados que logo em seguida voltaram à rotina e ao trabalho. Também reconheceu o esforço das “verdadeiras mães”, incentivando a “boa maternidade” (MARENFIS, 16 mai. 1951, p. 05); louvou a iniciativa de jovens ao organizar um grupo de teatro; valorizou a postura de jogadores do time local, que, pelo bom comportamento, honravam a torcida; aplaudiu a iniciativa de festividades saudáveis nos Clubes locais; engrandeceu a prática de jardinagem; e afirmou ter sido “uma surpresa muito agradável” a conduta da plateia durante a apresentação de uma orquestra sinfônica. Segundo o autor, mencionava elogiosamente tais acontecimentos porque eram raros e “dignos de registro” (MARENFIS, 27 jan. 1955, p. 02).

Por fim, restam ainda três categorias, que serão analisadas mais detidamente na sessão a seguir, posto que mobilizaram o medo e a vergonha para a rápida internalização comportamental. São elas: comportamento dos motoristas, comportamento dos trabalhadores e higiene.

#### Recurso ao medo e à vergonha para a orientação das condutas

A opção por aprofundar neste artigo as categorias comportamento dos motoristas, comportamento dos trabalhadores e higiene tem relação com seu potencial de inferências, uma vez que permitem observar a utilização do medo e da vergonha como mecanismos de pressão social e transformação comportamental.

Dado o monopólio da indústria sobre as principais fontes de renda em Monte Alegre, o medo de perder a posição social (emprego e todos os benefícios advindos deste) era presente. Assim, era preciso antecipar-se às demandas em busca de prestígio na figuração (representada por uma promoção no trabalho ou algum tipo de reconhecimento/gratificação dos chefes). Nesse sentido,

A paixão momentânea e os impulsos afetivos são, por assim dizer, reprimidos e dominados pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que, pela força do hábito, esse medo finalmente contenha o comportamento e as inclinações proibidos, mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presente, e a energia dessas inclinações seja canalizada numa direção inócua, sem o risco de qualquer aborrecimento (ELIAS, 1993, p. 227).

Nesse movimento, as atividades mais instintivas, muitas vezes já naturalizadas, aprendidas na vivência anterior a Monte Alegre, foram “progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha” (ELIAS, 1993, p. 193-194), conforme a orientação do jornal – com destaque para a *Crônica da Cidade*.

De acordo com Elias, a vergonha pode ser sintetizada como uma espécie de ansiedade automática que se reproduz no indivíduo, de acordo com a ocasião, por força do hábito. Esta reação automatizada ocorre, na maioria das vezes, por medo da degradação social, de se colocar em uma posição de inferioridade. Para o autor, este sentimento está relacionado ao fato de que “a pessoa que a sente fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com as pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma, com o setor de sua consciência mediante o qual controla a si mesma” (ELIAS, 1993, p. 242). Todavia, a expressão da vergonha não ocorre somente em relação à opinião social preponderante, mas, em especial, no interior no indivíduo, em um conflito consigo mesmo, uma vez que aprendeu a partilhar desta mesma opinião. No curso do processo civilizador, a pacificação diminui os medos exteriores, ao passo que crescem, na mesma medida, os interiores.

A partir destas considerações, é possível problematizar as crônicas que versaram sobre o comportamento dos motoristas, mobilizando o medo e a vergonha. A publicação desta temática foi recorrente porque novas tecnologias pressupõem um conjunto de saberes – neste caso fomentado pelo jornal. Enquanto os motoristas não internalizaram determinados conhecimentos relativos à direção, as crônicas serviram como objeto de pressão. Os pontos mais frequentes foram: solicitando obediência aos limites de velocidade e às placas de sinalização, versando sobre a necessidade de maior cuidado na direção na região das escolas e apresentando-se contrário à utilização de buzinas a vácuo.

Em 1949, 1950 e novamente em 1951, o excesso de velocidade e os possíveis danos causados em caso de acidentes foram temas da *Crônica da Cidade*. Sendo a “falta de noção de responsabilidade” entre os motoristas atitude frequente, Marenfis (14 nov. 1951, p. 03) escreveu: “afinal de contas, isto não é nada bonito. É até caso de polícia...”. A referência à polícia possivelmente estimulou a célere adequação comportamental. Em menos de um mês o cronista publicou sobre os resultados:

De há muito que nos vimos debatendo, destas colunas, contra o excesso de velocidade em nossas ruas. [...] A ação enérgica do sr. sub delegado, porém, não se fez esperar por muito tempo, e, agora, com as providências tomadas, estamos mais calmos. Sabemos que não se registrarão mais desastres por excesso de velocidade (MARENFIS, 12 dez. 1951, p. 05).

Resolvida a questão da elevada velocidade com a qual trafegavam em Monte Alegre, em 1956, a *Crônica da Cidade* atuou sobre outro problema relativo aos motoristas: as buzinas a vácuo, especialmente quando utilizadas de madrugada. Além de usar o sono dos trabalhadores e das criancinhas como argumento para dissuadir a utilização noturna do instrumento, também mobilizou a vergonha por meio da ironia: “quem inventou essa trombeta para ser usada em caminhões deve ter umas orelhas, quero dizer, uns ouvidos! duros como queixo de burro” (MARENFIS, 16 fev. 1956, p. 04).

Já na edição seguinte de *Crônica da Cidade*, publicou-se carta assinada por Vilém Willer, um dos engenheiros-chefe da Klabin e presidente do Lions Clube local. A missiva tratava da “satisfação de vermos continuar essa campanha, que é em favor da coletividade” e “dos esforços comuns para convencer os nossos motoristas que a buzina é destinada para a estrada” (WILLER, 23 fev. 1956, p. 04). Willer argumentou também comparando Monte Alegre com cidades modernas, onde já havia proibição do uso do equipamento, e concluiu dizendo: “Por que então não fazer em Monte Alegre uma cidade de alto nível de civilização, sem proibir? Em Monte Alegre sempre existiu o princípio de não mandar, mas pedir, e de não obedecer, mas sim colaborar” (WILLER, 23 fev. 1956, p. 04).

Em 01 mar. 1956, uma semana depois, em letras miúdas, Marenfis voltou a escrever sobre a campanha contra as buzinas a vácuo. Desta vez, trouxe ao fundo de conhecimento coletivo que Nova Iorque também adotou tal medida e que puniria os infratores com multas. Ao apresentar como exemplo para a população um local tido como referente de civilização e mencionar a possibilidade de perdas financeiras pelo eventual uso das buzinas, os leitores, dotados deste novo saber, puderam antecipar-se à aplicação deste tipo de sanção em Monte Alegre e adequaram seus comportamentos. No ano seguinte, as pressões sobre os motoristas já eram outras:

Bem dizem que o castigo vem a cavalo.  
 Todos devem estar lembrados de nossa ojeriza contra das chamadas buzinas a vácuo.  
 Elas desapareceram, coitadas! Às vezes, a gente chega até a ficar com saudades delas.  
 [...] Antes a buzina a vácuo. Antes ela, um objeto quase insignificante, do que um caminhão inteiro que faz barulho por todos os lados (MARENFIS, 11 jul. 1957, p. 04).

Além de demonstrar a célere adequação às pressões nesta esfera, o excerto ilustra um aspecto característico do processo civilizador: a contínua demanda por novas sensibilidades e comportamentos. Dada a capacidade dos indivíduos em aprender, ao menos em parte, aspectos do fundo de conhecimento pertencente às suas redes de interdependência, a busca por distinção movimenta os processos de desenvolvimento. Isso significa dizer que, quando determinado

número de pessoas já atingiu um patamar comportamental socialmente requisitado, novas formas de apresentação são reclamadas. Sendo este um processo constante, o jornal *O Tibagi* e a crônica de Marenfis cumpriram papel pedagógico no desenvolvimento de outras sensibilidades em sua figuração de abrangência – a exemplo da nova campanha contra os caminhões barulhentos.

Em relação ao comportamento dos trabalhadores, em 1950, Marenfis mobilizou o medo e a vergonha tanto de patrões quanto de empregados, ao escrever sobre a atuação dos balconistas locais – que lhe feria a subjetividade. Nas palavras do cronista: “Pela má vontade estampada em suas fisionomias, ao nos servirem, temos a impressão de que somos, para eles, nós os fregueses, uns inoportunos, uma espécie de inimigos dos senhores balconistas” (MARENFIS, 10 out. 1950, p. 05). Citou também a brutalidade como outro defeito dos atendentes e sugestionou a demissão dos mesmos: “fazemos um apelo aos responsáveis pelos nossos diferentes estabelecimentos, para que ponham um paradeiro nesse lamentável estado de cousas, que, dia a dia, conforme temos observado, tende a piorar” (MARENFIS, 10 out. 1950, p. 05).

A crônica da semana seguinte retomou o assunto e permitiu inferir que os escritos de Marenfis sobre esta esfera geraram polêmica. Segundo o autor, “Não supúnhamos que aquelas palavras fossem causar tamanha celeuma”, responsabilizando o resultado das eleições pela reação hostil diante de “umas inocentes verdadezinhas” (MARENFIS, 11 out. 1950, p. 05). Fez ressalvas às “exceções honrosas”, que deveriam servir como exemplo, e não mudou sua argumentação, reafirmando-a. Disse ainda que sua única satisfação no ato de criticar era observar sua contribuição para a melhoria local, “mesmo se tenha de pisar nos calos dos barbeiros, dos motoristas, dos balconistas e de outros” (MARENFIS, 23 nov. 1951, p. 15)<sup>30</sup>.

Ao criticar o comportamento dos balconistas, Marenfis evidenciou aspectos das relações de poder local: a atitude dos trabalhadores pode ter sido interpretada como uma prática de resistência e a atuação do cronista, incitando a demissão dos mesmos, um mecanismo para reequilibrar as relações de poder em favor de sua classe. O apelo realizado aos responsáveis pelos estabelecimentos para que resolvessem o problema dos balconistas mal-educados serviu como coerção tanto para patrões como para funcionários. Sendo necessária a autorização da Klabin para a realização de quaisquer atividades comerciais dentro de seu território privado, os empregadores correriam o risco de perder sua licença caso seus funcionários não fossem competentes ao gosto representado por Marenfis. Diante da possibilidade de perda de prestígio,

---

<sup>30</sup> Trecho publicado um ano depois e que permite inferir que os comportamentos em tais esferas já estavam adequados às expectativas das sensibilidades representadas por Marenfis.

inclusive material, todos os envolvidos se mobilizaram para adequar suas condutas às demandas publicadas no jornal.

Ao abordar a falta de higiene nos barbeiros e cabelereiros, Marenfis mobilizou uma série de conhecimentos para chamar a atenção de seus leitores na direção de sua argumentação: “Julgamos anti-higiênico que o resto da espuma, usada em um freguês, sirva para o seguinte. Deveriam, pois, as nossas barbearias possuir água encanada e uma pia, o que, indiscutivelmente, tornaria mais higiênico o serviço dos barbeiros” (MARENFIS, 23 nov. 1949, p. 07). Explicou que a falta de higiene estava na ausência de uma pia, onde fosse possível lavar o pincel e a espuma constantemente. Ao término, concluiu com uma pressão: “Oxalá, dentro de pouco tempo, tenhamos o prazer de fazer outra crônica, não criticando e sim louvando os barbeiros” (MARENFIS, 23 nov. 1949, p. 07).

Este caso é ilustrativo porque permite observar possíveis efeitos das crônicas entre a população. Além da sanção direta destinada aos barbeiros e cabeleireiros, as narrativas acabavam estimulando a supervisão mútua entre os habitantes da cidade-empresa e, portanto, a constante autodisciplina em relação à higiene ou aos demais temas pautados na *Crônica da Cidade*. Sobre a transformação comportamental decorrente da cobrança social, Elias (1993, p. 251) escreveu:

Dada essa estrutura de interdependências, a tensão social produzia uma forte tensão interna nos membros [...]. Esses receios mergulharam em parte, embora nunca inteiramente, nas zonas inconscientes da personalidade, delas reemergindo apenas em forma modificada, como automatismos específicos de autocontrole. [...] esse medo social [...] constituiu uma das mais poderosas forças motrizes do controle social que todos os membros da classe superior exerciam sobre si mesmos e sobre outros membros do círculo que viviam.

Trazer ao conhecimento do público leitor determinado tema e, por conseguinte, sugerir transformações comportamentais eram práticas correntes nos escritos de Marenfis. Em 1952, outra vez mobilizou a população à supervisão mútua, agora ao apontar falhas de higiene na padaria. Como usual em suas narrativas, primeiro indicou o problema – chamando a atenção para o fato, caso alguém ainda não tivesse notado; e, depois, apontando e/ou cobrando soluções: “A mesma pessoa que recebe o dinheiro é a que entrega os pães, utilizando-se para isto – é claro – das mãos. Não está certo, em absoluto. Temos certeza, entretanto, que essa falha será prontamente sanada” (MARENFIS, 30 abr. 1952, p. 05).

Ao publicar crônica chamando a atenção da “Padaria local – seção de vendas”, nominalmente, direcionou o olhar da população para a (ausência de) higiene do lugar. Diante disso, sob a ameaça de perder seus clientes – e, pior, perder a licença de funcionamento na propriedade da Klabin –, foram adequadas as condutas do estabelecimento aos padrões de

higiene representados na crônica de Marenfis<sup>31</sup>. Esse tipo de sanção pública servia como castigo exemplar. Dessa forma, em um movimento de antecipação, os proprietários adequavam a higiene de seus estabelecimentos mais conforme às demandas das classes dominantes – temendo a exposição diante de toda a cidade-empresa.

Em uma análise geral das crônicas problematizadas, é possível observar que a mobilização de conhecimentos que incitaram o medo e a vergonha, visando a transformação comportamental, foram frequentes nos anos iniciais da *Crônica da Cidade*. Acredita-se que a distribuição temporal das crônicas tem relação com as próprias aprendizagens mediadas pelo jornal. No decurso das publicações, em conjunto com as demais narrativas de *O Tibagi* e em combinação com outros mecanismos de exercício do poder, um conjunto de informações passou a circular em Monte Alegre, influenciando os saberes pertencentes ao fundo de conhecimento comum daquela figuração. Ao longo das narrativas, foram sendo construídas a moral, as leis, os costumes, as crenças, os valores morais e políticos<sup>32</sup>, bem como as formas socialmente aceitáveis de comportamento – não como uma cópia fiel das intencionalidades de seus idealizadores, mas como resultado das tensões e relações de poder inerentes aos processos de desenvolvimento.

Por fim, segundo as considerações de Elias (1993, p. 236, grifo do autor), é preciso ponderar que a civilização não “envolve apenas mudanças no ‘conhecimento’, transformações de ‘ideologias’, em suma, alterações no *conteúdo* da consciência, mas mudanças em toda a constituição humana, na qual as ideias e os hábitos de pensamento são apenas um setor”. Isso significa dizer que as adequações comportamentais aqui apontadas respondem a um movimento mais amplo transformações sociais e de personalidade em Monte Alegre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo civilizador “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 2003, p. 193)<sup>33</sup>. Segundo Elias (1998b), o que torna possível os processos de desenvolvimento é a capacidade biológica que os seres humanos possuem para aprender na experiência com seus pares. Os conteúdos das aprendizagens são oriundos de um fundo comum de saberes pertencente a cada grupo, sendo indispensáveis para

---

<sup>31</sup> Inferência pautada na ausência de novas publicações sobre a temática.

<sup>32</sup> Paráfrase de Motta (2014, p. 18).

<sup>33</sup> Elias (2011) citou como exemplos dessa transformação o avanço do patamar de vergonha e a diferenciação do comportamento.

adquirir qualquer conhecimento. Esse fundo, a despeito de movimentos de reorientação de sua direção, “vem crescendo em ritmo progressivo”, assegurado em todo tipo de técnicas auxiliares (ELIAS, 1998b, p. 52).

Entre os diferentes elementos que podem interferir no ritmo das mudanças supracitadas, este trabalho analisou a contribuição do jornalismo na construção e disseminação de um fundo de conhecimento coletivo e sua célere aprendizagem. Ao abordar um assunto de determinada maneira, silenciar outras informações e dizer o “correto” proceder – para citar alguns exemplos –, a imprensa tem a capacidade de orientar os conteúdos pertencentes ao fundo social de conhecimento das figurações de sua abrangência e, portanto, os próprios processos de desenvolvimento (civilizadores ou não).

No caso do jornal *O Tibagi*, por meio da *Crônica da Cidade*, escrita por Marenfis, heterônimo de João Marenha, foram publicadas sínteses dos comportamentos socialmente desejáveis – que, talvez, sem esse tipo de pressão levariam anos para se transformar. No lugar das próprias relações de interdependência irem reclamando, no ritmo dos contatos, certos comportamentos, as narrativas do jornal – que representavam as sensibilidades do grupo dominante nas relações de poder da cidade-empresa –, ao lado de outros mecanismos de controle, foram transformando as pessoas.

Sendo Monte Alegre uma “atmosfera semifeudal” (PASSOS, 2013, p. 142), onde praticamente todas as esferas da vida eram monopólios da indústria, para tomar parte naquela figuração era necessária a “sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26)<sup>34</sup>. Nesse sentido, as narrativas de caráter pedagógico escritas por Marenfis mobilizaram um conjunto de saberes e mediaram as experiências possíveis na cidade-empresa, influenciando no conteúdo e ritmo dos processos de desenvolvimento.

Como foi possível observar na análise das fontes, a célere adequação comportamental na direção do enunciador foi estimulada, principalmente, pelo recurso ao medo e à vergonha. Diante da possibilidade da perda do emprego, que em uma cidade-empresa é sinal de existência social, os indivíduos, com base nos conhecimentos adquiridos pelas leituras do jornal e na circulação social de informações, se antecipavam às demandas, adequando suas condutas para manter ou elevar o prestígio social.

Assim, entendendo que o processo civilizador implica em uma mudança na constituição psicológica dos indivíduos, representada pela transformação da coerção externa em autocoção (ELIAS, 2011), a partir da análise das transformações comportamentais ocorridas em Monte

---

<sup>34</sup> Neste ponto, Monte Alegre é análoga a Winston Parva (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Alegre, foi possível confirmar a hipótese de aceleração de processos de desenvolvimento estimulada pela influência do jornalismo na construção e disseminação de um fundo social de conhecimento.

Por fim, resta dizer que o empreendimento em Monte Alegre, que constitui um processo social em si mesmo, demandou um novo nível de civilização aos diferentes indivíduos que passaram a tomar parte naquela figuração. Isso não significa dizer que os operários oriundos das regiões rurais eram incivilizados perto dos técnicos europeus. Tratava-se de níveis diferentes de autocontrole e que foram sendo homogeneizados ao longo de diferentes processos de aprendizagem ocorridos na cidade-empresa. Nesse contexto, o jornal foi apenas um dos elementos que contribuiu para a transformação da constituição psíquica dos “montealegrenses”, tornando os trabalhadores e a própria indústria exemplo para o Brasil de meados do século XX.

## REFERÊNCIAS

ACERVO DA FAMÍLIA MARENDA. **Biografia**. s/d.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b.

BARBOSA, M. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. (orgs.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. **Revista de História**, ano 16, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

CAMPOS, R. D. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 309-322, 2014.

CANDIDO, A. *et al.* **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

CARVALHO, D. R. **Telêmaco Borba o município: história política da capital do papel e da madeira**. Curitiba, 2006.

CORREIA, T. B. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocábulo especializado e vernacular. **R. B. Estudos urbanos e regionais**, n. 4, p. 83-98, 2001.

COUTO, R. C. **A saga da família Klabin-Lafer**. Rio de Janeiro: Chermont Editora, 2017.

CUNHA, A. C. **Homem de Papel**: Análise Histórica do Trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A (1942-1980). 1982. 266f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

ELIAS, N. **Escritos & Ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**, volume 2: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

ELIAS, N. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008.

ELIAS, N. **Teoría del símbolo**. Un ensayo de antropologia cultural. Barcelona: Península, 1994b.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. DIFEL: Lisboa, 1985.

ELIAS, N.; SCOTSON, L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, H. V. **Monte Alegre - Capital do Papel**. Curitiba, 1974.

GOUDSBLOM, J. O fogo e os combustíveis na história da humanidade. In: GEBARA, A.; COSTA, J. C.; SARAT, M. (orgs.). **Leituras de Norbert Elias**: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá: Eduem, 2014.

LEÃO, A. B. **Norbert Elias & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, L. G. Por uma antropologia da notícia. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 25, n. 2, p. 11-41, 2002.

NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. Apresentação. In: ELIAS, N. **Escritos & Ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PASSOS, J. **O Brasil em Movimento**. São Paulo: Saraiva, 2013

PEREIRA, L. F. L. Autoconsciência e Processo Civilizacional em Norbert. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, n. 2, p. 19-46, 2002.

PILATTI, L. A. A ideia de envolvimento e alienação em Norbert Elias. **Anais do VII Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Ponta Grossa, 2003.

PIQUET, R. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1998.

QUINTEIRO, T. **Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. Apresentação. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. (orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SÁ, A. Nota do Tradutor. In: ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SIEBERT, S. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 675-685, set./dez. 2014.

VIEIRA, A. F. B. *A aceleração do processo civilizador* e a possibilidade de redução do recorte temporal de análise. **Anais do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores**. Londrina: UEL, 2018.

VIEIRA, A. F. B. **Análise do discurso fundador de Telêmaco Borba no jornal O Tibagi (1948-1964)**. 2015. 360f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva sociológica proposta por Elias pode ser entendida como um esforço de síntese, ou seja, uma tentativa de apresentar de maneira concisa um conjunto de ideias e referências históricas e sociológicas dispersas, formulando um modelo de interpretação social mais congruente com a realidade. No entanto, “O próprio Norbert concordaria que a sua síntese é um outro sintoma do início, que estamos apenas nos estágios muito inicial do entendimento social” (DUNNING *apud* GEBARA, 2005, p. 151). Há ainda muito que avançar! O próprio Elias, na década de 1970, concordava que a teoria dos processos civilizadores poderia “ser expandida no tempo” (GOUDSBLOM *apud* GEBARA, 2005, p. 111). Desde então, diversos têm sido os esforços de pesquisa que buscam aprofundar conceitos já trabalhados por Elias ou avançar em relação às proposições do autor. Esta tese está situada no segundo grupo.

Ao propor uma reflexão sobre a aceleração dos processos civilizadores, a concepção de tempo e os recortes temporais tornaram-se o objeto de estudo da tese. Assim, buscando atesar a pertinência de pesquisas sobre processos de desenvolvimento em curta e média durações, para estudar diferentes estágios de civilização, foi analisada a figuração de Monte Alegre por meio de fontes jornalísticas. No desenvolvimento dos estudos empíricos, uma nova questão teórica emergiu: o jornalismo como um elemento potencialmente acelerador dos processos de civilização, por meio de sua influência na construção de um fundo social de conhecimento e pela pressão normativa exercida para a constituição de seres “civilizados”.

Essas proposições não foram construídas *a priori*. As teses aqui apresentadas emergiram à medida que os artigos eram desenvolvidos. Com muito respeito aos escritos de Elias e às outras bibliografias, como também às informações oriundas das fontes jornalísticas, cada produção contribuiu para pensar de maneira mais substancial a questão da temporalidade dos processos civilizadores e os mecanismos que influenciam seu ritmo. Para além dos achados específicos de cada pesquisa, existe uma interdependência entre os artigos na busca de respostas para os problemas teóricos e empíricos aqui abordados.

A partir da necessidade de aprofundar o conhecimento acerca de noções desenvolvidas por Elias na teoria dos processos civilizadores, para então seguir com as pesquisas empíricas, foi construído o Artigo I. Nele, buscou-se demonstrar a riqueza teórico-metodológica da sociologia elisiana para a análise de fenômenos sociais, bem como seu potencial de renovação temática. Ao realizar essa imersão nos escritos de Elias e seus comentadores, verificou-se que existem duas possibilidades de adoção de sua sociologia: utilizar um ou outro conceito elisiano isolado para trabalhar fenômenos diversos ou empreender, efetivamente, uma investigação de

processos civilizadores. Independentemente do objeto de investigação, sua utilização teórica para além do contexto europeu é exequível (ELIAS, 1993). No entanto, sentiu-se a necessidade de investigar como os pesquisadores brasileiros estavam adaptando as orientações teórico-metodológicas de Elias à análise de figurações brasileiras – especialmente em relação ao recorte temporal.

Tanto para ter parâmetros para a realização das análises empíricas, quanto para avaliar como tem sido adotada a teoria em território nacional, foi realizado um estudo sobre o estado do conhecimento da sociologia elisiana no país (Artigo II). Essa pesquisa permitiu compreender que os pesquisadores brasileiros estão em um processo de transição entre o uso de citações literais e o desenvolvimento de novas perspectivas a partir da teoria. Independentemente deste posicionamento, o artigo aponta para uma tendência entre os cientistas humanos e sociais: a adoção de recortes médios, perspectivando-os em processos de desenvolvimento mais amplos. Diante desse resultado, sentiu-se a necessidade de entender as razões que têm levado tais pesquisadores a adotar durações diferentes da proposta elisiana original, de longa duração<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, buscou-se desenvolver justificativas teórico-metodológicas para a adoção de diferentes durações.

Com base em leituras teóricas sobre o rápido desenvolvimento tecnológico e social, empreendido especialmente a partir do século XIX e do XX em diante, o Artigo III partiu da premissa que o desenvolvimento urbano-industrial pós-Revolução Industrial, aliado à velocidade crescente dos meios de transporte e de comunicações, tem exigido dos indivíduos uma apresentação psicológica no ritmo dessas transformações estruturais. Por essa razão, levantou-se a hipótese de aceleração do processo civilizador e a possibilidade de redução do recorte temporal de análise, a partir de *elementos aceleradores* que potencializam os processos de desenvolvimento. Entre os elementos diagnosticados neste estágio da pesquisa – já apontados por Elias ou consequentes destes – emergiu o avanço tecnológico, com destaque para o desenvolvimento de formas eficazes para o ensino e a aprendizagem de sínteses. Como exemplo é possível citar o desenvolvimento de livros, jornais impressos e computadores, entre tantos outros.

No contexto das pesquisas empíricas aqui empreendidas, situadas entre 1942 e 1964, o jornalismo teve papel fundamental nos processos de adequação comportamental e de formação de uma segunda natureza na cidade-empresa de Monte Alegre. Justamente por essa razão, ao

---

<sup>1</sup> Acredita-se, mesmo hipoteticamente, que o delineamento temporal das pesquisas é influenciado pela lógica da pós-graduação no Brasil, que estimula o desenvolvimento de produtos em recortes de tempo cada vez menores – ao ritmo da aceleração social (ROSA, 2017).

lado das temporalidades, tornou-se objeto de estudo desta tese e foi adotado como fonte para a investigação de processos civilizadores, uma vez que orienta os conteúdos que compõem o fundo social de conhecimento e balizam as experiências possíveis. Dadas as proposições empíricas para o estudo de Monte Alegre, as análises empreendidas se concentraram nas “narrativas de caráter pedagógico”, ou seja, naquelas publicações que mais diretamente incidiram sobre a personalidade dos indivíduos – acelerando a transmissão de conhecimentos, no lugar de aguardar que as próprias relações sociais requisitassem novos saberes e manifestações comportamentais.

A investigação dos processos de civilização em Monte Alegre a partir das publicações no jornal local foram realizadas com o objetivo de testar as temporalidades nas quais é possível empregar a sociologia elisiana como referencial teórico-metodológico de análise. Assim, foram desenvolvidos dois artigos para avaliar a possibilidade de utilização da curta duração e outros dois para examinar a exequibilidade em média duração<sup>2</sup>. Os primeiros permitiram compreender os sentidos de “civilização” na figuração investigada, bem como aspectos das transformações comportamentais ocorridas no lugar; os demais, além de elucidar como a vida das pessoas naquela sociedade mudou, permitiram esclarecer como e por que ocorreram tais alterações.

Assim, o Artigo IV estudou os monopólios exercidos para empresa e que pressionaram a diferenciação comportamental durante a administração de Luiz Vieira, entre 1942 e 1946. O recurso às fontes bibliográficas permitiu identificar que as pressões externas exercidas naquela figuração visavam a formação de pessoas aptas ao trabalho urbano-industrial. A expectativa de que Monte Alegre fosse exemplar para a industrialização nacional, entre outros fatores, tornou os padrões socialmente esperados àquela figuração elevados. E como toda civilização pressupõe tensão, as crescentes exigências comportamentais foram notadas e, por vezes, combatidas<sup>3</sup> – sem, no entanto, alterar as relações de poder e o curso do desenvolvimento local.

No desenvolvimento desta pesquisa diversos aspectos sociogenéticos foram revelados, no entanto, sentiu-se a necessidade de investigar mais a fundo as características psicogenéticas locais. Diante da dificuldade de apreender as sensibilidades em Monte Alegre – até mesmo pela escassez de fontes –, no Artigo V foi desenvolvido um percurso metodológico para estudar as emoções e os limites de tolerância à violência daquela figuração a partir da análise das práticas de lazer. Considerando que cada grupo desenvolve atividades mais condizentes com suas

---

<sup>2</sup> Sobre as durações, é fundamental evocar que, independentemente de sua extensão, trata-se de recortes de processos mais amplos e por essa razão devem ser perspectivados em relação a estes.

<sup>3</sup>Os jornais, por mais que sejam fontes oficiais nas quais a visão de mundo dos dominantes nas relações de poder é privilegiada, permitem observar certos movimentos de resistência. Dadas as proposições desta pesquisa, foram contemplados apenas as práticas de resistência inferidas a partir das fontes jornalísticas.

necessidades socialmente construídas, ao analisar as tipologias dos lazeres empreendidos na cidade-empresa, foi possível identificar que havia uma hierarquização nas modalidades de acordo com as diferentes classes de trabalhadores e suas formas de manifestação emocional através do lazer. Ao mesmo tempo, os empresários promoviam atividades que aproximavam os diferentes estratos, contribuindo para a redução do contraste comportamental entre essas camadas.

A análise minuciosa da documentação dos recortes em curta duração – inscritos em processos de desenvolvimento mais abrangentes – permite conhecer não apenas dados acerca da transformação comportamental, mas também sobre as formas de resistência. Diante da riqueza analítica possibilitada pelas fontes jornalísticas no estudo dos processos civilizadores, surgiu então a necessidade de organizar um conjunto de orientações teórico-metodológicas para o trabalho com as narrativas de teor educativo publicadas nos jornais. As leituras realizadas permitiram aprofundar a relação entre jornalismo e processos civilizadores, elucidando o papel desta instituição na difusão de modelos de civilidade. Assim, a partir da compreensão dos jornais como um espaço educativo, que tem a capacidade de interferir na construção de subjetividades em seu espaço de abrangência, e da historicização do contexto geral da figuração e das circunstâncias de enunciação, foram realizadas as análises que permitiram verificar a pertinência do uso da teoria dos processos civilizadores em média duração.

Partindo da premissa que todas as escolhas inerentes à confeição dos jornais podem assumir um papel educativo, dada a diversidade de conteúdo, optou-se pela análise das crônicas – espaço narrativo onde a exposição direta das opiniões de seus autores é avaliada e, por essa razão, acaba por incidir mais diretamente sobre as manifestações sociais e emocionais dos leitores. Assim, as narrativas de caráter pedagógico presentes nas crônicas de *Hél* e *Marenfis* foram pesquisadas, visando compreender aspectos da educação das maneiras em Monte Alegre.

A partir de interpretações teóricas distintas, as análises realizadas nos artigos VII e VIII permitiram conhecer as sensibilidades e as esferas da vida sobre as quais incidiam o projeto civilizador na cidade-empresa, bem como os processos de adequação comportamental e de resistência. A recorrente publicação sobre determinada temática foi tomada como indício de que naquela esfera da vida os comportamentos socialmente requisitados ainda não tinham sido internalizados; já referências isoladas ou o desaparecimento de certo assunto nas publicações foram entendidos como indicativos da individualização de tais normativas. De maneira interdependente, a modificação no padrão dos conteúdos socializados por meio das crônicas aponta para transformações na composição psicogenética dos indivíduos na área de abrangência do jornal, no sentido da formação de uma segunda natureza.

Sobre as ações intencionais para a diferenciação comportamental em Monte Alegre, é importante destacar que as práticas educativas não visaram modificar a balança de poder, apenas “melhorar” o comportamento daqueles que estavam em contato direto com o grupo dominante – já que parcela das atitudes das demais classes lhes feria a sensibilidade. Ao mesmo tempo, perspectivando o processo de civilização das condutas na cidade-empresa em relação ao contexto mais amplo, entende-se que tais ações serviram também para adequar os trabalhadores às demandas nacionais, tornando a “cidade da Klabin” (CORAIOLA, 2005) exemplar para o Brasil.

Desse esforço de pesquisa, materializado nos artigos apresentados, emergiu uma consideração de ordem teórica em relação à percepção social do tempo e à duração dos processos de desenvolvimento. Se as demandas da vida moderna são regidas pela lógica da produtividade, maior número de atividades acaba sendo realizado em menor tempo (ROSA, 2017). Essa aceleração nos usos sociais do tempo tem potencialmente reduzido a duração dos processos de civilização, já que a internalização de um comportamento socialmente aceitável ocorre em interdependência com a própria noção socialmente construída de tempo – razão pela qual o conceito de geração não apresenta limites temporais rígidos, devendo responder às características histórico-sociais de sua época. Essa tendência de aceleração, característica das sociedades urbano-industriais modernas, possivelmente foi visualizada por Elias, que apresentou recortes inferiores a 30 anos na investigação de certo processo social em longa duração (ELIAS, 2006). Isso posto, esta tese apontou para uma discussão que precisa ser aprofundada em estudos posteriores, a saber: a ressignificação da concepção do que é longa duração – já que, na direção atual, os processos de civilização não param de se acelerar (BARBOSA, 2017).

Sobre este ponto específico, cabe ainda uma consideração: as proposições teóricas e testes empíricos aqui realizados permitem perceber a incorporação de um novo *habitus* em recortes temporais médios? A análise das fontes jornalísticas aponta para essa tendência. Sendo o *habitus* um conjunto de referenciais sócio e psicogenéticos que ultrapassam as gerações e a partir do qual os indivíduos orientam suas existências, mudanças no padrão narrativo dos jornais indicam transformações nas formas de relacionamento e comportamento humanos. Todavia, apesar da tendência de aceleração nas sociedades urbano-industriais (ROSA, 2017), cada formação social possui uma concepção de tempo própria para suas aprendizagens, a depender da esfera da vida. Nesse sentido, são necessários outros estudos em figurações com características sócio e psicogenéticas análogas e/ou distintas a Monte Alegre para ir lapidando os indícios que surgiram neste estudo. De qualquer forma, a tese aqui apresentada já representa

um avanço em relação a esta questão, ao apontar elementos que podem auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas.

Ainda sobre a hipótese de aceleração das aprendizagens e de processos civilizadores, se as aprendizagens se aceleram, por que as pessoas cada vez mais se sentem constrangidas pelo tempo? (ELIAS, 1998b). O repertório de conhecimento e a velocidade de informação, em interdependência, têm efetivamente contribuído para a socialização de um número maior de saberes em menor espaço de tempo. Diante disso, acredita-se que, por mais que os indivíduos aprendam certo número de comportamentos de forma acelerada, as demandas sociais por novas aprendizagens não cessam e estendem-se por toda a vida.

Especificamente sobre as teses propostas, em relação ao aspecto teórico, esta pesquisa permite pensar a interdependência de processos de diferentes durações, bem como estudar um estágio do processo de civilização de acordo com a escala temporal adotada: recortes curtos permitem estudar as dissimulações comportamentais estimuladas por pressões externas; recortes médios possibilitam identificar aspectos da individualização dos padrões socialmente demandados; e recortes de longa duração propiciam conhecer no *habitus* “uma base que os membros de uma figuração compartilham, e cujos traços recombina, o que contribui para moldar suas personalidades” (QUINTANEIRO, 2010, p. 59). Este último, adotado por Elias, é o resultado não intencional das ações mais ou menos direcionadas ocorridas no interior de processos de menor duração. Isso significa dizer que perspectivar o mesmo objeto em diferentes durações, antes de ser uma contradição do ponto de vista teórico-metodológico da teoria dos processos civilizadores, permite conhecer aspectos diferentes do mesmo processo de desenvolvimento. No entanto, apesar de guardarem suas particularidades de estruturação e de interpretação do objeto, todos serão sempre recortes de processos de desenvolvimento em curso<sup>4</sup>.

Ao adotar a curta duração para o estudo de processos civilizadores, é preciso compreender que este tipo de análise não deve ser reduzido a um evento único; é necessário concatená-lo à estrutura que lhe dá sentido. A análise dos processos visando adequação comportamental permite um olhar atento à fonte, já que a extensão do recorte temporal é reduzida e oportuniza aos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais realizar uma análise pormenorizada da documentação. Esse olhar direcionado torna visível aspectos que por

---

<sup>4</sup> Na concepção de Barbosa (2017, p. 28), “ao se eleger o objeto de estudo se estabelecem possibilidades de recortes, determinados pelo período escolhido. Congela-se o objeto em função do período, recortando, a partir do tempo fixo, espaços sociais (grupos de bairros, sociedades pequenas ou grandes, unidades políticas, economias nacionais e assim por diante)” (BARBOSA, 2017, p. 28).

amostragem talvez não fossem: os avanços, retrocessos ou desvios; os microprocessos coercitivos e as resistências cotidianas. A pesquisa em curta duração é especialmente importante em figurações que ainda não tiveram historicizados seus diferentes processos de desenvolvimento, afinal, é a teia de relacionamentos no aqui e agora que, tencionadas pelas relações de poder ao longo das gerações, formam o processo cego que Elias (1998b) analisou em longa duração.

Em relação à média duração, por vezes ela é concebida como um recorte de um processo de desenvolvimento maior, mas também pode corresponder à duração de um processo específico – como foi o caso deste trabalho. Recortes médios possibilitam observar as transformações que implicam a formação de uma segunda natureza, portanto, elementos das pressões externas e de sua individualização. A análise empírica nesta escala torna viável a consulta documental ao longo da extensão do recorte, o que permite realizar comparações entre estágios de desenvolvimento interior da figuração estudada; ao mesmo tempo, possibilita conhecer aspectos das relações de poder e das tentativas de direcionamentos dos processos por parte dos dominantes em tais relações.

Sobre aspectos empíricos, os estudos realizados permitiram observar que o jornalismo figura entre os elementos que contribuem para a tendência de aceleração apontada nas discussões sobre a construção social do tempo. Seu potencial acelerador encontra-se em sua capacidade de direcionar os conteúdos pertencentes ao fundo social de conhecimento nas formações sociais de sua abrangência, mediando as formas de existência possíveis. Além disso, no caso da publicação de narrativas de caráter pedagógico, que incidem diretamente sobre o comportamento das pessoas, seu potencial acelerador está na publicação de sínteses comportamentais que estimulam a aprendizagem – que poderia demorar anos se apenas fomentada pelas relações de dependência mútua.

Cabe ressaltar que, para discutir a relação entre percepção temporal/recorte temporal e processo civilizador, a tese se ateve a um dos elementos aceleradores proporcionados pelos avanços tecnológicos decorrente da continuidade dos processos civilizadores, a saber: o jornalismo. Essa escolha, no entanto, não afirma a inexistência nem reduz a importância de outros aspectos que alteram o ritmo dos processos. Estes, de igual maneira, precisam ser postos à prova, analisados sistematicamente.

Por certo que o jornalismo é uma mídia que envolve uma forma específica de comunicação e, portanto, um percurso teórico-metodológico próprio de análise. No entanto, as discussões aqui realizadas sobre a interferência de um meio de comunicação na construção do fundo social de conhecimento instigam a pensar também sobre a influência sobre a estruturação

social e de personalidade das novas mídias, das redes sociais e de toda sorte de avanços tecnológicos que permitem o ensino e a aprendizagem de sínteses.

Sobre os elementos sócio e psicogenéticos de Monte Alegre que emergiram nas pesquisas, alguns achados se apresentam como confirmações de certas premissas apontadas por Elias e podem, igualmente, ser testados em outras figurações. As formas como as ações intencionais de curta e média durações operam sobre os indivíduos – no caso empírico aqui estudado, as narrativas jornalísticas de caráter pedagógico – são múltiplas, de acordo com a hierarquização da formação social investigada. Isso significa dizer que o mesmo enunciado tem efeitos distintos de acordo com o receptor, portanto, variando o sentido conforme as diferentes classes da figuração analisada. A mais afetada, no entanto, é a camada de duas frentes (ELIAS, 2001b), coagida a transformar-se tanto pelo desejo de prestígio quanto pelo medo de perder a posição social previamente conquistada.

A respeito da história do município de Telêmaco Borba, no que diz respeito aos processos aqui analisados, é possível afirmar que o intento civilizador que visou tornar Monte Alegre uma sociedade exemplar para o Brasil urbano-industrial foi – ao menos até o final do recorte estudado – exitoso. Houve, de fato, um processo de civilização que transformou os trabalhadores oriundos de formações rurais em urbano-industriais, na direção das políticas do principal incentivador e financiador da fábrica de papel razão de ser daquela localidade: Getúlio Vargas. Os principais monopólios (econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação) que pressionaram a população, tanto para uma adequação imediata quanto para uma formação de uma segunda natureza, contribuíram para a rápida transformação daquela figuração. Sobre isso, entende-se como necessário empreender comparações sistemáticas entre tais achados e processos civilizadores em figurações análogas, visando compreender se este conjunto de monopólios foi uma exclusividade desta figuração ou se tais achados podem ser generalizados e adotados como instrumental para estudos de cidades empresas e até mesmo projetos de colonização, como os empreendidos no norte do Paraná.

Acerca da análise das fontes, uma última consideração: não foi a intenção utilizar a fonte para inferir se o processo de civilização empreendido na localidade foi bom ou ruim – até porque toda história de civilização é também a história de seu contraponto: a barbárie. O esforço aqui empreendido buscou seguir os passos de Elias em sua postura de distanciamento (ELIAS, 1998a): não interessou realizar um juízo de valor sobre a educação das condutas na cidade-empresa. Antes, em um exercício de empatia às formas de sentir e estar em Monte Alegre naquele período, buscou-se conhecer aspectos que levaram aquela figuração de um estágio de desenvolvimento a outro (ELIAS, 2011).

Para concluir, uma generalização radical (tanto da obra de Elias, quanto das proposições desta tese): partindo da premissa que “O que se modifica no curso de um processo civilizador são os modelos sociais de autodisciplina e a maneira de inculcá-los no indivíduo” (ELIAS, 1998b, p. 117) e lembrando que a noção de civilização corresponde à autoimagem do grupo dominante nas relações de poder de uma figuração, entende-se que, independentemente do padrão socialmente estabelecido – seja ele violento ou não –, civilizar-se é internalizar a norma dominante<sup>5</sup>. Em relação às formas de estimular a individualização das pressões sociais, o jornalismo tem sido um elemento acelerador porque a tendência atual do mundo capitalista é a de aceleração. No entanto, sendo o controle da informação capaz de alterar a marcha dos processos, conforme seu direcionamento, este pode ter seu ritmo reduzido – se isso for do interesse dos dominantes nas relações de poder. Assim, conclui-se esta tese concebendo o processo civilizador como processo de desenvolvimento e o potencial acelerador do jornalismo como influenciador no ritmo dos processos – sejam eles são civilizadores ou não.

Como um processo que segue em curso, as aprendizagens para o desenvolvimento desta tese seguirão, pelo menos, até o ponto final deste texto. Por isso, é importante considerar a pesquisa sempre como uma etapa, um estágio do desenvolvimento de uma ideia, que deve seguir em aprimoramento. Espera-se que esta tese tenha contribuído para tornar a compreensão do passado mais acessível, a partir das ferramentas teóricas e metodológicas aqui trabalhadas, e possibilitar maior consciência sobre os processos de desenvolvimento presentes. No entanto, tal qual deve ocorrer com qualquer achado nas Ciências Naturais ou Sociais, as afirmações de ordem teórica e os resultados das investigações empíricas precisam ser testados em novos estudos. Fica então o convite aos pesquisadores, para que – assim como se buscou fazer aqui – testem, aprimorem ou refutem hipóteses teóricas por meio de pesquisas empíricas.

---

<sup>5</sup> A noção de descivilização foi elaborada por Elias em resposta aos críticos que acusaram sua teoria de evolucionista e teleológica. Na concepção de Ribeiro (2003, p. 04), “civilização e descivilização são conceitos complementares, não necessariamente opostos, pensados fundamentalmente a partir de um determinado processo”.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, I. Y. R. Habitus e processos sociais: revisitando as teorias de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. **Revista Abordagens**, João Pessoa, v. 1, n. 1, jan./jun.2019.

ANDRADE, P. D.; COSTA, M. V. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Textura**, v. 17 n.34, mai./ago.2015.

AQUINO, S. F. Um diálogo sobre a construção da noção de tempo. **Revista Igapó – IFAM**, v. 5, n. 1, jun. 2011.

BARBOSA, M. C. Tempo, tempo histórico e tempo midiático: inter-relações. In: MUSSE, C. F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BARROS, J. A. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. **MANA**, v. 4, n. 1, p. 141-152, 1998.

CAMPOS, R. D. Imprensa e educação feminina em zona pioneira: o caso do Noroeste Paulista (1920-1940). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 309-322, 2014.

CARVALHO, E. R. A concepção holística e processual de tempo de Norbert Elias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 103, p. 203-231, 2018.

CHARTIER, R. Formação social de “habitus”: uma leitura de Norbert Elias. In: CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Portugal: Difusão Editorial, 1988.

COLLIOT-THÉLÈNE, C. O conceito de racionalização: de Max Weber a Norbert Elias. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. **Norbert Elias**: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORAIOLA, A. M. **Capital do Papel**. A história do município de Telêmaco Borba. Curitiba: A.M.S. Coraiola, 2003.

CORREIA, T. B. A socialização das cidades empresariais e o desmonte dos requisitos urbanos na vida fabril: tendências recentes no sul do Brasil. In: **Anais do 49º Congresso Internacional del Americanistas (ICA)**, Quito/Equador, 1997. Disponível em: <<https://www.equiponaya.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Correia.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

COSTA, W. N. G. Dissertações e teses mutipapel: uma breve revisão bibliográfica. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, Campo Grande, v. 8, n. 1., 2014.

COUTO, R. C. **A saga da família Klabin-Lafer**. Rio de Janeiro: Chermont Editora, 2017.

CUNHA, A. C. **Homem de Papel**: Análise Histórica do Trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A (1942-1980). 1982. 266f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 26ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ELIAS, N. **A condição humana**. Lisboa: DIFEL, 1985b.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001c.

ELIAS, N. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N. **Norbert Elias sobre ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

ELIAS, N. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta, 1994.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: DIFEL, 1985a.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, mai./ago. 2010.

FERNANDES, H. V. **Monte Alegre, Cidade Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

FRANCISCATO, C. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. *Brazilian Journalism Research*, v. 11, n. 2, 2014.

GARRIGOU; A.; LACROIX, B. Norbert Elias: o trabalho de uma obra. In: GARRIGOU; A.; LACROIX, B. **Norbert Elias**: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GEBARA, A. **Conversas sobre Norbert Elias**: depoimentos para uma história do pensamento sociológico. Piracicaba, SP: Biscalchin Editor, 2005.

GEBARA, A. Educação e civilização. *Rev. educ. PUC-Camp.*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 339-343, set./dez. 2019.

GEBARA, A. Norbert Elias no Brasil. In: GEBARA, A.; COSTA, C. J.; SARAT, M. **Leituras de Norbert Elias**: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá: Eduem, 2014.

GOMES, Â. M. de C. A construção do Homem Novo: o trabalho brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, Â. M. C. **Estado Novo**: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GONÇALVES, S. C. Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. **Revista OPSIS**, v. 13, n. 1, p. 200-221, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/19011/15182#.WlvPUKinHIU>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

GOUDSBLOM, J. **The Theory of the Civilizing Process and Its Discontents**. 1994. Disponível em: <<http://www.norberteliasfoundation.nl/docs/pdf/GoudsblomDiscontents.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2020.

HOBBSBAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos**: O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

KILMINSTER, R. Introducción del editor. In: ELIAS, N. **Teoría del Símbolo**. Barcelona: Ediciones 62, 1994.

LEÃO, A. B. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEÃO, A. B. Norbert Elias. Uma sociología de la cultura escrita. **Universitas Humanística**, n. 71, p. 101-113, enero-junio 2011.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986.

MAIA, A. F. Aceleração: reflexões sobre o tempo na cultural digital. **Impulso**, Piracicaba, v. 27, n. 69, mai./ago. 2017.

MARGALHO, M. G. Indústrias Klabin do Paraná de Celulose: a sociogênese do projeto político-empresarial (1930-1940). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 48, p. 99-126, jan./jun. 2013.

MARGALHO, M. G. **Klabin**: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951). 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARTINS, V. A. **Entrevista oral concedida a Ana Flávia Braun Vieira**. Telêmaco Borba, 17 mar. 2014.

MUTTI, G. S. L.; KLÜBER, T. E. Formato *multipaper* nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros das áreas de Educação e Ensino: um panorama. **Anais do V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**. Foz do Iguaçu, 2018.

NASSI-CALÒ, L. **Teses e dissertações: pros e contras dos formatos tradicional e alternativo** (Blog SCIELO em Perspectiva). 2016. Disponível em: <<https://blog.scielo.org/blog/2016/08/24/teses-e-dissertacoes-pros-e-contras-dos-formatos-tradicional-e-alternativo/#.XURgwm9KjIU>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

NORBERT ELIAS FOUNDATION. Disponível em: <<http://norbert-elias.com/about-elias-foundation/elias-community-worldwide/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

NOVAK, E. da S.; MOTA, L. T. Desiguais e combinados: índios e brancos no vale do Rio Tibagi – PR na primeira metade do século XX. **Campos**, v. 14, n. 1-2, p. 77-113, 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42471/25830>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PAERLMO, L. C. A aceleração do tempo e processo histórico em Reinhart Koselleck e Timothy Brook. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 09, abr. 2017.

PIQUET, R. **Cidade-empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

QUINTANEIRO, T. **Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

RIBEIRO, L. C. Civilização e cordialidade - Norbert Elias e Gilberto Freyre: Diálogos sobre um processo. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais7/Trabalhos/xCivilizacao%20e%20Cordialidade%20-%20Norbert%20Elias%20e%20Gilberto%20Fr.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

RIBEIRO, L. C. Norbert Elias e a História Cultural. In: CARVALHO; A. B.; BRANDÃO, C. F. **Introdução à sociologia da cultura**: Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

ROSA, H. Dynamic stabilization, the triple approach to good lib, and the resonance conception. **Questions de communication**, n. 31, p. 437-456, 2017.

SCHIERMER, B. **Acceleration and Resonance**: An interview with Harmut Rosa. Disponível em: <[https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public-docs/Max-Weber-Kolleg/10\\_Sonstige/Rosa\\_Interview\\_Acta\\_Sociologica.pdf](https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public-docs/Max-Weber-Kolleg/10_Sonstige/Rosa_Interview_Acta_Sociologica.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SEVCENKO, N. **A Corrida para o Século XXI**. No loop da montanha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

ŠUBRT, J. Norbert Elias and the Enigma of Time. In: LANDINI, T. S.; DÉPELTEAU, F. (orgs.). **Norbert Elias and Empirical Research**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

TOZZI, J. B. Educação, infância e leitura: contribuições da teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias. **Pro-Posições**, v. 24, n. 2 (71), p. 127-145, mai./ago. 2013.

VIEIRA, A. F. B. **Análise do discurso fundador de Telêmaco Borba no jornal O Tibagi (1948-1964)**. 360f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2015.

VOSTAL, F. Towards a social theory of acceleration: time, modernity, critique. *Revue européenne des sciences sociales*, p. 52-62, 2014.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, mai./ago. 2010.

WOUTERS, C. Critérios universalmente aplicáveis ao fazer Sociologia dos Processos: sete equilíbrios e uma tríade. In: GEBARA, A.; COSTA, C. J.; SARAT, M. **Leituras de Norbert Elias: processo civilizador, educação e fronteiras**. Maringá: Eduem, 2014.

